

**DINÂMICA TERRITORIAL NA (S) FRONTEIRA (S):**

Um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do  
Departamento de Alto Paraná – Paraguai

**Carlos Alberto Ferrari**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, com vistas à obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Márcia Y. Mizusaki**

**DOURADOS (MS)  
2009**

## COMISSÃO EXAMINADORA

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Yukari Mizusaki  
Presidente da Comissão Julgadora

Prof. Dr. João Edmison Fabrini  
2º Examinador

Prof. Dr. Luiz Carlos Batista  
3º Examinador

Dourados  
2009

## **Dedicatória**

À Odete, minha esposa, pelas alegrias que temos vivido ao longo de 10 anos. Fernanda e Patrícia, filhas brilhantes e generosas.

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos que colaboraram para que esse trabalho se tornasse realidade. Márcia, professora, orientadora e amiga, tantos e-mails, tantas conversas, alguns contratempos ao longo desses dois anos, muito obrigado! Ao Professor João Edmilson Fabrini, amigo e companheiro de todas as horas, ao Professor Luis Carlos Batista pelas sugestões que foram de vital importância para o andamento do trabalho. Aos amigos da Unioeste Ivanildo, Irma, Djoni, Gabriel e Terezinha pelas boas risadas. Aos professores do curso de Geografia da Unioeste João Fabrini, Tarcisio Vanderlinde, Edson Dias, Oscar Fernandez, Marcelo Carvalhal, Edson Belo e José Edézio, pelo apoio desprendido.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho, Ló, Olivo, Amaro, Antonio, João Carlos, Geraldo e Edelberto que seguraram o rojão na minha longa ausência. Aos amigos Alfeu, Emílson, João Scopel, Gilmar, Sérgio, Ademar, Ney, Sueli, Madureira, Paulo Pozza, Afonso, Maria, Paulo Koling, enfim, a todos os companheiros e amigos da Unioeste.

Agradeço a minha carinhosa e gentil mãe Marlene e a filha Fernanda pelas orações nos dias de viagens, ao meu irmão Mário pela inteligência crítica que muito me ajudou no transcorrer de minha vida acadêmica. A minha querida esposa Odete, pela compreensão e apoio incondicional tanto nos momentos de ausência como nos momentos que passei em frente ao computador ou debruçado sobre os livros.

Certamente que eu seria outro sem a companhia noturna de Patrícia minha caçulinha querida, que de tanto esperar eu terminar aquele parágrafo para levá-la para sua cama, adormecia ao meu lado. Ao Paulo pela paciência e camaradagem, por ter feito de seu quarto minha sala de aula, biblioteca e muitas vezes quarto de hotel. Ao primo e companheiro de curso Walter, pela companhia nas intermináveis viagens.

Aos professores do curso da UFGD, Jones, Lisandra, Edvaldo, Márcia, Zezé, Flaviana, Aduino, aos secretários e amigos Kleber e Elaine pela reciprocidade e aos companheiros, Joviano, Zé e Tonhão, pelas caronas até a Universidade, a Amábili, Débora, Júlio e Adriano Arcari pelas animadas conversas, ao Adriano Cabreira, Michelle Scheneider, João Vanderlei, Marcão e Thaine pela amizade e disposição.

A todos os entrevistados durante a pesquisa, principalmente aos irmãos Maraskim por ter me hospedado em sua residência no Paraguai e, com isso ter facilitado as minhas andanças pela região.

A UNIOESTE, por ceder o afastamento remunerado que foi fundamental para a concretização do trabalho. Enfim, a todos os companheiros e amigos feitos nessa caminhada que de alguma forma participaram desse processo, meu muito obrigado.

*Epígrafe*

*“O homem submete ou explora o próprio homem, cuja maioria se converte em bilhões de ferramentas, devidamente comandadas e dominadas para transformar a natureza em recursos que proporcionem a acumulação para uma pequena parcela desses homens”.*

*Marcos Bernardino de Carvalho.*

## Sumário.

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Sumário</b> .....  | <b>7</b>  |
| Lista de Mapas .....  | 9         |
| Lista de tabelas.....   | 10        |
| Lista de Gráficos .....   | 11        |
| Lista de Figuras.....   | 12        |
| Lista de Siglas e Abreviaturas.....   | 13        |
| <b>Resumo</b> .....   | <b>15</b> |
| <b>Introdução</b> .....   | <b>17</b> |
| <b>CAPÍTULO I</b> .....   | <b>28</b> |
| 1. Região norte do Departamento de Alto Paraná.....   | 28        |
| 1.1. Algumas considerações sobre a região norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai .....                     | 28        |
| 1.2 O Processo de povoamento. ....  | 36        |
| 1.3 O decréscimo da população rural do de Departamento de Alto Paraná.....  | 38        |
| 1.4. A construção da Ponte Internacional da Amizade (1962/65).....  | 42        |
| 1.5. Caracterização dos distritos que compõem a porção norte do Departamento de Alto Paraná. ....                   | 45        |
| 1.5.1. Distrito de Puerto Presidente Stroessner: atual Ciudad Del Este, Capital do Departamento de Alto Paraná..... | 45        |
| 1.5.2. Distrito de Itakyry.....   | 49        |
| 1.5.3 – Distrito de Mbaracayú. ....   | 53        |
| 1.5.4 – Distrito de Hernandarias.....   | 55        |
| 1.5.5 – Distrito de Minga Porã. ....  | 57        |
| 1.5.6 – Distrito de San Alberto. ....   | 60        |
| 1.5.7. Distrito de Santa Fé Del Paraná.....   | 62        |
| <b>CAPÍTULO II</b> .....  | <b>66</b> |
| 2. (Des) territorialização e mobilidade na fronteira: a migração Brasil/Paraguai.....                               | 66        |
| 2.1. As migrações.....  | 66        |

|  |            |
|--|------------|
| 2.2. Os deslocamentos de camponeses para o Paraguai no contexto da construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu.....                  | 90         |
| <b>CAPÍTULO III</b> .....  | <b>108</b> |
| 3. Tensões e representações na(s) fronteira(s) – a formação da identidade brasiguaiá.....  | 108        |
| 3.1. Os brasiguaios. ....  | 108        |
| 3.2. Conflitos, preconceito e retorno dos brasiguaios. ....  | 137        |
| <b>CAPÍTULO IV</b> .....   | <b>152</b> |
| 4. A expansão do agronegócio na região norte do Departamento de Alto Paraná.....   | 152        |
| 4.1. Impactos provocados pela expansão do agronegócio. ....  | 152        |
| 4.2. Para além da cerca: mobilidade, violência e resistência na fronteira oeste paranaense e leste paraguaio – as vítimas do agronegócio. .... | 171        |
| <b>Considerações Finais</b> .....  | <b>184</b> |
| <b>Referências Bibliográficas:</b> .....   | <b>188</b> |
| <b>Anexos</b> .....  | <b>193</b> |



## Lista de Mapas

|   |     |
|---|-----|
| Mapa 1 – Divisao político-administrativa do Paraguai de 1906 a 1945.....  | 33  |
| Mapa 2 – Departamento de Alto Paraná - 2007 .....   | 35  |
| Mapa 3 – Distrito de Ciudad Del Este.....   | 46  |
| Mapa 4 – Distrito de Itakyry.....   | 49  |
| Mapa 5 – Distrito de Mbaracayú.....   | 54  |
| Mapa 6 – Distrito de Hernandarias.....  | 56  |
| Mapa 7 – Distrito de Minga Porã .....   | 58  |
| Mapa 8 – Distrito de San Alberto.....   | 61  |
| Mapa 9 – Distribuição dos migrantes brasileiros no Paraguai .....   | 72  |
| Mapa 10 – Área dos municípios envolvidos pelo Lago de Itaipu (1980). .....  | 95  |
| Mapa 11 – Distribuição dos brasiguaios re-imigrados em território brasileiro.....   | 120 |
| Mapa 12 – A distribuição dos silos e das médias e grandes propriedades de Brasileiros na região norte do Departamento de Alto Paraná..... | 127 |
| Mapa 13 – Imagem de satélite do cultivo de soja no Paraguai: destaque para a região norte do Alto Paraná .....                            | 179 |

**Lista de tabelas.**

|  |    |
|--|----|
| TABELA 1: Brasil e Paraguai dados gerais. ....   | 29 |
| TABELA 2: Área total e comprometida dos municípios da Sub-Região*, afetados pela Represa de Itaipu. (em ha)..... | 96 |

**Lista de Gráficos**

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Crescimento populacional do Alto Paraná (1950/2002) .....            | 40  |
| Gráfico 2 – Crescimento demográfico de Ciudad Del Este .....                     | 48  |
| Gráfico 3 – Crescimento populacional de Itakyry .....                            | 50  |
| Gráfico 4 – Comportamento demográfico de Mbaracayé .....                         | 55  |
| Gráfico 5 – Comportamento demográfico de Hernandarias.....                       | 57  |
| Gráfico 6 – Comportamento demográfico de Minga Porã .....                        | 59  |
| Gráfico 7 – Índice demográfico de San Alberto.....                               | 62  |
| Gráfico 8 – Migração na América Latina.....                                      | 85  |
| Gráfico 9 – Gráfico do percentual de migrantes no Departamento de Alto Paraná .. | 130 |

## Lista de Figuras

|  |     |
|--|-----|
| <b>FIGURA 01:</b> Segunda etapa da construção da Ponte da Amizade – 1958.....                              | 43  |
| <b>FIGURA – 02:</b> Ponte da Amizade (2008).....   | 44  |
| <b>FIGURA 03:</b> Placa na Ruta Internacional indicando a entrada do distrito de Santa Fé Del Paraná.....  | 63  |
| <b>FIGURA – 04:</b> Brasiguaios no plantio em uma grande propriedade na região de Santa Fé Del Paraná..... | 64  |
| <b>FIGURA – 05:</b> Ponto de travessia no Lago Internacional de Itaipu.....                                | 75  |
| <b>FIGURA – 06:</b> Foto de jornal sobre as expulsões de camponeses por Itaipu.....                        | 93  |
| <b>FIGURA – 07:</b> Silo da Cargill no distrito de San Alberto.....  | 132 |
| <b>FIGURA – 08:</b> Moradia de brasiguaiio em uma média propriedade no distrito de Minga Porã.....         | 134 |
| <b>FIGURA – 09:</b> Município de Cascavel – PR: brasiguaios na periferia.....                              | 149 |
| <b>FIGURA – 10:</b> Silo da Cargill na região norte de Alto Paraná.....                                    | 160 |
| <b>FIGURA – 11:</b> Camponesa brasiguaia na ordenha. ....  | 165 |
| <b>FIGURA – 12:</b> Silo no meio rural na região de Mbaracayú. ....  | 167 |
| <b>FIGURA – 13:</b> Colheita de soja em uma grande propriedade na região de Minga Porã. ....               | 168 |
| <b>FIGURA – 14:</b> Brasiguaios retornando do Paraguai– região norte de Alto Paraná. ....                  | 173 |
| <b>FIGURA – 15:</b> Pulverização de veneno em Minga Porã. ....   | 177 |

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

**ADM** – Archer Daniel Midland Company.

**ALAI** – América Latina em Movimento.

**APMT** – Agência Presbiteriana de Missões Transculturais.

**BR** – Rodovia Federal.

**CEPEDAL** – Núcleo de Pesquisa e Documentação Sobre o Oeste do Paraná.

**CEPRA** – Coordenadora Ejecutiva para la Reforma Agrária.

**COAMO** – Cooperativa Agrícola Mourãoense.

**CNBB** – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

**COPAGRIL** – Cooperativa Agrícola Rondon Ltda.

**COOPERVALE** – Cooperativa Agrícola Vale do Piquiri Ltda.

**COPECO** – Comissão Permanente de Contengências.

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra.

**DGEEC** – Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censo.

**ESG** – Escola Superior de Guerra.

**EUA** – Estados Unidos da América.

**FAO** – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.

**FETAEP** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

**FNC** – Fundação Nacional da Cultura.

**FSP** – Folha de São Paulo.

**FTA** – Free Trade Agreement.

**IBR** – Instituto do Bienestar Rural.

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano.

**IECLB** – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

**ISSN** – International Standard Book Number.

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

**ITC** – Instituto de Terras e Cartografia.

**JD** – Junta Departamental.

**LAC** – Ligas Agrárias Cristianas.

**MAGE** – Ministerio de Agricultura y Ganadería, estimaciones.

**MCNOC** – Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas.

**MERCOSUL** – Mercado Comum do Cone Sul.

**MCP** – Movimento Campesino Paraguaio.

**MRH** – Microrregião do Extremo – Oeste do Paraná.

**MS** – Mato Grosso do Sul.

**MST** – Movimento dos Sem Terra.

**NBI** – Necessidades Básicas Insatisfechas.

**OGM** – Organismo Geneticamente Modificado.

**OLP** – Organización de Lucha por la Tierra.

**ONAI** – Organización Nacional Aborigen Independiente.

**PAC** – Alianza Patriótica para El Cambio.

**PDC** – Partido Democrata Cristiano.

**PIB** – Produto Interno Bruto.

**PY** – República do Paraguai.

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

**PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária.

**SENEPA** – Servicio Nacional de Erradicación del Paludismo.

**SOMEKO** – Sociedade de Melhoramentos e Colonização Agropecuária Japema.

**UDR** – União Democrática Ruralista.

**UIP** – União Industrial Paraguaia.

**UNA** – Univesidad Nacional de Asunción.

**UNC** – Unión Campesina Nacional.

**UNIOESTE** – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

**US** – Dólar (Moeda dos Estados Unidos da América).

**DINÂMICA TERRITORIAL NA (S) FRONTEIRA (S):  
Um estudo sobre a expansão do agronegócio e exploração dos brasiguaios no Norte do  
Departamento de Alto Paraná – Paraguai**

**Resumo**

A presente dissertação tem como finalidade investigar aspectos das transformações sócio-econômicas, políticas, culturais e ambientais decorrentes da expansão do agronegócio da soja nos distritos que compõem o Norte do *Departamento de Alto Paraná*, no Paraguai, em especial, no que diz respeito aos trabalhadores brasileiros que lá vivem, os chamados “brasiguaios”.

Com a expansão do modelo agronegócio de produção na fronteira leste paraguaia, principalmente a região norte, o resultado mais significativo foi a expulsão de milhares de camponeses brasiguaios e paraguaios do meio rural. Conseqüentemente, esses camponeses excluídos da terra e dos meios de produção, vêm provocando o alargamento das periferias das cidades fronteiriças de *Ciudad Del Este, San Alberto e Hernandarias* do lado paraguaio e, de Foz do Iguazu e outras menores do lado brasileiro. Entretanto, os camponeses brasiguaios que ainda resistem em terras guaranis vivem sob constantes ameaças para venderem suas terras a grandes proprietários de terra ou, de terem as propriedades invadidas por campesinos exógenos aos movimentos sociais paraguaios. Contudo, os camponeses brasiguaios que foram expulsos da terra e não conseguiram retornar para o Brasil, são explorados pelas grandes fazendas da soja e, também no meio urbano. Essa exploração se caracteriza principalmente, pela ausência dos direitos trabalhistas.

**Palavras-chave:** território, fronteira, agronegócio, brasiguaios, migração.

**DINÁMICAS TERRITORIALES EN FRONTERA (S):**  
**Un estudio sobre la expansión de la agroindustria y la explotación de brasiguaios del Norte**  
**Departamento de Alto Paraná – Paraguay.**

**Resumen**

El actual disertación tiene como finalidad investigar aspectos de las transformaciones socio-económicas, políticas, culturales y ambientales vinculado con l' extensión de l' agronegocio de la soja en los distritos que componen el Norte del Departamento de Cumbre Paraná, en Paraguay, en special, en qué dice respecto a los trabajadores brasileños que vivo allí, los llamados “brasiguayos”. Con la extensión del modelo de la producción del agronegocio en la frontera del este, principalmente la región del norte, el resultado más significativo es la expulsión de millares de campesinos brasiguayos del medio agrícola. En consecuencia, éstos campesinos excluidos de la tierra y de los medios de la producción, venidos provocando el alargamento de las periferias de las ciudades que confinan del Ciudad del Est, San Alberto y Hernadarias del lado paraguayo y, del Estuario del Iguazu y de otras menores del lado brasileño. Sin embargo, los campesinos brasiguayos que aún resisten en tierras a guaranis viven bajo constantes amenazas para venderen sus tierras a grandes explotaciones agrarias o, d' tener las propiedades invadidas por campesinos exógenos a los movimientos sociales paraguayos. Sin embargo, los campesinos brasiguayos que han sido expulsados de la tierra y n' no consiguieron darse la vuelta para Brasil, se exploran por las grandes explotaciones agrarias de la soja y, por eso en el medio urbano. Esta exploración se caracteriza principalmente, por l' ausencia de los derechos laborales.

**Palabras-clave:** territorio, frontera, agronegocio, brasiguaios, migración.



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apreender questões relacionadas aos camponeses brasiguaios enquanto classe intrínseca ao modo capitalista de produção. É manifesto que a discussão travada sobre o campesinato entre distintas correntes teóricas, é antiga. Existem concepções que teorizam o desaparecimento do campesinato, na medida em que o capitalismo avança, por outro lado, existem concepções que defendem a sua recriação enquanto classe camponesa.

A despeito de tais divergências teóricas, concordamos com Oliveira, quando afirma que o desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. *“Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo”*. (OLIVEIRA, 1996, p. 18).

Tal aceção levou-nos a refletir sobre a questão do desenvolvimento desigual no campo paraguaio, sobre como se transformou a economia paraguaia nos últimos 40 anos. O Paraguai, nas últimas décadas vem apresentando uma enorme desigualdade na distribuição de renda e, no campo, uma crescente concentração fundiária, gerando com isso elevado grau de necessidade da população, principalmente a brasiguaiia, que em alguns distritos da região norte como, *Minga Porã* e *San Alberto* perfaz aproximadamente, 80% da população. Conforme os estudos de Moraes (1996).

As conseqüências da concentração das terras são catastróficas, pois, [...] acarreta não só a existência de uma massa campesina empobrecida, como também o êxodo rural e, em conseqüência dele, o inchamento das cidades que, não tendo como absorver essa mão-de-obra oriunda do campo, produz o violento processo de favelização e de aparecimento do subemprego. (MORAES, 1996, p. 61).

Desse modo, buscaremos demonstrar no presente trabalho, que a produção não-capitalista do capital é o alicerce do agronegócio na região. A entrada do agronegócio, ou seja, do capital monopolista no campo paraguaio, provocou a expropriação e/ou a exploração do campesinato, deixando as famílias camponesas, brasiguaiia e paraguaia à mercê dos interesses de reprodução do

capital, visto que a lógica do agronegócio é apropriar-se da renda da terra, por meio da compra ou do arrendamento.

Diante disso, tornam-se evidentes, tanto a característica da reprodução das relações sociais no campo quanto a tensão que esta reprodução desempenha sobre o ideal de modernidade que procede dos centros de decisão. O campo e o campesinato, dentro deste ponto de vista o qual buscamos aqui nos ater, devem ser vistos como contradições inerentes ao desenvolvimento econômico, e não como herança de tempos passados na formação social paraguaia.

Assim sendo, o desafio será a tentativa de destrinchar algumas realidades sobre os camponeses brasiguaios, sobretudo os que ainda permanecem em território paraguaio e que dispõem de pequenas unidades de produção e tem como base a mão-de-obra camponesa. Neste sentido, esta pesquisa tentará explicar que a classe camponesa, aqui representada pelos brasiguaios, é intrínseca ao modo capitalista de produção, fruto das contradições próprias do sistema, ou seja, faz parte do sistema, não necessitando permissão para existir e, nem para se organizar na tentativa de manter sua reprodução. Portanto, o debate é, antes de qualquer coisa, de ordem política, que na medida em que avança no debate colabora para o fortalecimento e reconhecimento desta classe.

Logo, a propriedade camponesa brasiguai é composta pela terra de trabalho Martins (1980), limitada a exploração ao regime de trabalho da família, portanto, terra de sobrevivência e não ferramenta de acumulação de capital. Entendemos que o camponês brasiguai, diante da expansão do grande capital, é fruto do desenvolvimento desigual e combinado das relações capitalistas no campo, dando forma e conteúdo a esse desenvolvimento. Entretanto, essa questão deve ser considerada e compreendida por meio das relações desenvolvidas entre atores sociais quanto da relação da sociedade com o meio, a partir de manifestações de poder e comando sobre o território.

As relações camponesas de produção, nessa região do Paraguai representada na sua maioria absoluta pelos brasiguaios pequenos agricultores, ficam comprimidas em meio às grandes propriedades da soja, coagidos entre outras coisas, pela dificuldade de inovação e pelo uso intensivo de agrotóxicos usados nas grandes e médias propriedades do agronegócio. Os brasiguaios vendem ou, simplesmente abandonam a propriedade pela coerção dos campesinos exógenos ao que tudo indica, manipulados pelo grande capital fundiário. Muitos trabalhadores, que anteriormente eram proprietários de pequenas unidades camponesas, atualmente se sujeitam

ao assalariamento nas grandes e médias propriedades, é no cerne dessa ação desigual que se desenvolve a exploração. (FERNANDES, 1996). Outros, no entanto, de pequenos proprietários se tornaram médios e até grandes proprietários de terra, porém a porcentagem desses brasiguaios que ascenderam é muito pequena.

Portanto, o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrario, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas. (OLIVEIRA, 1996, p. 20).

Para este trabalho foi feito um recorte territorial, a região norte do *Departamento de Alto Paraná*, é neste espaço de fronteira que foi desenvolvido este trabalho que pretende entre outras coisas, avaliar, também o surgimento da identidade brasiguaiia, e quais fatores culminaram nesta identidade: a princípio a expulsão de milhares de camponeses migrantes das terras paraguaias e a conseqüente organização desses migrantes quando do retorno para o Brasil em meados da década de 1980 em busca de um pedaço de chão. Porque a terra pertence ao camponês, é ele que realmente trabalha a terra e dela tira o sustento da sua família, pelo acesso a terra ele se mobiliza, se articula, se organiza para poder conseguir a terra de trabalho.

A escolha da região norte do *Departamento de Alto Paraná* deveu-se, primeiramente ao fato de o grande número de migrantes ali residentes procederem dos municípios da região lindeira ao Lago Internacional de Itaipu, no extremo-oeste-paranaense, caracterizando o *Departamento* por uma população formada predominantemente por migrantes brasileiros (cerca de 80%). Outro fator a justificar o nosso recorte territorial de pesquisa foi o fato de tratar-se de uma região que num passado recente, abrigava um grande número de pequenas propriedades camponesas de migrantes brasiguaios e, atualmente está tomada pelas grandes propriedades da soja que, entre outras coisas, expulsa o camponês brasiguaiio. Assim, tal delimitação nos proporcionará o aprofundamento na análise, principalmente com relação a duas questões que consideramos cruciais: a exploração da mão-de-obra brasiguaiia pelos grandes proprietários de terra e, conseqüentemente, a exclusão destes trabalhadores pelo modelo do agronegócio de produção.

Neste contexto, tenta-se compreender e questionar o processo de formação dos chamados brasiguaios nos últimos vinte anos, compreendendo, principalmente quem são os brasiguaios a partir da conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário.

Ao mesmo tempo, ao fazermos referência ao Paraguai é impossível não trazer à tona um passado histórico de guerras, dentre as quais se destaca a da Tríplice Aliança, ocorrida entre 1864 e 1870. Este passado histórico faz com que percebamos, no íntimo, um olhar “desconfiado” dos paraguaios em relação aos migrantes brasileiros (leia-se “brasiguaios”).

Posteriormente à guerra, houve um longo período de inconstância econômica e política, com gravíssimas conseqüências para a população camponesa, acarretando indiferença e estagnação. Na década de 1950, as possibilidades sócio-econômicas, principalmente na América Latina, e a expansão de um processo de modernização com as novas formas de inclusão e de produção agrícola levaram o Paraguai a uma situação em que os sistemas agrários clássicos foram fortemente desvirtuados.

É exatamente neste período que se inicia o governo de Alfredo Stroessner, prometendo a transformação do país. Todavia, seu governo caracterizou-se por medidas que afetaram intensamente a agricultura tradicional paraguaia. Logo, foi de total responsabilidade do governo Stroessner a decadência da economia paraguaia que foi transformada, sim, pela formação de extensos latifúndios de exploração florestal a cargo, principalmente, do capital de grandes latifundiários brasileiros conhecidos na época por “colonizadores” e, atualmente “brasileiros no Paraguai”, arruinando totalmente as condições de vida da população camponesa do país. *Os dados apresentados pelo censo agropecuário, realizado em 1956, demonstraram claramente a concentração da propriedade da terra e a difícil situação dos camponeses.* (MORAES, 1996, p. 59).

Muitas das problemáticas levantadas fazem parte ou estão de alguma forma, ligadas a um universo mais amplo, e com o desenvolvimento de aportes teóricos, e ao aprimoramento do levantamento das fontes, foi possível especificar a relação de tal fato numa escala maior de compreensão, principalmente em torno de configurações sociais e geográficas.

Além disso, este trabalho teve como finalidade levantar questões pertinentes aos brasiguaios excluídos do processo produtivo no Brasil e no Paraguai frente à expansão do

agronegócio da soja. De forma alguma representa o conjunto de suas acuidades, mas mostra sua estreita afinidade.

A base fundamental para essa etapa da elaboração deve-se ao conhecimento que temos da região e, ao mesmo tempo, ao fato de ter nascido e vivido na região da fronteira oeste paranaense, ou seja, ter acompanhado, ainda que na adolescência, a luta dos expropriados de Itaipu e a fuga de milhares de camponeses expulsos da terra e atraídos por propagandas das colonizadoras para essa região do Paraguai. Acompanhamos de perto o início do retorno, quando do imenso acampamento levantado no município sul-matogrosense de Mundo Novo, enfim, de alguma forma, participamos do processo, primeiramente por ter vários parentes e amigos que viveram todas essas fases do deslocamento até o Paraguai e posterior retorno para o Brasil.

Lembro-me da aflição de meu pai, de meus avós (com a vogal fechada), de meus tios, por terem parentes vivendo nessa região do Paraguai e, também, por terem amigos envolvidos com a desapropriação de Itaipu ou com a brutalidade da polícia paraguaia quando da expulsão do território paraguaio em meados da década de 1980. Junto a essas questões, foram analisadas algumas pesquisas sobre a questão brasiguai, o que foi de grande valia para as investigações propostas neste estudo.

Uma análise rigorosa sobre a exploração da mão-de-obra brasiguai, camponesa e urbana, propiciada pela expansão do modelo agronegócio de produção no campo alto-paranaense é imprescindível e, para tanto, é indispensável compreender e diferenciar a categoria dos migrantes.

Os camponeses migrantes brasileiros, os chamados brasiguaios, que vivem no Paraguai ou perambulando pela fronteira, ora no Brasil, ora no Paraguai, são, em sua maioria esmagadora, membros de famílias de pequenos agricultores, alguns rendeiros, ou ainda, posseiros, trabalhadores braçais (peões) de grandes e médias propriedades, madeireiras e estabelecimentos agropecuários, atividades acessórias à reprodução camponesa. Nesse movimento, eles vivem um cotidiano que alterna a condição de estrangeiro com a condição de nacional, trabalhando com os mesmos numa lógica que coloca a reprodução física e social em primeiro lugar.

Haveria, contudo, muito mais a estudar sobre este tema. Poderíamos analisar exaustivamente a situação social dos brasiguaios, aprofundando na análise dos fatores que as determinam, tais como a política migratória e fundiária de ambos os países Brasil e Paraguai, seu peso numérico, sua importância na produção de riquezas, entre outros. Por ora, as condições

financeiras e de ordem temporal não permitiram tais análises, mas os aportes trabalhados nesta pesquisa parecem ser suficientes para dar conta das abordagens propostas.

Diferentemente do que a mídia apresenta com essa nova configuração política paraguaia, os verdadeiros brasiguaios sempre viveram sob ameaças e humilhações no país vizinho, inclusive por seus conterrâneos migrantes de maior poder financeiro.

Assim, as peculiaridades de uma nova situação na fronteira internacional e o possível aumento do espaço de negociação política, bem como do controle das migrações, exigem novas propostas de organização. Espera-se que os brasiguaios sejam incluídos nessas novas propostas, se é que elas realmente surgirão algum dia e, sobretudo, sejam tratados com respeito por sua história de resistência e obstinação, frente ao poderoso agronegócio. Resistência essa que se configura, por exemplo, na desterritorialização e re-territorialização.

O deslocamento de camponeses para território guarani iniciou-se com as políticas de incentivo ao setor energético dos governos ditatoriais do Brasil e do Paraguai na segunda metade do século XX, perpassando pela viabilidade do potencial energético do Rio Paraná. O deslocamento de pessoas, desde então, aumentou gradativamente até meados da década de 1980, com níveis que apontavam a presença brasileira nessa região do Paraguai de aproximadamente 15% de toda a população autóctone.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, assiste-se a um significativo retorno desses camponeses. A estrutura fundiária com suas bases na concentração de terras gera problemas de ordem internacional no lugar onde estão fixados os camponeses brasiguaios. É importante considerar como os camponeses buscam seus meios para se reproduzirem enquanto tais, buscando nessa nova fronteira agrícola, meios alternativos para lidar com interesses comuns e organizar esforços individuais e coletivos e, desse modo, contribuir com a redução das desigualdades.

O *Departamento de Alto Paraná* possui, ao todo, dezenove distritos, sendo que, para esse estudo, foram pesquisados os sete distritos que compõem a região norte do *Departamento*, sendo eles: *Ciudad Del Este* (Capital do Departamento), *Hernandarias*, *San Alberto*, *Minga Porã*, *Itakyry*, *Mbaracayú* e *Santa Fé Del Paraná*.

Sobre a questão dos brasiguaios, analisaremos o surgimento dessa identidade, que teve início no município de Mundo Novo, sul do Mato Grosso do Sul, em 1985, a partir do deslocamento de uma massa considerável de camponeses migrantes brasileiros expulsos da terra

em território paraguaio, muitos desses excluídos vindos da região norte do *Departamento de Alto Paraná*.

Esta pesquisa teve início ainda em 2006, para a elaboração da monografia de conclusão de curso. Foram três dias na região, tentando alguma entrevista, registrando imagens por meio de fotografias e conversando informalmente com as pessoas.

Em 2007 foram duas visitas à região, totalizando oito dias. Em 2008 fomos num final de semana à região norte do *Departamento* para um novo contato, tirando fotografias e buscando entrevistas. Nesta região do leste paraguaio, para este trabalho, conseguimos três entrevistas, uma com um brasiguaiio peão de um proprietário de terra; uma com o “brasileiro no Paraguai”, Lourival Maraskin, dono de uma média propriedade e uma com o paraguaio Daniel Rodríguez Rolón, casado com uma brasileira que, na época da entrevista (2008) se encontrava na *Colônia de San Ramón*, onde possui ainda uma pequena casa que a ela retorna de vez em quando, para, como ele mesmo diz, vai matar as saudades da terra de origem. Esse entrevistado, apesar de ser paraguaio, foi obrigado a vender sua pequena propriedade e se mudar para o Brasil em busca de melhores condições de vida. É importante destacar que na região em questão, é muito difícil conseguir alguma entrevista, mesmo com médios proprietários de terra que não são reconhecidos como brasiguaiios. Já com os brasiguaiios ainda é mais difícil, as pessoas tem medo de represálias, tanto no campo como na cidade. Também foi feita uma entrevista com João Jackson Morales na casa de seu pai no distrito de *Hernandarias*.

No Brasil foram oito entrevistas, uma com a senhora Denil, brasileira que viveu 25 anos na *Colônia San Ramón*, na região de *San Alberto*. Outra entrevista com o jovem João Jackson Morales, filho de brasiguaiios, desta vez na minha casa na cidade de Marechal Cândido Rondon. Seus pais foram para o Paraguai quando da construção da Hidrelétrica de Itaipu. Primeiramente viviam na região de *Mbaracayú*, onde possuíam 15 hectares de terra. Seu pai teve que vender a propriedade para um grande produtor e atualmente tem uma pequena propriedade (10 hectares) no distrito de *Hernandarias*. Jackson, como é conhecido, vive em Foz do Iguaçu. Atualmente está cursando turismo na UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná).

No município de Marechal Cândido Rondon entrevistamos o senhor Lindolfo Teleken e a senhora Ivone Teleken, camponeses que tiveram sua propriedade invadida pelas águas de Itaipu. Uma com o senhor Sadi Pavani, que no início da década de 1970 teve que vender sua propriedade sob ameaças de jagunços no município de Santa Helena. Outra entrevista com o

senhor Antoninho Maraskin, que apesar de ter comprado na década de 1980, 45 alqueires de terra na região de *Minga Porã*, posteriormente vendeu a seu irmão e preferiu viver no Brasil, no município de Santa Helena no extremo-oeste-paranaense. A outra entrevista foi com o brasiguaiio Paulo dos Santos. Este brasiguaiio, juntamente com seu pai, perdeu a pequena propriedade que tinham no distrito de *Itakyry* no início da década de 1990, porque não quiseram vende - lá a um grande proprietário de terra brasileiro conhecido na região e, atualmente trabalha de metalúrgico no município de Nova Santa Rosa, no oeste do Paraná.

Também foi feita algumas trocas de e-mail<sup>1</sup> com o Padre Alfredo Gonçalves da Pastoral do Migrante de *Ciudad Del Este* devido a dificuldade de encontrá-lo em sua residência, além de algumas informações obtidas na Igreja católica de Foz do Iguaçu e de um primo que é funcionário do posto de saúde do município, essas conversas que não podem ser consideradas entrevistas, no entanto, foram discutidas questões relacionadas aos brasiguaios. Três entrevistas realizadas, aonde as informações começaram a se repetir, indicando que poderia cessar com as mesmas.

No caso da Geografia, o território não poderia deixar de ser uma categoria geográfica das mais importantes. O território em questão, não deve ser compreendido como algo fechado, demarcado, mas determinado pelos processos históricos que lhes dão identificação, por conseguinte, maleável, aberto, em constante evolução, construção, carregado de lutas, incoerências e conflitos pelos atores sociais que dele fazem parte, empenhados principalmente na possibilidade de alteração e transformação do mesmo. Logo, “*o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas e políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural*”. (HAESBAERT, 2004, p, 79).

Este território, norte do *Departamento de Alto Paraná*, fronteira leste paraguaia, é o território onde os brasiguaios, de alguma forma, travam uma luta desigual frente à expansão do agronegócio, um território profundamente político e econômico de ocupação do espaço por esses atores. Portanto, “*o território é sim produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência*” (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

---

<sup>1</sup> Esta entrevista não é reproduzida aqui. A maioria das informações que o Padre Alfredo Gonçalves repassou-me constam das conversas informais, às vezes por telefone e mais freqüente por e-mail, geralmente não gravadas. Por isso fui levado a construir um relato cronológico citando as frases mais significativas.



Dessa forma, as reflexões são oportunas, para uma maior compreensão do processo de transformação onde estão envolvidos os chamados brasiguaios, sujeitos que enfrentaram a fronteira agrícola internacional para amansar as terras ou, simplesmente, ter o seu pedaço de chão para sua reprodução, até que chega o dia em que o capital, sem fronteiras, não necessita mais dos braços da grande maioria dos “amansadores de terra”, que são empurrados ao submundo da inclusão precária e, conseqüentemente da miséria, perambulando na fronteira à procura de um espaço para prosseguir com sua reprodução.

Esse novo sujeito, o brasiguai, que surgiu no processo de expulsão/exclusão e, inserido no contexto social dos dois países, são esses sujeitos a razão desse estudo. Como eles vêm e vivem a expansão das grandes fazendas monocultoras do agronegócio nessa região do Paraguai, seus anseios, conflitos, vontades e perspectivas de futuro, são questões postas nesse trabalho. Para tanto, essa dissertação será estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, caracterizaremos primeiramente o *Departamento de Alto Paraná* e os distritos que compõem a porção norte do *Departamento*, como também, as principais atividades desenvolvidas em cada um deles. Trataremos também da construção da Ponte Internacional da Amizade e de aspectos gerais da região supracitada.

No segundo capítulo, teceremos algumas considerações a respeito da história das migrações entre os dois países nas últimas cinco décadas: (Des-) territorialização e mobilidade na fronteira: a migração Brasil/Paraguai, e também, sobre quais os principais fatores que contribuíram para que uma grande massa de migrantes brasileiros atravessasse a fronteira para poder continuar sua reprodução como camponeses num território, senão estranho, diferente de suas origens.

Discorreremos ainda sobre a migração no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e, por conseguinte, sobre os desdobramentos da questão da expropriação provocada pela mesma, e como os agricultores se organizaram para a luta contra a injustiça das indenizações, culminando com o deslocamento de grande parte desses camponeses para o território paraguaio.

Procuramos também trazer para o debate alguns trabalhos já realizados sobre a questão de Itaipu e sobre a população atingida pelos efeitos da barragem, para investigar o que já havia sido produzido sobre os expropriados, buscando assim problematizar e apontar perspectivas em torno do que já havia sido produzido. Em resumo, buscaremos apresentar as diversas produções

que versam sobre a população atingida por Itaipu para verificar como seus autores perceberam a ação dos sujeitos no decorrer do processo.

No capítulo três, abordaremos as representações na fronteira e a construção da identidade brasiguaiia. O leste paraguaio, região historicamente cobiçada, devido à grande fertilidade de sua terra, e hoje de extrema importância para políticas estratégicas do MERCOSUL, foi palco de um intenso deslocamento de pessoas, principalmente camponeses com pouca ou nenhuma terra, de meados da década de 1960 até início da década de 1980, a ponto de se estabelecer na região uma territorialidade específica, composta por trabalhadores brasiguaios, cujas dimensões não são totalmente conhecidas devido ao grande fluxo de migrantes ilegais para a região.

Outra questão é o surgimento da expressão e depois a identidade *brasiguaiio*, como surgiu e se generalizou esse termo. Trata-se, como veremos no decorrer do trabalho, de uma definição problemática, espelho das realidades vividas por camponeses ou ex-camponeses, expulsos para as periferias das cidades da fronteira, residentes ou ex-residentes do território paraguaio, próximo à fronteira internacional com o Brasil. Para analisar esta questão foi preciso trilhar o surgimento, as transformações e os ajustamentos da identidade brasiguaios, assim como sua pertinência aos diversos grupos circunstancialmente cobertos por ela.

Discutiremos a questão dos conflitos existentes entre camponeses paraguaios e brasiguaios, o preconceito entre “brasiguaios” e “brasileiros no Paraguai”, ou seja, entre os migrantes camponeses pobres e os grandes e médios produtores, os ricos. Milhares de agricultores brasileiros não aceitam a identificação de brasiguaios por se sentirem, provavelmente, diferentes dos demais pelo fato de terem alcançado certa estabilidade econômica ou por serem protegidos pelas autoridades paraguaias que, por conseguinte, combatem qualquer movimento de luta pela terra na região.

No quarto capítulo, será discutida a expansão do agronegócio na região norte do *Departamento de Alto Paraná*, a exploração da mão-de-obra brasiguaiia pelos grandes e médios proprietários de terra e como os trabalhadores rurais em geral sobrevivem à expansão desse modelo de produção no campo paraguaio, como também, quais as implicações dessa expansão na vida desses camponeses.

Posteriormente, indicaremos alguns desdobramentos do uso massivo de agrotóxicos e da devastação do meio ambiente, provocados principalmente, pelos grandes proprietários de terra.

Essa questão tornou-se um dos maiores problemas para os pequenos agricultores camponeses brasiguaios e a minoria de campesinos paraguaios.

Apontaremos ainda, aspectos do desflorestamento dessa região do Paraguai por causa da expansão das grandes propriedades. A região norte do *Alto Paraná*, até poucas décadas, era praticamente tomada pelas exuberantes florestas, tendo-se transformado, nos últimos tempos, num imenso “*vazio verde*”. Analisamos também como os “brasileiros no Paraguai”, ou seja, os migrantes ricos dominam a produção de soja na região norte oriental, tendo a mão-de-obra brasiguaiia como pilar de sustentação dessa produção, especialmente no distrito de *San Alberto e Minga Porã*, onde a maioria da população é migrantes do Brasil e o português se mistura ao espanhol nas ruas. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, em que buscamos sintetizar as idéias principais deste estudo. Traremos à discussão, ainda outros elementos provenientes de outras concepções da questão da terra de trabalho e de sobrevivência dos migrantes brasiguaios.

## **CAPÍTULO I**

### **1. REGIÃO NORTE DO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ.**

#### **1.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIÃO NORTE DO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ – PARAGUAI<sup>2</sup>.**

Países contíguos, Brasil e Paraguai demarcaram suas fronteiras por meio de um tratado de limites firmado em 1872<sup>3</sup>, como decorrência da nefasta Guerra da Tríplice Aliança. A fronteira entre Brasil e Paraguai estende-se por 1.365,4 km, sendo 928,5 deles estabelecidos para rios, e o restante pelo procedimento de divisor de águas<sup>4</sup>.

Na Tabela 1 temos alguns dados gerais sobre os dois países. Nela podemos verificar algumas das diferenças sócio-econômicas e territoriais que foram se configurando no processo de constituição dos dois países.

---

<sup>2</sup> O Paraguai definiu suas fronteiras com o Brasil, nos séculos XVII e XVIII, estabelecendo os limites nos tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777): que definiram que os domínios se estendiam desde o Rio Uruguai ao sul, seguindo sua delimitação pelo Arroio Pepiri Guaçu, Rio Iguacu, Rio Paraná até as Cordilheiras de Mbaracayú e Amambay e o Rio Paraguai até o Rio Negro. Com a independência, em 1811, o Paraguai permanece com as mesmas fronteiras estabelecidas com os portugueses (Brasil) nos tratados de Madri e Santo Ildefonso. No início da colonização, o território paraguaio abrangia maior parte da América do Sul, sendo chamado de Província Gigante das Índias. Os limites deste território foram assim descritos pelo historiador Efraim Cardozo. “Ao norte as regiões amazônicas e ao sul as terras do estreito de Magalhães; no oriente a linha de demarcação com Portugal (Tratado de Tordesilhas) e o oceano Atlântico; cordilheira dos Andes formam os lindeiros destinados a província do Rio da Prata”. Pode-se afirmar que esse território nunca existiu de fato, pois os espanhóis nunca exerceram o domínio efetivo, sendo apenas área definida pelo Tratado de Tordesilhas, algo muito diferente da posse e controle da área através da fundação de vilas, fortes e ocupação efetiva. Existe referências ao Vice-Reinado do Rio da Prata, que teria abrangido uma área semelhante a chamada Província Gigante das Índias. (MENEGOTTO, 2004, p. 24 – 28).

<sup>3</sup> Este tratado teve seu texto modificado e atualizado em 1927.

<sup>4</sup> Explicitando que para a construção da Hidrelétrica de Itaipu no projeto apresentado em 1973, os engenheiros afirmaram que a obra não interferiria nos limites propostos em 1927.

**TABELA 1:** Brasil e Paraguai dados gerais.

| País            | Território (Km <sup>2</sup> ) | População (milhões) | PIB (em US\$ bilhões) | PIB (per capita, em US\$) | Índice de Desenvolvimento Humano - IDH |
|-----------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------|--|
| <b>Brasil</b>   | 8.547,4                       | 183,9               | 1.310,00              | 9.700                     | 64 <sup>a</sup>                        |
| <b>Paraguai</b> | 407,7                         | 6,8                 | 0, 26                 | 4.000                     | 105 <sup>a</sup>                       |

**FONTE:** Pastoral do Migrante (Foz do Iguaçu).

**ELABORAÇÃO E CONFECCÃO:** FERRARI, C. A. (2008).

A economia paraguaia depende basicamente da agricultura, praticada por cerca de 50% da população, ainda que boa parte do território não seja agricultável. A soja destaca como um dos principais produtos, ao lado do milho, mandioca, banana, cana-de-açúcar, algodão e em pequena quantidade, arroz, café, fumo e erva-mate. A lavoura de soja proporcionou considerável crescimento econômico, principalmente no *Departamento de Alto Paraná* e, sobretudo a região norte, quase que inteiramente com investimentos de agricultores que imigraram do Brasil, chegando a transformar o Paraguai em um dos principais países exportadores da oleaginosa.

A região pesquisada compreende o que corresponde ao norte do *Departamento de Alto Paraná*, que abriga um grande número de migrantes brasiguaios e insere-se no atual contexto social, econômico e político de ambos os países. Sua contigüidade geográfica e cultural requer um aprofundamento nas investigações a fim de que seja caracterizada de forma mais adequada.

O *Departamento de Alto Paraná* está situado a oeste da região oriental, entre o paralelo de 24° 30' e 26° 15' de latitude Sul e os meridianos 54° 20' e 55° 20', de longitude Oeste.

A região do *Alto Paraná*, até 1945, englobava desde as cordilheiras de *Mbaracayú*, ao norte, até *Encarnación*, ao sul, e do Rio Paraná, ao leste, até uma linha imaginária entre este rio e o Rio Paraguai, ao oeste, numa extensão de aproximadamente 100 quilômetros, que forma a divisão de águas entre as duas bacias hidrográficas do país. Esta linha imaginária passava, também pelas cordilheiras de *Caaguazú*.

O clima úmido, com uma temperatura média anual em torno dos 23° C e uma pluviosidade média de 1.800 mm ao ano, confere à região norte uma ampla e extraordinária diversidade de espécies vegetais e animais, onde há ainda duas reservas biológicas: a de *Limoy* e a de *Itabó*.

Os principais afluentes do Rio Paraná nessa região do *Departamento* são os rios *Acaray* e *Monday*. O primeiro, ao norte, com uma bacia hidrográfica de 1.004.000 hectares, e o *Rio Monday*, ao sul, com uma superfície de 692.000 hectares. Os rios mais importantes, além desses dois, são o *Ñacunday* e o rio *Yacuí Guazú*, sendo este último a divisa limítrofe entre o *Departamento de Alto Paraná* e o *Departamento de Itapúa*. Os afluentes do *Monday* são os rios *Santa Lucia*, *Yata 'i*, *Guembety Guazú*, *Acãpytã*, *Ycuá Pytã*, *Piroy*, *Ybú* e o *Cabayú Cangüé*. Segundo os estudos de SILVA (2007, p. 87):

En total, la cuenca hidrografica del Paraná, totalizan treinta y cuatro rios. Son causes hídricos con agua permanente durante todo el año. O Rio *Acaray* es navegable para embarcaciones pequeñas, desde el embalse de la represa hidroeléctrica, rio arriba, hasta su nacimiento. Rio abajo, el cauce se encuentra totalmente seco, interrumpido por la esclusa de la represa del *Acaray*.

Verifica-se que grande parte do *Departamento de Alto Paraná* e, aí inclusa a porção norte, é formada por terras altas e onduladas. As áreas próximas ao Rio Paraná apresentam altas barrancas em todo o curso do rio, de norte a sul. Como se trata de uma extensão das terras do extremo oeste paranaense – terras vermelhas e férteis, tendo o basalto como rocha endógena – essas terras são adequadas a todo o tipo de cultivos oleaginosos como, por exemplo, soja, milho, girassol, arroz e sorgo, e também árvores frutíferas como a laranja, o mamão, a tangerina, etc.

Nas décadas de 1940/50, o *Departamento de Alto Paraná* oferecia plantações de erva-mate, hortelã, palmito, tung, etc. Além disso, a fertilidade do solo permite o cultivo de tubérculos, como a mandioca, batata, nabo, etc.

Compreender o contexto do surgimento do *Departamento de Alto Paraná* e os distritos que compõem a porção norte é de fundamental importância para o estudo da exploração dos brasiguaios pelo agronegócio<sup>5</sup> nessa faixa de fronteira, uma vez que essa região do *Departamento*

---

<sup>5</sup> Agronegócio é a face neoliberal do capitalismo no campo. Essa nova forma de territorialização do capital no campo se materializa a partir de uma integração de capitais que vai construindo cadeias produtivas que abrangem as esferas da produção e circulação dos produtos agropecuários. Isso significa domínio de: mercado de insumos sementes, herbicidas, das técnicas e tecnologias de produção desde máquinas e implementos agrícolas, até pesquisas científicas em áreas como genética e biotecnologia, entre outras; dos sistemas de financiamento; das indústrias de beneficiamento; dos sistemas de transporte; das redes de comercialização. Para Fernandes (2004), o Agronegócio é o novo nome de um velho fenômeno, *é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista*.

Mas o que percebemos a partir de uma análise mais aprofundada é que o agronegócio é muito mais que um novo apelido para o velho sistema “plantation”. Consideramos que trata-se de uma nova forma de territorialização do capital no campo, forjada num contexto de políticas neoliberais e de intensificação dos processos de concentração e

*de Alto Paraná* é composta, em sua maioria, por “brasileiros no Paraguai” em menor número e pela maioria absoluta de “brasiguaios” (aproximadamente 80% da população). No entanto, não se trata de uma região homogênea, apresentando diferentes territorialidades quanto a suas características sócio-culturais. Até meados da década de 1960, a região norte de *Alto Paraná* era habitada apenas por uma população nativa guarani, e constituída por uma vegetação exuberante, rica em recursos naturais:

Nesse contexto, quando da criação do *Departamento de Alto Paraná*, a falta de estratégias do governo para o desenvolvimento dessa faixa de fronteira - já que até meados do século XX a divisão política administrativa interna se circunscrevia ao entorno da capital e sua área de influência mais próxima - incidiu enormemente na divisão política do território paraguaio. Assim, o restante do território nacional encontrava-se livre de qualquer interesse de povoamento pelo não-índio, tanto na região oriental, como na ocidental. Por isso, pela grande disponibilidade de terras, os domínios da propriedade privada se intensificaram e os pseudocolonizadores, principalmente latifundiários brasileiros, adquiriam imensas áreas de terra no interior do *Departamento* para fins específicos de especulação fundiária.

Inicia-se, nos primeiros anos da década de 1950, um reordenamento geopolítico do território nacional. No ano de 1945, o governo nacional decretou a criação de dois novos departamentos na região oriental. O primeiro foi o *Departamento de Amambay* e o outro, precisamente o de *Alto Paraná*. A partir de então, sanou-se, com isto, o problema do *Departamento de San Pedro*, que, em termos administrativos, começava como cabeceira sobre o *Rio Paraguay* e terminava no Rio Paraná, sem nenhum meio de comunicação economicamente viável de um extremo a outro.

Praticamente, a exuberante selva de *Alto Paraná*, além de impenetrável, era totalmente ignorada pelos governantes. O que não se pode afirmar com exatidão é se tal esquecimento foi proposital, ou seja, se essa rica zona, ao que parece, foi parte de uma manipulação dos

---

centralização do capital em múltiplas escalas, especialmente mundial.

Segundo. (APARICIO apud TEUBAL, 2007, p. 140-157). Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. [...] O modelo agronegócio é uma alteração rumo a um sistema de pura exclusão em relação à agricultura familiar e campesina. De exclusão e de maior desigualdade que no período anterior, no que se refere à mão-de-obra, posto que o trabalho é substituído por novas formas de organização laboral. No agronegócio, o trabalho torna-se escasso e mal remunerado.

governantes, já que houve a venda massiva de terras aos grandes latifundiários brasileiros sem respeitar a floresta, entre outros, a partir das décadas de 1950/60.

Podemos observar no mapa 1 a seguir, a divisão política do Paraguai na primeira metade do século XX (1906/45). Percebe-se que, naquele momento, existiam somente treze *Departamentos*. O *Departamento do Chaco* englobava toda a parte ocidental do país. O que atualmente é o *Departamento de Alto Paraná* era, naquela época, o *Departamento de Encarnación*, cujo nome foi dado, posteriormente à capital do *Departamento de Itapúa*. Pode-se notar ainda, a extensão do *Departamento de San Pedro* que, atualmente, é o *Departamento* onde possui uma intensa luta pela posse da terra, berço dos movimentos sociais no Paraguai. Também vemos o amplo domínio de *Encarnación*, sobre a cabeceira do Rio Paraná, que abarcava até quase as *Cordilheiras de Mbaracayú*.

Atualmente, centenas de grandes proprietários de terra brasileiros se dedicam a monocultura de soja no *Departamento de San Pedro Del Ycuamandiyú*. Eles são acusados pelos movimentos sociais de luta pela terra na região de não respeitar, entre outras coisas, as leis ambientais do país. Em 2008, segundo um médio produtor de *San Alberto* que iria comprar terras na região de *San Pedro*, campesinos paraguaios prepararam e ocuparam mais de 70 propriedades de sojeiros brasileiros.

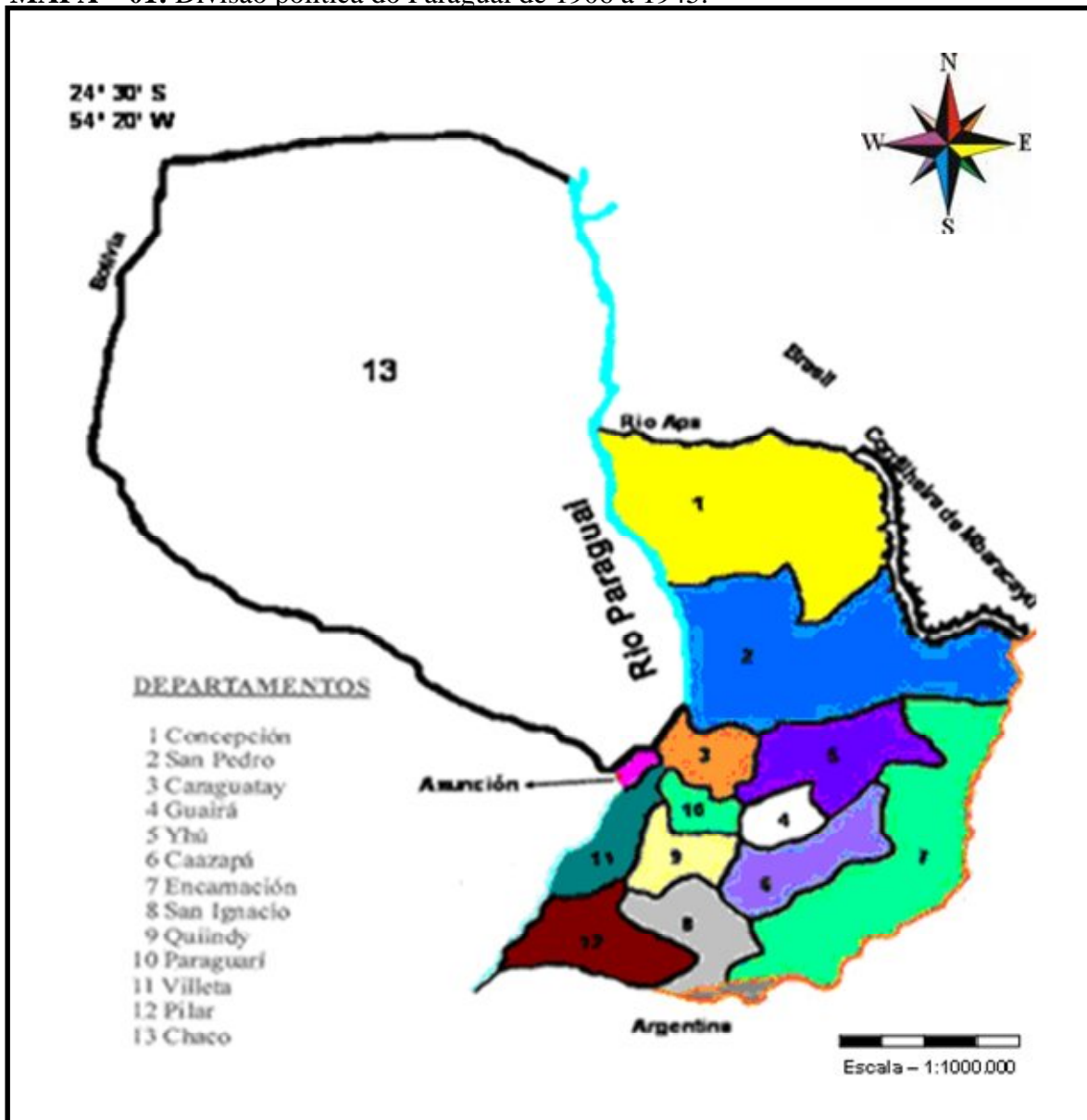
Verdadeiramente, no *Departamento de San Pedro Del Ycuamandiyú* como em outros departamentos centrais, a expressão “brasiguaios” se resume a todo e qualquer migrante oriundo do Brasil, não existe ainda a questão de classe e, conseqüentemente a distinção entre “brasiguaios” e “brasileiros no Paraguai” na região, talvez pelo fato dos grandes proprietários de terras brasileiros terem começado a exploração das terras a partir da década de 1990. Isso ainda não se faz presente em *San Pedro Del Ycuamandiyú*, ao contrário da faixa leste que existe uma grande diferença entre ser brasiguaiou ou não. Pelo mapa 1 ainda, percebe-se que o *Departamento de Alto Paraná* era uma parte do *Departamento de San Pedro Del Ycuamandiyú* até as *Cordilheiras de Mbaracayú*, e a outra parte pertencia ao *Departamento de Encarnación*, formando uma superfície aproximada de 25.000 Km<sup>2</sup>. O *Departamento de Encarnación*, pela sua densa floresta, não permitia a penetração para a povoação nessa parte do país. Além disso, a selva abrigava animais selvagens e grande quantidade de índios organizados em tribos.

É notório que em todo o território paraguaio os recursos naturais já se encontram em estado de degradação e, em alguns casos em situação extrema. Neste estado se encontra o



*Departamento de San Pedro Del Ycuamandiyú*, onde a degradação provocada pela concentração das terras para o agronegócio é alarmante, principalmente a partir da década de 1990. Ao longo da história do *Departamento*, os agricultores originários das populações nativas, isto é, indígenas e mestiças, denominados campesinos, do meio rural, sofreram a exclusão social em decorrência de um acesso adstrito a terra e ao capital.

**MAPA – 01:** Divisão política do Paraguai de 1906 a 1945.



**FONTE:** (SILVA, 2007).

**ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO:** FERRARI, C. A.

Este processo teve como consequência a incapacidade de capitalização em meios de produção, acarretando o estado atual de estagnação social e produtiva.

Vale ressaltar que a partir desses primeiros anos do século XXI, observa-se uma expansão considerável da área cultivada com soja na bacia do rio Paraguai, ocasionando uma série de problemas sociais e ambientais para esse *Departamento*. A sociedade local confere à expansão do agronegócio da soja na região como a principal causa da problemática agrária atual das famílias camponesas. Dessa forma, é visível a relação da expansão da soja, as políticas públicas e os problemas que enfrentam as famílias camponesas na atual conjuntura agrária do *Departamento de San Pedro Del Ycuamandiyú*. Desta forma, organizações camponesas, que são várias nos departamentos centrais, mostram-se contrários à expansão da soja, denunciam a ineficiência das instituições públicas e a falta de espaços de discussão com os agentes do Estado na busca do desenvolvimento rural. Estamos citando o *Departamento de San Pedro* nesta parte do trabalho, exatamente por se diferenciar muito do *Departamento de Alto Paraná* no que concerne a luta pela terra.

A partir da demarcação territorial, com a divisão política em departamentos, a região do *Alto Paraná*, que passou a existir de fato em 1945, tem sido de interesse e cobiça dos grandes capitalistas fundiários, que fixaram seus olhos por este vasto território. Posteriormente foram “vendidas” imensas áreas de terras para pseudocolonizadores brasileiros ao capricho dos governantes, por migalhas, sob pretexto que era a única forma de chegar o progresso e a civilização na região. (SILVA, 2007). A partir de meados de 1950 continuaram a serem adquiridas do Estado extensas áreas de terra pelos pseudocolonizadores, muitas até feitas a bordo de um monomotor, a preços irrisórios sob o pretexto já citado anteriormente.

Después da guerra contra a Triple Alianza, los gobernantes de turno, quienes vilipenciaron y desangraron a la nación paraguaya, supuestamente, con la finalidad de “proteger” de las probables invasiones por los portugueses, que desde tiempo inmemorial, acosaron e invadieron al Paraguay, por médio de los bandeirantes, conocidos como los piratas del Paraná, quienes persiguieron y diezmaron al pueblo paraguayo. “Viendieron” a precios irrisorios al mejor postor, so justificación de que el Paraguay, debía enajenar las tierras improdictivas, para que de esa forma se pudiera “recaudar para el fisco”, porque el arca del Estado estaba vacia. (SILVA, 2007, p. 76).

No mapa 2, entretanto, observa-se a formação atual do *Departamento de Alto Paraná*, com destaque para a região norte.

MAPA – 02: Departamento de Alto Paraná – 2007.



FONTE: (SILVA, 2007).

ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

No total, sete distritos compõem essa porção norte oriental que serão analisados neste trabalho: *Ciudad Del Este* que, também é a capital do *Departamento*, *San Alberto*, *Mbaracayú*, *Minga Porã*, *Itakyry*, *Hernandarias* e *Santa Fé Del Paraná*, este último criado em 2003.

*Ciudad Del Este*, a capital, localiza-se à latitude sul 21° 58' 0''; longitude oeste 57° 55' 60'', com uma altitude entre 300 e 320 metros em relação ao nível do mar. A área total dessa região pesquisada é de aproximadamente 7.300 quilômetros quadrados.

Vale destacar que a porção norte do *Departamento de Alto Paraná* conta atualmente com várias colônias<sup>6</sup>, dentre as mais importantes se destacam: *Santo Tomás, Maria Auxiliadora, Itaipu Porã, Pikyry, Itaipyte, San Jorge, San Francisco Javier, Lote 09, San Ramón*.

## 1.2 O PROCESSO DE POVOAMENTO.

O *Departamento* teve momentos distintos de povoamento. Até 1960 apresentava uma população eminentemente indígena, com um número muito pequeno de campesinos e migrantes. De 1960 até meados da década de 1970, o *Departamento* e, em especial, a porção norte, registrou um fenômeno de crescimento populacional, devido, principalmente, à migração de brasileiros para o país vizinho. Destaca-se que, de 1950 ao início dos anos 1980, a população rural apresentava um predomínio absoluto sobre a população urbana, atualmente ainda predomina, no entanto vem perdendo população nos últimos 20 anos.

O *Departamento de Alto Paraná* experimentou uma mudança muito interessante no que se refere à povoação, em relação a outros *departamentos*. Nesse contexto, foi relevante a construção de infra-estrutura básica, como por exemplo, a pavimentação da *Ruta 07*, a conexão com o Brasil através da construção da Ponte da Amizade, a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a construção da represa de *Acaray*. Devemos observar que tudo isso se deve à expansão agrícola na região a partir dos anos 1970. O processo de ocupação do *Departamento de Alto Paraná* atraiu principalmente latifundiários brasileiros, além de migrantes de outras partes

---

<sup>6</sup> Colônia é um termo oriundo do sul do Brasil e utilizado na região para definir a quantidade de terras que um agricultor possui, sendo que uma colônia equivale a dez alqueires ou 24,2 hectares e meia colônia equivale a cinco alqueires ou 12,1 hectares. Ainda conforme Jean Roche, na Alemanha, o termo “Kolonist” designa o homem que desbrava e cultiva a terra e “Kolonie” o lote ou estabelecimento rural. Para Loraine Slomp Giron (1980, p. 64) “estabeleceu-se a denominação de colônia para designar as terras destinadas ao recebimento dos imigrantes europeus, que tinham como objetivo o estabelecimento da pequena e média propriedade no Brasil. É esta a designação dada pela legislação imperial”. No caso brasileiro, as colônias destinavam-se a receber estrangeiros, ao menos preferencialmente. Ascolônias norte-americanas, a médio prazo, transformar-se-iam em estados, no caso brasileiro em municípios. (GREGORY, 2002, p. 23).

da América do Sul, mas, em menor proporção, assim, a região converteu-se num pólo regional do Paraguai.

Inicialmente, foi à exploração da erva-mate e da madeira. Quando estes recursos escassearam, a atração foi a plantação mecanizada, especialmente da soja.

Segundo Padre Alfredo Gonçalves, da Pastoral do Migrante de *Ciudad Del Este*, no final do século XX e início do XXI, estima-se em 800.000 habitantes a população do *Departamento*, sendo aproximadamente 450.000 na região norte<sup>7</sup>, incluindo-se aí a população legal e a ilegal. Segundo os dados oficiais do governo paraguaio, a população da capital *Ciudad Del Este* é de 222.274 habitantes e de *Hernandarias* 63.248 habitantes, e o total do *Departamento de Alto Paraná* corresponde a 563.100 habitantes. Ressalte-se que os dados oficiais do Paraguai levam em consideração apenas os migrantes legais. Entretanto, (SILVA, 2007) considera o mesmo percentual levantado pela Pastoral do Migrante, ou seja, *Ciudad Del Este* com aproximadamente 380.000 habitantes e *Hernandarias* com aproximadamente 80.000 habitantes. Destaque para essas duas cidades, uma capital do *Departamento* e outra a segunda cidade mais antiga do Paraguai.

Devido a suas características histórico-geográficas, o *Departamento* tem orientado suas atividades econômicas, além logicamente da soja que é o ícone do “desenvolvimento” na região, para o comércio e para o turismo, especialmente em *Ciudad Del Este* e *Hernandarias*, cujos atrativos, nesta área, têm sido a represa de Itaipu Binacional, o salto do *Rio Monday* e o fácil acesso às Cataratas do Iguazu através da Ponte Internacional da Amizade sobre o Rio Paraná, por onde se canalizam também o comércio internacional de sua grande produção de soja.

Entretanto, a expansão do agronegócio na região provocou um cinturão de miséria em torno das cidades da fronteira, principalmente *Ciudad Del Este*. Porém, é na periferia de Foz do Iguazu, no Brasil, que se registra o maior índice de pobreza, reflexo da exclusão social<sup>8</sup> patrocinada pelo agronegócio no campo da região norte do *Alto Paraná*, principalmente.

---

<sup>7</sup> Apesar de ter havido o censo populacional no Paraguai em 2002, que estimou a população em 108.000 migrantes brasileiros e brasiguaios, o Padre Alfredo acredita que os dados estão subestimados, já que os órgãos governamentais contabilizam somente os migrantes legais.

<sup>8</sup> El concepto de exclusión social puede permitir aún más el avance en la discusión sobre la pobreza y las alternativas para encararla. El mismo apunta a la ruptura de lazos sociales entre el individuo y la sociedad, que es cultural y moral; esta categoría permite pensar los procesos a través de los cuales individuos o grupos son excluidos parcial o totalmente de la participación de la sociedad en la cual viven; en esta mirada los procesos de exclusión afectan a grupos sociales específicos, tal los casos que afectan a colectividades indígenas, y que incluyen la invasión de sus tierras por parte de campesinos y acciones discriminatórias de otros sectores de la sociedad basadas en prejuicios muy arraigados.

Com a expansão das grandes propriedades do agronegócio, os camponeses brasiguaios são ameaçados por campesinos exógenos aos movimentos sociais no Paraguai a vender sua propriedade. Como muitos dos camponeses brasiguaios resistem em vender, são expulsos de suas terras por esses campesinos muitas vezes somente com a roupa do corpo. Sem condições e sem terra para trabalhar e continuar sua reprodução, muitos desses brasiguaios desterritorializados expandiu a periferia das cidades da fronteira, principalmente de Foz do Iguaçu.

Através das viagens realizadas durante a pesquisa de campo na região norte do *Departamento de Alto Paraná*, foi possível perceber que uma parte considerável da capital *Ciudad Del Este* e, praticamente todo o interior da região, se encontra numa situação considerada favorável em termos nacionais no que diz respeito à qualidade de vida em comparação com o restante país. No entanto, esta situação favorece somente os chamados “brasileiros no Paraguai”, grandes e médios produtores, empresários, comerciantes e altos funcionários dessas empresas, os brasiguaios não foram alcançados por esse favorecimento. Conforme aponta SILVA (2007, p. 126): “*El 18,5% de sus hogares registra carências en esta NBI<sup>9</sup>, porcentaje inferior en 4,1 puntos porcentuales al valor nacional [...] Itakyry aparece con 38,4% con el mayor entre os distritos do Norte*”. No entanto, a partir de 1985, a população rural foi decrescendo.

### **1.3 O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO RURAL DO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ.**

A acelerada urbanização, também reflexo da expansão do agronegócio na região, expandiu a capital *Ciudad Del Este* e, do lado brasileiro da fronteira, a cidade de Foz do Iguaçu, como também outras cidades menores em ambos os países.

---

El concepto se focaliza en carácter multidimensional de las privaciones, en la medida que la gente que sufre privaciones tiene muchas desventajas: trabajo precario, ingresos insuficientes, etc, y permite focalizar la discusión en procesos, mecanismos e instituciones que excluyen a la gente de una participación efectiva en su sociedad; en esta medida va más allá de la descripción estática de las privaciones y permite identificar problemas y opciones para solucionarlos. (FOGEL, 2002, p. 31).

<sup>9</sup> NBI (Necessidades Básicas Insatisfeitas). Definem-se como o conjunto de requerimentos de índole física, psíquico ou culturais, cuja satisfação é condição necessária para o funcionamento e desenvolvimento dos seres humanos de uma determinada sociedade. As quatro necessidades básicas consideradas são: qualidade de vida, infraestrutura sanitária, acesso a educação e capacidade de subsistência. (RIQUELME, 2003, p. 73).

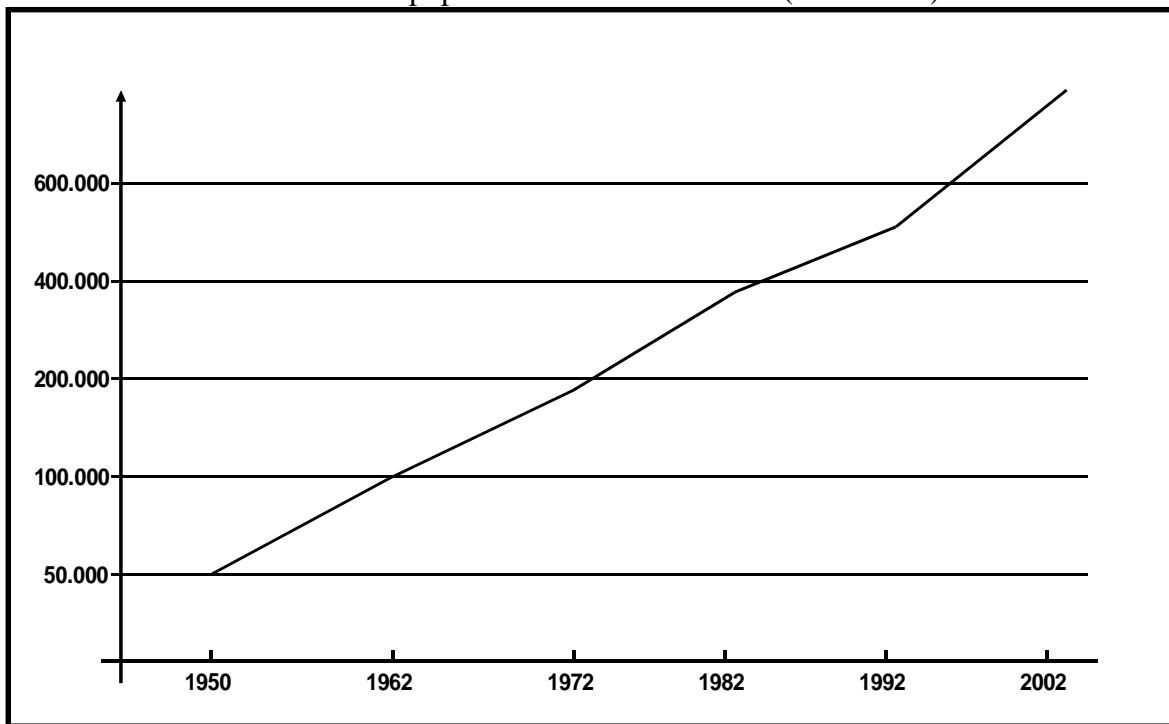
El crecimiento poblacional, en la primera etapa, fue de 11%, mientras que en la segunda, hubo una decreciente en el índice del crecimiento demográfico, llegó a una reducción del 7%. Sin duda alguna, que para cuando eso, las grandes obras ya habían concluído. Fue la que marcó la pauta, para que se de la desaceleración en el crecimiento poblacional. Paradójicamente, aunque se haya reducido el ritmo del crecimiento en el período mas reciente, su población há experimentado el mayor incremento de toda su historia. El aumento de la población siguió creciendo en proporción geométrica. El censo de año 1982, arrojo una población de 206.940 personas. Para el censo de 1992 se llegó a la frontera cantidad de 406.584 habitantes. Según el crecimiento demográfico presentado por la DGEEC. La estimación de la población para los próximos diez años, si sigue la proporción del crecimiento, el 2002 debería estar alrededor de 800.000 habitantes. Con la proporción de crecimiento registrado hasta ahora, se podría hacer una estimación para los próximos 10 años, para el 2012, que la población de Alto Paraná, llegaría a 900.000 habitantes. (SILVA, 2007, p. 139).

Observando a evolução dos *Departamentos de Canindeyú, Caaguazú, Amambay e Caazapá*, o *Alto Paraná* se distingue e, em especial sua porção norte, como a que mais cresceu populacionalmente nos últimos 40 anos. No gráfico – 1 a seguir, percebe-se que a população dobrou em todo o *Departamento de Alto Paraná* a partir de 1982. Tal crescimento se deve, principalmente, aos distritos de *Hernandarias, Ciudad Del Este, Naranjal, D. Martínez de Írala, Juan León Mallorquín, Juan Emilio O’Leary e Santa Rita*. Destes, somente *Hernandarias* e a capital *Ciudad Del Este* pertencem à região norte do *Departamento*, ao passo que o restante dos distritos estão situados ao sul. Entretanto, distritos do norte como, *San Alberto, Itakyry e Minga Porã*, perderam população rural nas últimas duas décadas.

Com o apoio do Instituto de Bienestar Rural (IBR), órgão fundiário paraguaio criado em 1963, extensas áreas de terra foram transformadas em projetos de colonização privados, principalmente a partir de meados da década de 1980. Muitos destes projetos tendo como sócios militares paraguaios ligados ao governo. A oferta de terras férteis e baratas, amplamente divulgadas pela imprensa no sul do Brasil, atraiu milhares de famílias de pequenos proprietários vindas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para essa região do *Departamento de Alto Paraná*. Porém, com a implementação do agronegócio esses camponeses tipicamente de produção familiar estão sendo expulsos das terras que, em muitos casos, já se encontravam a mais de 25 anos vivendo e trabalhando na região, e isto se reflete no crescimento da periferia das cidades marginais e, conseqüentemente o esvaziamento do meio rural.

Nesse sentido, é difícil apreciar a dimensão das variações observadas no âmbito das re-imigrações provocadas pela expansão do agronegócio na região através do tempo e no ritmo de crescimento de cada uma das divisões político administrativas dos distritos que compõem a porção norte do *Departamento de Alto Paraná*, pois, quase todas tem sido objeto de desmembramento a cada período que acontece os censos, seja para a criação de novos distritos, como é o caso do distrito de *Santa Fé Del Paraná* criado no ano de 2003, ou pela modificação dos limites já existentes

**GRÁFICO – 01:** Crescimento populacional do Alto Paraná (1950/2002).



**FONTE:** (SILVA, 2007).

**ELABORAÇÃO E CONFECCÃO:** FERRARI, C.A.

Todavia, alguns distritos da porção norte do *Departamento de Alto Paraná*, tiveram suas extensões modificadas entre os censos de 1982 e 1992, especialmente *Hernandarias e Itakyry*. Por sinal *Itakyry* foi que sofreu maior impacto demográfico, ou seja, foi o distrito que mais perdeu população com o advento da expansão do agronegócio na região. Logo, entre as cidades, além da capital do país, *Asunción*, a que mais recebeu população foi a capital do *Departamento de Alto Paraná*, *Ciudad Del Este*, exatamente pela expulsão dos camponeses.



Por outra parte, pode-se afirmar que a população urbana da região norte do *Departamento* está basicamente composta pelos habitantes de *Ciudad Del Este*, em torno de 380.000 habitantes, ou 59%, e de *Hernandarias*, em torno de 80.000 habitantes, ou 13%. Estas duas cidades, *Ciudad Del Este* capital do *Departamento* e *Hernandarias* a segunda maior cidade e o segundo maior distrito do *Departamento*, absorvem 70% da população urbana da região. Essas duas cidades-distritos, situadas na porção norte, absorvem mais da metade da população total legal do *Departamento*. Entretanto, Segundo Silva (2007), a população de migrantes originários do Brasil nessa região do *Departamento* representa uma massa importante, e vivem em sua esmagadora maioria, nas áreas rurais. Assim:

En función a la actividad económica que caracteriza a cada uno de los grupos humanos, estos se localizan ya sea em áreas urbanas o rurales. Residen en áreas urbanas los que se dedican a actividades inherentes a ellas, tales como comercio y los servicios. Coherente con lo expresado, sobresalen por su predilección por las áreas urbanas, los coreanos (99,6%), los del Oriente Medio (99,4%), y los chinos (99,3%). Los argentinos (81,9% y los del resto de América (55,4%) que incluye con mayor peso a los uruguayos y chilenos, quienes también han escogido las áreas urbanas, pero en menor proporción que los antes citados. A los que se ocupan en actividades agropecuarias se los encuentra en las áreas rurales, entre quienes están en primer lugar los brasileños (79,8) cuya inmigración alcanza magnitudes elevadas, 86% del total de inmigrantes externos. Integran también la población de Alemania, España e Italia, y los japoneses (14%). (SILVA, 2007, p. 146).

Pelo que indica esse autor, observa-se que os migrantes, posteriormente chamados brasiguaios vieram, principalmente para o campo, expulsos do processo produtivo no Brasil pela modernização da agricultura e, no extremo oeste paranaense pela construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Os brasileiros no Paraguai, essa categoria antes formada por colonizadores e grandes latifundiários foram responsáveis pelo deslocamento de uma importante parcela de migrantes camponeses da região norte do *Departamento de Alto Paraná* como também em todo o *Departamento*. Contudo, a partir da segunda metade da década de 1980 estes migrantes brasiguaios estão perfazendo o caminho de volta, expulsos, novamente, pelo contemporâneo, pelo moderno, pelo novo paradigma da agricultura paraguaia: o agronegócio.

#### 1.4. A CONSTRUÇÃO DA PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE (1962/65).

Em 1956, quando o Brasil informou ao Paraguai que construiria uma ponte sobre o Rio Paraná, unindo os dois países, houve muita agitação na fronteira.

Esta ponte é denominada pelos brasileiros "Ponte da Amizade". Os paraguaios, entretanto, preferiram, na época, - antes da deposição do ditador - a denominação própria de "*Puente Presidente Stroessner*". Está situada na antiga BR-35<sup>10</sup>, atual BR – 277 sobre o Rio Paraná. Na margem esquerda, está a cidade brasileira de Foz do Iguaçu e, na direita, a famosa cidade paraguaia de livre comércio, sem impostos, *Ciudad Del Este* (antiga *Puerto Stroessner*).

Conforme constatado, o tratado de construção da ponte foi assinado em 29 de maio de 1956 pelos governos do Brasil e do Paraguai. No dia 14 de novembro de 1956, foi criada a comissão encarregada pelo projeto e pela execução da obra. A localização foi definida entre cinco pontos considerados ideais determinados. A escolha do local da travessia foi resolvida após exaustivos exames dos estudos hidrológicos do regime do Rio Paraná durante um período de 20 anos. Além disso, fizeram-se levantamentos que abrangeram uma faixa de 140m de largura e que, na época, constituíram um trabalho bastante penoso. A Ponte Internacional da Amizade, inaugurada em 27 de março de 1965, possui uma extensão de 552,40 metros e um vão livre de 303 metros, o maior do mundo em obra de concreto até então, com 13,50 metros de largura e altura de 78 metros, pela referida ponte é possível o acesso rodoviário direto a *Asunción*, capital do Paraguai. A área total compreendida nos levantamentos e na construção da ponte é de 870 mil m<sup>2</sup>, o que comprova a grandiosidade da obra. Para determinar a melhor localização para essa construção, foi necessário o levantamento de uma área maior do que a Península Ibérica.

Os governos do Brasil e do Paraguai realizaram um acordo em 1956 para a construção da ponte. Foi criada então uma comissão especial para construção da ponte, sob a chefia do engenheiro Almyr França. Em 27 de março 1965, foi inaugurada pelo Presidente Castelo Branco, do Brasil, e Alfredo Stroessner, do Paraguai. Como se lê em depoimentos desta publicação, fornecidos por pessoas que testemunharam a obra e suas conseqüências, a Ponte da Amizade foi

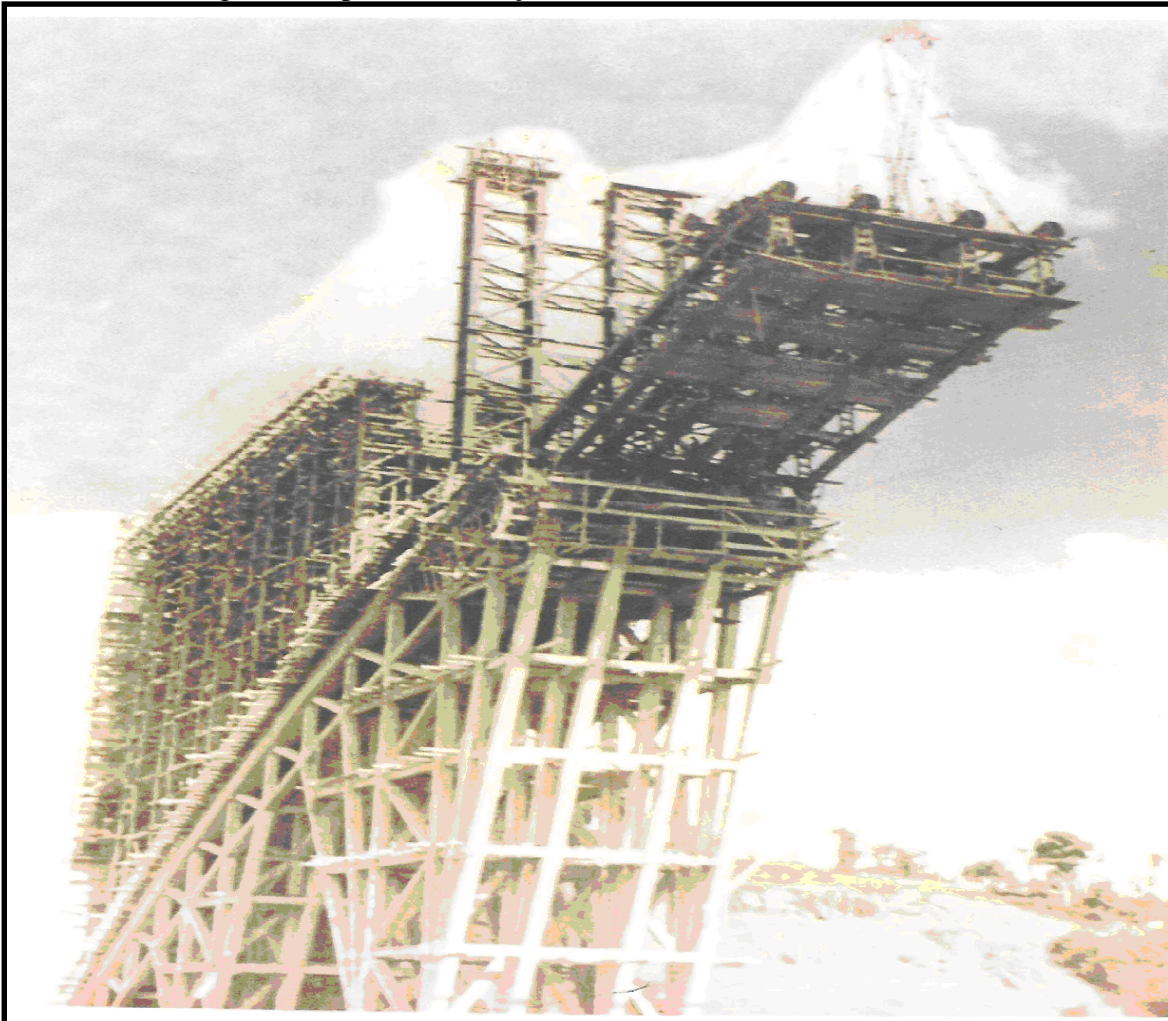
---

<sup>10</sup> A BR-035 possuiu o mesmo traçado da atual rodovia BR-277, ou seja, ligava Paranaguá a Foz do Iguaçu, passando por Cascavel (SPERANÇA, 1992).

o primeiro grande passo da região das três fronteiras no sentido de romper limitações que a mantinham no atraso.

Atualmente, todavia, a Ponte da Amizade é o melhor retrato das dificuldades que o Brasil enfrenta para controlar suas fronteiras, pois, desde os anos de 1980, a ponte é o espaço de circulação do contrabando, daqueles que compram no lado paraguaio produtos piratas ou importados para revendê-los no Brasil, inclusive agrotóxicos. Se não fosse pelos letreiros em espanhol a impressão, quando se está em *Ciudad Del Este*, é de que você está no Brasil, o português é entendido por todos e o real é aceito em qualquer estabelecimento formal ou informal.

**FIGURA 01:** Segunda etapa da construção da Ponte da Amizade – 1963.



**FONTE:** Acervo particular da Dr<sup>a</sup>. Guillernina Núñez Báez – Ciudad Del Este – (2007).

Além do comércio de rua, *Ciudad Del Este* possui muitas lojas de propriedade de chineses, coreanos e árabes, muitos desses migrantes moram no Brasil, em Foz do Iguaçu, e faturam no país, que mais parece um bairro da cidade vizinha. Ultimamente, a Ponte da Amizade é interditada diariamente por manifestantes que ameaçam os funcionários da alfândega com pedaços de pau e pedras. Entre esses manifestantes estão muitos brasiguaios que trabalham no lado paraguaio e vêem seus empregos ameaçados pelas diárias intervenções da polícia federal sobre os chamados muambeiros. Vale destacar, que umas porções consideráveis dos brasiguaios que atualmente trabalham no setor formal e informal de *Ciudad Del Este*, eram camponeses de pouca terra e trabalhadores rurais sem terra, que migraram nas décadas de 1970/80 e foram expulsos do campo tendo como opção o trabalho na capital departamental da fronteira leste. Na figura 2 a seguir, temos a Ponte da Amizade no século XXI.

**FIGURA – 02:** Ponte da Amizade (2008).



**FONTE:** Acervo particular de Paulo Sérgio Lemke (2008).

Com a construção da Ponte da Amizade, meados da década de 1960, aumentou significativamente o deslocamento, principalmente de camponeses excluídos do processo

produtivo no Brasil para, o até então, pouco povoada região leste paraguaia. Para o Paraguai, significou o nascimento da cidade de *Puerto Stroessner*, atual *Ciudad Del Este*, o segundo maior centro urbano daquele país e capital do *Departamento de Alto Paraná*. Para os migrantes a possibilidade de sobrevivência através do trabalho no campo nessa região paraguaia.

## **1.5. CRACTERIZAÇÃO DOS DISTRITOS QUE COMPÕEM A PORÇÃO NORTE DO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ.**

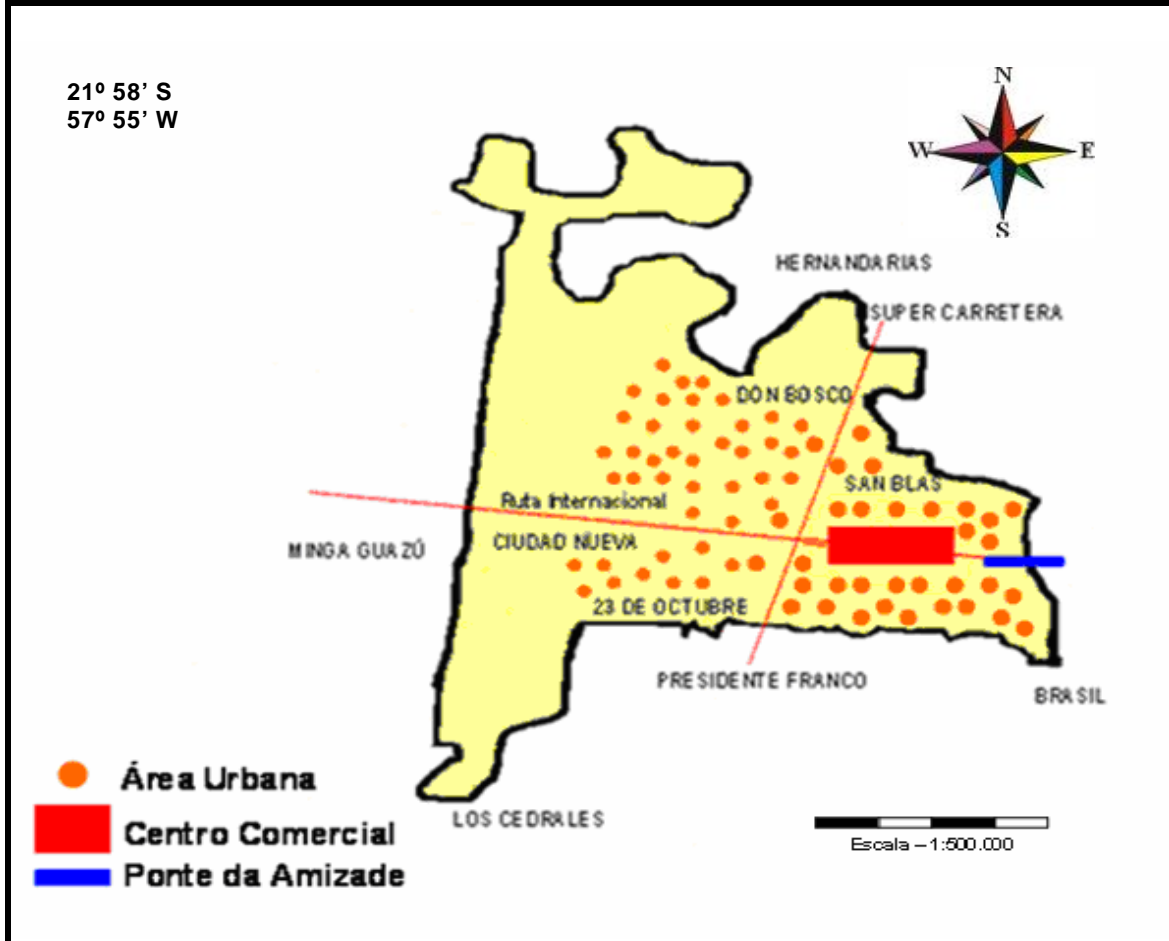
### **1.5.1. Distrito de Puerto Presidente Stroessner: atual Ciudad Del Este, Capital do Departamento de Alto Paraná.**

*Puerto Presidente Stroessner*, atual *Ciudad Del Este* situa-se na barranca do Rio Paraná, fronteira natural com o Brasil. Está a 325 km de *Asunción*, capital do Paraguai e a 15 km de *Hernandarias*, segundo distrito mais antigo do norte do *Departamento de Alto Paraná*.

Os distritos do *Departamento de Alto Paraná* foram elevados a esta categoria por uma necessidade de organização administrativa, jurídica e social, decorrentes do crescimento econômico. Os paraguaios que habitavam essa região do *Alto Paraná* estavam de alguma forma, organizados em comunidades, ou melhor, estavam isolados em suas comunidades, muitas vezes sem saber, ao certo, a que distrito pertenciam. No mapa 3 a seguir, podemos observar a configuração do distrito. (Anexo – 1 e 2).

En el año de 1954, el General Alfredo Stroessner, acababa de accender al poder, por medio de un Golpe de Estado. El país vivía una convulsión e inquietante inestabilidad política, en forma permanente. Más aún el celo, era mayor en la frontera. El Presidente de la Republica, dio la orden a su Ministro del Interior, Drº. Edgar L. Insfrán, a que realizara un reconocimiento aéreo en la zona boscosa de Alto Paraná, con el supuesto de fundar una ciudad. La posibilidad de ubicar el lugar en donde saldría el camino, que constituiría la unión física con el Brasil por medio del puente. La fundación de Puerto Presidente Stroessner, en aquel momento, nadie penso, que se erigiria en una potencia comercial del país y referente, más allá de las fronteras, para el Paraguay. (SILVA, 2007, p. 291).

MAPA – 03: Distrito de Ciudad Del Este.



TE: (SILVA, 2007).

ELABORAÇÃO E CONFECCÃO: FERRARI, C. A.

Porém, o importante para os campesinos paraguaios era a sobrevivência, independente de viverem num distrito ou em outro. Dessa forma, para organizar, modernizar e desenvolver a região da faixa leste era necessário a organização administrativa, jurídica e social.

A grande maioria das comunidades do norte do *Departamento de Alto Paraná* foi decorrente de iniciativas privadas. O que deu início aos povoados foram as *obrages*<sup>11</sup>. Geralmente, as pessoas que trabalhavam nas *obrages* eram os *mensus*<sup>12</sup>, esses trabalhadores se

<sup>11</sup> Nas obrages a economia se baseava na exploração de produtos nativos por meio de empreendimentos economicos baseados no latifundio extrativista e nas relações de trabalho de servidão. Agindo sob ordens dos capatazes, em praticamente todas as obrages [...] existiam polícias particulares que faziam da violência desenfreada sobre os peões o seu cartão de visitas. (GREGORY, 2002, p. 89).

<sup>12</sup> Os mensus eram trabalhadores paraguaios, os chamados guaranis modernos, era a designação dada aos indivíduos que se propunham a trabalhar braçalmente numa obrage, o termo equivale ao peão. O seu trabalho era pago mensalmente, ou pelo menos sua conta era assim movimentada. Etimologicamente, a expressão vem do espanhol: mensual, ou seja, mensalista. Os trabalhadores mensus, deviam obediência irrestrita aos obrageiros, proprietários das

embrenhavam nas matas para realizar os trabalhos de exploração de madeira e de erva-mate. Assim, permaneciam por vários meses no interior da mata na retirada de madeira.

Em se tratando ainda da criação de *Puerto Presidente Stroessner*, a posição geográfica da nova cidade era favorável para o povoamento, pois, além da confluência dos *Rios Acaray e Monday* tinham à sua frente o *Rio Yguazú*, formando, com isso, as três fronteiras. Conforme os estudos de SILVA (2007):

Puerto Presidente Stroessner, fue necesaria su fundación [...], la geopolítica de Estado de Brasil, estaba bien definida con mucha antelación de cualquier acontecimiento. Tênia previsto seguir avanzando rumbo al Paraná, inclusive traspasar, para ir tomando posesiones de nuestros territorios, en forma silenciosa y pacífica. Hoy, vemos que este propósito fue conseguido por el Brasil, con crece. Porque está presente hasta casi cien kilómetros tierra adentro, a lo largo de la ribera del río Paraná, con una población de más de 600.000 brasileños. Y en otras latitudes, como el caso de la frontera seca, inclusive, entran a realizar procedimientos con sus respectivas autoridades, desconociendo prácticamente nuestras soberanías como nación. Son avasalladores, himillantes y denigrantes. (SILVA, 2007, p. 289).

Pelo fato de estarem mancomunados geopoliticamente os representantes políticos máximos do Brasil e do Paraguai quanto à saída obrigatória pelo Rio da Prata, o avanço do Brasil para o oeste obrigou o governo nacional paraguaio a fundar a cidade de *Puerto Presidente Stroessner* atual *Ciudad Del Este*.

Os anseios de grandes intelectuais, patriotas e governantes, estavam a ponto de concretizar-se. Na década de 1950, o Ministério do Interior, conjuntamente com o senhor Presidente da República do Paraguai, mantinham um diálogo comum em torno da construção de uma cidade na barranca do Rio Paraná, com a idéia de libertação geopolítica<sup>13</sup>. A geopolítica em si, não permite apenas entender o espaço geográfico, mas também fazer análises e previsões sobre os acontecimentos e relações políticas no cenário nacional e internacional, ou seja, as ditaduras como a paraguaia tinham uma preocupação exacerbada quanto à atuação dos governos

---

explorações, e aos capatazes, homens de confiança e representantes imediatos e responsáveis pela produção e pela disciplina. (GREGORY, 2002, p. 89).

<sup>13</sup> A geopolítica busca entender as relações recíprocas entre o poder político nacional e o espaço geográfico. Ela procura responder a seguinte questão: até que ponto a ação dos estados nacionais é ou não determinada pela situação geográfica. A geopolítica tem duas finalidades: Orientar a atuação dos governos no cenário mundial; permitir uma análise mais precisa das relações internacionais.

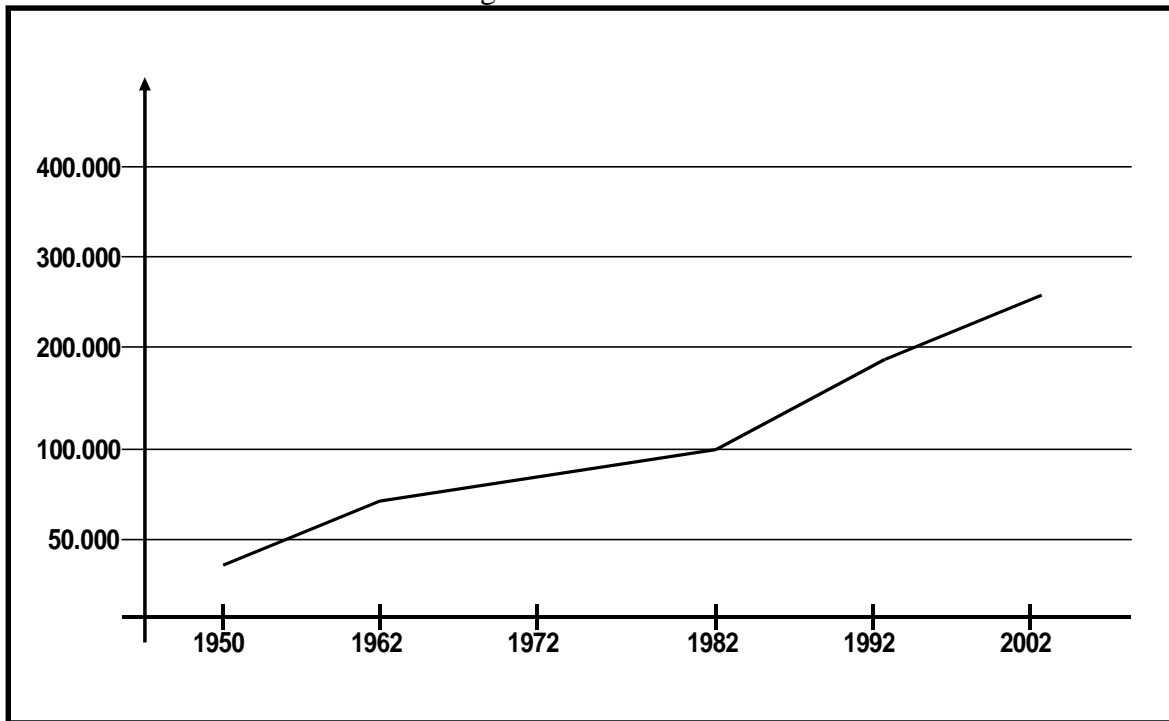


vizinhos, como por exemplo, sobre quais são as decisões mais corretas a serem tomadas, quais as melhores estratégias para conduzir um acordo econômico, político ou declarar uma guerra.

Paulatinamente, delineava-se a política de Estado de expansão geopolítica do Paraguai. O avanço ao leste do país era uma imperiosa necessidade. Assim, em 1956, teve início a construção de *Puerto Presidente Stroessner*. (Anexo – 1). Posteriormente, no dia 13 de agosto de 1989 *Ciudad Del Este* é elevada a capital do *Departamento de Alto Paraná*. (Anexo – 2).

A partir da década de 1970, começou a explosão demográfica de *Puerto Stroessner*. Como se pode observar no gráfico 2, a seguir, o crescimento da população, de 1972 a 2002, ocorreu de forma vertiginosa.

**GRÁFICO – 02:** Crescimento demográfico de Ciudad del Este.



**FONTE:** (SILVA, 2007). **ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO:** FERRARI, C. A.

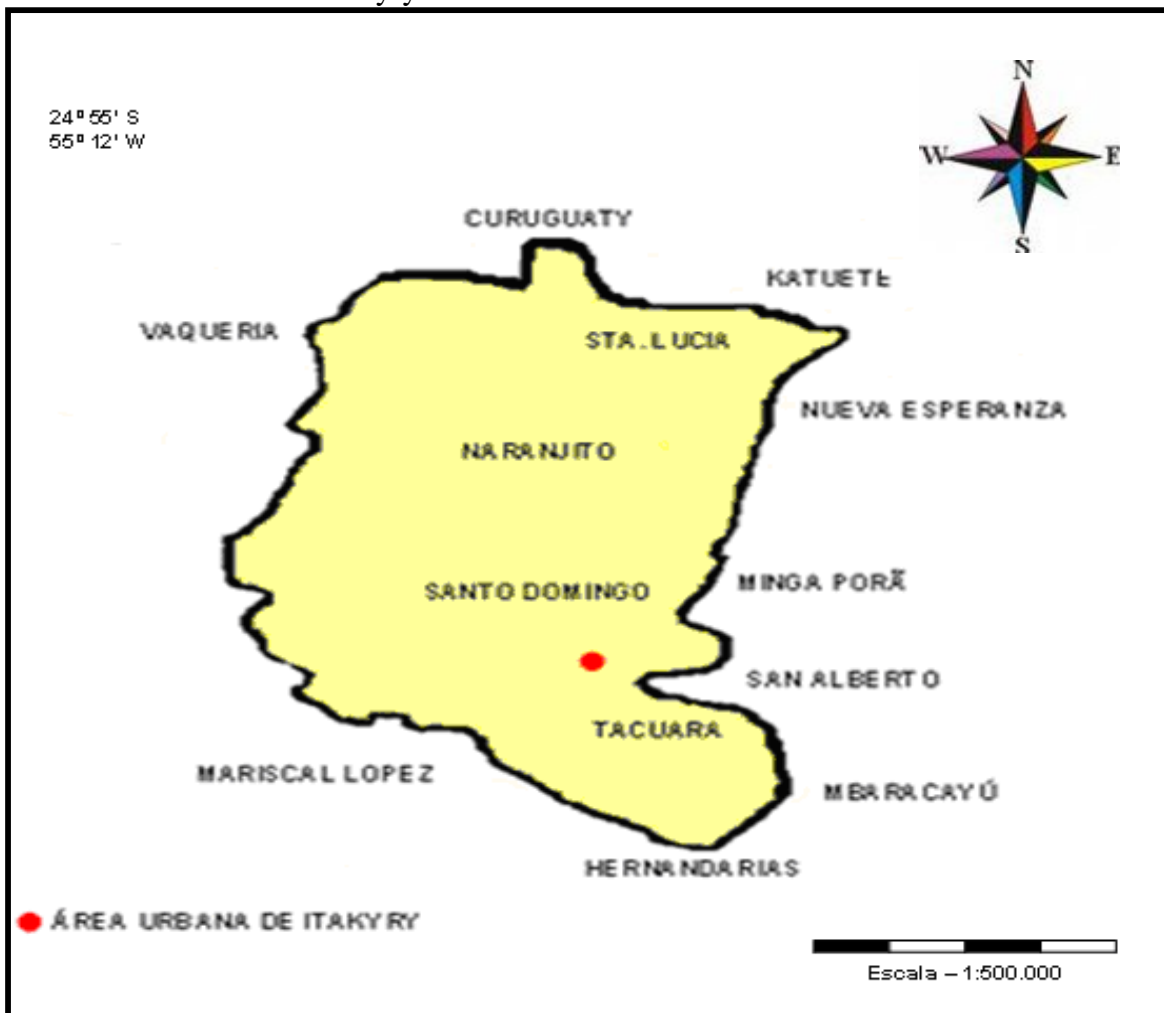
Em 1982, em relação à população existente, o crescimento foi de 89%; em 1992, de 79% e, em 2002, a capital teve um aumento de 52% em termos populacionais. A leitura aí apresentada parte de dados oficiais. Na realidade, contudo, a população de *Ciudad Del Este* e de outros distritos do *Departamento de Alto Paraná*, considerando-se o número de migrantes ilegais, é significativamente maior.



Apesar de não haver dados registrados depois de 2002, acredita-se que, mantendo o fluxo médio de crescimento populacional no intervalo de tempo analisado, a capital do *Departamento de Alto Paraná* chegará, em 2010, aos 500 mil habitantes.

### 1.5.2 – Distrito de Itakyry.

MAPA – 04: Distrito de Itakyry.



FONTE: (SILVA, 2007).

ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

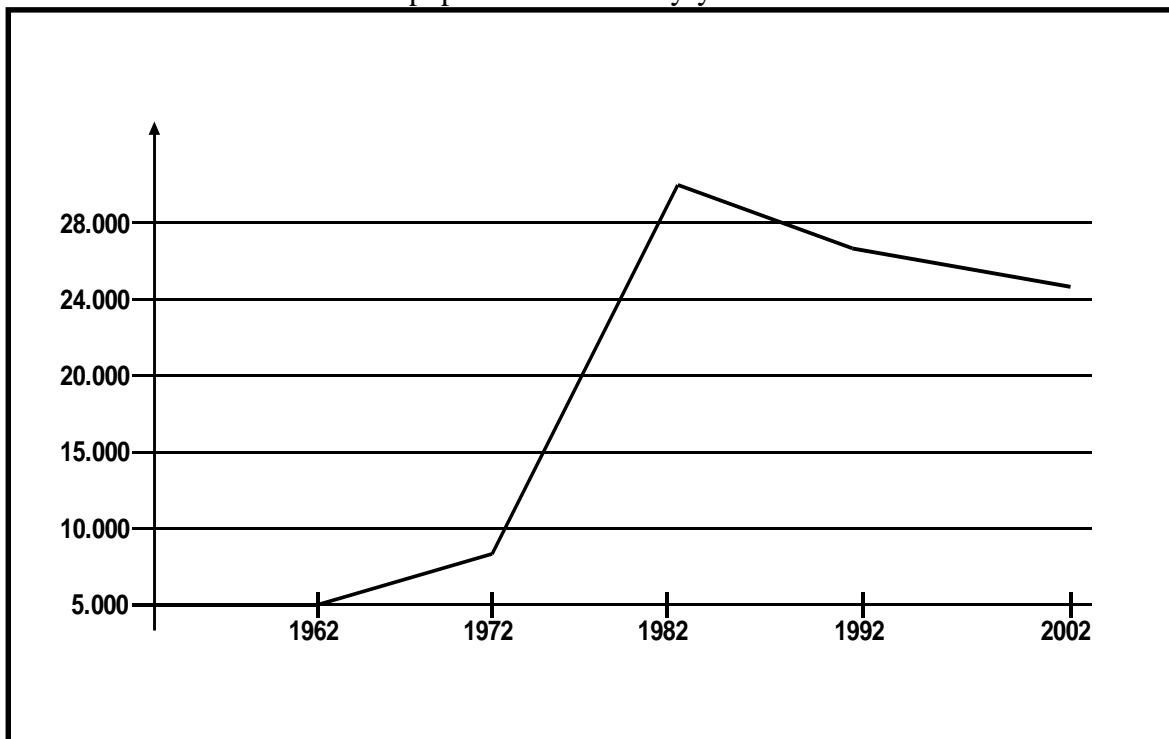
O distrito de *Itakyry* situa-se a norte do *Departamento de Alto Paraná*, a aproximadamente 100 quilômetros de distância da capital do *Departamento*, *Ciudad Del Este*.

Suas coordenadas geográficas são: 24° 55' de latitude sul e 55° 12' de longitude oeste, distante aproximadamente 250 quilômetros de *Asunción*, capital do Paraguai. Conta com uma superfície de 1.890 km<sup>2</sup>. Com uma população em torno de 24.000 mil habitantes, analisando documentos na *municipalidad* do distrito, foi possível verificar que a população de migrantes do Brasil gira em torno dos 60%, ou seja, aproximadamente 15 mil pessoas.

*Itakyry* foi centro comercial por muitos anos, da localidade se chegava até *Asunción* no século XIV, por um caminho conhecido como *Tape Tuyá*. *Itakyry* também foi o centro dos mineiros, nome dado aos trabalhadores da erva mate que, segundo os nativos, brotava do chão, era como um presente de Deus, diziam os antigos índios da região.

Vale ressaltar, no entanto, que o território da Província Gigante das Índias, denominado posteriormente *Paraguay*, no século XVII, quando chegaram os europeus “conquistadores”, estava totalmente povoado. A região de *Itakyry*, em meados do século XIX, era um povoado de nativos, índios *Avá-guarani*, também conhecidos como *Mbya guarani*.

**GRÁFICO – 03:** Crescimento populacional de *Itakyry*.



**FONTE:** (SILVA, 2007).

**ELABORAÇÃO E CONFECCÃO:** FERRARI, C. A.

*Itakyry* constituiu-se, de fato, como primeira capital do *Departamento*, com o aparecimento da *La Industrial Paraguaya*, em 1887, uma empresa dedicada à exploração da erva-mate, planta natural que existia em abundância em toda a região. No gráfico 3 a seguir, é possível perceber as características do crescimento demográfico do distrito de *Itakyry* desde o primeiro censo realizado pela SENEPA (*Servicio Nacional de Erradicación del Paludismo*), órgão ligado ao Ministério da Saúde do Paraguai.

Na região do *Alto Paraná*, mais especificamente onde atualmente se encontra o distrito de *Itakyry*, os grandes povoados funcionavam como capitais de comunidades indígenas adjacentes. Nessa época havia um grande cacique chamado *Acaray*, que atualmente dá nome a um importante rio da região, que teria sua zona de influência até aproximadamente os limites ao sul de *Itapúa*. A oeste comandava outro cacique, que teria seu assentamento terra adentro, até a fronteira de *Caaguazú*. Ali também estava outro cacique, de nome desconhecido, mas, que segundo as histórias contadas pelos mais velhos na região, desse cacique provinha a denominação da localidade.

Além desses caciques, havia outros que comandavam suas pequenas tribos. Devemos atentar a que a família guarani era nômade, mudava-se de um lugar para outro de acordo com as necessidades. Os *guaranis* viviam exclusivamente da caça e da pesca, bem como da colheita de frutos silvestres.

Presume assim, que o nome do distrito tenha surgido com estes nativos. *Itakyry*, na língua guarani, é uma palavra composta, formada pela junção de três radicais: *Ita* (pedra), *Ky* (mole), e *Ry* (extremo, ponto extremo) e significa aqui, “extremo da pedra mole”. Os habitantes da comarca de *Alto Paraná* ressaltam a admiração daqueles que se deparam com o rio na chegada da cidade, a correr entre inúmeras pedras. (Anexo – 3).

Na área urbana de *Itakyry* existem três silos (Cargill, Silo Norte Sul e Dimagh), além de vários outros no interior do distrito. Conta ainda com seis bairros, seis companhias, 64 colônias e 23 comunidades indígenas que vivem na região. Pelos silos e colônias, percebe-se a importância de *Itakyry* na produção de grãos.

A população paraguaia do distrito ainda faz questão de preservar sua cultura e a principal comemoração do distrito é o famoso “Festival do Tereré” que acontece no mês de fevereiro, todos os anos. Este evento artístico se remonta dos tempos dos grandes ervais na época da *Industrial Paraguaya*.

No ano de 1962 por decreto nº 25.338 se colocou em funcionamento la administração municipal da comunidade de Itakyry e, no dia 2 de julho de 1988, através de um decreto presidencial, foi nomeado como primeiro Intendente (prefeito), Rogelio Melgarejo.

Neste início de século XXI, Itakyry viu a esmagadora concentração fundiária e, também o domínio social, cultural e tecnológico por parte dos grandes proprietários de terra brasileiros, principalmente com a utilização de sementes transgênicas. Há vários grupos de imigrantes brasileiros que estão se dedicando à compra da mais terra, mesmo para além da segurança das fronteiras. Segundo Lourival Maraskim, médio produtor rural de *Minga Porã*, o grupo liderado pelo latifundiário Romildo Maia<sup>14</sup> tem a intenção de adquirir mais 25.000 hectares na região. Não se trata de um avanço accidental, *Itakyry* assiste a uma absurda concentração de terras com forte apoio jurídico de advogados pagos pelos migrantes brasileiros ricos, os chamados “brasileiros no Paraguai”.

Atualmente o distrito de *Itakyry* se transformou em grandes propriedades da soja na imensa maioria formada por “brasileiros no Paraguai”, que mudaram drasticamente a paisagem da região. É inquietante o que está acontecendo com as populações campesinas paraguaias e brasiguaias no distrito de *Itakyry*. Tem-se a necessidade de tornar estas alegações com a intenção de alcançar uma mais forte participação das autoridades nacionais sobre a questão rural, a questão ambiental, e incidir sobre o interesse de proteger os camponeses e, também a última grande parcela da exuberante floresta remanescente da década de 1960. É importante, entretanto, tentar elevar o status de área florestal protegida e acrescida de um sistema integrado de fatores biológicos e ecológicos entre elas a “*Biosfera de Mbaracayú*” e a “*Reserva Natural Morumbi*”. Razões válidas para um debate que tem a pretensão de alertar as autoridades paraguaias e obter a necessária atenção para a situação alarmante em que chegou a expansão do agronegócio na região.

---

<sup>14</sup> Romildo Maia, prefeito de San Alberto, brasileiro que está na região de San Alberto desde a década de 1970, grande proprietário de terra.

### 1.5.3 – Distrito de Mbaracayú.

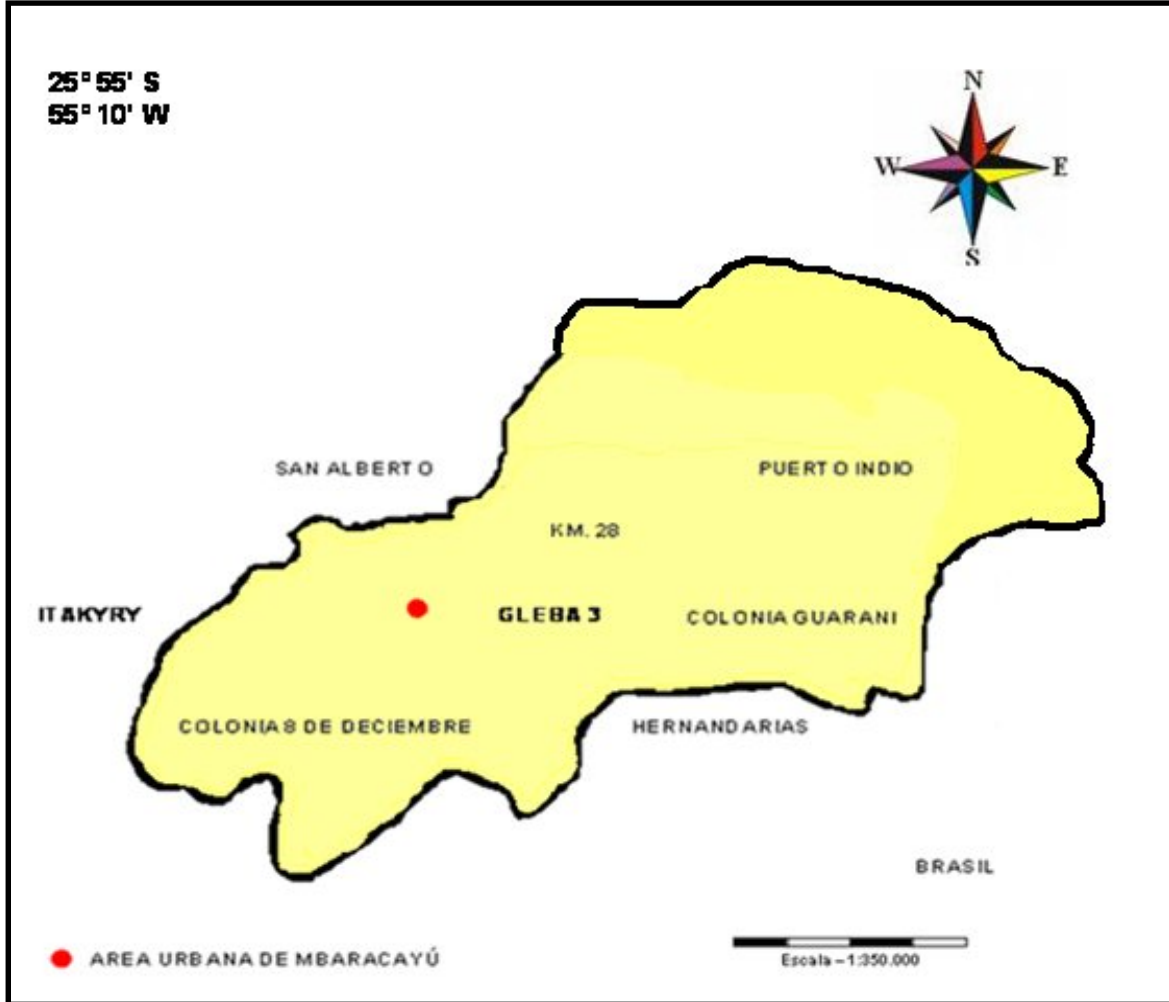
O distrito de *Mbaracayú* localiza-se a norte do *Departamento de Alto Paraná*, a aproximadamente 60 quilômetros da capital *Ciudad Del Este*, à margem direita do Rio Paraná. Suas coordenadas geográficas são: 25° 55” de latitude sul, 55°10” de longitude oeste. (Anexo – 4). *Mbaracayú* era uma colônia da época da *Industrial Paraguaya* e tornou-se distrito no dia 04 de janeiro de 1991.

Sua densidade demográfica, desde 1992, ano de registro na DGEEC (*Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censo*), demonstrou uma diminuição de sua população em 3,1%. Até o final da década de 1980, havia 11.447 habitantes, porém o último censo (2002) revelou uma população de 8.337. (SILVA, 2007). Atualmente, a comunidade conta com uma *municipalidad* (prefeitura) e com vinte três colônias: *San José Bananero, Gleba Cinco Mbaracayú, Gleba Quatro Mbaracayú, Colônia Limoy, Colônia Bella Vista, Colônia Paloma Blanca, Km. 42 General Díaz, Km. 28 General Díaz, Km. 19 Mbaracayú, 3º Línea Tapy Porá, Cruce Mbaracayú, Colônia Indígena Kiritó, Barro Negro, Colônia Fortuna, Gleba 11 Mbaracayú, Gleba 3 Mbaracayú, Gleba Dois Mbaracayú, Colônia Mbaracayú, Nueva Esperanza, Colônia Procópio, Puerto Índio, Colônia Guarani y Colônia 8 de Diciembre*. Na figura a seguir, temos um mapa representando o distrito de *Mbaracayú*.

Este distrito ainda possui um centro de saúde, dois postos de saúde pública, uma clínica particular, quinze escolas, sete capelas da Igreja Católica, uma capela da comunidade indígena e duas igrejas evangélicas. Suas principais atividades são a agricultura e a exportação de algumas madeiras de lei que sobraram da desflorestação do distrito e da erva-mate.

No *distrito de Mbaracayú* a cultura paraguaia está, digamos assim, mais presente que em outros distritos da região, a começar pelo nome do distrito que vem de uma importante cordilheira do país, ao passo que a maioria dos distritos da região norte, como em toda a faixa leste paraguaia, os nomes dos distritos e das cidades tem nomes brasileiros devido ao grande número de migrantes do Brasil que habitam essa faixa fronteiriça. *Mbaracayú* não é diferente em termos de população migrante, no entanto, ainda preserva algumas culturas que em outros distritos praticamente não existe mais.

MAPA – 05: Distrito de Mbaracayú.



FONTE: (SILVA, 2007).

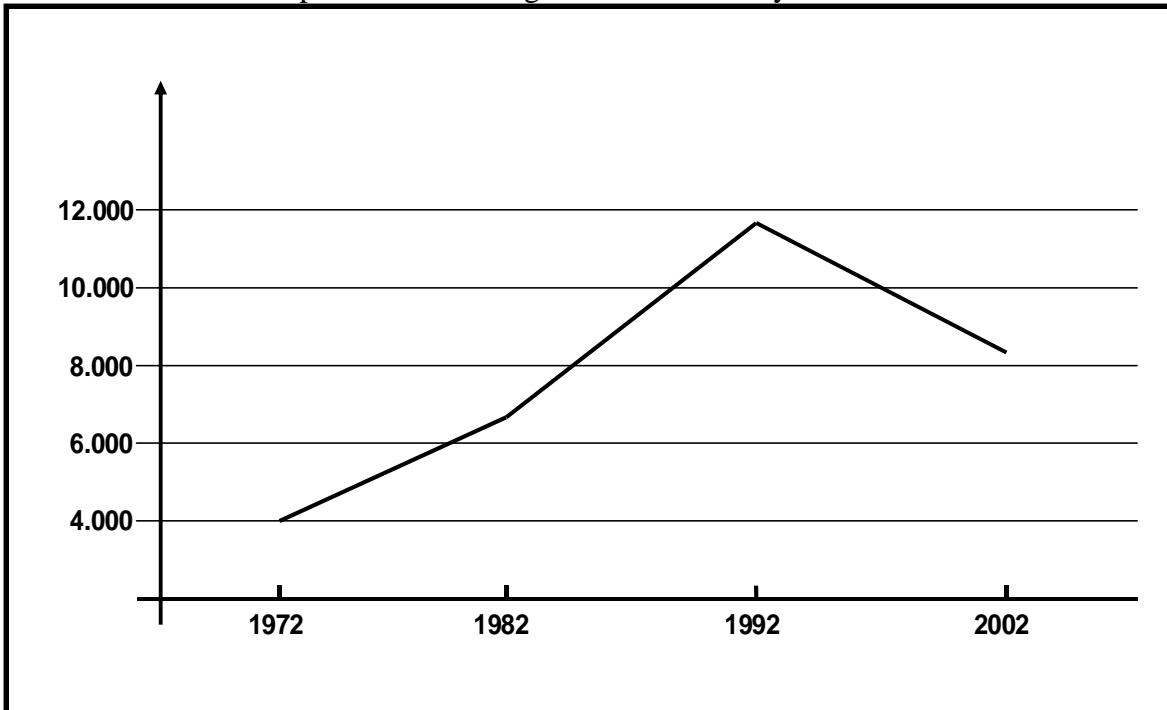
ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

*Mbaracayú* preserva, por exemplo, a música, que na região é uma mistura de elementos guaranis e espanhóis, ampliadas pela recente influência, alemãs e, logicamente brasileiras. O longo isolamento dessa região até 1970 permitiu a seu povo conservar muitos elementos introduzidos no século XVI e XVII pelos conquistadores, artistas e missionários jesuítas procedentes da Espanha.

Vale destacar que a partir da década de 1990, o distrito vem perdendo população, principalmente a rural. Como no restante do *Departamento de Alto Paraná*, *Mbaracayú* sentiu os efeitos da monocultura, ou seja, o avanço indiscriminado do agronegócio que expulsou os camponeses paraguaios e brasiguaios. Atualmente o meio rural do distrito está completamente

tomado pelas grandes propriedades da soja, em sua grande maioria transgênica. No gráfico a seguir, vemos o índice demográfico do distrito de *Mbaracayú*.

**GRÁFICO – 04:** Comportamento demográfico de Mbaracayú.



**FONTE:** (SILVA, 2007).

**ELABORAÇÃO E CONFECCÃO:** FERRARI, C. A.

#### 1.5.4 – Distrito de Hernandarias.

O distrito e cidade de *Hernandarias* situam-se no limite do Rio Paraná, a 14 quilômetros de *Ciudad Del Este*, rumo ao norte. Atualmente, é conhecida como *Capital Intercontinental de la Energia*, nome que se deve à construção da Usina Binacional de Itaipu. (Anexo – 5). Sobre a história de *Hernandarias*, a mais conhecida é a de que foi fundada pelos jesuítas no ano de 1609 com o nome de *Tacuru-pucú*. Os jesuítas, na medida em que chegavam aos povoados dos nativos, davam-lhes nomes, na maioria das vezes, de santos. Assim foram aparecendo os nomes dos *pueblos*, sendo que alguns permaneceram até hoje; já outros, desapareceram com o tempo.

MAPA – 06: Distrito de Hernandarias.



FON

TE: (SILVA, 2007).

ELABORAÇÃO E CONFECCÃO: FERRARI, C. A.

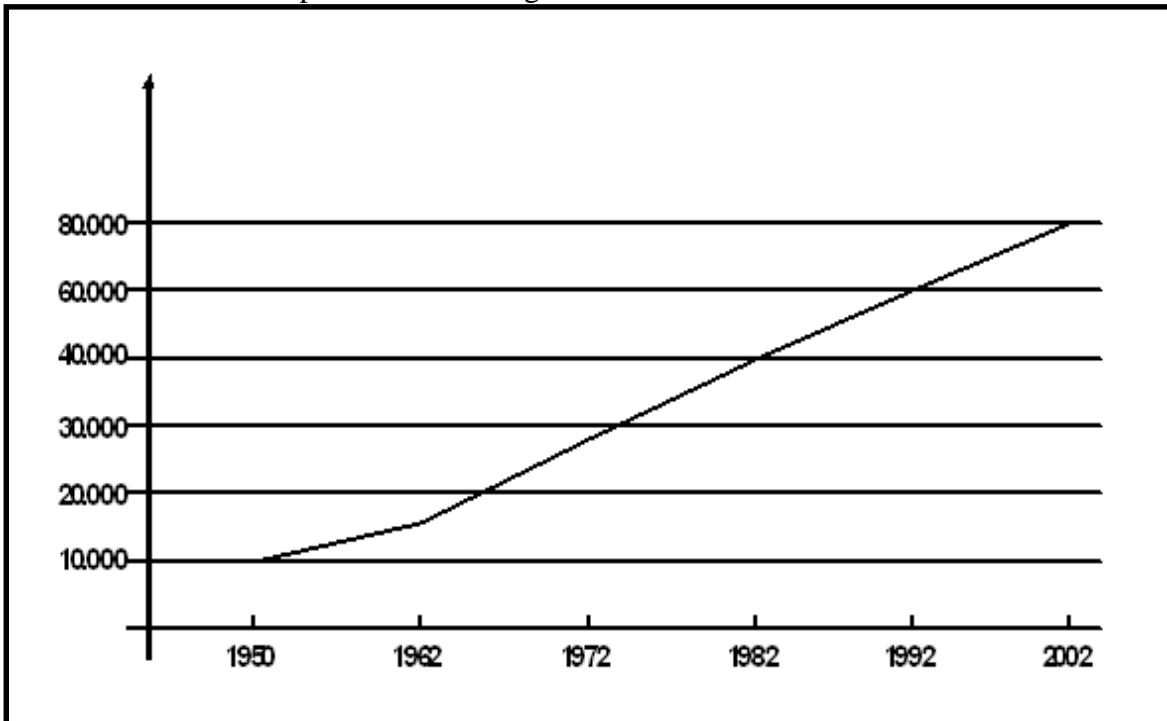
Mais tarde, o nome mudou para *Nuestra Señora Natividad el Acaray*, que perdurou até a fundação histórica da cidade em 1619. No ano de 1896, passou a se chamar *Hernandarias*, homenagem ao primeiro governador nativo do Paraguai, *Hernando Arias de Saavedra*. Deve-se considerar que o número de habitantes do distrito e cidade *Hernandarias* oscilou consideravelmente. Antes da metade do século XX, os indígenas e os paraguaios eram nômades, migravam de tempos em tempos e se ajuntavam com outras tribos da comarca. A partir de 1950, começou-se a registrar o número de habitantes existentes no distrito. De 1960 em diante, a (DGEEC) começou a ter conhecimento do número de habitantes, não somente em *Hernandarias*, como também em todo o *Departamento de Alto Paraná*.

A municipalidade na cidade de *Hernandarias*, elevada a primeira categoria por um decreto presidencial no dia 22 de fevereiro de 1980. Vale ressaltar que a lei de cinco de junho de



1879, que concedia ao Poder Executivo a concessão das terras do *Alto Paraná*, a *Industrial Paraguaya*, desde a margem esquerda do *Rio Monday* ao norte, que abarcava até as *Cordilheiras Del Amambay*, com uma superfície de 2.700.000 hectares, foi modificada.

**GRÁFICO – 05:** Comportamento demográfico de Hernandarias.



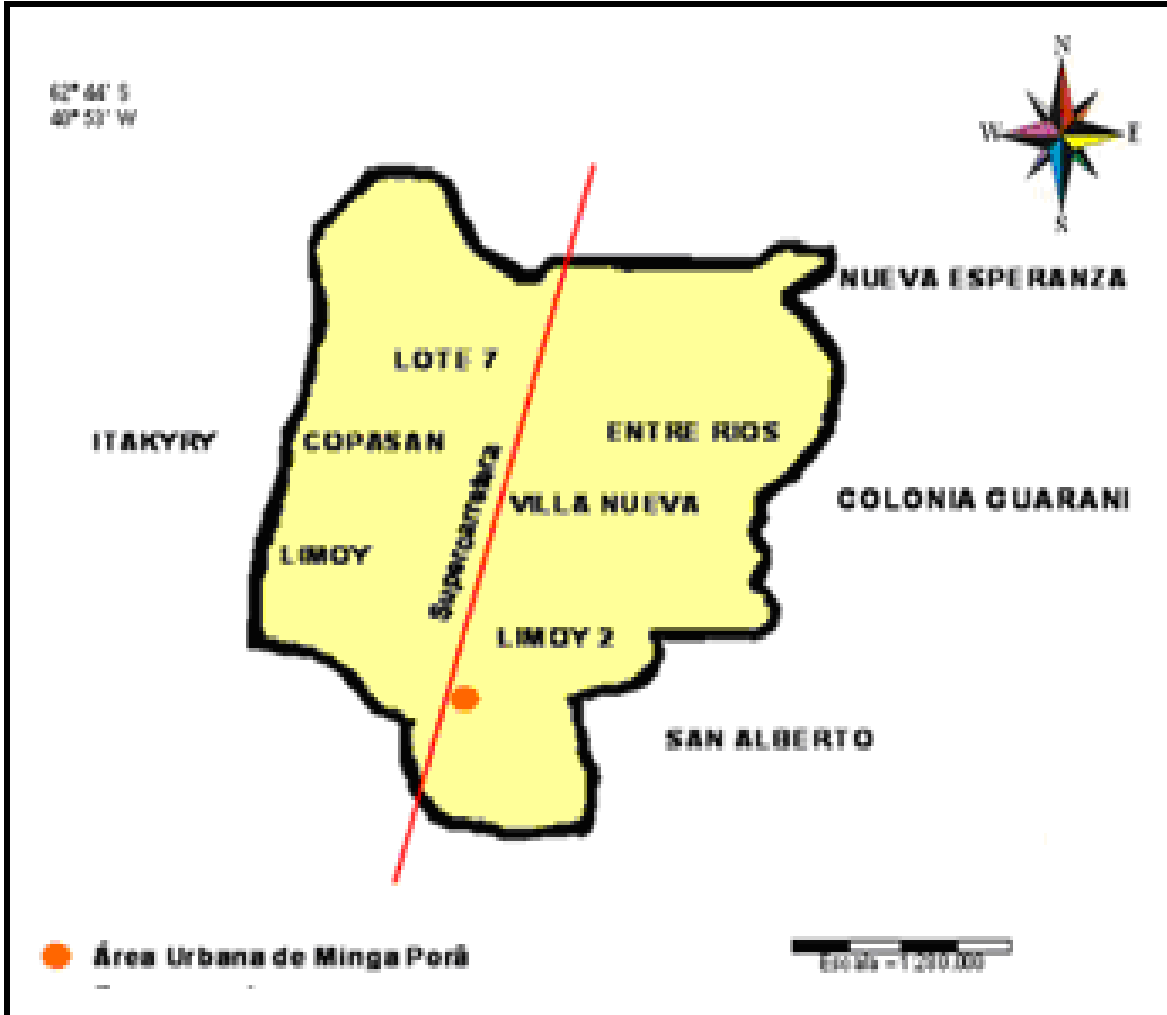
FONTE: (SILVA, 2007).

ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

### 1.5.5 – Distrito de Minga Porã.

A riqueza do distrito de *Minga Porã* é a agricultura, em sua grande maioria, mecanizada. A partir de 2002, passou-se ao cultivo de culturas transgênicas, já que no país vizinho a semente transgênica é liberada pelo governo. O produto principal é a soja. Há, inclusive, no distrito, grandes silos, geralmente de empresas internacionais, além dos pertencentes a latifundiários brasileiros. (Anexo – 6).

MAPA – 07: Distrito de Minga Porã.



FONTE: (SILVA, 2007).

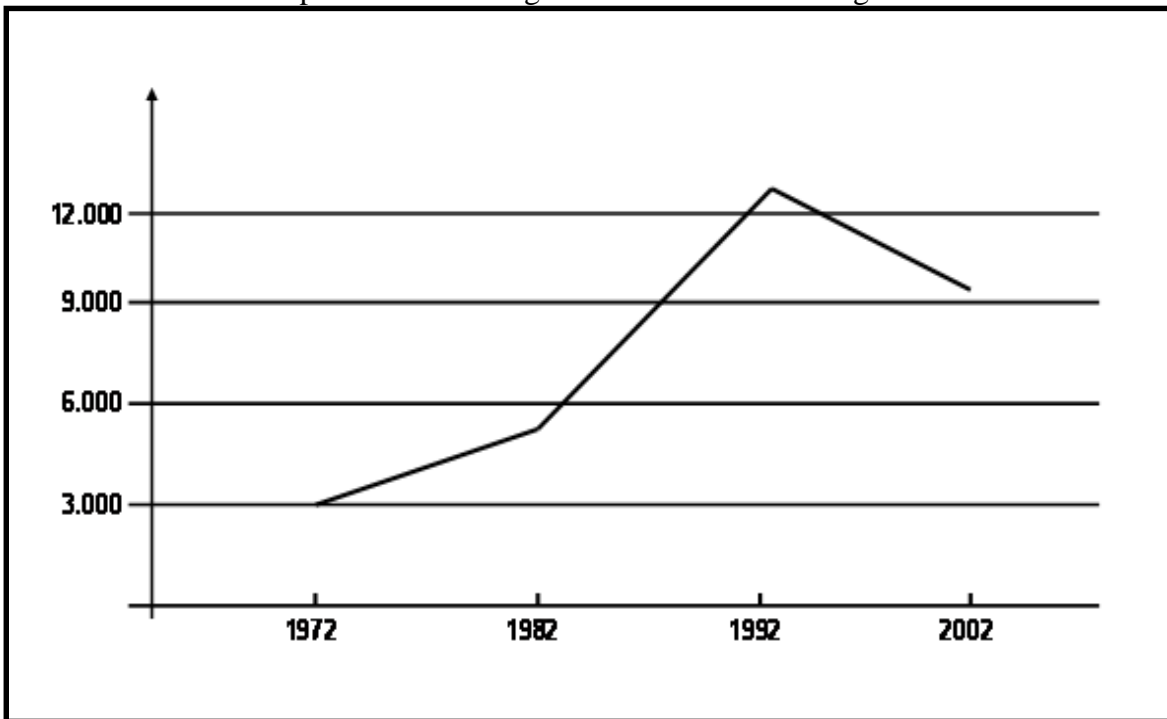
ELABORAÇÃO E CONFECCÃO: FERRARI, C. A.

A zona urbana concentra uma grande população de migrantes oriundos do Brasil, tanto dos extratos mais ricos que são conhecidos como “brasileiros no Paraguai” e, em grande maioria dos chamados brasiguaios. Mesmo na zona urbana a população paraguaia é infinitamente menor. Existe uma *municipalidad* (prefeitura), cinco postos de saúde, um colégio público somente para os paraguaios, sete escolas graduadas, ou seja, ensino fundamental e médio, um centro educativo e uma grande igreja com o nome de *Maria Auxiliadora*.

O comportamento do crescimento demográfico, num determinado momento, foi vertiginoso, o que se deve a migrantes brasileiros e brasiguaios e a muitos paraguaios que migraram de *Departamentos* como *Caazapá*, *Neembucú* e *Caaguazú*, principalmente, pelo grande crescimento econômico em meados da década de 1990.

Desde o Censo de 2002, segundo a (DGEEC), houve uma mobilidade social em forma descendente. O decréscimo de habitantes foi de aproximadamente 6% em relação ao que havia em 1992. O número de habitantes – aproximadamente 12.500 – em 2002 baixou para 10.600. No gráfico 6 a seguir, temos um demonstrativo do índice demográfico do distrito de *Minga Porã* de 1982 a 2002. Dos produtos que são cultivados, a soja tem destaque especial, principalmente com a expansão da monocultura praticada em grandes áreas de terras de propriedade de “brasileiros no Paraguai”, os migrantes ricos do Brasil.

**GRÁFICO – 06:** Comportamento demográfico do distrito de Minga Porã.



**FONTE:** (SILVA, 2007).

**ELABORAÇÃO E CONFECCÃO:** FERRARI, C. A.

Como o distrito está completamente tomado pelas grandes propriedades que, geralmente exige poucos trabalhadores, a maior parte da população se concentra na zona urbana. Até a década de 1980 a população rural sobressaia da população urbana, com o advento do agronegócio a partir desta época a meio rural perdeu habitantes, os camponeses brasiguaios e alguns paraguaios perderam espaço para as grandes propriedades da soja.

### 1.5.6 – Distrito de San Alberto.

Distrito jovem e economicamente dinâmico caracteriza-se por ser uma zona eminentemente agrícola. Surgiu como colônia de *Itakyry* em 1970, com uma população, em sua grande maioria, formada por camponeses migrantes do sul do Brasil, que se estabeleceu nessa região, principalmente na década de 1970. Posteriormente, em 1991, mediante decreto lei Nº 11/90, foi elevado a distrito, emancipado de *Itakyry*.

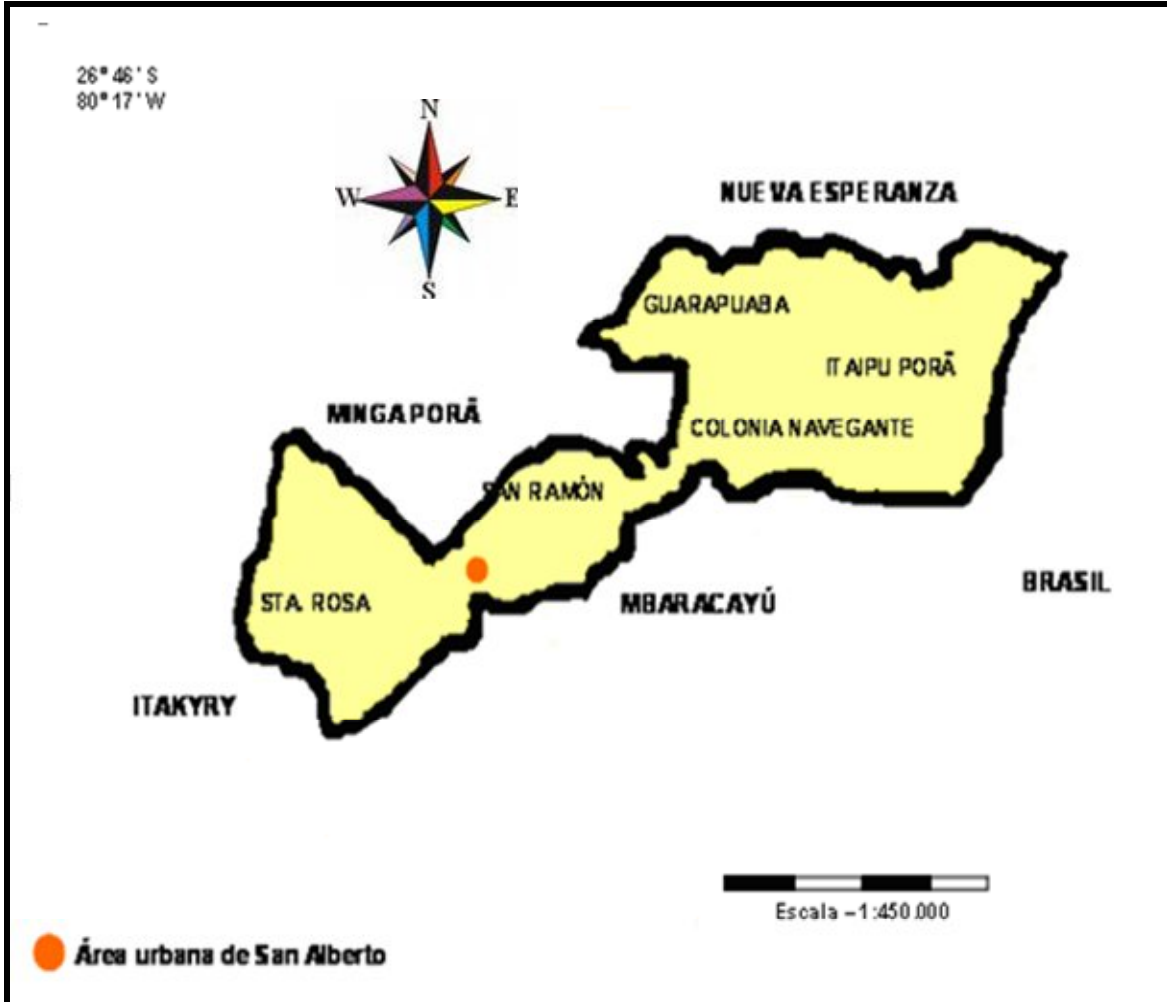
O distrito de *San Alberto* conta atualmente com dezenove colônias. Dentre as principais, destacam-se: *Santo Tomaz, Maria Auxiliadora, Itaipu Porã, Itaipyte, San Jorge, San Francisco Javier, Lote Nove e San Ramón*. Segundo informações obtidas junto à *municipalidad*, o distrito possuía em torno de 30.000 habitantes à época de sua criação, ou seja, na década de 1970. Desse total, aproximadamente 14.000 são migrantes de origem brasileira, já nessa região desde 1966. Assim, como território paraguaio, o distrito de *San Alberto* possui uma característica peculiar. A maioria de sua população é de pele branca e de olhos azuis, descendência dos migrantes sulistas descendentes de europeus, principalmente de alemães.

A principal atividade econômica é a agricultura, a soja, o trigo e o milho. Lugar de grandes proprietários de terras brasileiros, os conhecidos “brasileiros no Paraguai”, onde a monocultura mudou drasticamente a geografia do lugar. *San Alberto* localiza-se privilegiadamente às margens do Rio Paraná, e o nome do distrito se deve ao *Capitão Alberto Fernandez*, que foi o latifundiário pioneiro do local, homem venerado pelos paraguaios da localidade como o grande homem do povo. Adquiriu esse poder simbólico justamente devido ao poder econômico e político que desfrutava na região.

Entretanto, *San Alberto* é o paraíso do agronegócio, para se ter uma idéia o distrito foi batizado recentemente como “A CAPITAL DEL AGRO”. Em *San Alberto* os camponeses praticamente desapareceram do meio rural do distrito. Na década de 1970 até início de 1990 esses camponeses era a maioria no distrito, atualmente perderam espaço para a grande e média propriedade da soja, ícone do agronegócio no distrito e na região.

No mapa a seguir, observa-se a conformação do distrito de *San Alberto*. (Anexo – 7).

MAPA – 08: Distrito de San Alberto.



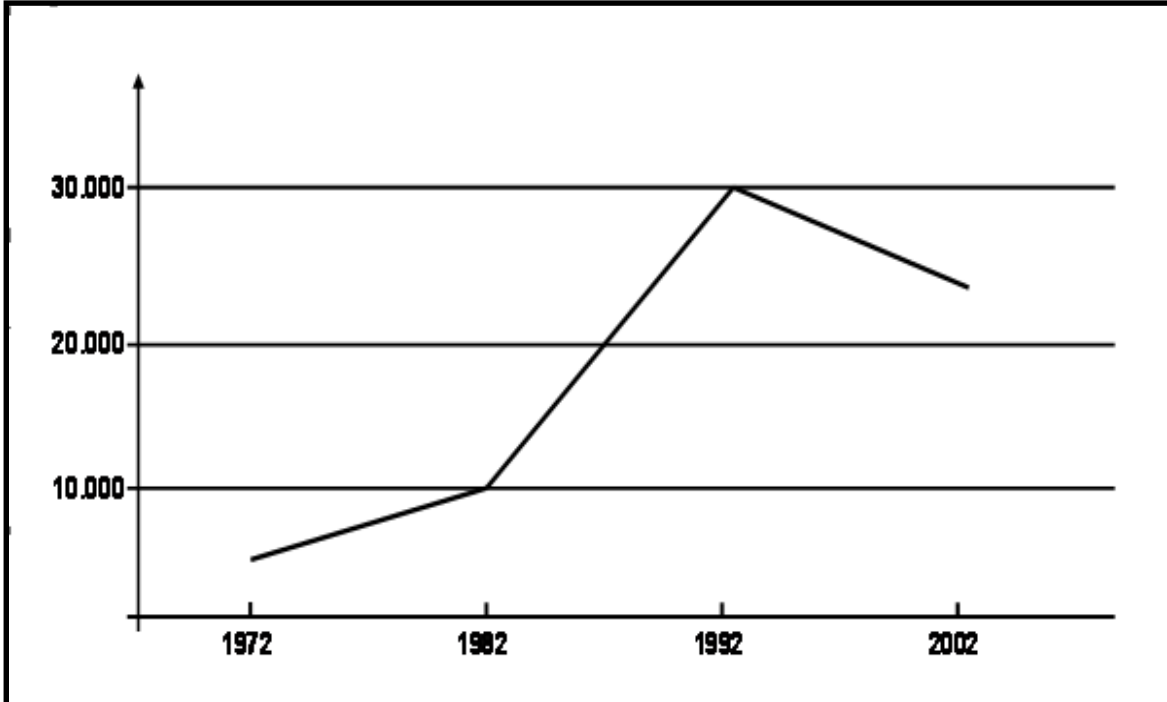
FONTE: (SILVA, 2007).

ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A.

Segundo o (DGEEC) dos 30.000 habitantes no final da década de 1970 até meados de 1980, o distrito perdeu em torno de 12% de população até 2002. A partir de meados da década de 1980 o distrito sofreu a expansão das grandes propriedades da soja, ou seja, do agronegócio, e assim, a população rural que era imensamente maior que a urbana, decresceu. Muitos desses camponeses brasiguaios excluídos da terra de trabalho atualmente vivem na periferia das cidades como: *Ciudad Del Este* no Paraguai e Foz do Iguazu no Brasil, além logicamente da área urbana do distrito.

*San Alberto* também viu sua população diminuir desde 1992, conforme se vê no gráfico 7 a seguir.

**GRÁFICO – 07:** Índice demográfico de San Alberto.



FONTE: (SILVA, 2007).

ELABORAÇÃO E CONFECCÃO: FERRARI, C. A.

### 1.5.7. Distrito de Santa Fé Del Paraná.

*Santa Fé Del Paraná* localiza-se a 33° 55' de latitude sul e 55° 10' de longitude oeste. Foi o último distrito criado ao norte do *Departamento de Alto Paraná*. (Em anexo 7 a Lei N° 2180 de 11 de julho de 2003). Para o prefeito de *Santa Fé Del Paraná*, o “brasileiro no Paraguai” Joaquim Maciel, a economia do distrito é totalmente agrícola. No entanto, a situação enfrentada pelos agricultores, atualmente, é mais delicada do que se imagina. Segundo ele, os campesinos paraguaios radicados nos movimentos sociais, principalmente do centro do país, são claramente contra os “brasileiros no Paraguai”, ou seja, contra a concentração de terras nas mãos desses brasileiros, problema esse que se apresenta para o novo presidente Fernando Lugo, cujos resultados podem se constituir séria ameaça de conflitos de grande proporção nessa zona de fronteira.

**FIGURA 03:** Placa na Ruta Internacional indicando a entrada do distrito de Santa Fé.



**FONTE:** FERRARI, C. A. (2008).

Por ser um distrito novo, com cerca de 6.000 habitantes, na sua grande maioria formada por migrantes oriundos do Brasil (80%), *Santa Fé Del Paraná* sofre, também, as conseqüências da promessa feita, ainda em campanha eleitoral, do Presidente Fernando Lugo. No momento atual, campesinos endógenos, ou seja, os campesinos organizados em movimentos de luta pela terra se deslocaram para a região depois da eleição do novo presidente paraguaio. Percebe-se, entretanto, que o conflito mudou de lado, agora quem sente as ameaças dos campesinos organizados são os grandes proprietários brasileiros da soja, os chamados “brasileiros no Paraguai”.

Em *Santa Fé Del Paraná* localiza-se o único assentamento campesino de que tivemos notícia na região norte do *Departamento de Alto Paraná*. Intitulado de *Katupyry Santiago Martinez*, o assentamento reúne uma área de 63 hectares de terra, 63 famílias<sup>15</sup>, dentre as quais, algumas de brasiguaios. Não foi possível estabelecer contato com os assentados, já que, ultimamente se vive um clima tenso nessa região da fronteira.

<sup>15</sup> Neste assentamento, apesar de parecer impossível, vivem atualmente 63 famílias em uma área de 63 hectares de terra.



**FIGURA – 04:** Brasiguaios no plantio em uma grande propriedade na região de Santa Fé Del Paraná.



**FONTE:** Acervo particular de Daniel Rodriguez Rolón – (2008).

Embora aparentemente inspire tranqüilidade, a região do distrito de *Santa Fé Del Paraná* é uma bomba prestes a explodir. E não é por estar na Tríplice Fronteira, que segundo o governo dos Estados Unidos é reduto de terroristas. É porque no distrito se concentra um crescente número de grandes e médios proprietários de terras do agronegócio e, esses latifundiários estão na mira do novo governo paraguaio, ou seja, uma das promessas de campanha do novo presidente paraguaio: a reforma agrária. Logo, o MCP (Movimiento Campesino Paraguayo) ameaça invadir terras dos chamados “brasileiros no Paraguai”, esse é o medo dos grandes e médios proprietários de terra dessa região. O problema, que até agora está no âmbito social e político, poderá se tornar de difícil solução se o novo presidente paraguaio levar a cabo sua promessa de campanha.

No distrito de *Santa Fé Del Paraná* a atividade mais importante é a agrícola tendo a soja como a principal. Em 2008 a mandioca, o milho, algodão e o trigo também tiveram uma grande produção. No distrito existe ainda uma importante exploração florestal do tanino e dos óleos



aromáticos que se utilizam na elaboração de perfumes. A criação de gado também é importante para a economia do distrito, apesar de não ter um rebanho considerável. No entanto, a pesca, sendo que o distrito é muito próximo do Lago Internacional de Itaipu, não tem a importância que deveria ter para a economia local.

O clima da região é subtropical é caracteriza-se pela marcada oposição entre a estação seca e a estação úmida. Geralmente, no distrito de *Santa Fé Del Paraná* é quente, mais especificamente a temperatura média anual é de 25°. O índice pluviométrico do distrito faz o clima muito úmido e quente com uma média de 1.200mm por ano. A fauna do distrito é muito rica, apesar de estar quase totalmente mecanizado, os mamíferos como a anta e a capivara se destacam, sendo inclusive, proibido a caça. No distrito ainda, é possível verificar a presença de alguns animais como a onça pintada, na única reserva florestal existente na localidade.

## CAPÍTULO II

### 2. (DES) TERRITORIALIZAÇÃO E MOBILIDADE NA FRONTEIRA: A MIGRAÇÃO BRASIL/PARAGUAI

#### 2.1. AS MIGRAÇÕES.

A ciência geográfica tem um papel importante na compreensão das transformações do espaço agrário. No caso do Paraguai, onde o modelo agronegócio de produção tem transformado, além da paisagem natural, as relações sociais no campo, os camponeses, cada vez mais, têm a *terra de trabalho*, segundo a concepção de Martins (1980), cada vez mais distante da sua realidade.

A questão que envolve a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios ocorre num espaço de fronteira, de onde podemos apreender alguns aspectos que, segundo Martins (1997) são essenciais. Um deles é o elemento unificador, ou seja, as experiências de vida dos atores envolvidos, a esperança de um futuro melhor que determinado grupo social utiliza ao se organizar. Para tanto, são utilizadas experiências de vida e de esperança num futuro onde os camponeses possam trabalhar a terra com dignidade. Todavia, ao mesmo tempo, sabem que o destino é incerto. A zona de fronteira pode ser tanto o lugar da oportunidade quanto o lugar da tragédia que nela se caracteriza.

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. (MARTINS, 1997, p. 13).

É assim, na fronteira, que camponeses brasiguaios e campesinos paraguaios vivem a margem, sendo explorados pela elite fundiária que se apoderou das terras nessa região de

fronteira que, segundo o geógrafo Francês Camille Valloux “*não servem apenas de meio de separação, mas também de interpenetração de culturas, interesses e objetivos diferentes*”. (MENEGOTTO, 2004, p. 18).

Também, os grandes proprietários de terra, pautam seus destinos pela exploração dessa classe, que vive pela ilusão de um futuro melhor ou pela certeza de uma iminente expulsão, pela escravidão, que faz que o assujeitado nunca chegue à condição de sujeito, pela falta de terra em meio à imensidão de terra, compondo as máscaras que se esfacelam na tragédia da fronteira, onde José de Souza Martins esquadrinha a face sem retoques de um espaço social marcado pelos caminhos e pelos descaminhos.

A fronteira em questão não é apenas o lugar da esperança de dias melhores. É também o espaço de múltiplas ações, dentre elas, a violência que nela se assenta. A fronteira entre Brasil e Paraguai no extremo oeste paranaense e leste paraguaio, reflete um fluxo de deslocamentos dos camponeses expulsos da terra a partir da segunda metade da década de 1960, trazendo consigo a esperança do tão sonhado pedacinho de chão<sup>16</sup> para, desta forma, poder continuar sua reprodução enquanto camponeses. Conforme as reflexões de Martins.

Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano. (MARTINS, 1997, p. 163).

Para podermos iniciar a discussão acerca dos grandes deslocamentos de pessoas que ocorrem neste espaço de fronteira, é necessário considerar o território como produto histórico das relações humanas, o que implica a construção de uma demarcação da existência territorial com diversas formas e consignações.

Observemos que o migrante, quando “expulso”, leva consigo um pouco de seu lugar de origem, isto é, um pouco de sua vida como ser humano existencial, de seus costumes, de sua língua, de sua cultura. Dessa forma, agora fazendo parte de território estranho, ele busca recriar, mesmo que minimamente, parte do que deixou para trás, em seu rincão natal. Ao mesmo tempo, o território confere poder para aqueles que o possuem, como é o caso dos “*brasileiros no*

---

<sup>16</sup> Ver – (Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe. ALMEIDA, R, A. (2006).

*Paraguai*”<sup>17</sup> ou possibilidades de ser adquirido por aqueles ainda sem terra, como é caso de milhares de camponeses brasiguaios. Nesse sentido, o território ganha identidade através das relações desenvolvidas nele. No caso específico dos brasiguaios, cogitou-se até mesmo a existência de uma nação brasiguai dentro do Estado paraguaio.

Podemos observar, no caso dos migrantes brasiguaios, a união em torno de uma identidade e, com isso, a construção de territorialidades que ultrapassam os limites do Estado, o que constitui expressivos processos de re-territorialização. O território da região norte do *Departamento de Alto Paraná*, pode ser considerado como território híbrido, já que está repleto de culturas do país de origem que se misturam com a cultura migrante, reconstruindo novos territórios, proporcionando algo novo que se difere, portanto, do Brasil e do Paraguai. Haesbaert (2004). O território é uma porção do espaço onde os indivíduos desempenham seu poder. O território é assim o fruto real das lutas de classe travadas pela sociedade o processo de produção de sua vivência. Vale destacar que.

Espaço e território não são termos equivalentes [...] é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida [...] ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1980, p. 143).

Portanto, quando o homem domina o espaço, este espaço se torna território, que pode, então, ser definido como resultado das relações e possibilidades da ação humana. A acepção do termo, vale destacar, varia de acordo com a concepção teórica de cada pesquisador.

Nesse contexto, a mobilidade populacional de brasileiros para o Paraguai, considerando-se inclusive as diferentes escalas espaciais e temporais em que tais processos ocorreram e vem ocorrendo ao longo das décadas, necessita de um estudo mais aprofundado, especialmente no que se refere às concepções dos brasiguaios, às perspectivas desse povo quando da migração, os motivos que os levaram ao deslocamento até o outro lado do Rio Paraná, no leste paraguaio e, principalmente, em relação às diferenças mais marcantes entre o país de partida e o de chegada. No entanto, o que se vê neste espaço de fronteira são “*verdadeiras multidões itinerantes e*

---

<sup>17</sup> São os migrantes ricos, os grandes fazendeiros da soja e os médios produtores. Também os comerciantes, trabalhadores com formação universitária que trabalham em setores administrativos nos silos, bancos, loja, etc.

*desenraizadas numa permanente busca de trabalho fora de seu lugar de moradia*". (MARTINS, 1999, p. 112).

Os deslocamentos, principalmente de camponeses, aumentaram significativamente a partir da década de 1970 até meados da década de 1980 do século passado, tendo diminuído a partir desta data. Deste modo, pode-se afirmar que a migração faz parte da história e da vida do homem, e foi por meio das migrações que novas culturas nasceram e novos sujeitos sociais apareceram.

Singer (1990, p. 40) considera que as migrações são provocadas por dois tipos de fatores: expulsão e atração. O primeiro determina o local de origem dos fluxos migratórios, enquanto o segundo, a direção e as áreas de destino. Entre os fatores de expulsão, temos a modernização conservadora do campo brasileiro e, no extremo oeste paranaense, também, a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, essas ações constituídas como modernidade que nada mais é do que, *"num certo sentido, o reino do cinismo: é constitutivo dela a denúncia das desigualdades e dos desencontros que a caracterizam, nela o capitalismo se antecipa à crítica radical de suas vítimas mais sofridas"*. (MARTINS, 2000, p. 21).

Quanto aos fatores de atração, podemos mencionar a terra fértil e seu preço. Considerando esta configuração, pode-se afirmar que houve fatores preponderantes para o deslocamento de uma grande massa de camponeses para essa região do Paraguai, principalmente do Estado do Paraná. No caso dos brasiguaios, a migração e conseqüentemente o retorno a partir de meados da década de 1980, constitui marcos importantes na vida da maioria desses camponeses. Durante a pesquisa, foi possível perceber como a inserção desses camponeses brasiguaios no Brasil, antes e depois da migração, e no Paraguai pode influenciar a forma pela qual se referem as suas experiências. Pôde-se apreender, ao mesmo tempo, como novas relações de trabalho e de vida impostas pelo mundo moderno marcam de diferentes modos as vivências dos migrantes e re-imigrantes e, acabam (re) criando fronteiras além das políticas-administrativas.

Segundo a concepção de Schwarcz, (1998, p. 14). *"A migração é para o migrante um momento que marca sua vida, a partida assinala o encerramento de uma parte da existência ou quase sempre o abandono da pátria"*. A partir desse pressuposto, verifica-se que, no Brasil, a situação sócio-econômica vivida por camponeses sulistas em meados do século passado, especialmente a partir de 1965, atuou como fator de expulsão. Os camponeses, já naquela época,

não vislumbravam políticas satisfatórias que os contemplassem. A modernização conservadora do campo brasileiro que fez com que as fronteiras agrícolas se expandissem além fronteiras nacionais, pode ser apontada como o principal fator de expulsão de uma imensa massa de pequenos agricultores e trabalhadores rurais itinerantes do sul do país rumo ao Paraguai, especialmente para o *Departamento de Alto Paraná*, próximo da fronteira.

Mais é imperativo explicar o que se compreende por expansão da fronteira agrícola: trata-se precisamente de um processo marcado pela alteração das bases produtivas no meio rural as quais passam, conseqüentemente a se ajustar sobre a transformação no padrão tecnológico, necessitando, porquanto, para aquela alteração de inversão ou maior nível de aproveitamento de capital no campo. Deve-se enfatizar que as transformações ocorridas no campo brasileiro, principalmente na década de 1970 (destacando-se aí a expansão da fronteira agrícola) são resultantes de um processo de intervenção nesse setor, que tiveram início já em décadas anteriores. Todavia, a ampliação da fronteira agrícola se trata na verdade de uma das etapas do processo de expansão capitalista no país, na qual se verificou que o campo brasileiro poderia, a exemplo do que ocorria na cidade, se tornar também um lócus de acumulação de capital.

Aliado a outros fatores, a migração para o Paraguai é resultado dessa expansão da fronteira agrícola. Entretanto, nas últimas duas décadas, com a democratização do país e as novas medidas econômicas derivadas do Consenso de Washington<sup>18</sup>, a inserção do Paraguai na onda da globalização enfrentou a instabilidade socioeconômica que determinou o seu atual estágio de atraso econômico nesse novo contexto internacional. Atualmente o Paraguai se acha confrontado a sua nova posição no contexto socioeconômico mundial, decorrente de sua inserção internacional, especialmente via os canais comerciais abertos pelo MERCOSUL, onde a agricultura segue sendo seu principal setor de integração.

No dia 26 de julho o MERCOSUL fez 15 anos de vida, no entanto o Paraguai não tem muito que comemorar. Dada sua localização interior, sem saída para o mar, o Paraguai torna-se

---

<sup>18</sup> Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo, John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes. E quem cunhou a expressão "*Consenso de Washington*", através da qual ficaram conhecidas as dez conclusões daquele encontro. ([www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html](http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html)). Acessado em 16 de maio de 2009.

extremamente subordinado a boa-vontade das potências regionais, sendo uma delas o Brasil, para escoar sua produção e receber insumos para desenvolver seu setor produtivo. De acordo com dados da União Industrial Paraguaia (UIP), mais de 800 indústrias cerraram suas portas nos últimos anos por não suportar a concorrência desleal dos vizinhos, principalmente o Brasil. A maior dependência é no campo energético, as duas grandes usinas hidrelétricas do país são binacionais (Itaipu, com o Brasil; *Yaciretá*, com a Argentina), fato que, longe de ser um benefício, transforma-se em prejuízo já que a energia fornecida ao consumidor paraguaio é cara e de péssima qualidade. Nessa cifra contabiliza-se, na região norte do *Departamento de Alto Paraná* os brasiguaios que são cerca de 80% no interior do *Departamento*, dificultando ainda mais a vida dessa população camponesa migrante.

O Paraguai fez um grande esforço nesses 15 anos de MERCOSUL, apesar disso a complexidade da questão, requer maiores deliberações para ajustar e aproximar posições contemplando os interesses de todos. Evidentemente, mais uma vez, quem sofre mais com essas mazelas em relação ao MERCOSUL, são os camponeses brasiguaios e os paraguaios, que vêm a cada dia as condições de sobrevivência se agravar.

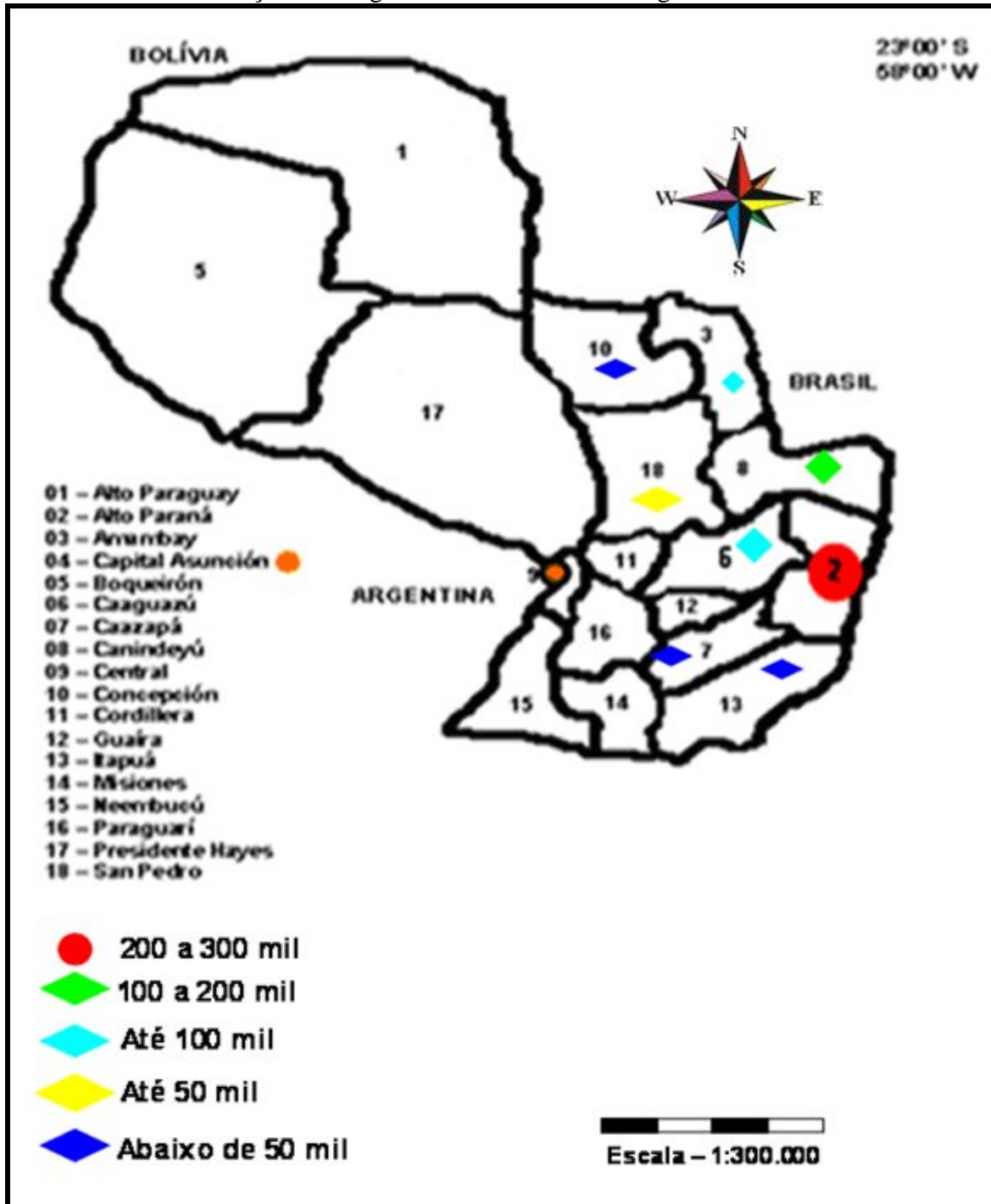
Analisaremos mais profundamente a questão da migração de pequenos agricultores, reideiros, meeiros, parceiros, agregados, e os chamados bóias-frias para o Paraguai a partir da segunda metade do século XX, porque foi a partir desse momento que o deslocamento para o Paraguai se intensificou. O processo migratório brasileiro para o Paraguai foi intenso e de amplo impacto até o início da década de 1980 do século passado, vindo a diminuir a partir de então.

Nos últimos anos os cafezais cederam lugar aos cultivos de soja e trigo no Paraná, apresentando alto índice de mecanização da agricultura e, com isso, o colono de várias regiões do Paraná emigrou, e vários deles constituem grande parte dos brasiguaios, vivendo no Paraguai, aumentando o número de bóias-frias, arrendatários, meeiros na luta camponesa pelo direito à terra [...], o modelo de modernização da agricultura desenvolve atividades monocultoras regionalizadas com o uso da tecnologia avançada e da mecanização. Utilizando temporariamente a mão-de-obra de bóias-frias e acentuando a crise na produção de alimentos para o consumo interno no país, expandiu a fronteira agrícola em direção ao norte nos países da fronteira. (BATISTA, 1990, p. 89).

Segundo a pesquisadora paraguaia Fernanda Feliú (1999), até o final da década de 1950 e início da década de 1960, a migração era ínfima. No mapa a seguir, localizamos o destino dos

fluxos migratórios do Sul do Brasil para o Paraguai, destaque para o *Departamento de Alto Paraná*, especialmente a região norte.

MAPA – 09: Distribuição dos migrantes brasileiros no Paraguai.



FONTE: Souchaud et al (2006).

ELABORAÇÃO E CONFECCÃO: FERRARI, C. A.(2008).



A massa que intensificou a migração para o Paraguai a partir de meados da década de 1960, era formada por pequenos agricultores e trabalhadores rurais de toda a ordem que, em geral, ocupavam as terras brasileiras, especialmente do sul do Brasil para a produção de produtos alimentícios para o auto-consumo e comercialização do excedente, antes do advento da modernização da agricultura no Brasil, que culminou com a expulsão de uma grande massa desses camponeses do meio rural brasileiro.

Essa migração continuou incipiente, mesmo após ter sido criado pelo governo paraguaio, em 1961, o programa “Marcha Del Este<sup>19</sup>”, cujo objetivo oficial era de ocupar a fronteira leste daquele país com camponeses paraguaios, apenas alguns poucos colonos se aventuraram nas matas paraguaias para o cultivo de hortelã e de tung<sup>20</sup> com a ajuda de braços camponeses paraguaios.

Conforme os estudos de OLIVEIRA, T.C.M. (2005, p. 74), “*no início de 1960 implementou-se no Paraguai a ‘marcha em direção ao leste’ com o objetivo, entre outros, de dotar com terras os camponeses paraguaios da zona central do país*”. Entretanto, na tentativa de fortalecer a migração, algumas modificações foram feitas nas leis do país, sendo que:

Paralelamente a essa Marcha, em 1963, o governo paraguaio alterou o Estatuto Agrário, revendo a proibição – estabelecida no Estatuto de 1940 – de vender terras a estrangeiros nas zonas fronteiriças. Com isso, abriu-se o caminho para a venda das terras mais férteis do país a brasileiros e corporações transnacionais. Recentemente em 2002, pela Lei 1963, restabeleceu-se a cidadania paraguaia como requisito para o recebimento de terras por parte do IBR. [...] Outro fato relevante constituiu a violenta repressão às Ligas Agrárias – a partir de 1970 – o exercito paraguaio foi mobilizado para a expulsão de camponeses proprietários de terras em áreas pretendidas por companhias colonizadoras brasileiras. Assim, por exemplo, em *Yhú, Departamento de Caaguazú, fronteira oeste com o Departamento de Alto Paraná*, soldados paraguaios queimaram as barracas e expulsaram de seus lotes umas 1300 famílias, confiscando suas terras. Grande parte das mesmas passou a ser propriedade de militares paraguaios que, por sua vez, venderam-nas, posteriormente, a empresários brasileiros. (OLIVEIRA, T, C, M. 2005, p. 75). [o grifo é nosso].

<sup>19</sup> Programa do governo Alfredo Stroessner que previa o desenvolvimento da fronteira leste paraguaia com camponeses paraguaios. Mas, na verdade foi criada com a intenção de colonizar a fronteira com agricultores do Sul do Brasil, descendentes de europeus.

<sup>20</sup> Nome científico (Aleurites Fordii) planta nativa da Ásia, com excelente potencial de produção de óleo para a indústria química e combustível, seu plantio é recomendado em áreas onde a agricultura mecanizada se torna impossível, próprio da agricultura familiar. (CEPEDAL).

A migração até 1965 era formada, principalmente, por caravanas de camponeses de produção familiar e trabalhadores rurais itinerantes sulistas (rendeiros, agregados, bóias-frias, etc.) e, em menor proporção, de outras regiões do Brasil. Todavia, grandes latifundiários brasileiros já haviam adquirido amplas áreas de terra nessa região do Paraguai entre 1950 e 1955. A construção da Ponte da Amizade (1962/65), que visava primeiramente a favorecer o comércio paraguaio através do porto de Paranaguá, também favoreceu o deslocamento de milhares de brasileiros. O deslocamento também ocorre em outros locais ao longo da fronteira.

Entretanto, esse processo deu início ao aniquilamento dos grupos nativos que viviam na região (índios, posseiros, campesinos) nos mesmos moldes da implantação no Brasil da “Marcha para o Oeste<sup>21</sup>”. O processo de modernização agrícola no Paraguai a partir dos anos de 1970 foi, assim, a principal causa do desaparecimento da população indígena. As populações guaranis se localizaram em lugares com matas nativas e perto de cursos de água, o que possibilitava a realização da pesca, caça e coleta silvestre, conjuntamente com as atividades agrícolas. A agricultura era realizada em espaços abertos na floresta, já que as ferramentas utilizadas nessa época eram muito precárias. Os membros de uma mesma origem se re-agrupavam em grandes casas, compreendendo onde se encontravam as aldeias ou “*tekohá*” com grandes casas comunais que reuniam muitas famílias.

Essa expansão horizontal desmatou as florestas, os animais desapareceram e os rios foram poluídos com agrotóxicos, o que fez com que a população campesina paraguaia, principalmente a indígena, fosse empurrada para o centro do país ou para reservas criadas pelo governo. Em todo o *Departamento de Alto Paraná* vivem cerca de 1.000 índios, ao passo que, antes do advento da abertura da fronteira leste, o número de indígenas nesta região do Paraguai atingia os milhares. Conforme as palavras de (MARTINS, 1999, p. 134) “*muitos, e esse ainda é um fato dos nossos dias, consideram que os índios não são humanos e estão muito mais próximos dos animais da floresta do que dos homens*”.

Podemos observar na figura a seguir, um local de travessia, próximo a Porto Mendes Golçalves distrito de Marechal Cândido Rondon, usado por famílias camponesas que migram ilegalmente para o outro lado da fronteira.

---

<sup>21</sup> Programa criado pelo governo Getúlio Vargas na década de 1940 para incentivar o progresso e ocupação do Centro-Oeste. Foi organizado um plano para que as pessoas migrassem para o centro do Brasil, onde havia muitas terras desocupadas. Esse movimento ficou conhecido como Marcha para o Oeste.

**FIGURA – 05:** Ponto de travessia no Lago Internacional de Itaipu.



**FONTE:** FERRARI, C. A. (2008).

No entanto, o projeto que previa o desenvolvimento dessa área de fronteira foi norteador por uma visão geopolítica<sup>22</sup> elaborada no período da ditadura Stroessner (1954/89) no Paraguai, com amparo na ditadura militar do Brasil (1964/85). O projeto, inicialmente, foi criado com o objetivo de integração e de expansão econômica na região para, assim, poder diminuir a influência da Argentina no chamado Cone Sul, já que o Brasil e a Argentina disputavam a hegemonia na Bacia do Prata.

<sup>22</sup> O projeto de englobamento político-econômico das forças que comandam o Brasil orientou estrategicamente o expansionismo intervencionista do capitalismo nos países vizinhos. Para isso, era preciso ter uma fronteira armada e forte para fazer valer a divisão internacional do trabalho, fundamentada na exportação do capital [...]. Do ponto de vista geopolítico, o governo do ditador Stroessner a considerava um fator de desenvolvimento, enquanto que a oposição via a presença de brasiguaios como ameaça à soberania do país [...], a doutrina geopolítica aplicada é a de “ocupar os espaços vazios” sob orientação do poder central para permitir a captação de influências e pressões forâneas. [...]. O regime militar instalado com o golpe de 1964 no Brasil traçou uma política de colonização da fronteira agrícola que pressionou os camponeses às migrações forçadas, pelo processo de modernização da agricultura nas terras já colonizadas, principalmente das regiões Sul e Sudeste [...], a nova estratégia geopolítica serviu para povoar a fronteira, ocupar o território paraguaio como forma de dominação política, mas o modelo espoliativo de acumulação capitalista no campo atingiu as novas áreas colonizadas repetindo os conflitos e multiplicando os sem-terra que organizados estão lutando conscientemente na fronteira. (BATISTA, 1990, p. 61-62).

Com esse pretexto, o discurso de distribuição das terras da fronteira a camponeses paraguaios sem terra foi uma perspicácia do governo paraguaio para não criar conflitos pela posse da terra com os camponeses e os índios que ainda viviam na fronteira leste e, principalmente, para mitigar os conflitos existentes que estouravam no centro do país, mais diretamente nos *Departamentos de San Pedro, Concepción, Caazapá e Misiones*. “*En síntesis, se tiene un Estado que se define como “social de derecho” pero que en la práctica no há respondido a su función de mediador y de controlador pra amortiguar las desigualdades sociales*”. (RIQUELME, 2003, p. 40).

A finalidade deste projeto era, porém, colonizar com colonos do sul do Brasil, descendentes diretos de europeus. O próprio presidente, Alfredo Stroessner era descendente direto de alemães. Nesse sentido, a real finalidade do governo paraguaio era transformar a região num amplo corredor de grãos e, para que isso acontecesse, considerou-se que teria de ser com pessoas “aptas” com o trabalho nas lavouras.

La ética del trabajo, como el mecanismo fundamental para acumular riquezas, está en la raíz del desarrollo del capitalismo occidental moderno, como analiza Webber (2004), y los inmigrantes europeos que vinieron al Brasil y sus descendientes que hoy están en Paraguay incorporan y glorifican este “espíritu capitalista”. *Ao passo que* los camponeses son adeptos de una cultura agrícola comunitaria de origen indígena, fundada en la solidaridad y la producción de subsistencia. (FOGEL y RIQUELME, 2005, p. 169). [O grifo é nosso].

Segundo a ideologia, os camponeses paraguaios não possuem a ética do trabalho que têm os migrantes brasileiros sulistas de descendência europeia, isto começou com os colonizadores ainda em meados da década de 1960, “*a conhecida ética do trabalho protestante, na qual o trabalho árduo, diligente, abnegado, e o êxito temporal, foram equiparados à virtude*”. (CAPRA, 1982, p. 187). Ou podemos afirmar verdadeiramente que os paraguaios não aceitam o fato de os migrantes se apossarem das terras que seriam deles por direito, por serem cidadãos paraguaios puros, e também por não aceitarem a exploração por esses migrantes no trabalho nas propriedades? Nessa concepção,

[...] questões inerentes a características “étnicas” foram levadas em consideração, no sentido de se priorizar elementos brasileiros de origem germânica, principalmente, e europeia, por extensão, a partir do ideário de serem portadores de capacidade técnica, serem altamente produtivos, e com desejo de prosperar. (SONDA, 2003, p. 860).

Questionamo-nos, contudo, se a atitude dos paraguaios em não trabalhar, em viver só de mandioca com dizem os migrantes brasileiros, principalmente os da elite e da classe média, não caracterizava resistência em não aceitar o fato de os migrantes se apossarem das terras, que seriam deles por direito e também, por não aceitarem a exploração por esses migrantes no trabalho nas propriedades que anteriormente eram deles.

Neste contexto de desenvolvimento dessa faixa de fronteira com colonos descendentes de europeus, existe uma hipótese levantada pela geógrafa Professora Mirian Hermi Zaar<sup>23</sup> (2001), em torno dessa abertura da fronteira promovida pelo General Stroessner nos idos de 1960. Segundo Zaar, “o Estado paraguaio estaria desenvolvendo políticas de branqueamento da população predominantemente indígena”<sup>24</sup>. Portanto, a seleção dos migrantes tinha uma razão de ser para o Estado paraguaio, como aconteceu no Brasil na época do Império (1822-1889).

Ainda segundo Zaar (2001), cogitava-se, também, que o governo ditatorial paraguaio estava praticando uma política de boa vizinhança com o Brasil para a possível construção de uma usina hidrelétrica no Rio Paraná que viria a ser Itaipu. E o governo paraguaio desejava promover a modernização da agricultura com o objetivo de se tornar um grande produtor de grãos num futuro próximo. Porém, para que isso viesse acontecer necessitava de migrantes brasileiros do sul, descendentes de europeus, que possuíam grande experiência na agricultura.

Aliada à questão da abertura da fronteira pelo governo paraguaio, na década de 1960 e, conseqüentemente, à agitação provocada pela questão geopolítica versada pelos governos ditatoriais dos dois países, surgiu e generalizou-se a idéia de que, no Paraguai, os colonos migrantes do Brasil tinham possibilidades de ficar ricos com o cultivo em terra vermelha, fértil e barata.

Essa propaganda abria novos horizontes para grande parte dos camponeses sulistas que sofria com a modernização conservadora da agricultura brasileira. Ao mesmo tempo, ela aguçava a ganância de grandes latifundiários alguns inclusive, já haviam adquirido extensas áreas de terra na região para futuras colonizações. Esses latifundiários eram incentivados pelo IBR (Instituto de Bemestar Rural), órgão do governo paraguaio para questões fundiárias e, uma espécie de agente do latifúndio, que exercia uma política clara de concentração de terras para exploração. Conforme

---

<sup>23</sup> Doutora em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona.

<sup>24</sup> ZAAR, M. H. Migración y cambio social. (Scripta Nova) Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. [ISSN 1138-9788]. Barcelona-España, Nº, 94 (88), 01 de agosto de 2001. [www.ub.es/geocrit/sn-28de-março-de-2008](http://www.ub.es/geocrit/sn-28de-março-de-2008).

relata um membro de uma família catarinense que vivia no município de Palotina no Oeste do Paraná:

Então se fazia uma propaganda, inclusive se usava até as rádios locais. Propaganda de terras no Paraguai, terras férteis. E os corretores usavam uma tática, lembro até hoje, diziam que lá ia ser Brasil. Bem naquela época, coincidiu com a construção de uma usina hidrelétrica que ia se chamar Itaipu. Diziam que o Paraguai não tinha dinheiro pra pagar a usina pro Brasil, que ia ceder em terra, que essa região onde as firmas estavam vendendo as terras ia pertencer... Ia entrar no negocio da Itaipu. Então isso era uma tática que eles usavam pra animar o povão a morar nesse... No Paraguai. (SPRANDEL, 1992, p. 158).

A insistente propaganda dizia, por exemplo, que a venda de 25 hectares de terra no Brasil permitia a compra de 250 hectares no Paraguai. Essa propaganda tornou-se ainda mais abrangente quando, em 1967, o governo do Paraguai aboliu a lei que proibia a compra de terras por estrangeiros na faixa de 150 quilômetros de suas fronteiras (ALVES, 1990).

Os mais conhecidos colonizadores brasileiros que adquiriram grandes extensões de terras nessa região do Paraguai foram Geremias Lunardelli, James Watts Longo, João Muxfeld, João Borba, Manuel Teixeira, Antonio Martins, Mario Gibson Barbosa e Willy Cristiano Lüdeke, este último radicado no município lindeiro de Marechal Cândido Rondon, no oeste do Paraná. Conforme Galeano y Yore (1994), sobre a pessoa do colonizador Willy C. Lüdeke, o mesmo teria a companhia do capitão paraguaio *Fermín Ayala* e outros pioneiros como os irmãos *Targanski* e a família *Gerke*.

Sem querer aprofundar o estudo da presença de Lunardelli e, *outros pseudocolonizadores*, neste período, quer-se apenas apontar que, deste momento inicial do processo de migração de brasileiros, também participaram os grandes empresários, que, conforme aponta Laino, são, antes de tudo, não colonizadores, mas pseudo-colonizadores, que utilizam prestígio político, tanto no Brasil, com Vargas, quanto com pessoas e autoridades ligadas a Stroessner para revender, de forma especulativa. (SONDA, 2003, p. 84). [O grifo é nosso].

Como conseqüência, esse discurso acabou, da mesma maneira, aguçando a imaginação de uma massa de camponeses de toda ordem, pois eles viram, nesses projetos de colonização, uma oportunidade de trabalho e até mesmo a possibilidade de adquirir o tão sonhado pedaço de chão. Esses trabalhadores rurais, nesta época, viviam a realidade de verem sua terra de sobrevivência, serem incorporadas pelas grandes propriedades monocultoras modernas que se

expandiam no campo brasileiro, expulsando, por conseguinte, os pequenos agricultores, a população rural sem terra, posseiros, meeiros, terceiros, agregados, rendeiros, etc.

No final dos anos 1960, foram abertos vários núcleos urbanos (vilas) pelos colonizadores brasileiros em diversos pontos do *Departamento de Alto Paraná* e, para que essas terras fossem “amansadas”, era preciso angariar braços acostumados com a derrubada das matas e com a formação das lavouras e das vilas. Para essa árdua tarefa, ninguém melhor que os trabalhadores rurais volantes (bóias-frias) que foram perdendo espaço e trabalho no campo brasileiro. Entretanto, esses camponeses *amansadores de terra*, não eram, com raras exceções, descendentes de europeus. Eles eram os itinerantes, legião formada principalmente por nordestinos, mineiros, mato-grossenses e paulistas. A partir dessa dinâmica, o governo paraguaio “[...] aproveitou a idéia de o Brasil espichar as fronteiras e criou uma política de atração para o camponês brasileiro, com isto, o Brasil aliviou a pressão interna, a matança no campo, e o Paraguai ganhou mão-de-obra barata”. (WAGNER, 1989, p. 15).

No bojo da entrada dos grandes latifundiários, foram trazidas famílias de pequenos produtores rurais sem-terra [...] provenientes, principalmente, dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, em vez de se contratar camponeses paraguaios, que teriam, a priori, de alguma forma, a proteção do Estado paraguaio. Trabalhadores estes responsáveis pelo desmatamento das terras, tarefa imprescindível para a posterior mecanização, ou para a plantação de pastos para as fazendas e mesmo cafezais. Segundo estimativas de religiosos do Departamento de Alto Paraná, tendo em vista a não existência de censo oficial em torno da migração brasileira no período, e mesmo posteriormente, de cada 100 brasileiros a ingressar no país no transcorrer do período de meados dos anos 1960, 75% eram camponeses dessas regiões. (SONDA, 2003, p. 87). [grifo nosso].

Devido especialmente à proximidade com o local de origem e à propaganda intensa frisando a fertilidade do solo guarani, essa faixa da fronteira paraguaia e, aí, em especial, a região norte do *Departamento de Alto Paraná*, foi o destino de milhares de camponeses. Os estudos de Menezes (1992) revelam:

As promessas de terras férteis e baratas no Paraguai e as mudanças ocorridas na agricultura brasileira, sobretudo com a implementação de uma política agrícola de modernização, que privilegiou a média e grande propriedade, provocando a desestruturação da pequena propriedade, explicam o êxodo de milhares de camponeses sem terra ou com pouca terra para o Paraguai. (MENEZES, 1992, p. 115).

Assim sendo, com a crescente expropriação de camponeses do meio rural brasileiro, principalmente no campo paranaense, naquele momento, finais da década de 1960, trabalhadores rurais sem terra acreditavam que nesses projetos de colonização em território paraguaio teriam uma possibilidade de produzir e, por conseguinte, uma oportunidade de permanecer na terra.

Percebe-se, portanto, que o novo rural brasileiro se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente deterioração das pequenas propriedades, das posses, dos arrendamentos e, principalmente da distribuição da renda no setor agrícola. (SILVA, G. 1982).

Da mesma forma, neste período, o deslocamento para o país vizinho começou a se intensificar. Foram milhares de famílias de pequenos agricultores e trabalhadores rurais camponeses que cruzaram a fronteira em busca de terra, trabalho e vida digna. Sobre essa questão, CORTÊZ (1994) afirma:

Aos milhares de agricultores que não conseguiram a legalização de suas posses e nem garantias de auxílio financeiro e técnico para competir com a monocultura que surgia, restava a migração. O novo sistema agrícola não lhes reservava espaço, as novas tecnologias dispensavam o trabalho braçal das famílias que cultivavam, quase artesanalmente, produtos para o abastecimento interno. (CORTÊZ, 1994, p. 20)

Percebe-se, através de várias leituras sobre a questão que a partir da década de 1970, os pequenos agricultores e os camponeses sem terra do sul do Brasil, foram de certa forma, surpreendidos com o processo de modernização principalmente, nas grandes propriedades decorrentes da implantação da lavoura mecanizada da soja, obrigando muitos desses camponeses ao deslocamento.

Com a crescente expulsão dos camponeses do meio rural, outro fator, ainda, viria a colaborar para o aumento desse deslocamento de pessoas, além de mudar a paisagem da costa oeste paranaense: a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Do mesmo modo, era chegado o momento esperado por Stroessner para a colonização com descendentes do sul do Brasil, pois os migrantes dos extratos mais pobres da população já haviam feito o trabalho de derrubada das matas. Nesse sentido, a partir do início dos anos 1970, *“a dinâmica de atração tem a ver com a prioridade aos descendentes de germânicos, em função da experiência que já traziam desde o Rio Grande do Sul no trato com a terra, em função do capital tecnológico que já possuíam”*. (SONDA, 2003, p. 87).



Todavia, enquanto a questão de Itaipu não saía das “mentes progressistas”, a preocupação, principalmente dos camponeses – não somente do oeste do Paraná, mas de todos os recantos do país que dependiam diretamente da terra para sua sobrevivência – era a exclusão provocada pelo novo, pelo moderno, na agricultura brasileira.

É evidente que este problema vem se arrastando no Brasil desde a criação da Lei de Terras em 1850<sup>25</sup>. A excludente lei, por sinal, não criou um regime especial de acesso à propriedade da terra para os pequenos lavradores e para os camponeses em geral, preferiu reconhecer a compra como única forma legítima de se adquirir terras, obedecendo às imposições da elite fundiária, que na época era formada pelos senhores de engenhos ou, donos de escravos. A Lei das Terras também validou um costume político desmoralizado que se perpetua até os dias atuais, para marcar o fosso existente entre os interesses dos grandes domínios territoriais e o da posse familiar. A famigerada lei foi benévola na legitimação de antigos direitos de domínio de particulares, sobre as terras do Estado:

Deste modo, esta mudança na estrutura rural foi um dos fatores mais importantes para se compreender o deslocamento de grandes levas de brasileiros para o Paraguai ao longo das décadas de 1970 e início de 1980 do século passado, além, logicamente, da expropriação que viria a acontecer com a formação da represa de Itaipu, nesta mesma época.

Em tal contexto de expulsão e deslocamento de camponeses para o Paraguai, a monocultura da soja necessitava cada vez mais de espaço físico para a produção de grãos para exportação. Logo, as pequenas propriedades camponesas foram sendo incorporadas as grandes propriedades agrícolas que se expandiam naquele momento, ao mesmo tempo em que o governo paraguaio atraía esse extrato rural com promessas de terras férteis e baratas em seu território. Percebe-se, portanto, que, *“o capitalismo não se dissemina unicamente através do progresso material, ele cria e restaura formas arcaicas de exploração do trabalho, expulsando, marginalizando, escravizando”*. (MARTINS, 1999, p. 127).

Embora a modernização conservadora se desenvolvesse rapidamente no Brasil, a incorporação e a expansão de novas áreas ao processo produtivo tornavam-se mais acessíveis ao

---

<sup>25</sup> A Lei de Terras de 1850 regulava o modo de ocupação das terras devolutas, promovia a legitimação das grandes áreas de terras dos fazendeiros que tinham sido conseguidas por simples ocupação, proibia as aquisições por outro título que não fosse o de compra e autorizava o governo a fazer vir anualmente, a custa do Tesouro, certo número de colonos livres e bem assim fundaram colônias nos lugares que mais conviesse. Essa lei alterou fundamentalmente as funções da imigração. Além de transformar a terra em equivalente de mercadoria, condicionava o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital. (MARTINS, 1973, p. 51-52).

grande proprietário de terra do que a expansão vertical da produção com a aquisição de máquinas, tratores e todo o tipo de equipamento agrícola de que necessitava a agricultura moderna. Nessa conjuntura, a expulsão dos camponeses foi o resultado mais evidente verificado.

Naquele tempo, pelo menos aqui na região de Santa Helena, quem tinha pouca terra que nem eu tinha que vender pros fazendeiros, porque a gente não conseguia mais financiamento nos bancos, para plantar por conta era difícil, impossível, pois o preço das sementes era caro e se plantasse semente que não fosse a tratada não dava quase nada, não tinha jeito, eu mesmo vendi e quase fui pro Paraguai, pois diziam que lá era bom que a terra era melhor que aqui e coisa e tal, mais não fui, nunca mais trabalhei com lavoura, fui pra cidade trabalhar de salário e nunca mais tive roça<sup>26</sup>.

Cumpra-se notar que, esta síntese não se trata apenas de uma argumentação conclusiva, mas uma formulação narrativa vivificada enquanto experiência. Enquanto tal, contestadora daqueles sentidos esvaziados que lhe retiraram o pertencimento a este chão, insistindo-se como sujeito de sua história, afinal *“não tinha jeito, eu mesmo vendi e quase fui pro Paraguai”*.

Nessa época, a grande imprensa propagava aos quatro ventos o notável crescimento da produção de soja, do desempenho cada vez melhor da agricultura brasileira no cenário internacional. Em contrapartida, pouco se falava sobre a proporção significativa de excluídos por esse novo modelo de produção que expulsava milhares de camponeses, muitas vezes de forma violenta, além de aumentar consideravelmente a concentração de terras e de renda e, desta forma, o exército de pobres tanto no campo, como na cidade, *“pistoleiros de aluguel [...] começaram a expulsar violentamente das terras os pequenos agricultores [...], queimando casas e plantações, ferindo e matando pessoas”*. (MARTINS, 1999, p. 123). Neste contexto, verifica-se um reordenamento territorial, e a grande propriedade se impõe como modelo, recebendo grandes estímulos das políticas agrícolas, assegurando sua reprodução. Segundo as reflexões de (OLIVEIRA, 1996, p. 102), *“a terra funcionando como reserva de valor, ou seja, a terra sendo apropriada para se obter a renda capitalista da terra”*.

Enquanto isso, por outro lado, a não ser os movimentos da luta pela terra, desde a criação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas) em 1964, e do MST (Movimento dos Sem-Terra), em 1984, nenhuma voz se levanta em favor dos excluídos dos

---

<sup>26</sup> PAVANI, S. (66 anos). Entrevista concedida a Carlos A. Ferrari no dia 15 de dezembro de 2008, em sua residência.

meios de produção e das desigualdades proporcionadas por esse modelo de produção do campo brasileiro.

Concomitante a essa realidade, o fluxo migratório brasileiro ao longo dos últimos cinqüenta anos foi, conseqüentemente, resultado de políticas adotadas pelo governo para atender a demanda de produtos que necessitavam de uma agricultura moderna, respectivamente esses produtos, nas mãos de grandes empresas internacionais principalmente a Monsanto e a Bayer (insumos, agrotóxicos, máquinas, implementos agrícolas, sementes, indústrias de moagem e esmagamento de grãos, etc.), ou seja, do médio e grande capital agrícola. Essas condições foram essenciais para a legitimação da nova ordem que ocorria no campo naquele momento.

Pode-se compreender o conceito de modernização conservadora a partir de algumas considerações. Primeiro, abdicar a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários de terras manteriam o controle também sobre a força de trabalho rural, que não seria capaz, por conseguinte, de se libertar de relações de subordinação pessoal e de extração do excedente econômico por meios mais diretos.

É interessante notar que as transformações que ocorrem a partir da segunda metade dos anos 60, fortemente pressionada pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta muito grande em toda a extensão da sociedade brasileira. Ao lado das violentas transferências de populações [...] que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão-de obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração. (NETO, 1997, p. 109).

Durante praticamente toda a década de 1970, milhares de camponeses desapareceram do meio rural brasileiro, especialmente do meio rural sulista, determinando, inclusive, pela primeira vez na história, taxas negativas da população rural no Brasil.

Assim sendo, essa massa de trabalhadores rurais que aportava nas periferias das cidades brasileiras e em território paraguaio, era formada por pequenos agricultores e por todo tipo de trabalhadores rurais que, muitas vezes, vendiam a preços baixos suas propriedades ou, na maioria das vezes, simplesmente as perdiam para alguma instituição financeira para pagamento de

dívidas. No caso dos trabalhadores rurais volantes, principalmente dos posseiros, eles eram, muitas vezes, expulsos de suas posses de forma violenta.

Os jagunços vinham a mando de diferentes pessoas que alegavam ser os legítimos proprietários da área (legitimidade raramente comprovada) e o objetivo era um só: “limpar” a área e se apropriar da terra. Os jagunços personificaram a apropriação capitalista da terra de forma primitiva e violenta e, na maioria das vezes, eram respaldados pelas forças policiais e autoridades locais. (GERMANI, 2003, p. 56).

Penalizados pelo modelo agrícola que se praticava no campo brasileiro naquele período, os camponeses de pequena produção, os parceiros, os rendeiros, os meeiros, os bóias-frias, atingidos por essas mudanças, acabaram se deslocando para o meio urbano, ou seja, para as periferias das grandes cidades. Concomitante a isso, grande parte desses excluídos dos meios de produção do campo deslocou-se para o outro lado da fronteira, na esperança de dias melhores.

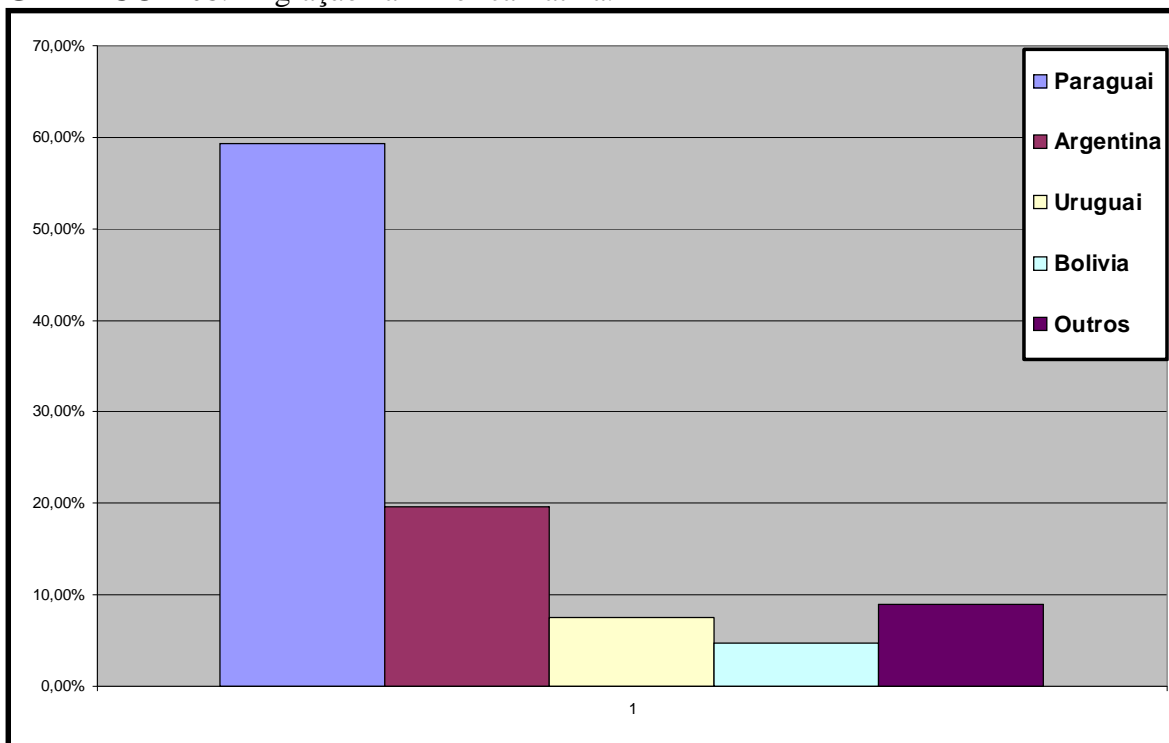
Muitos camponeses – trabalhadores rurais de produção tipicamente familiar que viam na sobrevivência a principal preocupação – deslocaram-se, motivados por fatores endógenos, ou seja, ao serem proibidos de permanecerem na terra de origem. No caso dos brasiguaios, as transformações no campo brasileiro foram essenciais e determinantes para que o deslocamento para o Paraguai ocorresse ao longo das décadas de 1970/80. Portanto, o desenvolvimento alcançado pela nova agricultura brasileira ocorreu à custa da expulsão de milhares de camponeses da terra de trabalho. A antiga agricultura tradicional, como era chamada, com técnicas até rudimentares que predominava no campo naquele momento, sofreu grandes transformações, devido à implementação de novas tecnologias e, conseqüentemente, causou um forte êxodo rural, mudando a estrutura econômica e social tanto do campo como da cidade, transformações que são essenciais para a compreensão das configurações do espaço geográfico brasileiro, essas mudanças foram impactantes nas relações sociais de produção e trabalho, como também nas práticas culturais dos camponeses.

Assim, a migração, enquanto alternativa a um processo de expropriação de grande parcela da população brasileira, que, mesmo mantendo a posse de parcelas insignificantes de terra, retiravam daí sua subsistência/sobrevivência, não conseguiram mais se reproduzir senão pela inserção em atividades urbanas e/ ou rurais, ou seja, assalariando-se fora de seus locais de origem, consubstanciando uma trajetória social marcada pela crescente proletarização, para os brasiguaios ainda, em território estranho. Nenhuma das manifestações dos camponeses para fugir

ao assalariamento, tanto no campo como na cidade, seria concebível fora de um determinado meio, logo, *“nada mais estranho e triste do que um camponês legítimo fora de seu meio nativo, mesmo que seja num ambiente rural, entre homens que são camponeses como ele”*. (WILLEMS, 1940, p. 31). É nesse contexto que se busca refletir sobre as experiências e as vivências desses camponeses migrantes (brasiguaios), processadas ao longo de suas existências e reestruturadas em decorrência de seus consecutivos contatos com outros espaços quase sempre norteados pela lógica da modernidade

O gráfico a seguir apresenta a mobilidade populacional para a América Latina até o final da década de 1980. Observa-se que o Paraguai representa o maior percentual no período: 59,3% do total de migrantes.

**GRÁFICO – 08:** Migração na América Latina.



**FONTE:** Miriam Hermi Zaar (2001).

**ELABORAÇÃO:** FERRARI, C. A. (2008).

Porém, anterior a este momento, o camponês empregava sua força de trabalho e a de sua família e explorava o meio de produção sob seu domínio, obtendo o produto de seu trabalho, este era trocado pelo necessário à sua sobrevivência e à manutenção da propriedade no transcorrer do

período que antecedia a próxima colheita. “*Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo*”. (OLIVEIRA, 1996, p. 139).

Dessa forma, tanto os pequenos agricultores, como os rendeiros e posseiros, personificavam a forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção - terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho - e trabalha com eles, para o campones, “*é o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista*” (OLIVEIRA, apud, MARTINS, 1996, p. 114).

Entretanto, as políticas agrícolas do Estado tinham como meta o aumento das exportações de soja e, ao mesmo tempo, incentivo ao plantio de trigo, aumentando, conseqüentemente, sua produção, a fim de não importar o produto. No oeste do Paraná, nessa época, foram criadas muitas cooperativas, como a COPAGRIL (Cooperativa Agrícola Rondon Ltda.), no município de Marechal Cândido Rondon, a COOPERVALE (Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri) no município de Palotina e a COAMO (Cooperativa Agropecuária Mourãoense), no município de Campo Mourão, entre outras, para fazer o papel de agente entre os produtores e o governo, encarregando-se de transferir o produto às indústrias de esmagamento e moagem.

Como conseqüência, durante toda a década de 1970 e meados da década de 1980, a soja e o trigo deram um salto espetacular, aumentando significativamente a produção, possibilitados pelo aumento da área de plantio e da grande produtividade. No entanto, essas políticas praticamente inviabilizaram os camponeses, quando foi priorizada a dobradinha soja/trigo, produzidos em grandes áreas de terra tipo *plantation* nos EUA. Neste contexto, as políticas adotadas pelo Estado serviram somente ao capital acumulativo, diferentemente do que se apregoava, “*o desenvolvimento econômico que o Estado e o capital levavam adiante, no país, semeava fome, violência, destruição e morte*”. (MARTINS, 1999, p. 137).

Não obstante, essas políticas eram tidas como destinadas ao “desenvolvimento rural<sup>27</sup>”. Todavia, sua outra face evidenciava que estes lavradores, milhares deles, sem perspectivas,

---

<sup>27</sup> A inserção da agricultura dentro do modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital monopolista, que se afirma nesse período, se dará dentro das coordenadas gerais de expansão da produção agrícola para o mercado interno e externo, a fim de permitir a manutenção de baixos custos na reprodução da força de trabalho urbano e de aumentar o montante de divisa para que se mantenham as importações de insumos e maquinarias necessários para a expansão do parque industrial. A forma específica pela qual essas coordenadas se realizam na agricultura está determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento de um complexo agroindustrial

migraram, na tentativa desesperada de continuarem sua reprodução enquanto camponeses, mesmo que em outro país, onde, por conseguinte, viriam a ser o “outro”.

A necessidade da migração é resultado de que, como camponês, vive no limite da mera subsistência. Fato que se agrava em consequência do cerco que o capital lhe impõe. A deterioração dos preços dos seus excedentes agrícolas lhe é particularmente fatal, pois reduz a sua capacidade de compra dos artigos que complementam a sua subsistência e que não pode produzir diretamente. (MARTINS, 1999, p. 52-53).

Outra questão relevante e que vale destaque durante a década de 1970, aconteceu aos camponeses paraguaios, que a partir daquele momento começaram a conviver no Paraguai com as mesmas dificuldades encontradas pelos camponeses no Brasil, dificuldades essas de ordem passiva. Os camponeses e os trabalhadores rurais sem terra, mas que dependiam intimamente da terra para sua sobrevivência, a partir desta data (1970), foram sendo empurrados para o centro do país, ou para as periferias da capital, *Asunción*, bem como de outras cidades, como, por exemplo, *Ciudad Del Este*, capital do *Departamento de Alto Paraná* e Foz do Iguaçu no Brasil, separadas pelo Rio Paraná e unidas pela Ponte Internacional da Amizade. A partir deste período, conforme os estudos de RIQUELME (2003):

En el Paraguay la década de setenta, en la que comenzaron a ser analizados los primeros síntomas de la descomposición campesina como resultado de la modernización agraria a partir de la aplicación del paquete tecnológico llamado Revolución Verde [...] a estrutura agraria caracterizada por la coexistencia del latifundio y minifundio comenzó a sufrir importantes modificaciones con la inserción de grandes empresas agroindustriales como la Agriex, Agropeco, FTA., como otras, con la que comenzó efectivamente la modernización de la agricultura en el Paraguay. (RIQUELME, Q. 2003, p. 11-24).

Deste modo, verifica-se que o camponês paraguaio foi da mesma forma, expulso de sua terra para dar lugar aos migrantes estrangeiros, principalmente os brasileiros do sul do Brasil, intensificando, assim, o conflito histórico existente entre migrantes brasileiros e paraguaios, reflexos ainda da Guerra do Paraguai (1864/70).

Os camponeses paraguaios concentrados nos movimentos de luta pela terra não ocupam propriedades produtivas, como atualmente vem ocorrendo no campo alto-paranaense. Estes,

---

liderado pelas grandes empresas estrangeiras e pela correlação de forças sociais no campo, totalmente favoráveis aos grandes proprietários. (SORJ, 1986, p. 69).

certamente, são contratados para impor ameaças contra os camponeses brasiguaios para que suas pequenas propriedades sejam incorporadas às grandes fazendas monocultoras da soja.

Los campesinos que montan guardia frente a las propiedades de los brasiguayos para evitar que los mismos trabajen en sus tierras. Estos labriegos alegan que tienen la autorización del presidente de la J.D, el liberal Luiz Moriz, para atuar así. Los campesinos con machetes y foizas, amenazan a los brasiguayos que quieren trabajar las tierras que ellos tienen marcada para invadir.

El titular del organismo deliberativo reconoció que él prohibió que los brasiguayos siembren sus tierras y negó que estén incentivando una xenofobia contra los brasiguayos de la región. Existe un ambiente de zozobra, debido a los abusos que cometen los campesinos, alegando que tienen respaldo de los miembros de la J.D. (da edição. Campesinos montan guardia e impiden que nuevos dueños trabajen. **ABC Color**, Asunción, jueves, 27 de noviembre de 2003. Caderno del Interior, p. 34).

Neste contexto, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, os campesinos paraguaios que realmente trabalhavam a terra e dependiam da mesma para sua sobrevivência se deslocaram, principalmente, para as cidades maiores, ou ingressaram em algum movimento campesino de luta pela terra como, por exemplo, a LAC (*Ligas Agrárias Cristianas*)<sup>28</sup>, o MCP (*Movimiento Campesino el Paraguay*), a OLP (*Organización de Lucha por la Tierra*), a UNC (*Unión Campesina Nacional*), a ONAI (*Organización Nacional Aborigen Independiente*), entre outros.

Entretanto, os campesinos que se radicaram no meio urbano do *Departamento*, como, por exemplo, *San Alberto, Hernandarias e Ciudad Del Este*, e que vivem à margem da sociedade (desempregados), são facilmente cooptados pelos grandes proprietários de terra do agronegócio para pressionar os camponeses brasiguaios a venderem ou a abandonarem suas propriedades.

Ao mesmo tempo, os camponeses brasiguaios que adentraram em território paraguaio nas décadas de 1960/70/80 e viveram aparentemente “tranqüilos” até então, começaram a sentir o drama da expansão do agronegócio na região. A partir da última metade da década de 1980 e início da década de 1990, os chamados brasiguaios foram sendo expulsos de suas terras que, a

<sup>28</sup> Surgiu em 1960 e, em 1976, foi desarticulada pelo Presidente Alfredo Stroessner. Em 1980, foi novamente reedificada, não para defender a posse da terra para os campesinos, mas, sobretudo, ressurgiu com o significado de atacar o modelo vigente: um ataque al sistema econômico, al sistema político, al sistema cultural e incluso al sistema religioso vigente. (TELESCA, 2004, p. 10).

Segundo Quintín Riquelme (2003, p. 27). Las LAC fueron movimientos de carácter religioso en sus inicios, nacieron y crecieron bajo el amparo de la estructura eclesial, pero gradualmente fueron adquiriendo un carácter contestatario que las llevó a romper sus lazos hasta con la iglesia y a buscar nuevos aliados en otros sectores de la sociedad, como el estudiantil. De la idea de una sociedad igualitaria, con énfasis en el sistema comunitario – “vivir como hermanos” –, se desarrolla la idea de concebir al socialismo como el sistema político y económico ideal para la consecución de la igualdad en la sociedad.



partir daquele momento, transformavam-se em terras de negócio. Nesse contexto, esse povo sem pátria e sem terra retornava. Mais uma vez, a fronteira se fazia presente na vida dessa gente que vive no limite, não da cerca, mas da vida.

Fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira de história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. (MARTINS, 1997, p. 13).

Conforme se pode observar segundo MARTINS (1997), o que é aparentemente novo na definição de fronteira, é que se constitui, na verdade, como a expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas obsoletas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão atual, bases da violência que a caracterizam como terra de trabalho e de produção camponesa. Para o camponês, terra de trabalho e produção se definem num pensamento de sobrevivência, ou seja, *“pensar trabalho é pensar terra e família”*. (WOORTMANN, 1990, p. 63).

Assim, o território colonizado da fronteira leste paraguaia encontram-se ocupados pelos brasiguaios que, anteriormente, possuíam cultura e estruturas sociais próprias em seu país de origem. Neste novo território esses camponeses foram dando margem a diferentes formas de contato e ao nascimento de novas sociedades. Nessa fronteira, geralmente se desenvolve uma outra cultura, nitidamente híbrida, sendo ela, além de palco dos conflitos ali desenvolvidos, palco também de encontros culturais. A semântica da palavra fronteira guarda uma forte conotação militar. Trata-se de um derivativo do substantivo frente, ou frente, empregado, no período medieval, para designar uma ordem de batalha. Logo, no seio da geografia deve dar-se atenção, sobretudo aos lugares de junção onde se defrontam as áreas culturais. São eles os lugares privilegiados onde se efetuam as confrontações, os conflitos e as experiências.

## 2.2. OS DESLOCAMENTOS DE CAMPONESES PARA O PARAGUAI NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BINACIONAL DE ITAIPU<sup>29</sup>.

A partir de meados da década de 1970, com as especulações em torno da construção da maior usina hidrelétrica do mundo no Rio Paraná, o deslocamento de camponeses para o Paraguai, principalmente na região da fronteira oeste paranaense, acentuou-se, sobretudo com a implantação do canteiro de obras em 1974/75. Conseqüentemente, iniciou-se, também, o conflito pelas indenizações entre a direção da usina e os camponeses de pouca terra e os sem terra nenhuma os posseiros, meeiros, terceiros, rendeiros, etc, que ali viviam.

No início, os discursos de Itaipu eram vigorosos e a direção da usina desfrutava de alguma credibilidade entre os futuros expropriados. No entanto, essa credibilidade começou a ser questionada no início do processo de indenização dos camponeses da região. Juvêncio Mazzarollo afirma que o processo de negociação foi lento e ocorreu de forma individual, com critérios pouco confiáveis e com avaliações aquém do verdadeiro preço divulgado nos discursos oficiais, conforme a ponderação do autor, “os *dirigentes da empresa constataram que, indenizando aleatoriamente aqui e acolá, dificultavam a união e a mobilização de resistência do povo*”. (MAZZAROLLO, 2003, p. 53).

Havia, contudo, obrigações assumidas pela Itaipu, no Artigo XVII do tratado de sua criação, que dizia que:

As altas partes contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidrelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a construir servidão sobre as mesmas.

Parágrafo 19 – A delimitação de tais áreas estará a cargo da Itaipu *ad referendum* das altas partes contratantes.

---

<sup>29</sup> A construção de Itaipu foi provavelmente o acontecimento mais importante para a região da fronteira, extremo oeste paranaense e leste paraguaio, pois os milhões de dólares investidos na obra também contribuíram com a urbanização de Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, então Puerto Stroessner. O emprego de milhares de trabalhadores, brasileiros e paraguaios e a idéia de progresso, atraiu muitos migrantes para a região. Até hoje, observa-se em Ciudad Del Este que as principais áreas urbanizadas, avenidas largas com calçamento e a rodoviária, foram construídas por programas ligados à construção de Itaipu. Após a conclusão da obra, em 1982, as duas cidades e a região haviam recebido um grande aporte de capital, milhares de novos habitantes e uma transformação na sua situação em relação a organização social e econômica dos dois países. No entanto, o fato mais importante e cruel, foi a expropriação de aproximadamente 45.000 pessoas que viviam do trabalho na terra e tiveram que sair. (MENEGOTTO, 2004, p. 33). Grifo nosso.

Parágrafo 29 – Será de responsabilidade da Itaipu o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas. (GERMANI, 2003, p. 46).<sup>30</sup>

Neste contexto, a Itaipu transformou-se numa nova forma de capital aberto, que se territorializava numa determinada fração do território e, por consequência, desterritorializando antigas relações. Com o iminente alagamento de aproximadamente 1.000 quilômetros quadrados de terras do lado brasileiro, a migração era um fato consumado.

Aqui a migração é dominada pelo ritmo irregular das grandes obras públicas como Itaipu, por exemplo, esses grandes projetos tornaram-se mais comuns a partir da década de 1970, são obras que criam grande número de empregos em curto prazo, no entanto, cria muito desemprego em pouco tempo. As condições e os efeitos sociais dessas gigantes afetam principalmente, o camponês, que é obrigado a migrar, deixar tudo que conseguiu com muito trabalho ao longo dos anos e, começar tudo novamente, muitas vezes, em terras estrangeiras como é o caso dos camponeses que viriam a ser os brasiguaios.

O deslocamento dos camponeses para o Paraguai até o final dos anos 1970 e início de 1980 foi intenso, decrescendo a partir de 1983, quando os camponeses, entre estes os expulsos de suas terras pela construção de Itaipu começaram a ter problemas no país vizinho. Deste modo, teve início a re-migração que, conforme afirma Sprandel (1992), teve como primeira leva de re-migrados do solo paraguaio mil famílias do acampamento de Mundo Novo (MS).

Com o início das obras, entretanto, iniciou-se, do mesmo modo, o movimento social dos atingidos pela Itaipu, sendo este um fato ocorrido em nível regional. Concentro as reflexões nos sujeitos que foram esquecidos, dando oportunidade de serem ouvidos e exporem suas interpretações a partir de suas experiências. Interessante notar que os atingidos tinham em comum a expropriação, porém nem todos participaram do movimento, por isso, foi necessário investigar as razões que levaram à participação ou não neste movimento. Um dos camponeses expropriados diz:

Eu participei do movimento em defesa das indenizações justas e creio que foi muito bom no final das contas, porque se não fossem as lutas desse movimento, tínhamos perdido mais ainda do que perdemos. Na época, muitos amigos e vizinhos também participaram, acredito que os que tinham um pouco mais de terra e uma condição melhor que a nossa não participou. Esses agricultores foram indenizados primeiro que a gente. Eu não sei direito, mas acredito que eles tiveram um tratamento mais justo que o nosso. O motivo, não sei. Só sei que

<sup>30</sup> No anexo 08 o TRATADO DE ITAIPU – Documento do Paraguai.

foram bem indenizados, segundo o que fiquei sabendo e, nós tivemos que lutar muito pra conseguir a indenização que conseguimos que, ainda não foi o justo, mas foi melhor do que a usina queria pagar inicialmente pra nós<sup>31</sup>.

Quando contatado para a entrevista, Seu Lindolfo deixava transparecer um aparente olhar de desencanto e cansaço frente aquele horizonte que se abria a sua frente que, há poucos anos atrás fazia parte do meio rural rondonense e, atualmente os conjuntos habitacionais estão do lado de sua chácara. Seu Lindolfo, atualmente camponês e assalariado na cidade, situação constituída a partir da existência do reservatório de Itaipu na década de 1980, ao narrar às forças relacionais do conflito e o seu lugar social de exclusão numa outra temporalidade, revela a importância do enraizamento destruído pelo capricho do desenvolvimento. Por isso, o desenraizamento passa a se definir como uma problemática das mais importantes no contexto de expropriação de camponeses de seu espaço de vivência para a construção de barragens, bem como sua existência social no presente.

Itaipu foi responsável pela expropriação de aproximadamente 45.000 pessoas para o vizinho país, cerca de 9.000 famílias, somente as que foram expropriadas na área de alagamento (GERMANI, 2003). No entanto, é praticamente impossível dizer com exatidão quantos camponeses brasileiros cruzaram a Ponte da Amizade e outros pontos da fronteira em busca de um pedaço de chão ou de um trabalho para sobreviver em território paraguaio na década de 1970, conforme as considerações de SONDA (2003, p. 16) *“as estimativas giram em torno de 300 mil, para o início dos anos 1980 a mais ou menos 400 a 500 mil em fins dos anos 1990”*.

A área comprometida com a represa e com a formação do lago, incluindo aí o reflorestamento marginal, foi de aproximadamente 112.000 hectares. A área do lado brasileiro no Estado do Paraná, denominada “área de conflito” abrangia um total de oito municípios: Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguçu e Foz do Iguçu municípios que fazem parte da microrregião do extremo oeste do Paraná (MRH 21). Vale ressaltar que Itaipu fez parte de um projeto edificado sobre as águas do Rio Paraná, as águas do violento rio alimentaram o sonho do Brasil potência, do Brasil grande que culminou na expulsão de milhares de camponeses de agricultura tipicamente familiar para a faixa leste paraguaia.

---

<sup>31</sup> TELEKEN, L. camponês expropriado pela Usina Hidrelétrica de Itaipu e que participou do Movimento Justiça e Terra.

**FIGURA – 06:** Foto de jornal de 1979 sobre as expulsões de camponeses por Itaipu.



**FONTE:** CEPEDAL (2009).

Na verdade, ao final, contabilizou milhares de famílias que tiveram que deixar a região por causa das águas da represa de Itaipu. O aspecto da região natural antes da formação do lago foi o resultado de milhares de anos para a natureza se concretizar, com período de chuvas abundantes, quando se formaram as belezas como Sete Quedas, que desapareceu nas águas do grande lago. Na verdade, a formação do relevo, excelente para a construção de uma hidrelétrica, foi o resultado do processo que formaram o vale do Rio Paraná, um ambiente peculiar e único em todo o planeta. A extensa rede hídrica que contribui para a formação do Lago de Itaipu inclui além do Rio Paraná, os rios Piquiri e Ivaí, e os ribeirões do Veado, Itaúna, Paracá e São João.

O projeto de Itaipu insere-se na orientação política que havia decidido pelo aproveitamento máximo dos recursos hídricos para a produção de energia. Constituiu uma alavanca indispensável para promover o desenvolvimento e o progresso, conforme palavras utilizadas pelos militares da época. Afinal, essas obras faraônicas foram a menina dos olhos do

regime autoritário brasileiro que se apresentava como símbolo do “Brasil Grande”, como necessárias à “Segurança e Desenvolvimento do país”<sup>32</sup>”

Os impactos originados pela execução do projeto de Itaipu certamente foram marcantes, o desaparecimento das Sete Quedas e as desapropriações são exemplos emblemáticos. Pode-se dizer que na história de Itaipu há um espetáculo de luz e outro de desespero. Desespero maior para os camponeses expropriados do lado brasileiro e, também os paraguaios. É manifesto que o Paraguai é um dos países mais pobres da América do Sul e, por isso depende muito de Itaipu, cuja energia gerada é dividida entre os dois países. Se por um lado, os paraguaios têm na usina binacional uma de suas principais fontes energéticas e lucra com a venda de 45% de sua parte da energia ao Brasil com uma receita de US\$ 400 milhões ao ano, um valor nada desprezível, por outro lado, o país que cerca de 30% da sua população vive abaixo da linha da pobreza, principalmente os camponeses, Itaipu só trouxe desespero.

No entanto, Os dois países negociam a mais de um ano maiores benefícios para o Paraguai, que consome apenas 5% da energia produzida na hidrelétrica e deve vender o excedente de forma exclusiva ao Brasil, de acordo com um tratado assinado pelos dois países no passado e com validade até 2023. A hidrelétrica, instalada no rio Paraná, produz anualmente 90 milhões de megawatts/hora, que abastecem principalmente a altamente industrializada região Sudeste do Brasil.

Portanto, com o acordo entre os dois países sobre Itaipu, o governo paraguaio deveria investir mais no programa da reforma agrária que contemplaria os camponeses, entre esses os brasiguaios, pois, grande parte já conta com mais de 25 anos no país e tem filhos e netos que nasceram no Paraguai, na região leste fronteiriça. Vale ressaltar que este não pode ser um acordo no qual existe perdedor e ganhador, os dois países precisam ganhar igualmente para o bem de todos, principalmente da classe camponesa que merece maior atenção do governo paraguaio.

No mapa 10 a seguir, a chamada área de conflito. Atualmente, quinze municípios fazem parte da chamada “Região Lindeira”<sup>33</sup> ao Lago de Itaipu, visto que alguns municípios foram criados posteriormente, a partir da década de 1990.

---

<sup>32</sup>No Brasil “em 1949, foi fundada a ESG (Escola Superior de Guerra) de onde se estruturou o pensamento geopolítico brasileiro em bases realísticas e “científicas”. Foi na ESG que se estruturou o binômio Segurança e Desenvolvimento, como pilares das ações do Estado brasileiro. No entendimento de Meira Mattos a ESG incorporou na sua doutrina os valores geopolíticos dos que a precederam”. (MENEGOTTO, 2004, p. 34).

<sup>33</sup> Faixa de domínio: superfície lindeira às vias rurais, incluindo suas vias arteriais, locais e coletoras, delimitada por lei específica e sob responsabilidade do órgão, lei 9503/97 art. 216.

MAPA – 10: Área dos municípios envolvidos pelo Lago de Itaipu (década de 1980).



FONTE: GERMANI, G. I. (2003).

ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A. (2009).

Entre a população rural que vivia na região, na maioria camponeses de pouca terra e trabalhadores rurais itinerantes, ou seja, camponeses sem nenhuma terra, uma grande parte migrou para a região norte do *Departamento de Alto Paraná*. Segundo as palavras de GERMANI (2003, p. 53), “*essa população é significativa não só pelo seu grande número, mas também pela sua qualidade, pois representa um forte contingente de força de trabalho ativa que seria ocupada principalmente na agricultura*”.

Na Tabela 2, do mesmo modo, pode-se perceber o total atingido de cada município na época. Devido às características topográficas, a área atingida em cada município é diferente, pois há lugares planos e baixos, onde a água adentrou mais que outros que são mais altos. É

perceptível, portanto, que houve municípios que tiveram uma grande área atingida e outros com áreas muito pequenas, como é o caso do município de Terra Roxa, por exemplo.

**TABELA 2:** Área total e comprometida dos municípios da Sub-Região\*, afetados pela Represa de Itaipu. (em ha).

| Municípios             | Área total (***) | A. Comprometida (***) | %     |
|------------------------|------------------|-----------------------|-------|
| <b>Guairá</b>          | 53.666           | 5.530                 | 10.30 |
| <b>Terra Roxa</b>      | 82.295           | 183                   | 0.22  |
| <b>M. C. Rondon</b>    | 141.010          | 25.075                | 17.78 |
| <b>Santa Helena</b>    | 81.916           | 25.992                | 31.73 |
| <b>Matelândia</b>      | 108.697          | 492                   | 0.45  |
| <b>Medianeira</b>      | 122.772          | 4.237                 | 3.45  |
| <b>S. M. do Iguaçu</b> | 122.188          | 26.253                | 21.49 |
| <b>Foz do Iguaçu</b>   | 88.046           | 23.570                | 26.77 |
| <b>Sub-região (*)</b>  | 800.590          | 111.532               | 13.90 |

**Fonte:** (GERMANI, 2003, p. 52).

**Elaboração e Confecção:** FERRARI, C. A.

(\*) Considera-se sub-região o total dos municípios atingidos.

(\*\*) segundo o ITC – Instituto de Terras e Cartografia.

(\*\*\*) obtida por meio de cálculos planimétricos efetuados na escala 1:100.000

Nesse contexto, somente no período inicial das obras, em 1974/75, até a formação da represa de Itaipu em 1982, as 9.000 famílias camponesas que viviam na região do alagamento foram obrigadas a sair. Vale destacar que os posseiros não foram contabilizados na estatística de indenização, porque Itaipu não indenizava quem não tinha o título de propriedade. Convém salientar que, no tocante ao deslocamento para o Paraguai, esses dados nunca foram apurados corretamente.

Ninguém sabe ao certo quantas pessoas atravessaram a fronteira para o país vizinho com o advento da Itaipu. Ao passo que não foram somente populações que viviam na área de alagamento que migraram. A Itaipu provocou um alvoroço e muita desconfiança entre as populações de entorno da área conflituosa. Ou seja, muitos camponeses que possuíam suas



propriedades próximas a área destinada ao alagamento, venderam-nas temendo o alagamento. Nas palavras de Gutiérrez.

Nadie sabe muy bien cuántos son. El gobierno no tiene registros serios y oficialmente nunca ha reconocido que existan en el país más de 108.000 ciudadanos de origen brasileña. Los ya famosos “brasiguayos”. Brasília tiene otra idea. Para Itamaraty, cerca de medio millón de “rapaiz” viven en nuestro territorio. Lo cierto es que nadie sabe muy bien quiénes son. (GUTIÉRREZ, A. C. Al outro lado del silencio. Brasiguay, El País Desconocido. **Última Hora**, Asunción, 17 de setiembre de 2003. País, p. 17).

Com a implantação do canteiro de obras os camponeses começaram a se deslocar para o outro lado da fronteira em busca de um pedaço de terra para plantar ou de um emprego nas serrarias que se alastravam por toda a faixa leste paraguaia naquela época ou, ainda, de um trabalho nas colonizadoras na derrubada das matas e na formação das vilas e fazendas, porque era necessário, “*a transformação do trabalho em ganho para botar de um tudo dentro de casa*”. (WOORTMANN, 1990, p. 39).

Desta maneira, em toda a década de 1970, aliada com imposição de um modelo de produção para atender o mercado internacional, aumentou-se extraordinariamente o deslocamento de uma massa cada vez maior de camponeses para o Paraguai, principalmente para a região estudada neste trabalho.

Os camponeses insatisfeitos com as indenizações fixadas pela direção de Itaipu, sem condições de adquirir uma área próxima ao local onde viria a ser a represa ou, ainda, em outro Estado brasileiro, migraram para o Paraguai. Quanto aos camponeses sem terra que migraram para o Paraguai, estes foram em busca de trabalho na abertura das vilas e das fazendas ou, possivelmente, vislumbravam a possibilidade de conseguir uma posse, um arrendamento, etc., para assim, prosseguir com a lida na roça, já que não tinham condições suficientes para adquirir um pedaço de terra.

Vale enfatizar que muitos camponeses de produção familiar não saíram da região, preferiram adquirir um pedaço de terra na região do oeste do Paraná. No entanto, quem possuía 20 hectares, como foi o exemplo de um camponês citado anteriormente, com a indenização paga por Itaipu pelos seus 20 hectares, conseguiu adquirir somente cinco hectares no município de Marechal Cândido Rondon, ou seja, na mesma região oeste do Paraná. O que aconteceu foi que as terras, na região oeste do Paraná, com o advento da Itaipu, ficaram muito mais caras.

A chegada da Itaipu e a necessidade de ela adquirir as áreas destinadas ao reservatório, através do processo de desapropriação, foi, pouco a pouco, revelando uma situação caótica que não é recente na região, mas que vem desde sua ocupação [...]. Podem-se enquadrar as formas de propriedades em duas grandes categorias: proprietários e posseiros. Mas, dentro de cada categoria, existe uma gama de diferentes situações, e o fato de ter ou não um título de domínio – isto é, de ter ou não a escritura pública registrada – sobre a terra, aparentemente, não representa uma situação sócio-econômica diferente. Mas essa igualdade aparente mascara uma diferença estrutural no nível das categorias fundamentais do modo de produção capitalista. A diferença estrutural vai ser desvelada no momento em que aparece um agente externo – Itaipu Binacional – que privilegia os proprietários. (GERMANI, 2003, p. 58).

No momento de finalizar o negócio com a usina, a forma legal de propriedade é que determinava, basicamente em que condições iria se praticar a negociação e, deste modo, em que condições o indivíduo iria migrar. No procedimento de desapropriação, Itaipu apanhava o título de domínio da propriedade. Quem não tinha o título, como era o caso dos posseiros, não receberia nada pela terra.

A população desapropriada pela Hidrelétrica de Itaipu, ainda superava o processo de migração sofrido quando saíram dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em busca de melhores condições de vida no Estado do Paraná, para esses camponeses a busca seria pela terra de trabalho, conseqüentemente, melhoria das condições de vida dessas pessoas. Esses camponeses também carregavam consigo, de maneira ainda concentrada, as histórias de seus pais e avós vividas também, durante um processo migratório em fins do século XIX e início do XX, quando abdicaram da vida em seus países de origem, na Europa, para vir, como dizem os mais antigos, “tentar a sorte” no Brasil.

O critério de avaliação dos preços das terras que Itaipu pagava era estipulado pelo levantamento feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, junto aos bancos e cartórios. Os camponeses questionavam estes valores uma vez que o preço do imóvel registrado sempre era menor que valia de fato. Logicamente que os camponeses não poderiam ficar satisfeitos com o pagamento indenizatório, porque além dos preços pagos pela usina serem menor que a propriedade valia verdadeiramente, havia a questão do valor efetivo pelo lugar onde haviam criado os filhos, onde plantaram suas árvores e teriam que se mudar e recomeçar tudo de novo.

Naquele momento, a maior inquietação do expropriado era conseguir uma nova área de terra para, juntamente com seus familiares, continuar sua existência no campo, pois o trabalho na lavoura, o contato com a terra e na terra está enraizado na vida dessas pessoas.

Neste contexto, os camponeses banidos pelas águas foram forçados a sair, deixando para trás anos de trabalho duro, sua cultura, seus símbolos, sua vida, submersas sob as águas do progresso. Mesmo considerando que o governo federal, através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), do ITC (Instituto de Terras e Cartografia) e da Itaipu Binacional criou a chamada “Bolsa Agrária”<sup>34</sup> para financiar a aquisição de terras no mesmo Estado do Paraná aos expropriados, mesmo assim, uma grande parte deles, pressionada pelo baixo preço pago pela Itaipu por suas propriedades, dentre outras coisas, deslocou-se para o Paraguai, onde as terras eram mais baratas.

Todos foram forçados a deixar suas terras, casas e benfeitorias, e lançar-se na luta pela reestruturação de suas vidas, famílias e comunidades. Os que tinham propriedade foram indenizados, e entre estes houve os que conseguiram fazer bons negócios e também os que se arruinaram. Mas havia muitos que nada possuíam (posseiros, arrendatários, empregados e bóias-frias), e estes, salvo exceções, tiveram de abandonar a área de mãos vazias, lançados à própria sorte. (MAZZAROLLO, 2003, p. 40).

A migração dos pequenos agricultores que foram indenizados por Itaipu para território paraguaio ocorreu, entre outras coisas, pelos preços praticados pela direção da usina na indenização, muito aquém dos reais valores de mercado e, assim como a terra no Paraguai era muita barata muitos desses camponeses atravessaram a fronteira, principalmente para o *Alto Paraná*. Outro fator considerado foi a fertilidade das terras nessa região do Paraguai (*Alto Paraná*), julgada superior às terras de outras regiões do Estado do Paraná, por exemplo, às da região Sudoeste que, por conseguinte, valorizaram-se consideravelmente devido à inundação provocada pela usina no extremo oeste paranaense, ou seja, imediatamente após o alagamento, os preços das terras subiram em outras regiões do estado e em outros municípios da região oeste. Conforme Menegotto (2004, p. 53), “na região fronteiriça brasileira operam processos de

---

<sup>34</sup> “A Bolsa Agrária”, como era de se prever, não funcionou no sentido de orientar o expropriado para a compra de áreas no Paraná, pois não houve transação alguma, atuou no sentido de aliviar a pressão sobre o INCRA para que este fizesse uma reforma agrária ou que este órgão assumisse a questão do reassentamento.

De qualquer maneira, Itaipu apresentou dados onde prova que uma grande parcela de expropriados, maior inclusive do que o previsto estava conseguindo reassentar-se no Paraná. Isto para Itaipu era o demonstrativo de que a empresa estava pagando um preço “tão justo” que permitia que os indenizados adquirissem terras no Paraná. (GERMANI, 2003, p. 99).

*expulsão de pequenos produtores, que coincidem com a disponibilidade de terras, com bons solos e com preços irrisórios, na região leste do Paraguai”.*

Outro fato relevante a se destacar é que a aquisição de terras em outros estados brasileiros, como Pará, Rondônia, Mato Grosso e Goiás apesar dos preços serem compatíveis com as possibilidades dos expropriados, era inviável por causa da distância do lugar de origem, o que obrigava os camponeses a optarem pelo plano B, ou seja, a se deslocarem para o Paraguai.

Ainda sobre a questão das indenizações praticadas pela usina, segundo o camponês expropriado Lindolfo Teleken, a prática das indenizações isoladas é que dificultou muito para os agricultores. Os que foram indenizados primeiro tiveram uma indenização, vamos dizer mais justa, tanto pelos preços pagos por Itaipu no início, como pelo fato de que a terra na região oeste do Paraná e, em outros estados do Brasil ainda não havia subido de preço, o que aconteceu logo após as primeiras indenizações.

No início as indenizações não causaram problemas, somente depois que Itaipu resolveu fazer isoladamente, exatamente para dificultar a resistência dos expropriados por melhores indenizações é que os expropriados resolveram fazer valer seus direitos pela justiça nas indenizações. Quando Itaipu indenizou os primeiros desapropriados, a indenização seguiu a ordem natural, que seria a desapropriação dos camponeses cuja propriedade ficava mais próximas da zona de alagamento. No entanto, quando esses desapropriados foram indenizados Itaipu adotou outra estratégia, a de fazer o acerto individual, isolado, em pontos diferenciados da área comprometida, com isso os camponeses se sentiam, de certa forma, coagidos a aceitarem valores que não condiziam com o valor real das propriedades a serem desapropriadas.

Houve, no entanto, quem se saiu bem com a indenização, um exemplo foi o até então pequeno agricultor Eraí Maggi Scheffer, o atual “*Rei da Soja*”, que, na época, residia e possuía um sítio de 27 alqueires (em torno de 65 hectares) no município lindeiro de São Miguel do Iguaçu. Como Eraí, alguns desses camponeses de pequena produção que foram indenizados no início, seguiram para Rondônia, Mato Grosso ou para Goiás e atualmente são grandes proprietários do agronegócio, mas foi uma pequena minoria que conseguiu se estabilizar em outras regiões brasileiras.

O fato é que a Itaipu, que, na época, negou essa prática, adotou critérios distintos nas desapropriações. Assim sendo, os primeiros a serem desapropriados seriam os pequenos agricultores que possuíam suas propriedades próximas da usina, ou seja, próxima a área que seria

inundada por primeiro, em seguida, os agricultores com terras mais distantes. Todavia, alguns que possuíam pequenas propriedades na região do alagamento afirmam, até hoje, que esse não foi o critério usado pela Itaipu e que, mesmo se tivesse sido, não teria sido justo, pois a usina, neste processo, negociava a desapropriação isolada, ou seja, individualmente, dificultando, assim, a organização dos agricultores nas comunidades<sup>35</sup>. Os agricultores reivindicavam que a usina reunisse e desapropriasse pelas comunidades, começando pelas comunidades mais próximas da área de alagamento, por exemplo, a comunidade de Linha São Paulo, Itacorá, Moreninha, e assim por diante. Do modo como praticava a desapropriação, a Itaipu enfraquecia a organização dos agricultores em torno do Movimento Justiça e Terra<sup>36</sup>, terminado apenas em 1982, quando foi indenizado o último agricultor.

Segundo uma camponesa expropriada, sua área não foi indenizada com o preço que ele achava justo. Ele foi obrigado, por assim dizer, a adquirir uma pequena área na região oeste do Paraná, quatro vezes menor do que a área alagada. Todavia, pela idade já avançada para a lida na roça e, também, por medo dos paraguaios, ela, juntamente com sua família, marido e três filhos, adquiriram uma chácara. Seu marido conseguiu arrumar um emprego na cidade e, assim, continua sua sobrevivência, morando na chácara e trabalhando na zona urbana como vigilante. Veja-se seu depoimento:

Nós, pequenos agricultores, tivemos que lutar muito contra a política de preços de Itaipu. Eu, por exemplo, tinha 20 hectares e, para conseguir um preço razoável pela propriedade, tive que suar muito nas reuniões a céu aberto, nos piquetes, no fechamento de rodovias. Ao contrário dos que tinham mais terra, pelo que eu fiquei sabendo, porque eles não falavam nada, aliás, esse pessoal foi logo embora, eles tiveram mais sorte, não sei, pegaram um preço bom, Itaipu

---

<sup>35</sup> Comunidade, linha, estrada, significa um grupo de pequenos agricultores que residem e têm suas propriedades próximas umas das outras, como um assentamento, por exemplo. No oeste do Paraná podemos mencionar a Comunidade Cruzeirozinho, em Matelândia, Comunidade Portão do Ocoy, em Missal. Na realidade, a comunidade significa algo mais do que simples amontoado de pessoas, englobando também sua organização, seus objetivos e cooperação. “Há um conceito de comunidade que procura dar conta da sociedade local e suas características. Embora haja uma certa diversidade de concepções no emprego do termo, ele tem como núcleo as relações pessoais, face a face, os vínculos de vizinhança, em que o envolvimento interpessoal é integral, direto, sem a mediação das objetivações (construções) que caracterizam, por exemplo, as relações contratuais, isto é, societária. Na sociologia americana a noção de comunidade é empregada preferentemente como sinônimo de sociedade local, sobretudo devido a que a preocupação com este tema foi suscitada pelo processo de urbanização e pela desagregação dos padrões de conduta e valores relativos à pequena localidade que marcou a elaboração da cultura americana”. (MARTINS, 1973, p. 30).

<sup>36</sup> O Movimento Justiça e Terra foi criado para organizar os agricultores, foi um movimento pacífico que contava com o apoio da CPT – Comissão Pastoral da Terra – através de seus representantes, Pastor Werner Fuchs da Igreja Evangélica Luterana no Brasil (IECLB) do município de Marechal Cândido Rondon e, do Pe. Valentin Dall Pozzo, da Paróquia do município de Santa Helena Diocese de Foz do Iguaçu – Paraná.

pagou as benfeitorias tudo certinho, acho que porque foram indenizados por primeiro, pra nós foi mais difícil, Itaipu não queria pagar pelas benfeitorias de jeito nenhum, o jeito foi partir pra cima do jeito que a gente podia. Sabe, nós penamos na unha da Itaipu e por fim acabamos por entregar a preço baixo, pois as águas iriam inundar tudo e não tinha como fazer Itaipu pagar o preço que valia de verdade nossas terras e benfeitorias que iria ficar embaixo da água. Hoje vivo até bem, graças a Deus, trabalho de vigilante na cidade à noite e planto uma rocinha, crio porco e galinha e tenho duas vaquinhas de leite, a gente vai vivendo assim como Deus quer fazer o quê<sup>37</sup>.

A região da faixa leste paraguaia, principalmente o *Departamento de Alto Paraná*, por ser a mais próxima da área onde viviam os desapropriados pela Itaipu, pareceu a melhor opção para muitos camponeses desapropriados. Através das entrevistas com alguns desapropriados pode-se verificar que o Paraguai pareceu uma boa opção, na época, por fatores diversos.

Eu e um dos meus irmãos quando recebemos a indenização de Itaipu compramos terras no Paraguai, investimos no Paraguai, na região de Minga Porã. Eu já conhecia aquelas terras e sabia que eram terras boas, houve um pouco de indecisão por parte do meu irmão, mas levei-o pra lá e ele mesmo pode tirar as conclusões. Imediatamente concordou em investirmos o dinheiro da indenização na região, a terra era muito boa, é ainda muito boa, aqui é lugar de muita produção e de fatura, compramos 45 alqueires, hoje temos 70 alqueires e pretendo, digo pretendo porque agora sou somente eu, comprei a parte do meu irmão, pois ele teve problemas de saúde com sua esposa e resolveu vender sua parte, estou sozinho aqui agora, gosto muito daqui, só saio se o governo um dia me expulsar, tenho um pouco de medo disso, afinal os paraguaios são muito estranhos e não aceitam muito os brasileiros<sup>38</sup>.

Primeiramente, a região do *Alto Paraná* era próxima do lugar de origem, (Oeste do Paraná). Além disso, já havia muitos brasileiros dessa região vivendo no *Departamento*, como também conterrâneos sulistas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Devido a estes fatores os camponeses acreditavam que as dificuldades seriam menores em relação à adaptação, mesmo conscientes de que, naquele momento, eram migrantes num país estrangeiro.

A migração para outras regiões do Brasil que, no primeiro momento, parecia a mais viável, tornava-se mais difícil do que o deslocamento para o país vizinho. Contudo, uma parcela considerável de camponeses expropriados aventurou-se nos estados das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, certamente, com menores possibilidades que os médios produtores indenizados

<sup>37</sup> TELEKEN, Lindolfo. Entrevista concedida a Carlos Alberto Ferrari, no dia 21 de março de 2008, em sua residência.

<sup>38</sup> MARASKIM, Lourival. Entrevista concedida a Carlos Alberto Ferrari, no dia 25 de abril 2008, em sua residência.

por primeiro pela usina. Então, o deslocamento para o Paraguai, tendo em vista as condições como ocorreram as expropriações dos camponeses, era ainda a melhor “opção” para eles.

Por outro lado o conflito histórico entre brasileiros e paraguaios, muito mais forte nesta faixa fronteira do que na região central paraguaia pelo fato de que nessa faixa os migrantes serem numericamente superior que na zona central, foi um dos fatores decisivos para que o deslocamento de um número consideravelmente elevado de camponeses, dentre estes, os desapropriados pela Itaipu para território guarani, não fosse ainda maior.

Assim sendo, somada a outros fatores já mencionados, a Itaipu, ou melhor, a direção da usina, teve um papel representativo no deslocamento de camponeses para a região norte do *Departamento de Alto Paraná*, principalmente para os distritos de *San Alberto e Minga Porã*.

Por outro lado, os que não conseguiram adquirir terras de algum grande proprietário para arrendar, ou para tocar de agregado, terceiro ou de meeiro, seriam arrebatados por serrarias, colonizadoras, empresários e grandes proprietários de terra que, até hoje, exploram os brasiguaios que continuam vivendo no país vizinho.

Na década de 1980, mais especificamente em 1982, quando se formou o reservatório da Itaipu e, conseqüentemente, a inundação de grande quantidade de terras férteis marginais em território brasileiro, o fluxo de trabalhadores brasileiros, especialmente de camponeses, para o Paraguai, continuou forte. Contudo “*no período, (1984-1985), os percentuais diminuíram [...], indicando que o processo de modernização da agricultura abrangia também o Paraguai, atingindo muitos brasiguaios que praticavam a agricultura em posses do IBR*”. (BATISTA, 1990, p. 22).

Em 1982, quando a Hidrelétrica de Itaipu ligou a primeira turbina e as águas começaram a submergir os 835 km quadrados de terras marginais ao Rio Paraná, até 1985, o deslocamento foi inevitável para os camponeses da região que ainda estavam indecisos quanto à melhor opção para continuar sua vida como camponeses. Nesse momento, a preocupação maior dos camponeses não eram a fertilidade e o preço do solo, como ocorreu no início das negociações e também, em décadas anteriores. A migração foi forçada, primeiramente, pela invasão das águas da represa, pois tudo o que haviam construído seria destruído pelas águas. Deve-se considerar também que os deslocamentos para essa região do Paraguai em décadas passadas também foram forçados, porém, por fatores distintos. Um expropriado definiu assim o que aconteceu naquele momento:

A água chegava e não havia o que fazer, se as indenizações de Itaipu eram justas ou não, naquele momento, já que fazíamos parte dos últimos a serem indenizados, não fazia muita diferença, o certo é que tínhamos que sair de qualquer jeito, as águas não esperavam, então eu disse pro meu marido, vamos comprar uma chácara por aqui mesmo, eu não vou pro Paraguai ou pro Norte. Muitos vizinhos e amigos nossos foram para o Paraguai, outros se aventuraram no Mato Grosso. Nós, eu e meu marido, os filhos já estão quase todos de maior já somos velhos e achamos melhor ficar pela região mesmo, eu principalmente, tinha muito medo dos paraguaios, apesar de que com o dinheiro da indenização compramos apenas 5 hectares aqui em Marechal Cândido Rondon. Antes, nós tínhamos 20 hectares em Entre Rios, mas estamos bem agora, graças a Deus<sup>39</sup>.

Entretanto, antes da água expulsá-los de suas terras e eles tomarem o rumo das terras guaranis, a luta desses camponeses foram intensas.

A direção da usina de Itaipu alegava todo tipo de impedimento jurídico para não pagar o preço que os camponeses consideravam justo pelas propriedades, e o aparelho do Estado novamente fazia valer seus propósitos e sua política de indenização em nome do progresso, apesar de não existir dinheiro que pague os valores enraizados de uma vida inteira. A migração não se define apenas na passagem de uma localidade geográfica para outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo de uma sociedade a outra, é, pois, um fato historicamente determinado pela ampliação do modo capitalista de produção (MARTINS, 1973). Neste sentido, *“a terra, a casa, o estabelecimento, a propriedade organizada para a produção têm um preço relativamente fácil de ser estipulado. Mas, como dar o preço de valores culturais, sociais e afetivos construídos por pessoas, famílias e comunidades durante décadas?”* (MAZZAROLLO, 2003, p. 41)

Com a iminente desapropriação e, com um sentimento de estarem sendo despejados de seu território, pois este fazia parte de sua vida, os camponeses resolveram rebelar-se contra a política de indenizações impostas pela usina.

Os pequenos agricultores atingidos pela barragem passaram a exigir seus direitos, tais como: indenização justa, pagamento equitativo pelas construções existentes em sua propriedade, o pagamento pela última colheita que ainda se encontrava na roça, e uma série de outros direitos que não eram reconhecidos pela direção da usina.

---

<sup>39</sup> TELEKEN, Ivone. Entrevista cedida a Carlos Alberto Ferrari no dia 22 de março de 2008 em sua residência.



Para essa luta, que foi longa, os desapropriados contaram com o apoio de vários segmentos da sociedade como, por exemplo, a CPT (Comissão Pastoral da Terra)<sup>40</sup> ligada à Igreja Luterana e à Igreja Católica e a FETAEP (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná), que contribuíram na elaboração de documentos, acampamento no canteiro de obras de Itaipu, assembléias, manifestações, informativos, como o “Boletim Poeira”<sup>41</sup>, o “Projeto Arca de Noé”<sup>42</sup> e uma rádio, a “Rádio Justiça”<sup>43</sup>.

Sobre a resistência dos camponeses, houve episódios que chamaram bastante a atenção da sociedade como, por exemplo, o “Projeto Arca de Noé”, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, que tentou abraçar a causa dos expropriados através de ações coletivas, como grupos de estudos, grupos de base junto aos atingidos. O Projeto Arca de Noé apresentou várias justificativas para sua legitimidade à frente das negociações com a direção da usina. Segundo a CPT, o Projeto foi ao encontro da causa dos expropriados, principalmente porque a direção da

<sup>40</sup> A Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado diretamente a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), foi criada em 1975, em Goiânia. Em 1976, foi organizada no Paraná, em Ponta Grossa, e em fevereiro de 1978, passou a ter uma secretaria em Marechal Cândido Rondon, localizada na rua XV de Novembro – 1303, tendo como secretário o Pastor Gilberto Gernote Kirinus. No caso específico da região oeste, sua coordenação coube, neste período, aos pastores luteranos da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). A partir de 1979, este escritório foi transferido para Curitiba. (SCHMITT, 2008, p. 48).

<sup>41</sup> Este boletim foi criado pela organização em Marechal Cândido Rondon. O Boletim Poeira, no início, publicava cartas dos leitores, informações sobre reuniões da CPT, na região oeste do Paraná, programas da CPT, propaganda para a venda do boletim. Inclusive, no boletim número 7, do ano de 1979, na página 15 da seção: Programa da CPT para 1979, a equipe solicitou a doação, possivelmente, em dinheiro, das comunidades e paróquias e dos assinantes, para que o trabalho da CPT continuasse na região. De acordo com o Pastor Werner Fuchs, em entrevista realizada por essa autora, a partir de 1980, o Boletim Poeira, passou a ser publicado em Curitiba, pois o escritório da CPT em Marechal Cândido Rondon, foi transferido para aquela cidade. Sua transferência foi motivada porque o Pastor Werner Fuchs, que era coordenador da CPT – PR, em 1979, assumiu a paróquia da Igreja Luterana (IECLB) em Santa Helena e a equipe da CPT, decidiu que o escritório da CPT de Marechal Cândido Rondon, fosse transferido para Curitiba para centralizar os trabalhos desta instituição. Também nesta ocasião, houve a descentralização das atividades desta instituição em outras regiões do Paraná como: no sudoeste os trabalhos dos membros da CPT foram realizados com o pequeno agricultor; no norte do Paraná com o bóia-fria e o oeste ficou sob a coordenação do Pastor Fuchs que apoiou os atingidos na resistência contra Itaipu. É possível observar, que desde 1980, sua impressão recebeu uma roupagem nova, trazendo na capa e em seu interior fotos dos principais eventos discutidos na edição, manchetes, passando a ter a característica similar de um Jornal. O Poeira passou a incluir em seus números discussões da CPT – Nacional, como a luta pela terra, migrações, êxodo rural, reforma agrária, o movimento social dos atingidos por Itaipu. Em suas publicações, o boletim sempre trazia uma mensagem bíblica, porque a instituição tinha vínculos com a Igreja, e para dar ânimo e força para os atingidos. (SCHMITT, 2008, p. 58).

<sup>42</sup> Este projeto era uma tentativa da CPT de conduzir o movimento de resistência dos atingidos, o grupo da CPT, através do Projeto Arca de Noé, propôs em suas práticas e ações a participação de padres e pastores da região atingida para envolvê-los nesta trajetória. O trabalho proposto pelos dirigentes da CPT junto a padres e pastores consistia na organização, na mobilização das comunidades para a realização de grupos de estudos. Na perspectiva do grupo da CPT – regional, envolvendo o maior número de pessoas e descentralizando as tarefas, facilitaria o trabalho coletivo das bases. (SCHMITT, 2008, p. 52).

<sup>43</sup> Instalada em baixo do único pé de árvore do trevo, um pé de canafístula, em frente à Taipa da Injustiça, com dois mil homens de potência, funcionava a todo vapor, para chamar os acampados para as orações, para as assembléias, para os avisos, recados, e para divertir com apresentações de músicos, repentistas, cantores e contadores de piada. (MAZZAROLLO, 2003, p. 155).

usina não se preocupou, em nenhum momento, com o que iria acontecer com as crianças, os idosos, enfim, com todas as pessoas que seriam desapropriadas.

O drama de uma população obrigada a abandonar o lugar onde criou raízes é facilmente imaginável. Os valores sacrificados em operações desse tipo apresentam variados aspectos e múltiplas dimensões. Alguns desses valores se perdem para sempre; outros podem ser recuperados com o tempo; e outros mais precisam ser substituídos mediante o esforço de adaptação a um novo meio. Vistos em conjunto, os problemas que acompanham todo o processo migratório, seja ele espontâneo ou compulsório, criam um rol de dificuldades nada fáceis de vencer. A questão econômica, geralmente a mais enfocada, não é a mais grave nem a mais sofrida. Os danos e sofrimentos maiores são de ordem cultural, social e afetiva, especialmente pra os idosos, que têm dificuldade de adaptação a um novo meio. (MAZZAROLLO, 2003, p. 44).

Depois de muita batalha contra os “espoliadores” - era assim que os camponeses chamavam o General José Costa Cavalcanti, Presidente da Itaipu e os membros do governo Ernesto Geisel, principalmente os ministros Golbery do Couto e Silva da Casa Civil e, Hugo de Abreu, da Casa Militar – é que eles conseguiram um parco acréscimo no valor das indenizações.

Nesse conturbado processo, o camponês opunha-se aos bloqueios que o condenavam à passividade e ao silêncio e, com suas lutas, eles obrigavam o Estado ao confronto com sua questão essencial: a terra e a liberdade. Porém, faziam isto em tempos e ritmos próprios, forçando concessões políticas por vias indiretas. O campesinato em si enfrentava o poder e os poderosos a partir dos bastidores da história. (MARTINS, 1981). Desta análise, decorre que a expansão do capital no campo foi o responsável neste caso, através da construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, pela expulsão de camponeses do seu espaço de sobrevivência, obrigando muitos ao trabalho assalariado. As terras habitadas pelos camponeses antes da inundação era um componente da estratégia de suas vidas, construído por uma determinada forma de produção e tradição cultural, transferidas, atualmente, para um espaço paraguaio, novo, diverso do anterior.

O homem do campo identifica-se com seu trabalho e com o chão do qual faz brotar o sustento de tantos. Arrancá-lo do chão rural, empurrando-o para o êxodo incerto em direção às cidades ou não assegurar seus direitos à legítima posse da terra é desrespeitar seus direitos de homem e de filho de Deus. É produzir um perigoso desequilíbrio na sociedade. Jamais o homem é mero instrumento de produção. A terra é um dom de Deus. (MAZZAROLLO, 2003, p. 39)<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Papa João Paulo II, em sua visita ao Brasil, 1980.

À época de sua constituição, esse espaço novo, no Paraguai, era ainda alheio à identidade que acabaria por receber da sociedade brasileira. Neste contexto, a jornalista Cássia Cortêz, por exemplo, mostra em sua obra como se deu, a partir daí, a abertura de uma frente de trabalho para milhares de famílias de camponeses e trabalhadores rurais itinerantes no vizinho país, saídos das mais diversas regiões do país e, grande parte fruto da expropriação para a construção da Hidrelétrica de Itaipu no extremo oeste paranaense. Todavia, com a consolidação das grandes propriedades do agronegócio e os problemas principalmente, da ameaça as pequenas propriedades brasiguaias, abateu sobre esses trabalhadores uma crise social que fez que mais de mil famílias voltassem de forma organizada ao Brasil, em dezembro de 1985, com o apoio político da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

## CAPÍTULO III

### 3. TENSÕES E REPRESENTAÇÕES NA(S) FRONTEIRA(S) E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASIGUAIA.

#### 3.1. OS BRASIGUAIOS.

Neste capítulo, as análises serão direcionadas para o surgimento da expressão “brasiguai” e seu posterior uso como identidade de classe. Em nossa pesquisa de campo nos distritos da região norte do *Departamento de Alto Paraná* no Paraguai observou-se que os “brasiguaios” compõem a grande maioria de trabalhadores nas grandes e médias propriedades, nos silos, no trabalho braçal urbano, enfim, são os que produzem a riqueza da região. Ao mesmo tempo, os camponeses brasiguaios perderam espaço para a monocultura da soja das grandes propriedades (agronegócio). Neste sentido, é lícito discorrer sobre quem são realmente os brasiguaios e como surgiram.

É do conhecimento geral que a dinâmica do sistema capitalista contemporâneo tem exigido intensa mobilidade das populações de países periféricos, especialmente em áreas de fronteira, como é o caso do deslocamento de migrantes do Brasil para o Paraguai no extremo-oeste-paranaense. Para se discutir de forma mais aprofundada esse movimento na fronteira dos dois países, faz-se necessário discorrer, primeiramente, sobre o termo *brasiguai*. Porque *brasiguai*? A expressão parece ter em si algo de simplista, já que remete, num primeiro momento, a brasileiros ligados, de alguma forma, a atividades agrícolas no Paraguai.

O senso comum considera brasiguaios brasileiros que possuem terra no Paraguai e que lá trabalham. No entanto, alguns pesquisadores que estudam o movimento de fronteira, embora não discordem totalmente da definição do senso comum, crêem que o mesmo é insuficiente para designar “todos” os sentidos que podem ser evocados pelo termo. Mesmo que pesquisadores brasileiros e paraguaios se utilizem do termo, o significado do mesmo, para eles, é divergente.

O cerne desta pesquisa sobre os brasiguaios gira em torno de uma problemática por nós constatada durante as andanças na região norte do *Departamento de Alto Paraná*. Ao serem analisadas algumas fontes, como entrevistas, jornais e, também, leituras especializadas de ambos os países, percebeu-se que a denominação, para a maioria dos pesquisadores brasileiros, contempla indivíduos de origem brasileira que foram trabalhar e residir no Paraguai. Com o passar do tempo, não conseguindo se reproduzir como camponeses iniciaram o retorno para o Brasil, principalmente, para os estados fronteiriços do Paraná e Mato Grosso do Sul, aumentando, por conseguinte, a massa de pessoas às margens das estradas, especialmente junto ao movimento de trabalhadores sem-terra e às periferias das cidades marginais. Exatamente nesse retorno, organizado em seu início, é que começaram a receber a denominação de brasiguaios.

Os pesquisadores que se dedicam a esta questão, no Paraguai<sup>45</sup>, definem brasiguaios como brasileiros que trabalham no Paraguai, mas não necessariamente os que retornaram ao Brasil ou, ainda, trabalhadores rurais expulsos pela modernização da agricultura paraguaia sob a égide do modelo do agronegócio, os brasiguaios continuam no Paraguai e voltam ao Brasil apenas a passeio ou para encaminhar os filhos nos estudos. Assim, para os estudiosos paraguaios, como Ramón Fogel e Marcial Antonio Riquelme, os brasiguaios com maior condição financeira que, no caso seria os “brasileiros no Paraguai” não adquirem seus costumes, suas comidas, em suma, não internalizam sua cultura de maneira plena, e permanecem no país em tais condições, na imensa maioria, explorando a mão-de-obra paraguaia e até mesmo a brasiguaia, formada por camponeses que perderam suas propriedades e não tiveram condições financeiras para retornar ao Brasil.

De maneira mais explícita, parece que essas pessoas receberam tal denominação a partir do momento em que passam a ser um problema, tanto no Paraguai, como no Brasil. São chamados de brasiguaios no Brasil quando retornam e se tornam responsabilidade do governo brasileiro, e são chamados de brasiguaios no Paraguai quando vivem e trabalham lá, sendo, portanto, responsabilidade das autoridades paraguaias.

Teoricamente, ao analisarmos como se dá a discussão acerca da expressão “brasiguaio” e nas diferentes concepções entre autores dos dois países, recorreremos a estudos que já pautaram a questão brasiguaia. A partir de então foi possível, estabelecer ponderações a respeito da questão.

---

<sup>45</sup> Autores paraguaios que tratam da questão brasiguaia, entre os quais se destacam: Marcial Antonio Riquelme, Tómas Palau e Ramón Fogel.

Foi possível avaliar, na leitura dos trabalhos, que eles foram escritos no calor dos acontecimentos, principalmente na época em que ocorreu um retorno mais acentuado ao Brasil, em meados da década de 1980 e início de 1990.

Conseqüentemente, essas análises foram e continuam sendo utilizadas à exaustão, fomentando ainda hoje diversos estudos sobre a questão, especialmente na academia. O ponto essencial sobre a expressão brasiguai e, por conseguinte, sua conceituação, é do brasileiro que retornou ao Brasil. Todavia, com o passar do tempo, desenvolveram-se outros trabalhos, principalmente na década de 1990 e, até mesmo no início deste século abordam outras concepções. Os trabalhos são variados. Alguns trazem novos olhares sobre esses camponeses excluídos da terra como, por exemplo, a obra de Ramón Foguel intitulada: *Pobreza e Rol del Estado en el Paraguay* (2002), nesta obra o sociólogo paraguaio analisa a pobreza provocada, principalmente pela concentração fundiária no Paraguai e, que esse processo pode ser mudado, que existe condições para reduzir a pobreza e eliminar suas expressões extremas.

Constatamos, também, que há um alargamento teórico em relação à terminologia brasiguai. Vale ressaltar que, de maneira nenhuma, esses trabalhos são carentes de informações. Contudo, deve-se levar em consideração que, com fatos novos que a própria dinâmica do capitalismo se encarrega de criar, outros elementos se agrupam a este complexo movimento, especialmente na região fronteira no extremo oeste paranaense e leste paraguaio, ampliando as análises em torno da conceituação. Pode-se dizer que o sujeito brasiguai é dinâmico, ou seja, está sempre em transformação. Logo, a expressão e a própria identidade brasiguai são oportunas aos seus, dependendo de que lados da fronteira se encontram.

Percebe-se, com isto, que a identidade brasiguai pode ser considerada uma identidade de fronteira híbrida formada pela junção das identidades nacionais. No entanto, ela tem adquirido sentidos diversos ao longo do tempo, funcionando como uma identidade ambígua, negociada conforme os interesses que necessitam ser explicitados ou ocultados. (ALBUQUERQUE, 2007).

Nesse sentido, sistematizamos a categoria brasiguai que, na região estudada, é mais visível, ou seja, brasiguaio são os pobres que foram para o Paraguai, porque foram excluídos da terra em seu país de origem. Alguns conseguiram ascender socialmente e a maioria não conseguiu, tendo muitos destes retornado ao Brasil em condições ainda piores de quando migraram. Tal situação é diferente dos grandes proprietários de terra, os conhecidos “brasileiros no Paraguai”, que, na região norte do *Departamento de Alto Paraná*, não são designados como

brasiguaios. O grande definidor do ser “brasiguaiio”, além da resistência no tocante a permanência na terra é a classe social a que esse sujeito pertence.

No entanto, se analisarmos como os estudos foram dirigidos para conceituar esses migrantes no início dos anos 1990, nota-se que existe uma gama de conceituações para definir o sujeito brasiguaiio. Por exemplo, o geógrafo Luis Carlos Batista trabalha com a conceituação como sendo os agricultores brasileiros que ainda viviam no Paraguai, e não somente os que retornaram ao Brasil. Na obra “*Brasiguaios: destino incerto*”, o jornalista José Luiz Alves trata os brasiguaios como os brasileiros que residem em território guarani, principalmente os que vivem ao longo da região fronteira que divide os países, mas num clima tenso, em que são diariamente ameaçados de expulsão pelo modelo agrícola vigente no país vizinho: o agronegócio. (ALVES, 1990).

Por outro lado, a jornalista Cássia Cortêz em sua obra denominada “*Brasiguaios: refugiados desconhecidos*”. A autora analisa o surgimento do fenômeno dos “brasiguaios” a partir do processo de concentração de terras no sul do país, especialmente no Estado do Paraná, e a transferência desse processo para o Paraguai a partir de facilidades oferecidas pelo governo Stroessner a grandes proprietários, companhias colonizadoras e grileiros brasileiros. A autora analisa todo o processo de organização do retorno e o cotidiano no acampamento de Mundo Novo (MS). Analisa também o processo de mobilização do movimento camponês paraguaio e os conflitos que se seguiram com os brasileiros que permaneceram no país vizinho, ao mesmo tempo em que identifica o cerco do Estado brasileiro às tentativas de retorno de novas famílias. Cássia Cortêz acompanhou por longo período os brasiguaios no acampamento de Mundo Novo. Segundo a autora,

[...] os chamados brasiguaios, sem terra e sem pátria, são calculados em torno de quinhentos mil, [...] representam mais de oitenta por cento da população da fronteira paraguaia e quinze por cento dos eleitores. Sobrevivem como posseiros, meeiros, bóias-frias, arrendatários e agregados, em condições de exploração de miséria. (CORTÊZ, 1994, p. 199).

A bacharela em história e doutora em Antropologia Social Márcia Anita Sprandel, que trabalhou com elementos do retorno mais numeroso, mais acentuado, principalmente os acampamentos de Mundo Novo e Ivinhema (MS) em meados da década de 1980, portanto, no calor dos acontecimentos, encontra dezenas de denominações diferentes cunhados pela imprensa naquele momento para designar os brasiguaios. As definições seguintes, apesar de não se

alinharem com nossa pesquisa, serviram de instrumento de análise para podermos compreender outros enfoques sobre os brasiguaios e sobre a questão brasiguaiia.

Várias são as definições sobre os brasiguaios, as mais difundidas são: Agricultores brasileiros expulsos do Paraguai; lavradores brasileiros que trabalham no Paraguai e tiveram que voltar movidos pela pressão do trabalho quase escravo a que lá estavam submetidos; agricultores brasileiros que são no Paraguai, meeiros, rendeiros e bóias-fria, trabalhadores rurais que trabalhavam no Paraguai e resolveram retornar ao Brasil, etc.

Conforme os estudos do jornalista Carlos Wagner, essa expressão nasceu numa reunião no município sul-matogrossense de Mundo Novo em 1985, quando se discutia a articulação a ser engendrada para o retorno desses camponeses para o Brasil. Nessa reunião, um camponês remigrado disse, *“então quer dizer que nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos os direitos dos brasileiros porque abandonamos o país. Mas, me digam uma coisa: afinal de contas, o que nós somos?”* (WAGNER, 1990, p. 20). Neste momento, o deputado federal do PMDB por Mato Grosso do Sul, Sérgio Cruz, respondeu: *“vocês são uns brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria”* (ibidem). Assim, a partir daquele momento passou-se a denominar de modo geral, todos os camponeses que vivem ou viveram no Paraguai como brasiguaios.

No livro da professora paraguaia Fernanda Feliú *“Canindeyú – zona alta: los brasiguayos”* ela considera brasiguaios os camponeses que, segundo ela, *“pasaron las decadas, crecieron los hijos nacidos en esta tierra apareciendo un nuevo grupo humano: los brasiguayos”* (FELIÚ, 1999, p. 11). Mais adiante, ela afirma que *“actualmente, hay una nueva generación de niños y jóvenes, nacidos en la región e hijos de padres de distintas nacionalidades. Son ellos los nuevos ‘mestizos’ que conforman la nueva sociedad pluricultural en esta parte del territorio paraguayo”* (idem, p. 41).

Isto nos mostra que a concepção da autora paraguaia diverge da de autores brasileiros, ao definir brasiguaios, sendo uma das principais divergências a consideração do tempo de permanência no país e das novas gerações que vão nascendo e se firmando em território paraguaio. Na fronteira leste, no entanto, a denominação de modo geral, sempre recaiu sobre os camponeses pobres que se deslocaram para o Paraguai, principalmente na década de 1970, e atualmente estão sendo expulsos da terra no vizinho país, isto é, pequenos agricultores de pouca terra e trabalhadores rurais sem terra, que vivem ou viveram no Paraguai como brasiguaios.



Embora tais constatações tivessem sido feitas na vivacidade dos acontecimentos de meados da década de 1980 e início de 1990, atualmente ainda permanecem dúvidas na maioria das pessoas sobre a denominação que viria a se tornar a identidade brasiguaiia. É importante a conceituação adequada, já que é desta perspectiva que partem os pesquisadores ao estudarem a questão brasiguaiia. Outro tipo de conceituação que não leve em conta a divisão de classes, ao menos na região fronteira do *Departamento de Alto Paraná*, pode estar fadada a uma interpretação da questão totalmente fora da realidade atual.

Particularmente, na pesquisa aqui desenvolvida, os brasiguaios são vistos na mesma perspectiva do sociólogo paraguaio Marcial A. Riquelme, que estuda a questão e chegou à conclusão de que brasiguaios são: **os pobres, os oprimidos, os sem direitos trabalhistas e sociais, enfim, aqueles sem pátria e sem esperança**. Já os “brasileiros no Paraguai”, diferentemente dos brasiguaios, têm pátria, ou melhor, têm poder econômico, político e simbólico para escolher a pátria que melhor lhes convier, tanto a brasileira como a paraguaia.

Nossa definição de identidade e de “brasiguaiio”, depois de muitas consultas teóricas sobre o caso: é o conjunto de caráter próprio e exclusivo com os quais se podem diferenciar pessoas quer diante do conjunto das diversidades, quer ante seus semelhantes. Sua conceituação interessa a vários ramos do conhecimento, e a geografia tem despendido muito em favor de conceituar essa questão tão complexa. A definição que cabe neste trabalho é a coletiva, pois foi na coletividade que a identidade brasiguaiia surgiu e se generalizou a partir de meados dos anos 1980.

Entretanto, para compreendermos o surgimento do sujeito brasiguaiio, foi preciso, primeiramente, analisar o processo de deslocamento de milhares de camponeses, ou seja, pequenos agricultores camponeses e trabalhadores rurais itinerantes expulsos da terra de trabalho em seu país de origem a partir da segunda metade do século XX. Como já foi mencionado, os fatores decisivos para essa imensa migração foram, essencialmente, a modernização conservadora do campo brasileiro e, no oeste do Paraná, também a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu (1974-91).

A chegada da soja e da mecanização, trazendo a concentração da terra, foi a responsável pela continuidade da migração dos agricultores. Somente na década de setenta, segundo o Centro de Estudos Migratórios de São Paulo, migraram do Paraná 1.201.457 pessoas, que foram para o Paraguai ou para as novas fronteiras agrícolas de Rondônia e Mato Grosso, despovoando vilas inteiras, deixando

idades quase fantasmas, transformadas em sedes político-administrativas de latifúndios mecanizados. (CORTÊZ, 1994, p. 106).

Vale salientar que o deslocamento de brasileiros para o Paraguai foi uma constante ao longo da história, porém considerado tímido até meados da década de 1960, intensificando-se a partir daí. O processo migratório, especialmente do Paraná para o Paraguai sempre ocorreu num clima de conflitos e de violência, se não no local de origem, no local de destino, entrando, assim, na composição do trabalho que organiza a formação do território de batalhas dos brasiguaios. (BATISTA, 1990).

O processo migratório de que tratamos aqui acabou por dar origem a um novo sujeito, que foi inserido no contexto social dos dois países em meados dos anos de 1980. O chamado “brasiguai” não surgiu repentinamente. Antes mesmo de serem assim denominados, eles dependiam das duas nacionalidades, a brasileira e a paraguaia, ou seja, eram nascidos no Brasil e, no entanto, viviam no Paraguai. No papel de sujeito social, sua existência incidia anteriormente à criação da expressão e, conseqüentemente, à identidade. Conforme as reflexões de Luis Carlos Batista, *“reflete-se nos brasiguaios um forte sentimento de desejo de voltar ao Brasil”* (BATISTA, 1990, p. 64). Como se vê, na concepção deste autor, esses trabalhadores já se consideravam brasiguaios ainda em território guarani, mesmo antes de retornarem para o Brasil, onde a identidade se notabilizou.

Deste modo, a identidade deve ser compreendida, conforme Hall (2003), como um processo cultural, social e material determinado por condições históricas características. Assim, não é possível conceber a identidade como algo fixo, imutável, embutido nos sujeitos, acompanhando-os ao longo da vida. A identidade não é estática e, nesse caso específico, é manifesto que ela não se formou simplesmente com o advento do retorno ao Brasil: ela vinha sendo delineada por esses camponeses, ainda que inconscientemente, no processo de desterritorialização<sup>46</sup> a que foram submetidos quando do deslocamento para território paraguaio. Assim, as identidades são originárias de situações vividas, do cotidiano, de nossas práticas diárias, contrapondo-se certamente à idéia contemporânea de que nascemos prontos e acabados, com uma identidade intransigente que irá subjazer toda a existência do sujeito. O migrante

---

<sup>46</sup> A desterritorialização é um fenômeno que se refere tanto aos deslocamentos humanos em busca de novas oportunidades, face aos intensos movimentos migratórios no mundo globalizado, como discutido por Haesbaert (1995, p. 166), quanto a “atividades que se tornam menos dependentes de recursos, práticas e interdependências específicas de um local” (STORPER, 1994, p. 13). Desterritorialização e territorialização, portanto, são termos referidos ao intenso movimento de capital, pessoas e mercadorias no mundo contemporâneo.

brasileiro passou, então, a ter duas nacionalidades, duas culturas que se entrelaçavam, e isto moldou, por assim dizer, sua identidade, antes ainda de seu retorno à pátria de origem.

Em outras palavras, mesmo fazendo parte de duas culturas diferentes que se entrelaçavam no âmbito da fronteira, a denominação e posterior identidade só se tornou possível e se popularizou com o consentimento do outro, ou seja, a identidade só se estabeleceu quando o receptor ou receptores a absorveram. Este foi o caso ocorrido com a identidade brasiguaiia: os brasiguaios viram sua identidade se legitimar quando absorvida pelos outros em situação de preconceito e marginalidade. Importante ressaltar que os outros aqui não são os paraguaios e, sim os próprios conterrâneos da terra de origem. A busca por uma identidade, portanto, considera as vivências e as relações que a constituem no presente, processo no qual o passado torna-se força mediadora, mais do que simplesmente produtor de símbolos idealizados.

Porém, a identidade, para ser ratificada, depende das disposições e posições dos sujeitos no interior da sociedade da qual fazem parte em determinado momento. Destarte, legitimada, a identidade necessita de representações<sup>47</sup>, de ônus para se estabelecer no seio da sociedade. Assim, como existe a luta econômica pela hegemonia da sociedade, há também a luta de representações, cada qual tentando impor seus próprios valores, confiando que não existe distinção entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Neste caso,

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza [...]. Por isso esta investigação sobre as representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Nesta dialética, deve-se compreender que as representações são responsáveis pela construção de identidades, como também os sistemas simbólicos nas quais elas se fundamentam. Porquanto os sujeitos se posicionam a eles mesmos, quando dominados pelos discursos,

---

<sup>47</sup> Representação aqui faz concordância com (ALMEIDA, 2006, p. 183), que salienta que: A representação simbólica do objeto não é puramente subjetiva, ela se constrói e é construída na relação com a objetividade do outro porque “ao ato significativo de um sujeito (ou grupo social) existem os limites de outros sujeitos (ou outros grupos sociais) que também querem significar. Representações são construções sempre ligadas a um lugar a partir do qual sujeitos representam, estando, portanto, intimamente determinadas por identidades, interesses e lugares sociais”.

admitindo-os. Para Hall (2000), as identidades são as circunstâncias que os sujeitos assumem através das representações.

Há de se evidenciar que tal processo é bastante complexo, pois *“a representação é sempre constituída ao longo de uma falta, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que nelas são investidos”* (HALL, 2000, p. 112). Pode-se dizer, então, que a identidade é composta e constituída de representações. No entanto, nem toda representação constitui e se molda à identidade:

Utilizo o termo identidade para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, de um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou fixação do sujeito ao fluxo discursivo. (HALL, 2000, p. 111-112)

O sujeito brasiguai, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável é, assim, composto agora não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. (HALL, 2006). Desta forma, o sujeito vive numa região fronteira e tem sua identidade vinculada ao lado da fronteira em que se encontra. Pode-se mencionar como exemplo, o médio produtor que, nessa região do Paraguai, não é reconhecido como brasiguai, no Brasil, contudo, a trabalho ou a passeio, quando está do lado de cá da fronteira, ele faz questão de ser reconhecido como brasiguai, ou seja, a identidade brasiguai parece ser oportuna, talvez, para justificar a aposentadoria que ele recebe no Brasil.

Nota-se, portanto, que *“quando na busca de construção da identidade, os sujeitos individuais e sociais mergulham na profundidade de suas histórias, por meio de uma dinâmica que pode apresentar um caráter espontâneo ou direcionado”*. (NODARI et al, 1999, p. 161).

No Paraguai, por outro lado, percebeu-se que os migrantes pobres anteriormente expulsos de sua terra de sobrevivência, principalmente no sul do Brasil, sentiram a falta de organização em torno de uma expressão forte; de massa, representativa, para que pudessem fazer valer seus direitos, isto é, acesso a terra, quando do retorno à pátria mãe. Nesse contexto, os futuros brasiguaio já previam as expulsões com a expansão indiscriminada da modernização do

campo paraguaio através do agronegócio e também que, caso chegassem à fronteira organizados em torno de um ideal comum, teriam mais condições de reivindicar seus direitos junto a órgãos governamentais brasileiros. Todavia, a fuga para o Brasil, além de organizada, em grupo, tinha uma razão e um temor. A razão de serem reconhecidos como brasileiros legítimos que foram expulsos da terra e, por esse motivo, tinham direito de retornar e exigir seus direitos, e o temor de como iriam ser recebidos pela população brasileira.

Os brasiguaios são o resultado da expropriação e expulsão violenta de centenas de milhares de agricultores do sul do país [...] quando as terras devolutas, ocupadas por colonos, foram sendo anexadas às das colonizadoras, para serem comercializadas ou incorporadas a novos latifúndios, iniciando, assim, a concentração de terras na região [...]. O surgimento dos brasiguaios foi o indicativo da possibilidade dessa articulação, pois assim como o avanço do capitalismo no campo não tem fronteiras, o braço do latifúndio também não distingue a nacionalidade de suas vítimas. Os brasiguaios são hoje testemunhas vivas da transposição dos limites territoriais do terror agrário implantado durante as duas ditaduras [...]. Os milhares de brasiguaios representam [...], o reforço da luta pelo fim do latifúndio, da violência no campo, da miséria e expropriação dos pequenos agricultores [...]. Eles demonstraram ser capazes de mexer nas estruturas dos dois governos, ao mobilizar as representações diplomáticas, vários ministérios e as polícias fronteiriças. E, principalmente ameaçar o latifúndio. (CORTÊZ, 1994, p. 13 – 163).

Naquele momento histórico (1985), a expressão “*brasiguai*” foi criada com o objetivo de organização, no intuito de permitir a eles – workers peasants – trabalhadores rurais e pequenos agricultores de renda tipicamente familiar expulsos do processo produtivo das terras guaranis – maior poder de negociação em território estrangeiro. Note que o território brasileiro se tornou estrangeiro a esse povo. Muitos desses brasiguaios possuíam de 20 a 30 anos de vivência no Paraguai e, essa vivência só foi possível porque, “*o Brasil já nos rejeitou há mais de três décadas, quando nos arrancou da terra e nos obrigou a buscar refúgio no Paraguai. Hoje o Paraguai, da mesma forma, não nos dá condições de sobrevivência e uma cidadania digna*”. (CORTÊZ, 1994, P. 182).

Atualmente, essa nova identidade nomeia todo um contingente de camponeses pobres que vivem em ambos os lados da fronteira. Conforme Sprandel (1992), são os que enfrentam dificuldades de documentação, titulação de terras e conflitos com o movimento camponês no Paraguai e, no Brasil, são tratados com preconceito devido à sua condição de errantes, sem pátria, no entanto, “*o mais triste foi ver a cidade inteira fechar as portas para a passagem dos*

*brasiguaios que só pediam solidariedade*” (CORTÊZ, 1994, p. 184). No Brasil os camponeses re-imigrados no acampamento de Mundo Novo e nos demais que surgiram nesta época, tiveram que habituar-se novamente a terra de origem. Neste contexto, os futuros brasiguaios perceberam que com o passar do tempo no acampamento:

Aprende-se a se decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das idéias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta,. [...] Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus. Ou seja, elaboram-se estratégias de conformismo e resistência, passividade e rebelião, segundo os agentes com os quais se defronta. (GOHN, 1992, p. 19).

A partir desse momento a expressão “brasiguaião” se generalizou. Sendo responsável por essa generalização as mil famílias de camponeses brasileiros que trabalhavam no campo guarani e foram vítimas de um processo de expulsão de suas terras pelo início da expansão da monocultura da soja (agronegócio) coincidindo, inclusive com a proximidade da deposição do Presidente Alfredo Stroessner, ou seja, com o fim da ditadura, dando origem a atual identidade.

Nessa época, uma massa de aproximadamente oito mil pessoas cruzou a fronteira e ergueu vários acampamentos no Estado de Mato Grosso do Sul, sendo o maior e mais populoso, e que mexeu com as estruturas do Estado e do país, foi o de Mundo Novo. Um imenso acampamento foi montado na principal praça da cidade com o objetivo único de conseguir um pedaço de chão.

Os chamados Brasiguaios formaram, inicialmente, dois acampamentos, um em Mundo Novo (MS), com 992 famílias, e outro em Sete Quedas (MS), com 144 famílias, ambos em maio de 1985 [...], em agosto de 1985, mais 70 famílias formam um novo acampamento em Sete Quedas (MS), em dezembro, outras 85 famílias acamparam em Naviraí (MS), posteriormente estas famílias foram assentadas em Jateí (MS). Em dezembro de 1985 existiam quatro acampamentos de brasiguaios, envolvendo cerca de 1.500 famílias, no Estado de Mato Grosso do Sul. (SPRANDEL, 1992, p. 33-34).

Entretanto, o retorno dessa grande massa de brasiguaios foi estimulado também pelo PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária)<sup>48</sup> do então Presidente José Sarney que, segundo ele, iria assentar em torno de 1,4 milhões de famílias em quatro anos. Esse discurso vislumbrou um novo horizonte aos camponeses que passavam por dificuldades em solo guarani e que viam a expulsão cada dia mais provável. Esses camponeses, aproveitando a promessa do governo brasileiro de assentamento de milhares de famílias de sem-terra, regressaram.

Contudo, esse discurso do governo brasileiro fez com que o latifúndio se organizasse em torno da manutenção da concentração fundiária, fazendo o governo recuar da sua proposta.<sup>49</sup> Essa proposta política radical teve como contrapartida o surgimento, em junho de 1985, da UDR, entidade de direita que agrupava os proprietários rurais, sobretudo os grandes latifundiários e se propunha a defender com armas se preciso fosse a grande propriedade contra as “invasões”. O objetivo dos brasiguaios era, acima de tudo, fugir da violência principalmente, das autoridades paraguaias, do subemprego, da exclusão da terra. Neste sentido, a luta pela terra coloca-se para esses camponeses brasiguaios excluídos como uma espécie de busca de um porto seguro, ou seja, como um meio adequado de garantir o sustento próprio e também o de suas famílias, longe da insegurança do emprego assalariado na cidade ou no campo.

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo é aqui empregada como uma ferramenta fundamental para a interpretação dos processos e relações analisados, e apreensão do movimento geral que está na base da modernização desigual e contraditória que caracteriza a sociedade. Ao estudar o sujeito social brasiguaiio mobilizado na luta pela terra no Brasil, depois da expulsão do território paraguaio, deparei-me com a realidade de um trabalhador com complexa trajetória de vida, dividida entre o campo e a cidade, entre um país e outro, o verdadeiro: camponês de fronteira. Assim, constatei que a condição de instabilidade que tem caracterizado historicamente a existência de muitos trabalhadores de baixa renda no país está relacionada nos últimos vinte e cinco anos a um intenso movimento entre o trabalho no Paraguai e no Brasil bem como à centralidade do papel desempenhado pela família e suas estratégias de reprodução social.

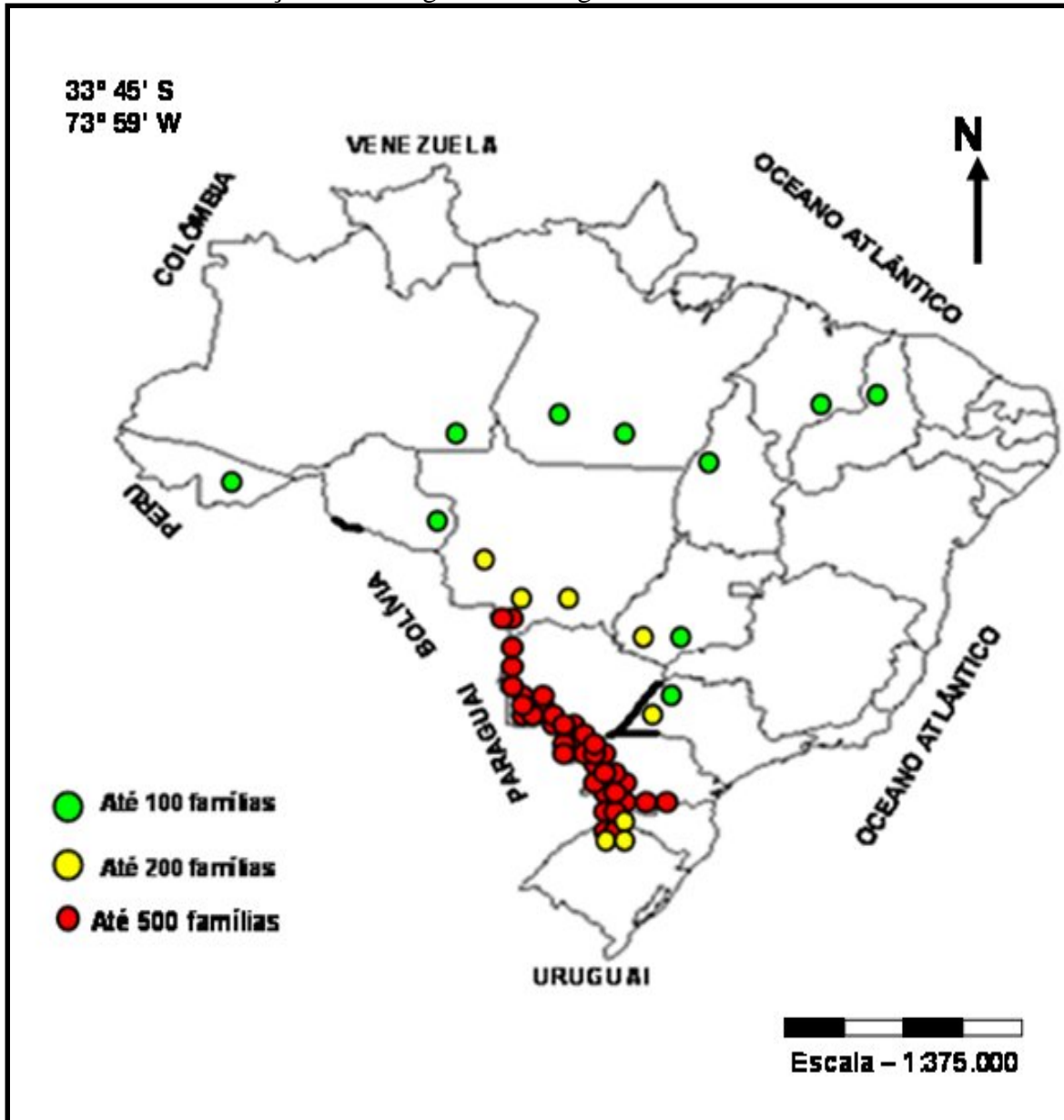
---

<sup>48</sup> Toda a política de reforma agrária do governo de José Sarney foi dominada pelo problema dos sem-terra e do confronto necessariamente radical que ele acarreta com os grandes proprietários, sem contar os temores que gera nos pequenos. (MARTINS, 1999, p. 152).

<sup>49</sup> Ver a obra de ALMEIDA, R. A. “(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o habitus de classe”. (2006, 348 p).

No mapa 11 a seguir, um esquema da rota dos brasiguaios que retornam do Paraguai e, uma grande parcela do campo norte–alto–paranaense naquela época.

**MAPA – 11:** Distribuição dos brasiguaios re-imigrados em território brasileiro.



**FONTE:** Pastoral do Migrante (2006).

**CONFECCÃO E ELABORAÇÃO:** FERRARI, C. A.

As formas como as resistências foram implementadas no meio rural brasileiro nesta época pelos chamados brasiguaios, abrem margem para a leitura que identifica em muitas dessas resistências elementos de dominação, subordinação e desagregação social, trazendo mais



problemas que soluções para os que aderem a esta prática, ou seja, os latifundiários. A partir da análise desta questão particular, foi possível perceber que as mesmas foram e, ainda vem sendo, caracterizadas pela ambivalência com que são vivenciadas por esses grupos de re-imigrantes.

Pode-se admitir e compreender, que foi através da resistência<sup>50</sup> que essa identidade se forjou, que esse sujeito se formou e tornou-se reconhecido pelos movimentos sociais e pela sociedade como um todo. Observa-se aqui que, em território nacional, mesmo unindo-se numa mesma categoria de trabalho, como, por exemplo, bóias-frias, meeiros, rendeiros, agregados, pequenos produtores, eles são camponeses, ou seja, trabalham no campo e, “*se envolve mais diretamente com os segredos da natureza*” (MOURA, 1986, p. 09).

Assim, o camponês é fruto do sistema capitalista, ele não está à margem do sistema e, enquanto classe, e aí estão incluídos os brasiguaios, é especificamente fruto da contradição. Nesse ponto de vista, devemos primar pela realidade, pois é aí que encontraremos a força do camponês brasiguai, resistindo à expansão capitalista, mesmo que para isso tenha que lutar pelo acesso a terra de trabalho e, principalmente pela manutenção da própria vida. Da mesma forma, a abordagem da questão camponesa permite a apreensão das relações entre a família, o trabalho e a terra no sentido de identificar um tipo particular de camponês que são os brasiguaios, fortemente ligado à manutenção e à reprodução da identidade. No Paraguai e no Brasil, após tais acontecimentos, esses trabalhadores, principalmente os que não possuíam nenhuma terra, ficaram conhecidos como brasiguaios.

A complexidade da identidade, no caso dos brasiguaios, torna-se mais evidente, dentre outras coisas, por serem as lutas e resistências desenvolvidas em terras brasileiras. Apesar dos brasiguaios serem originários do Brasil, o país de origem acaba por se transformar em terra estrangeira, já que, depois de vinte ou trinta anos vivendo em outro território, a própria terra de origem se torna estranha ao povo brasiguai e, é nessa terra que se desenvolveram as ações que culminaram com a identidade dos brasiguaios. Por outro lado, na região de *Alto Paraná* se alguma movimentação dos chamados brasiguaios for detectada, logo é suprimida pela polícia. Além disso, no Paraguai, esses camponeses conviveram e muitos ainda convivem com o problema do conflito histórico entre paraguaios e migrantes brasileiros, acusados, dentre outras

---

<sup>50</sup> Resistência no caso dos brasiguaios nos remete ao fato de que esses camponeses foram expulsos do território paraguaio e retornaram para o Brasil em busca de terra de trabalho, eles se organizaram para obter terra, assim evidencia a resistência camponesa brasiguai.

coisas, de imporem sua cultura, símbolos, língua, etc. Ao retornarem ao Brasil pelo Mato Grosso do Sul, esta era uma das preocupações dos primeiros re-imigrados brasiguaios, pois seus filhos e netos falavam a língua guarani e, isso poderia ser um agravante e gerar conflitos com a população da cidade de Mundo Novo, onde foi erguido o acampamento. Até mesmo muitos adultos falavam o guarani e o castelhano. Sobre a questão das identidades forjadas na fronteira, Grzybowski (1990, p. 55) destaca que.

Este é um aspecto trágico do capitalismo selvagem e excludente [...], a oposição à violência e à arbitrariedade acaba moldando os próprios sujeitos das lutas. Muitos movimentos no campo se desenvolvem afirmando os direitos da lei instituída contra as práticas vigentes nas relações. O resgate dos direitos e da legalidade pelos trabalhadores em suas lutas molda a sua identidade coletiva.

Outro fator que merece atenção, ainda, é que esses camponeses, quando migraram para o país vizinho, perderam sua identidade de origem relacionada ao trabalho do campo no Brasil e acabaram, aos poucos, adquirindo uma nova identidade, a de brasiguai, mesmo antes da popularidade que a consolidou.

Portanto, foi através das resistências às opressões desenvolvidas no campo que culminou com o retorno de milhares de camponeses do solo paraguaio e, por conseguinte, a generalização da identidade brasiguai, alicerçada, ao mesmo tempo, na classe social a que pertenciam esses camponeses. No entanto, é correto afirmar que o chamado brasiguai não abrange somente os trabalhadores rurais, do campo.

Os brasiguaios que atualmente são a maioria de trabalhadores do meio urbano nessa região do Paraguai eram, até finais dos anos 1980, camponeses que haviam perdido espaço no campo pela expansão das grandes propriedades monocultoras (agronegócio). Logo, muitos desses trabalhadores brasiguaios, sem condições de retornar ao Brasil, permaneceram em território guarani, no campo, como trabalhadores em alguma fazenda ou na cidade, servindo de mão-de-obra barata aos empresários e comerciantes da região. No censo de 1992, por exemplo, verificou-se que “*San Alberto é o distrito com o maior número de brasileiros no Alto Paraná, somando 6.920 residentes, sendo 1.232 na área urbana e 5.688 na área rural*” MENEGOTTO (2004, p. 65). Lembrando que os dados oficiais nem sempre condizem com a realidade, pois eles contabilizam somente os migrantes legais. Os dados censitários disponíveis em *Ciudad Del Este* são insuficientes para que se possa ter uma visão mais detalhada do índice populacional de

migrantes do *Departamento de Alto Paraná*, os dados aqui representados são dados qualitativos não sistemáticos (relatórios de igrejas, Pastoral do Migrante, notícias de jornais, etc).

Os brasiguaios residentes na área urbana, que, por conseguinte é imensamente maior que os dados oficiais, são, em sua quase totalidade, empregados braçais, dos silos, da construção civil, prefeitura, empresas agropecuárias, etc, logo, “*a exclusão é o sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação da pessoa*”. (MARTINS, 2003, p. 20).

Por outro lado, verifica-se, ao menos na região que compreende o norte do *Departamento de Alto Paraná*, que existe uma diferença enorme, acredita-se que maior até que na região sul do *Departamento*, entre ser “*brasiguai*” e ser “*brasileiro no Paraguai*”<sup>51</sup>. Por essa razão esta diferença merece ser mais bem explicitada. Os “*brasileiros no Paraguai*” são aqueles migrantes com condição financeira confortável, ao passo que os brasiguaios vivem na ameaça de perder o pequeno pedaço de terra, de perder o seu pequeno arrendamento, de perder o seu emprego na média e grande propriedade, de perder o emprego na cidade, enfim, são os que vivem à margem, ou seja, vivem de esperanças num futuro melhor. Vejamos o que demonstra a fala de Celir Wobetto, um brasiguai empregado de um médio produtor rural na região de *Minga Porã*.

Veja bem, eu sou brasiguai, meu sogro não é. Eu sou empregado dele, não possuo terra, trabalho por mês e tenho porcentagem no fim da colheita. Quer dizer, o empregado, o pobre, aquele que não tem terra ou tem somente um pequeno pedaço, este sim é brasiguai. Tem gente aqui que se você chamar de brasiguai ele fica brabo, briga, não gosta, simplesmente porque brasiguai é o que não tem nada<sup>52</sup>.

Logo, de acordo com Lourival Maraskim médio produtor rural do distrito de *Minga Porã*.

Eu tenho setenta alqueires aqui em *Minga Porã* e planto mais cem arrendados, ninguém me chama de brasiguai aqui, nem mesmo o Comissário Brito. Aqui no Paraguai quem tem uma quantia boa de terra como eu não é chamado de brasiguai, eu também não gosto de ser chamado de brasiguai, tenho

<sup>51</sup> “Brasileiros no Paraguai” são os migrantes ricos, os grandes e médios produtores rurais, os empregados em setores administrativos dos silos, bancos, lojas, etc. Essas pessoas têm um preconceito contra os brasiguaios, apesar de serem todos migrantes do Brasil.

<sup>52</sup> WOBETTO, Celir. Entrevista concedida a Carlos Alberto Ferrari, no dia 01 de janeiro de 2008, na residência de seu sogro no distrito de *Minga Porã*.

documentos do Brasil e do Paraguai. Brasiguaios é aqueles que não têm documentos, tem gente que não tem nem daqui nem de lá do Brasil, esse povo vive de ajuda dos outros, muitos não gostam de trabalhar, venderam a terra que tinham e hoje trabalham por aí. No Brasil quando me chamam de brasiguaios eu fico quieto, porque afinal nasci lá e vivo aqui, mas aqui eu não sou brasiguaios não, eu contribuo com o crescimento do país<sup>53</sup>.

Ainda, conforme as considerações de Albuquerque (2007, p. 05)

O termo “brasiguaios” não é aceito pelos brasileiros que tem algum recurso econômico ou poder político, pois a palavra está associada àqueles que não têm documentos, pobres, marginalizados, “pé-rapados”. A não aceitação dessa categoria por esses setores que ascenderam socialmente simboliza um critério de distinção de classe.

Tal fato nos leva a concordar com Grzybowski (1990, p. 57), ao assegurar que “*os sujeitos que brotam com os movimentos, ou em organizações, pelas condições de direito a terra e aos meios de produção, provocam uma identidade social que exprime a sua inserção na divisão social do trabalho*”. Consideramos, assim, que a identidade não é forjada somente na esfera das representações, costumes, língua, nação, cultura, etc. Esta questão não é descartada, mas, é a classe social a que esse sujeito pertence que o fez ser “*brasiguaios*” ou “*brasileiro no Paraguai*”.

Portanto, é possível assegurar que a identidade é forjada na resistência em torno de um ideal comum a uma dada coletividade reprimida. No entanto, no caso dos brasiguaios, é a classe social que eles estão inseridos que identifica esses camponeses excluídos da terra. A expulsão da terra e a exclusão dos meios de produção fizeram com que os camponeses, hoje designados como brasiguaios, mobilizassem-se contra as injustiças a que foram submetidos no país vizinho, fazendo-os percorrer o caminho de volta ao Brasil. Nesse momento de retorno, foram recebidos com desprezo e preconceito no lado brasileiro, por isso é que a mobilização se fez necessária.

Lá, como aqui, tinha que se submeter às regras de quartéis, à subserviência aos políticos da situação e, igualmente, eram marginalizados pela população ao redor. E eram obrigados a peregrinações em hospitais e postos de saúde, em busca de assistência médica. Como também não tinham acesso à educação e não participavam das decisões políticas”. A organização aconteceu, principalmente para que fossem ouvidos e os órgãos governamentais brasileiros tomassem uma providência a respeito. (CORTÉZ, 1994, p. 80). [grifo nosso].

---

<sup>53</sup> MARASKIM, L. Entrevista concedida a Carlos Alberto Ferrari, no dia 31 de dezembro de 2007, em sua residência.

Apreendeu-se, no decorrer da pesquisa, através de conversas informais com empregados nas grandes e médias propriedades, funcionários de silos e trabalhadores na cidade, que os “brasiguaios” são, portanto, associados à classe camponesa marginalizada, são vistos como vítimas de uma dupla expulsão. Para a elite fundiária brasileira do lado de cá da fronteira ainda, como uma ameaça à ordem social dos estados brasileiros que fazem divisa com o Paraguai.

Assim, este trabalho deixa explícita a verdadeira identidade brasiguaiia, ou seja, o camponês resistente, o trabalhador pobre das médias e grandes propriedades, diaristas, mensalistas, os trabalhadores do serviço pesado na cidade. Vale destacar que muitos dos brasiguaios que atualmente trabalham na cidade, eram, num passado não muito distante, pequenos agricultores que foram obrigados a vender sua propriedade para os grandes proprietários de terra ou, na pior das hipóteses, foram expulsos de suas propriedades. As cidades paraguaias da fronteira, principalmente *San Alberto* e *Ciudad Del Este* no norte do *Departamento* e *Santa Rita*, no sul, existe um contingente considerável de brasiguaios expulsos do campo paraguaio e, atualmente trabalham como empregados braçais, são milhares espalhados por todo o *Departamento*, gente que foi expulsa da terra de trabalho para ser incluída precariamente nas cidades. Deve-se reconhecer, no entanto, que a imprensa brasileira da fronteira do extremo-oeste-paranaense, mesmo que uma parte muito pequena, e alguns estudos acadêmicos, tendem a identificar os “brasiguaios” como sendo os ex-arrendatários, os bóias frias, os pequenos produtores rurais e, a maioria absoluta sem nenhuma documentação

Observou-se ainda, no trabalho de campo realizado na região, que a maioria absoluta dos proprietários dos silos e do comércio no meio urbano, são de propriedade de grandes proprietários de terra, os chamados “*brasileiros no Paraguai*”. Existem também as empresas internacionais, como, por exemplo, a Cargill, a Monsanto, a Agrofertil, ADM, Silos Norte Sur, que detem a grande parcela dos silos. No entanto, a partir do final da década de 1980 e início de 1990, a identidade brasiguaiia popularizou-se nacional e internacionalmente. Primeiramente, construiu-se a identidade política, sendo o discurso principal a ausência da cidadania, tanto a brasileira como a paraguaia. Portanto, essa construção foi se fortalecendo, especialmente sobre o processo de dupla expulsão/exclusão.

Estamos sem pátria e sem terra. Nem brasileiros (pois não temos nossos direitos reconhecidos) e nem paraguaios. Somos os brasiguaios e lutamos pelo direito de reingressar ao Brasil e dar aos nossos filhos uma pátria que os receba [...] temos o direito de sermos repatriados [...] Se não tivermos apoio nem garantia de

nossos direitos, romperemos a primeira cerca, não só da fronteira, para fugir da marginalidade e da miséria em que nos querem atirar. (Apelo dos brasiguaios, Amambaí, 26 de maio de 1992 apud, SPRANDEL, 1992, p. 492).

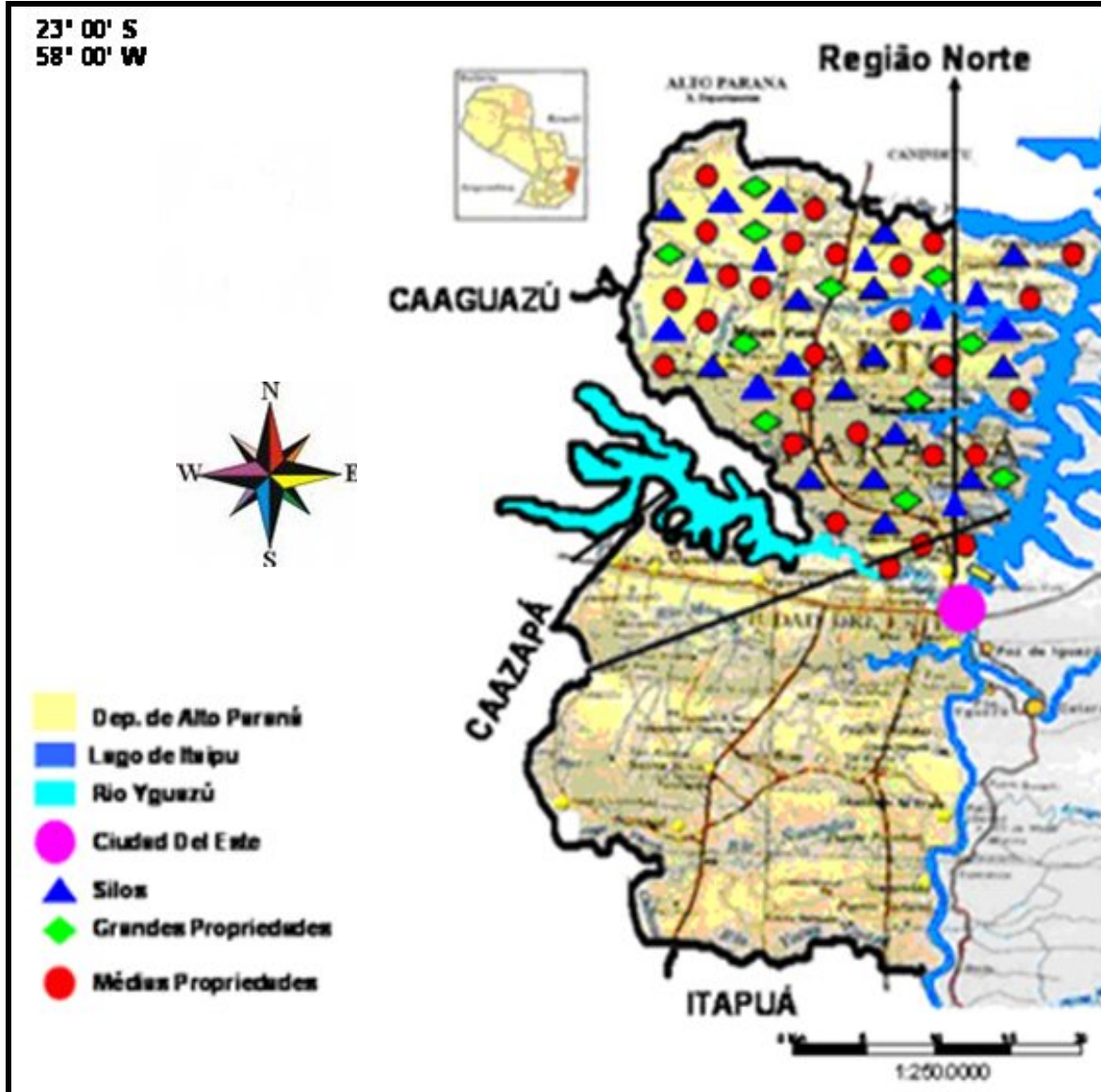
Deste modo, é de conhecimento, principalmente no meio acadêmico, que multiplicaram-se as direções dos movimentos migratórios em função do mercado da força de trabalho, da progressiva dissolução do mundo agrário, da crescente urbanização do mundo e da formação da fábrica global. Permanece, portanto, uma fronteira móvel, humana. (NODARI, apud, IANNI, 1998).

Assim, a fronteira que foi palco de lutas pelas indenizações de Itaipu faz-se presente mais uma vez na vida desses camponeses brasiguaios. A luta, neste momento, é pelo acesso à terra de trabalho em seu país de origem, ironicamente o mesmo país que os relegou apenas o deslocamento a outro país. É nesse sentido que as resistências ocorrem na fronteira: primeiramente, como brasileiros migrantes, posteriormente, como brasiguaios regressados. A este respeito, (MARTINS, 1997, p. 13) avalia:

Fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.

É evidente, portanto, que os brasiguaios são vítimas de um profundo preconceito existente nessa faixa de terra que se denomina fronteira leste paraguaia e extremo-oeste- paranaense. Trata-se de um preconceito existente em ambos os países, proveniente da sua condição de migrante pobre, ou seja, trabalhadores errantes que ora se fixam temporariamente no Paraguai, ora retornam ao Brasil em busca de melhores condições de trabalho, de vida, enfim, de sobrevivência. O que emerge do olhar do “brasiguai” sobre si é a complexidade, a mutação e a dificuldade de traçar linhas de fronteira de uma identidade homogênea, com características partilhadas por todos. É nesse cenário que se inserem os “brasiguaios” errantes. No mapa 12 a seguir, vê-se a distribuição dos silos e das médias e grandes propriedades espalhadas na região norte do *Departamento de Alto Paraná*.

MAPA – 12: A distribuição dos silos e das médias e grandes propriedades.



FONTE: Trabalho de campo na região.

ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO: FERRARI, C. A. (2008).

No Brasil, os brasiguaios são estigmatizados pelos setores constituídos da sociedade. Já em 1985, época dos primeiros retornos, foram classificados como “espertalhões”, “perigosos”, “estranhos”, “ameaçadores”, por toda a sociedade, pela elite política e, principalmente, pelos latifundiários, que se sentiam temerosos quanto a terem suas fazendas invadidas pelos chamados brasiguaios. Segundo (CORTÊZ, 1994, p. 80), *“fora dali (acampamento), as relações eram iguais e até piores que no país vizinho, a diferença estava na língua falada”*.

Por outro lado, quanto à inserção dos brasiguaios que permaneceram no Paraguai nos movimentos sociais daquele país, constatou-se no trabalho de campo que os brasiguaios que residem nessa região (norte) do *Departamento de Alto Paraná* não fazem parte de nenhum movimento social de luta pela terra, conforme aponta também o depoimento a seguir:

Temos terra e trabalhamos aqui desde o início dos anos 1980, mudei pra cá em 1988, já ouvi falar que aqui nessa região existe um movimento de sem-terra. Mas, se existe, eu nunca vi, nem mesmo no tempo que as fazendas começaram a crescer, e os trabalhadores, os posseiros começaram a ir embora pro Brasil, nunca vi nenhuma pessoa dizer que faz parte de tal movimento ou acampamento. Sei que tem de verdade lá em *San Pedro* por lá, mas aqui, não sei não.<sup>54</sup>

Existem, entretanto, muitos brasiguaios que fazem parte desses movimentos, mas em outros departamentos, principalmente nos de *San Pedro, Itapúa e Concepción*, onde as organizações e os movimentos de luta pela terra são mais organizados. Vale destacar que nos referidos departamentos ainda é pequeno o número de grandes propriedades monocultoras, ao contrário da região norte do *Departamento de Alto Paraná* onde as grandes propriedades se expandiram na última década, em todo o *Departamento* o plantio de soja já ocupa 1.936.000 hectares. (FOGEL Y RIQUELME, 2005). Desta forma, os movimentos sociais são reprimidos, com a proteção, evidentemente, das autoridades militares paraguaias, sendo que entre esses militares existem muitos latifundiários que conseguiram grandes propriedades rurais durante a ditadura de Stroessner somente por ter servido o país.

Na região dos silos<sup>55</sup> (somente na região de *San Alberto, Mbaracayú e Minga Porã*, distritos próximos, existem aproximadamente 20 silos ou mais), fazendo parte ou não de movimentos de luta pela terra, camponeses pobres carregaram consigo a identidade de brasiguaião. Nas grandes e médias propriedades, vêm-se poucos paraguaios trabalhando. Eles, diferentemente, ao longo das últimas cinco décadas carregam o estereótipo de preguiçosos. Os

---

<sup>54</sup> MARASKIM, Moacir. Entrevista concedida a Carlos Alberto Ferrari, no dia 31 de dezembro de 2007, em sua residência.

<sup>55</sup> Silos são as cerealistas que compram os produtos dos agricultores e, também uma espécie de banco que empresta dinheiro aos agricultores. Geralmente, esses silos são de propriedade de grandes fazendeiros brasileiros ou de alguma empresa multinacional.



grandes e médios proprietários preferem os brasiguaios, por terem uma intimidade maior com a terra e pelo fato de serem estrangeiros e não terem direitos trabalhistas e nem possibilidades de reivindicação. Nessa região do *Departamento de Alto Paraná*, a população de paraguaios atinge apenas 20%. Os trabalhadores brasiguaios de origem rio-grandense, catarinense e paranaense formam a base para a reprodução do agronegócio que tomou conta do campo nessa faixa da fronteira.

Os chamados estrangeiros, brasileiros, japoneses, chineses e outras etnias representam aproximadamente 40% da população total de todo o *Departamento de Alto Paraná*. A região norte é onde se concentra o maior número de brasileiros. Em alguns distritos, como, por exemplo, *San Alberto*, essa porcentagem chega a 80%. No entanto, a população paraguaia é bem maior na capital, *Ciudad Del Este* e em *Hernandárias*, no norte, bem como no restante do *Departamento*, à exceção de alguns distritos ao sul, como *Naranjal* e *Santa Rita*. Vale destacar que as maiores concentrações de pessoas estão em *Ciudad Del Este*, que conta com cerca de 380.000 habitantes, e em *Hernandárias*, com 80.000, sendo a população paraguaia que a sobressai, principalmente em *Hernandarias*. Na capital *Ciudad Del Este*, a população de brasileiros e brasiguaios se concentra mais no centro comercial, diminuindo-se consideravelmente fora dessa área.

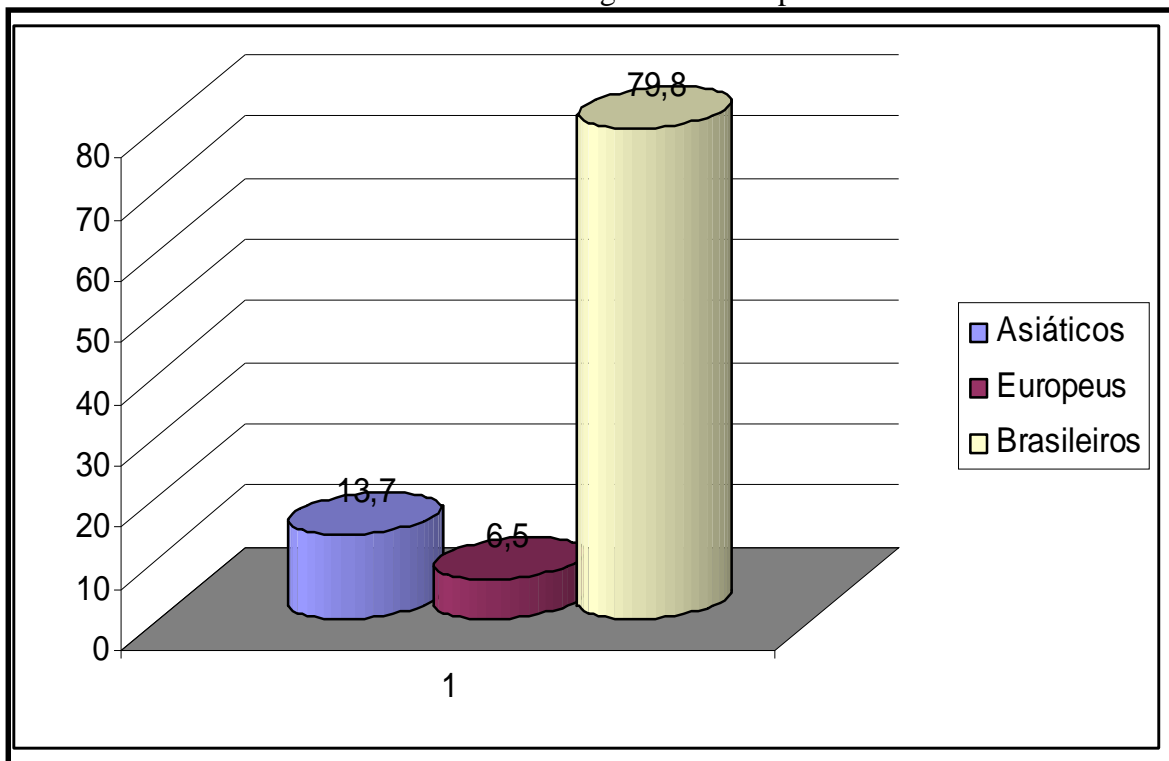
Ao mesmo tempo, quando analisamos a população rural, do interior, os estrangeiros somam 71%, sendo os brasileiros a maioria absoluta de migrantes. O *Departamento de Alto Paraná* tem experimentado uma mudança bastante interessante com relação a outros Departamentos. A explosão demográfica foi uma constante e determinou, para que a região se convertesse em um pólo de atração, um fluxo migratório que se desenvolveu de forma ininterrupta entre os anos de 1970 a 1985. O crescimento, especialmente no interior e na capital, seguiu crescendo em proporção geométrica nesses anos, o Censo de 1982 contabilizou uma população de 206.940 e o de 1992 se chegou a 456.995 habitantes (SILVA, 2007). Deve-se levar em consideração que os números do censo paraguaio não são confiáveis porque não contabiliza a população ilegal que no *Departamento*, no que compete a região norte, essa população é aproximadamente o dobro da contagem oficial.

De fato, a comunidade de brasileiros que vivem nessa região do Paraguai (*Departamento de Alto Paraná*), é maior de que a de muitas cidades paranaenses. Os brasiguaios somam mais habitantes, por exemplo, do que Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Cascavel, as

cinco maiores cidades do Estado, somente Curitiba tem mais população do que os brasiguaios representam nessa região da faixa leste paraguaia.

No gráfico a seguir, uma esquematização da porcentagem de migrantes que vivem no *Departamento de Alto Paraná*. Relembrando que a maior concentração de brasiguaios é no interior do *Departamento*. Os brasiguaios começaram a povoar as áreas urbanas com maior intensidade a partir da década de 1990, mesmo assim a população brasiguia urbana é infinitamente menor que a da área rural. Na área urbana concentra os migrantes de classe média e, em menor proporção da classe alta e são conhecidos como “brasileiros no Paraguai”.

**GRÁFICO – 09:** Gráfico do Percentual de migrantes no Departamento de Alto Paraná.



**FONTE:** (SILVA, 2007).

**ELABORAÇÃO E CONFECCÃO:** FERRARI, C. A.

A localização dos grupos de migrantes - na zona rural ou urbana - relaciona-se diretamente com a função da atividade econômica que os caracteriza. Dos que se dedicam a atividades comerciais e de serviços nas cidades, destacam-se os coreanos, os árabes e os chineses. Argentinos e migrantes do restante da América do Sul, em sua maioria chilenos e uruguaios, também ocupam as áreas urbanas, porém em menor proporção.

Observando-se o gráfico, percebe-se nitidamente que os “brasiguaios” e, também os “brasileiros no Paraguai”, são a maioria em todo o *Departamento*. Dessa porcentagem a maioria absoluta está dentre os que se ocupam de atividades agropecuárias. Nessa região do Paraguai os migrantes do Brasil recebem a denominação de *brasiguaios* e/ou *brasileiros no Paraguai*, depende a situação econômica de cada um, esta última categoria formada por médios produtores rurais e altos funcionários dos silos e de empresas estrangeiras, além, logicamente, dos grandes proprietários de terra. Reforçando que os chamados “brasileiros no Paraguai”, principalmente os grandes proprietários de terra, a maioria prefere viver no Brasil.

En cuanto al origen de estos inmigrantes, se observa que la mayor parte proceden de los países que limitan con el departamento: Brasil y Argentina. La presencia de brasileños supera ampliamente a todas las otras nacionalidades; de cada 100 extranjeros 86 son oriundos del Brasil. Los argentinos, le siguen en segundo lugar, pero con ponderación muy inferior (7,5%). El resto, integrado por una gran gama de países apenas suman un 7%, destacándose entre estos los chinos, los de Oriente Medio, coreanos, japoneses, libaneses, árabes, sirios, palestinos, índios, blangladesh y otros. (SILVA, 2007, p, 146).

Por outro lado, os brasiguaios que vivem nessa região do Paraguai formam uma categoria de sujeitos excluídos da terra e dos meios de produção, já que o direito à terra, ao estudo e, conseqüentemente, a uma vida melhor, foram negados a eles, tanto no Brasil, como no Paraguai.

Os brasiguaios expulsos da terra atualmente vendem sua força de trabalho em alguma média ou grande propriedade ou no meio urbano, mesmo sob as condições já descritas, vivem em condições sociais melhores que os camponeses brasileiros sem-terra no Brasil. Ao percorrermos a região norte do *Alto Paraná*, dialogando com os brasiguaios sobre a questão agrária no país e sobre suas condições de vida, percebemos que eles, apesar de toda a opressão já sofrida por parte dos campesinos exógenos e, principalmente, das autoridades paraguaias, preferem viver no Paraguai. Vê-se, a precária situação em que vivem esses migrantes no Paraguai, sua luta pela sobrevivência luta também daqueles repatriados para uma reintegração no Brasil, pois eles sabem como é difícil o retorno, mesmo se as condições fossem melhores do que vivem atualmente no país vizinho.

Na figura 7 a seguir, um silo da Cargill, ícone do agronegócio excludente, na divisa dos distritos de *Minga Porã* e *San Alberto*.

**FIGURA – 07:** Silo da Cargill no distrito de San Alberto.



**FONTE:** FERRARI, C. A. (2006).

Jackson Morales, paraguaio de nascimento, mas, brasileiro de registro, estudante do curso de Turismo da Unioeste, nasceu e viveu até os dezoito anos de idade na região de *Hernandarias*, apesar do sobrenome o pai de Jackson é brasileiro legítimo, aliás, brasiguai, já que possui uma pequena propriedade no distrito de *Santa Fé Del Paraná*. Em uma entrevista na casa de seu pai ele relata:

Eu sinceramente agora estou bem aqui, ou melhor, lá em Foz onde moro com minha Irmã, mas meu pai prefere viver aqui no Paraguai, ele tem esse pedaço de terra e leva uma vida até boa. Se um dia não tiver mais jeito ele se muda pro Brasil de novo fazer o quê, ele diz que se ele for mudar daqui vai para São Gabriel do Oeste no Mato Grosso do Sul, sua terra natal. Além disso, no sitio tem um pomar tem três vaquinha de leite, onde ele e minha mãe fazem queijo pra vender, aliás, os pequenos colonos daqui que eu conheço todos fazem queijo pra complementar a renda, tem porco, galinha e tudo quanto é criação. A verdade é que eu estou bem agora, senão voltava de novo a viver aqui, tenho consciência que nós, imigrantes, não temos direitos trabalhistas e já sofremos com as ameaças dos campesinos. Mas, em compensação, a vida, apesar de tudo, é melhor que no Brasil pra quem vive da roça. Eu acho que levei sorte, minha irmã tem uma relojoaria e eu trabalho com ela e meu cunhado, estou estudando, estou bem por

enquanto, mas se não fosse isso, voltava com meu pai, porque para o pobre trabalhar na roça no Paraguai é melhor que no Brasil.<sup>56</sup>

A expulsão/exclusão de grande parte dos brasiguaios é praticada ainda, com uma violência desmedida pelas autoridades paraguaias, com muitos casos de espancamento, humilhação e prisão, isso não faz parte do passado, essas ações acontecem ainda hoje nessa região do *Alto Paraná* como em todo o *Departamento*, logicamente que em menor proporção que no passado, porque as grandes propriedades praticamente já tomaram conta de quase toda a região e o número de camponeses diminuiu nas últimas décadas. Por outro lado, os conflitos nessa zona de fronteira sempre existiram, porém, nas últimas duas décadas, tem sido marcado pela atrocidade cada vez mais violenta das autoridades paraguaias. Essa violência marcou o *Departamento de Alto Paraná* principalmente, no final da década de 1980, a década de 1990 e vem marcando ainda neste início de século XXI. Com a expansão das grandes propriedades na região, estas ações passaram a ser mais constantes em *Departamentos* limítrofes com o *Alto Paraná*, como *Caaguazú* e *Itapúa* que ainda predomina a pequena propriedade brasiguiaia e paraguiaia. “A sociedade da promessa da integração [...] vem se firmando como a sociedade da incerteza e do medo” (MARTINS, 2003, p. 20).

Concomitante a isso, os camponeses brasiguaios itinerantes, os chamados sem-terra, diaristas ou mensalistas, que vivem e trabalham principalmente nas médias propriedades da região do *Alto Paraná*, apesar da exploração verificada, principalmente pela falta de direitos trabalhistas e pela truculência das autoridades paraguaias, chegando ao cúmulo dos brasiguaios serem obrigados a terem (*permiso*)<sup>57</sup> permissão até para andar de bicicleta, estão nesta situação por não terem como retornar ao Brasil, ou ainda, não retornam porque sabem que ou irão morar na periferia (leia-se favela), ou ingressar no MST e viver em acampamentos debaixo de lonas pretas, ou seja, em condições piores que as vividas no vizinho país. Os brasiguaios que vivem e trabalham nas médias e grandes propriedades no Paraguai, acabam se submetendo a exploração, pela falta de seus direitos trabalhistas, porque os proprietários de terra fazem questão de construir

<sup>56</sup> MORALES, J. J. Entrevista concedida a Carlos Alberto Ferrari, no dia 02 de abril de 2008, na residência de seus pais em Hernandarias.

<sup>57</sup> O “permiso” é concedido com vencimentos que variam entre 15 (quinze) e 90 (noventa) dias, e, com os agravantes de depender da avaliação do “inspetor de migraciones” da aduana paraguiaia e de uma taxa 12 (doze) reais. Tais documentos não têm renovação imediata ou automática, o procedimento normal é entregá-lo até três dias antes de seu vencimento e o próximo “permiso” ser obtido um dia depois. Se for considerada como uma renovação, pelo inspetor, a taxa pode chegar a 150 (cento e cinquenta) reais. APMT – (Agência Presbiteriana de Missões Transculturais, 2009).

a casinha do brasiguaiio e, também, de delegar um pedaço de terra para o plantio de culturas de autoconsumo. Não que esses fazendeiros são bons com os brasiguaios, mas eles sabem que no Brasil a vida desses trabalhadores seria ainda muito pior. Por isso.

Esse modo de produção se nutre de realidades não-capitalistas; e esse processo desigual não pode ser entendido como incapacidade histórica de superação, ele demonstra as condições criadas pelo próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção. É a marcha do seu desenvolvimento que redefine antigas relações de produção, cria condições contraditórias para a sua reprodução, engendrando relações não-capitalistas de produção igual e contraditoriamente necessárias a essa mesma reprodução. (OLIVEIRA, 1996, p. 139).

Na figura 7 a seguir, a casa do peão brasiguaiio no interior de uma média propriedade no distrito de *Minga Porã*.

**FIGURA – 08:** Moradia de brasiguaiio em uma média propriedade no distrito de Minga Porã.



FONTE: FERRARI, C. A. (2006).

No trabalho realizado percebeu-se, entre os empregados brasiguaios e os médios produtores, já que o grande produtor geralmente nunca é encontrado na região, uma intimidade

muito grande com o trabalho, fruto de uma cultura protestante europeia que edifica o trabalho acima de tudo. Nesse sentido,

Al parecer, los pequeños agricultores del Sur de Brasil van al Paraguay con una especie de misión civilizadora de implementar una ética de trabajo en aquellas regiones. Este mito del trabajo está asociado a la propia tradición de estos inmigrantes, pues muchos de los inmigrantes brasileños en Paraguay son descendientes de inmigrantes italianos y alemanes en el Sur de Brasil, y que sus abuelos o bisabuelos también hacían la misma exaltación al trabajo y decían que los brasileños no sabían trabajar. Vale destacar el hecho de que la condición de inmigrante, independiente de una ética religiosa de valorización del trabajo, tiende a romper con una cultura tradicionalista y valorizar el trabajo como condición para acumular riquezas. (FOGEL e RIQUELME, 2005, p. 167).

Não obstante, os brasiguaios viviam uma aparente tranquilidade em território paraguaio até o final da década de 1980. Todavia, essa aparente tranquilidade transformou-se numa séria ameaça com a implementação do agronegócio, ou seja, com a expansão das grandes propriedades da soja e, coincidentemente, com o fim da ditadura Stroessner. Mesmo sendo dos migrantes do Brasil os méritos da grande produção de grãos que elevou o país à categoria de grande produtor mundial da leguminosa, o agronegócio selecionou os trabalhadores, ou seja, onde havia trabalho para 50 trabalhadores (leia-se brasiguaios) numa grande propriedade, com a aplicação de novas técnicas e insumos, restou trabalho para cinco ou, no máximo, dez empregados: um decréscimo de 90% de mão-de-obra camponesa. No meio urbano, não é muito diferente, muitos brasiguaios perderam o emprego, principalmente nos silos, devido às tecnologias modernas empregadas nessas empresas, como por exemplo, no descarregamento de grãos, onde ocupava cinco ou seis trabalhadores para descarregar uma carreta, atualmente ocupa somente um trabalhador ou no máximo dois.

São esses brasiguaios excluídos que perambulam pela fronteira e pelas periferias das cidades marginais à procura de trabalho e reprodução, a partir daí, “*se manifestam na vida dos migrantes as contradições da concentração fundiária e a importância anômala que nesse capitalismo periférico tem a renda da terra [...], gerar grandes contingentes de pessoas inadaptadas aos desafios da vida urbana*”. (MARTINS, 2003, p. 141).

O primeiro grande golpe sofrido pelos brasiguaios que, por conseguinte, abalou as estruturas e feriu principalmente o direito adquirido dos pequenos camponeses brasiguaios, ocorreu no dia 19 de junho de 1989, no apagar das luzes do ano legislativo paraguaio. Segundo os estudos de Alves (1990):

O Senado aprovou o Projeto de Lei do Senador Rodolfo González Garabelli, do opositor Partido Liberal Radical Auténtico – PLRA [...]. Estabelecendo-se uma “faixa de segurança” de 50 quilômetros de largura nas fronteiras territoriais da República Guarani [...]. No centro da polêmica encontram-se os brasiguaios na mira de críticas contundentes nas camadas mais jovens e nos meios universitários, principais incentivadores e militantes ferrenhos da oposição, e os grandes alicerces políticos do PLRA. (ALVES, 1990, p. 15-16).

Ainda sobre essa questão específica Ramón Fogel e Marcial A. Riquelme completam.

El proyecto define una franja de 50 km de frontera a partir del límite internacional como área exclusiva para los paraguayos. Essa propuesta representa una reacción al Estatuto Agrario de 1963, que permitía a cualquier extranjero comprar tierras en la frontera. En 1989 el proyecto fue rechazado. Em 2002, nuevamente este proyecto entra en discusión, incluso siendo aprobado en la Cámara de los diputados y rechazado por los senadores (KEU, 2002). Ahora hay una reformulación de este proyecto, no se trata más de expropiar a los extranjeros que ya tienen propiedades en esta franja, pero estos no pueden vender sus propiedades para otros extranjeros. (FOGEL y RIQUELME, 2005, p.156).

Os brasiguaios, na sua ampla maioria de pequenos agricultores ao longo da fronteira com o extremo-oeste-paranaense, do lado paraguaio os Departamentos de *Alto Paraná*, *Canindeyú* e *Amambay* que compreendem toda a faixa leste totalizando cerca de 40 mil quilômetros quadrados, ficam em alerta quando esta questão entra na pauta de discussão. Segundo o projeto de lei, os estrangeiros que, principalmente na região rural de *Alto Paraná* é quase que totalmente de migrantes brasileiros e, os brasiguaios são a maioria absoluta, não poderão ser proprietários de imóveis rurais e urbanos localizados dentro da chamada faixa de segurança (ALVES, 1990). Atualmente com a eleição de Fernando Lugo, essa questão, esquecida desde 2002, volta a fazer parte das discussões especialmente, nos meios midiáticos paraguaios, colocando a população migrante mais uma vez em alerta máximo.

Verdadeiramente, esse projeto de lei serve principalmente como moeda de troca para os políticos paraguaios fazerem pressão sobre o governo brasileiro quando estão envolvidos interesses econômicos. Por exemplo, em 2002, o Brasil teria proibido a entrada de carne de gado do Paraguai por causa da febre aftosa, então o projeto entrou tão rápido quanto possível na pauta de discussão, sendo engavetado em seguida.



No entanto, é de conhecimento público que essas questões são patrocinadas pela elite fundiária conservadora que habita aquele país, principalmente os grandes proprietários brasileiros. A verdade é que a ditadura brasileira exportou os brasileiros para a ditadura paraguaia e a democracia paraguaia está mandando de volta os brasiguaios para a democracia brasileira.

Entretanto, criar políticas públicas para uma região de fronteira é uma questão muito delicada, pois envolve interesses de diferentes Estados, elementos espaciais e legislações de países distintos. O fato de muitos brasileiros estarem na Tríplice Fronteira dificulta ainda mais as representações sobre os brasileiros e, principalmente os brasiguaios que vivem nessa região do Paraguai. (SPRANDEL, 1992).

### 3.2. CONFLITOS, PRECONCEITO E RETORNO DOS BRASIGUAIOS.

Em relação aos conflitos e à conflitualidade<sup>58</sup> entre brasiguaios e paraguaios e o preconceito entre “*brasiguaios*” e “*brasileiros no Paraguai*”, pode-se alegar que são as diferentes situações de fronteira que se apresentam na vida dos migrantes, neste caso, experimentadas pelos brasiguaios. Essas diferentes situações se originam a partir de grandes deslocamentos de pessoas de classes sociais distintas para certo espaço geográfico, onde a população autóctone, que neste caso específico, com uma desvantagem numérica considerável, tenta preservar de todas as maneiras sua cultura, seus costumes e, principalmente a terra de trabalho.

---

<sup>58</sup> Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser esmagado ou pode ser resolvido, entretanto, a conflitualidade, não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos. [...] Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque essa é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo. *Portanto, a conflitualidade é o processo de enfrentamento ininterrupto alimentado pelo caráter estrutural do capitalismo que gera concentração de riqueza de um lado e, conseqüentemente, a expansão da pobreza e da miséria do outro.* (FERNANDES, 2004, p. 26) [o grifo é nosso].

Conflitos entre paraguaios e camponeses migrantes brasileiros e, principalmente, entre estes e as autoridades paraguaias, são históricos, remontam de épocas distantes, reflexos de um passado de guerra entre os dois países. Durante as décadas de 1950/60 quando começaram os primeiros deslocamentos, ainda que insignificantes, os conflitos eram de pequenas proporções. Com a intensificação dos deslocamentos a partir do final da década de 1960, devido principalmente à modernização do campo brasileiro e a construção da Ponte da Amizade (1962/65), conseqüentemente os conflitos aumentaram. No final da década de 1970 e início de 1980, momento que foi imposto a uma grande massa desapropriada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu o deslocamento para o Paraguai, os conflitos se multiplicaram.

Os interesses dos chefes políticos e seus séquitos repousam nas benesses que tiram ao utilizar as instituições públicas para defender e proteger o latifúndio criminoso. Principalmente na fronteira, onde a lei segue e obedece à truculência do mais forte. Onde a divisa entre a criminalidade da violência e a sua institucionalização é estabelecida e moldada de acordo com as conveniências políticas do momento e a subserviência de juízes e delegados. (CORTÊZ, 1994, p. 190).

Nesse sentido, os paraguaios acusam os brasiguaios de formação de enclaves etno-culturais<sup>59</sup> na sociedade paraguaia. Deste modo, as contendas sociais inviabilizam uma possível integração entre paraguaios e brasiguaios. Outra questão é o conflito de terras, a sensação de ser visto como invasores tem caracterizado um clima tenso entre os campesinos e os brasiguaios. Enfim, a concentração de grande massa de migrantes do Brasil nessa área fronteiriça contribuiu para fazer com que predominassem a língua, as músicas, as tradições culturais etc., que acabam gerando reações do povo paraguaio.

Verifica-se, também, o forte poder econômico, político, cultural e, também, o poder simbólico<sup>60</sup>, exercido nessa faixa de fronteira pelos migrantes ricos, os conhecidos “*brasileiros no Paraguai*”. Contraditoriamente, são os *brasiguaios*, devido a serem maioria em relação a “*brasileiros no Paraguai*” que são apontados como os responsáveis pela introdução da cultura,

<sup>59</sup> Do Gr. Éthnos, raça + cultura – do Lat. As origens, línguas, religiões, costumes, etc. desenvolvimento intelectual; conjunto de padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores morais e materiais, característicos de uma sociedade; civilização.

<sup>60</sup> O poder simbólico é o primeiro de um conjunto de ensaios onde sobressai uma reflexão sobre o ofício de sociólogo, um aprofundamento dos conceitos de hábitos, campo, identidade e representação, um estudo sistemático do campo político, do campo jurídico e do campo artístico. O poder simbólico é esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1998).

das músicas, enfim, os brasiguaios é que são acusados pela diluição da cultura paraguaia, produzindo com isso uma reação violenta dos paraguaios, não somente dos campesinos, mas também de alguns políticos esquerdistas, de alguns intelectuais e de religiosos, causando, assim, disputas de identidades e representações variadas entre, principalmente, brasiguaios e paraguaios. Uma ação relacional frente à alteridade, já que as identidades são construídas pelos sujeitos nas relações espaço, tempo e lutas.

A ganância das classes dominantes e a prepotência e boçalidade dos regimes ditatoriais nos dois países movimentaram uma massa humana de meio milhão de pessoas, ou mais, pois não há controle censitário, para uma região estrategicamente importante, pela sua localização geográfica, recursos hidrográficos e solo fértil, semeando uma complexidade de problemas e atritos para o futuro. A expressão humana dessa complexidade são os brasiguaios, que encerram uma crise de identidade nacional na região. (CORTÉZ, 1994, p. 37).

Portanto, a ambivalência dos conflitos é a realidade que caracteriza essa região do *Departamento de Alto Paraná* e todo o resto do *Departamento*. De um lado, os brasiguaios com suas influências culturais, de outro, os paraguaios construindo formas de resistências ao avanço dos migrantes e de suas culturas.

Logo, a imposição do poder dos migrantes, principalmente o poder cultural, gera conflitos nesse mundo social que teve sua origem na abertura da fronteira perpetrada pelo Presidente Alfredo Stroessner. Com essa abertura, grandes levadas de migrantes ocuparam o campo paraguaio, provocando, assim, a reação da população autóctone.

Los conflictos actuales, que involucran a brasiguayos e campesinos, son resultados de este frente de expansión económica, político, cultural y simbólico de la sociedad brasileña en territorio paraguayo y de la reacción actual del campesino a esta inmigración brasileña. Debido a la grave situación social de los campesinos en la sociedad paraguaya y la gran cantidad de propiedades en las manos de inmigrantes, aquellos tienden a transformar la lucha de clases en una disputa de nacionalidades, consolidando un discurso nacionalista contra los extranjeros. (FOGEL y RIQUELME, 2005, p. 150-151).

Contudo, esses conflitos tornaram-se mais violentos a partir da segunda metade da década de 1980, nos últimos anos da ditadura Stroessner que, de alguma forma, protegia os migrantes, tanto os “*brasileiros no Paraguai*” como os “*brasiguaios*”. A partir de 1990, com a instituição da democracia, iniciou-se o drama dos camponeses brasiguaios que haviam

permanecido no país após ter-se iniciado o regresso organizado em meados dos anos 1980 (1985/86).

As investidas dos “campesinos” se tornaram mais violentas. Essa violência desmedida como, por exemplo, queima da produção e das benfeitorias, morte de animais e destruição dos maquinários, culminou com a ascensão do agronegócio na região, como também em outros pontos do *Departamento de Alto Paraná*, provocando, por conseguinte, o esvaziamento da população camponesa brasiguaiá.

Neste contexto, vale destacar que os campesinos que estão organizados nos movimentos de trabalhadores rurais existentes no Paraguai, ocupam somente terras improdutivas, não necessariamente de camponeses brasiguaios. Pelo que foi possível observar na pesquisa de campo, os campesinos que promovem pressões e ameaças aos camponeses brasiguaios não são campesinos organizados em movimentos de luta pela terra. Ao que tudo indica, eles estão a serviço de pessoas ou empresas interessadas na expulsão dos camponeses brasiguaios, sempre apoiados pelas autoridades paraguaias constituídas. Conseqüentemente, os campesinos ignoram toda e qualquer comunidade, causando terror entre os camponeses brasiguaios.

São várias as pressões: expulsões, perseguições, destruição de bens, confisco de maquinários, queima de casas, destruição das lavouras, confisco de colheitas, espancamentos e torturas contra agricultores, pequenos comerciantes, donos de oficinas de consertos de maquinários agrícolas, professores, padres, índios [...], sempre com o apoio de autoridades e da força policial. E, na ausência de policiais, havia jagunços suficientes para dar conta do serviço. (CORTÉZ, 1994, p, 141).

No entanto, os campesinos que praticam tais atos são os mesmos, ou filhos e netos destes, que foram expulsos de suas terras pelos grandes proprietários “pseudocolonizadores”, formados, em sua maioria, por brasileiros. No início da década de 1970 os campesinos acabaram vendendo seus pequenos roçados forçados pelo preço, geralmente um pouco acima do valor real oferecido pelos pseudocolonizadores, deste modo não tendo condições para adquirir outra terra, passaram a viver nas periferias de cidades paraguaias da região norte oriental como *Ciudad Del Este*, *San Alberto*, *Hernadárias*, dentre outras.

Eu, na época que morava no Paraguai, *San Ramón*, aliás, eu sou paraguaio legítimo, nasci no *Departamento de Neembucú*. Na época eu possuía um pequeno roçado em San Ramón e apesar das ofertas boas dos brasileiros eu não vendi. Lá em San Ramón nunca fomos perturbados por campesinos., talvez

porque eu seja paraguaio né. Porém, tenho um amigo brasileiro por nome de Luis Schimelli, que atualmente mora aqui no Paraná, que tinha 25 hectares em *Mbaracayú* e teve que sair porque os campesinos prometeram que, se ele não sáísse, iriam queimar tudo, matar os animais e tomar o roçado dele. Eu morava bem perto dele naquele tempo e fiquei com medo de acontecer o mesmo comigo, mas graças a Deus não aconteceu nada. Vim embora porque minha mulher tinha medo e, na verdade, depois que o Stroessner saiu do governo, a coisa ficou preta pros pequenos. O interessante é que o seu Luis me disse que nunca tinha visto aqueles campesinos por ali. Ele conhecia muitos paraguaios, como eu, que venderam suas terras, mas aqueles ele nunca tinha visto por ali. A terra dele fazia divisa com uma fazenda que estava comprando tudo quanto era roçado pequeno para aumentar a plantação. Ele nunca falou nada, mas nós acreditávamos que o fazendeiro, que a gente nem conhecia, tinha alguma coisa a ver com aquilo tudo<sup>61</sup>.

Esses campesinos excluídos, movidos pelo sentimento nacionalista e por essa razão, fácil de ser cooptado por gente interessada nas terras dos camponeses brasiguaios, despejam seu ódio nesses camponeses que, sem possibilidade de reação, acabam por vender ou abandonar suas propriedades, que passam a serem incorporadas às grandes propriedades monocultoras.

A exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e sobretudo, não têm esperança. (MARTINS, 2003, p. 21).

No que diz respeito à questão lingüística, tanto os brasiguaios como os paraguaios constroem representações que simbolizam relação de poder. É fato que a língua do país dominante exerce certo fascínio em amplos setores da sociedade receptora, principalmente entre a classe média, ainda mais quando os dominantes são em número imensamente superior à classe autóctone. *“Língua guarani? Isso não é língua, é uma porcaria, que serventia tem aprender e falar isso? O castelhano até que vai, é bom aprender”*<sup>62</sup>.

No entanto, os trabalhadores paraguaios reclamam que os migrantes *“rapai”* estão aniquilando suas culturas, seus símbolos, costumes, etc., principalmente para as futuras gerações.

<sup>61</sup> ROLÓN, Daniel. Entrevista concedida à Carlos Alberto Ferrari no dia 21/03/2008, em sua residência.

<sup>62</sup> Médio produtor rural no interior do município de *Itakyry*. O nome foi preservado a pedido da pessoa por razões particulares.

Os camponeses paraguaios encontravam-se em desvantagem no convívio com os brasiguaios na fronteira, impossibilitados de resistir aos efeitos de sua despersonalização, principalmente porque estavam em menor número em relação aos brasiguaios. Na região de Alto Paraná, os brasiguaios conseguiram impor a linguagem, a comida, os costumes e até a moeda brasileira, submetendo-os a condições de vida exclusivamente brasileira. (BATISTA, 1990, p. 23).

Vemos, portanto, que a configuração entre nativos e *outsiders* são dinâmicas no que diz respeito às migrações, pois, nesta região do Paraguai, a população de migrantes do Brasil atinge entre 70 e 80% (números não oficiais), gerando rivalidades, conflitos econômicos, culturais e simbólicos de grande intensidade. Esse poder está sendo usado, principalmente, na criação de estereótipos<sup>63</sup> que, por conseguinte, propagam-se com maior facilidade e tendem a exercer uma ação sugestiva mais poderosa quando associados a pessoas. Isto, contudo, é compreensível em áreas de fronteiras, onde grupos sociais estabelecidos e os “outros” lutam para impor ou manter a hegemonia.

Percebe-se, assim, que os estereótipos não são neutros, mas forjados, e sempre refletem uma situação de conflito social. Tal estigmatismo, ou seja, esta ação indigna, por sua vez, foi e continua sendo usada como estratégia para convalidar as truculências praticadas pelos “camponeses” e, principalmente, pelas autoridades paraguaias contra os camponeses brasiguaios que ainda resistem no campo alto-paranaense.

Da mesma forma, os brasiguaios também usam esses estereótipos contra os paraguaios. No entanto, ao contrário dos nativos, não praticam violência física. Assim, ambos os lados utilizam-se desses estereótipos para legitimar sua condição. Por exemplo, os brasiguaios chamam os paraguaios de bugres, falsificadores, corruptos, *chirús*, etc. e, ao mesmo tempo, definem-se como progressistas, limpos, civilizados e trabalhadores. Os paraguaios chamam os brasiguaios de invasores, *haraganes*, *coimeiros*, *rapai*, *sucios*, etc.

Los inmigrantes brasileños en Paraguay se presentan como portadores de un aprendizaje agrícola y comercial de un país más desarrollado, así como el ideal de sus abuelos italianos, alemanes, polacos, etc., cuando llegaron al Brasil, allí calificaban a los brasileños, principalmente los negros, índios y nordestinos, de

<sup>63</sup> De fato, se pronunciarmos na conversa comum com um grupo de pessoas palavras como “senador”, “poeta”, “comunista”, “capitalista”, “selvagem”, “cowboy”, “filósofo”, “protestante” – apenas para citar exemplos de verificação elementar – logo se desenha, na mente de cada um dos circunstantes, a imagem, ou seja, o estereótipo correspondente, que por sua vez varia em relação à posição social e cultural de cada um. Assim, a palavra “capitalista”, para uns, pode significar “explorador do povo”, para outros, significará “pessoa bem sucedida” etc. O capitalista de fato pode ser uma coisa ou outra, ou nenhuma das duas. Assim, de forma generalizada, estabelece critérios socialmente falsificados. (TELES, 1975, p. 80-81).

haraganes. En Paraguay repiten los mismos estereotipos en relación a los campesinos locales. (FOGEL y RIQUELME, 2005, p. 167).

Entretanto, apesar dos conflitos, da opressão e da violência, existem ainda muitos camponeses brasiguaios que resistem na região, encravados em meio às grandes e médias propriedades monocultoras do agronegócio. Vale destacar que a maior parte dos brasiguaios nessa região são os trabalhadores rurais assalariados, no campo e na cidade.

Quando ocorreram os conflitos de maiores proporções, como o que aconteceu no distrito de *San Alberto* em 2002, camponesinos radicados em movimentos de outros departamentos deslocaram-se para a região conflituosa para engrossar a resistência contra os “*invasores brasileños e brasiguaios*”. No entanto, este conflito não se caracterizou pela posse da terra, mas sim contra o uso abusivo de agrotóxicos nas grandes lavouras. Esse conflito foi direcionado mais aos “*brasileiros no Paraguai*”, porque os camponesinos brasiguaios não usam esses agrotóxicos em suas lavouras, nem tampouco plantam soja transgênica. Segundo a Revista do MERCOSUL (2001), outra fonte de atrito é a questão racial, uma vez que a maioria dos brasiguaios tem olhos azuis e pele clara e os paraguaios são de origem indígena, salvo em raras exceções.

Salvo raras exceções, a violência generalizada nessa região do *Departamento de Alto Paraná* volta-se sempre contra os brasiguaios. Por isso as hostilidades são constantes entre brasiguaios e paraguaios, esses, amparados pelas autoridades constituídas que deixam transparecer visivelmente a xenofobia para com os migrantes pobres conhecidos como brasiguaios.

O sentimento patriótico batia como ódio no coração dos paraguaios. Quando me aliei aos brasiguaios que, na época, quiseram voltar, já imaginava que a qualquer tempo uma reação no nível do poder político seria adotada. Em várias ocasiões, cheguei a admitir que a precária tranquilidade dos brasiguaios dependia exatamente do general Stroessener. Enquanto durasse a ditadura, a presença seria apenas em função da atividade mafiosa dos comissários. O retorno da democracia poderia, como parece, estar acontecendo agora, estimular manifestações aborígenes de soberania nacional. (ALVES, 1990, p. 28).

Desta forma, desde o final da década de 1980, os brasiguaios vivem sob constantes ameaças no Paraguai, principalmente das autoridades paraguaias aliadas do grande capital, seja ele de qual nação for. Pois, em *San Alberto, Itakyry, Minga Porã e Mbaracayú*, são comuns as fugas de camponesinos brasiguaios, que abandonam suas propriedades sob ameaças dos camponesinos. Por essa razão, é muito difícil conseguir alguma entrevista ou mesmo uma conversa

informal sobre essa questão, pois o medo impera em toda a parte, tanto no campo como na cidade.

Apesar das dificuldades, foi possível, no decorrer da pesquisa, e nos trabalhos de campo desenvolvidos na região questionar algumas pessoas conhecidas sobre as ameaças promovidas pelos camponeses exógenos para que os camponeses brasiguaios vendam ou abandonem suas propriedades para serem incorporadas às grandes propriedades da soja.

Vale destacar que as famílias brasiguaias expulsas de suas terras, na maioria das vezes, têm sua propriedade próxima a uma grande propriedade. Neste sentido, as autoridades brasileiras de Foz do Iguaçu procuram tomar alguma providência sobre estas questões, que a cada dia se tornam mais comuns na fronteira:

Os camponeses (sem-terra) paraguaios continuam invadindo pequenas propriedades de brasileiros nas áreas rurais do vizinho país. A denúncia foi apresentada ontem na tribuna da Câmara Municipal pelo vereador Hermógenes de Oliveira (sem partido), que mantém uma estreita relação com os brasiguaios. Segundo ele, são mais de 500 mil camponeses brasiguaios em situação de risco. O vereador é vice-presidente da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Assuntos Fronteiriços que ontem foi designada para atuar em conjunto com a sociedade e os demais poderes na busca de uma saída para a crise nas relações entre Brasil e Paraguai. Hermógenes classificou a situação de um absoluto caos. (MARQUES, E. “Paraguaios invadem terras de brasileiros”. **A Gazeta do Iguaçu**, Foz do Iguaçu, 28 de março de 2008. Caderno de notícias, p. 12).

A tranqüilidade embora hipotética, como já referimos, a que os brasiguaios estavam acostumados no país vizinho, teve seu fim com a implantação da “democracia” (1989) e, conseqüentemente, com a expansão do modelo agronegócio na região. A partir do momento que esse novo paradigma da agricultura começou a ser implantado nessa região do Paraguai, começou também o sofrimento dos brasiguaios. Vale destacar, no entanto, que os chamados “*brasileiros no Paraguai*”, isto é, aqueles que detêm maior poder econômico e político, não sofrem a mesma discriminação nem as mesmas ameaças e conseqüente violência. Pelo contrário, são protegidos pelas autoridades paraguaias e “*brasileiras no Paraguai*”.

Ao mesmo tempo, percebe-se um constante deslocamento de trabalhadores brasileiros que, diariamente, partem para o Paraguai, especialmente para a região norte, evidenciando a face cruel do processo de territorialização/desterritorialização num território avesso ao seu modo de vida. Porém, mesmo cientes dos problemas a serem enfrentados, principalmente por se tratar de território estrangeiro - onde os direitos poderiam ser-lhes tolhidos, como de fato o foram e



continuam sendo para uma imensa maioria de migrantes brasiguaios é grande o número de pessoas e de famílias inteiras que cruzam a fronteira para território paraguaio em busca de melhores condições de vida, principalmente no campo.

A partir do conceito de território enfoca-se aqui a desterritorialização, que caminha para uma vertente mais social, que em nosso parecer é o pilar de onde se deve ser enfocada e debatida a questão. Quando tratamos de exclusão, “*o capital, sob a forma de proprietário de terra, expulsa e exclui o camponês da terra, transforma-o em excedente populacional*”. (MARTINS, 2003, p. 98). Logo, desterritorialização aqui é entendido como um fenômeno amplo e complexo e, ao mesmo tempo de natureza econômica, político e cultural. Portanto, entendido como transição demográfica e cultural que influem diferenças e mudanças nos chamados brasiguaios, acarretadas na passagem de um território a outro. No entanto, é preciso ressaltar a precarização e a exclusão que está inserida na lógica da acumulação capitalista, demonstra uma visão materialista baseada em Marx onde faz menção a primeira desterritorialização capitalista, a própria acumulação primitiva do capital que separaria o camponês dos meios de produção. (HAESBAERT, 2004).

Trata-se da “expropriação do povo do campo de sua base fundiária” e sua transformação em trabalhador livre rumo ao assalariamento nas cidades. A dissociação entre trabalhador e “controle” (domínio e apropriação) dos meios de produção (da terra para cultivar a fábrica ou os instrumentos para produzir) é a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo, a construção e a reprodução do capitalismo. (HAESBAERT, 2004, p.173.)

No entanto, o que mais impressionou nesta pesquisa foi a percepção de que os brasiguaios que vivem nessa região do Paraguai são tratados com preconceito muito mais acentuado pelos chamados “*brasileiros no Paraguai*” que pelos próprios paraguaios. Tal fato nos leva a considerar que a questão, além de étnica e cultural, é ainda mais evidentemente econômica, já que esse preconceito entre os próprios migrantes é devido à classe social em que cada um está inserido.

Lá no Paraguai onde eu morava, *San Ramón*, colônia de *San Alberto*, os brasileiros ricos nem olham pra gente direito, não querem nem saber. Apesar de eles dizerem que esse negócio de preconceito não existe é pura mentira, existe sim, um dia pedi uma carona para um fazendeiro até Foz e ele não me deu, arrumou umas desculpas esfarrapadas e percebi que ele não queria me levar, depois dizem que não existe. É bom dizer também, que quando é época de

eleição aqui é tudo diferente, aí a gente é tratado direito, dão atenção pra gente, tudo por causa do voto. Mas que existe o preconceito existe, e não é pouco não, eles que dizem que não existe talvez porque têm vergonha quando alguém pergunta<sup>64</sup>.

Denil ficou viúva e casou-se com o paraguaio Daniel Rodríguez Rolón, Denil teve quatro filhos, três com o primeiro marido e um com o segundo marido, apenas um nasceu no Brasil os outros nasceram no Paraguai, no entanto, os quatro são registrados no Brasil, três em Foz do Iguaçu e um em Pato Bragado.

No contexto de migração e re-migração, nota-se que o regresso de trabalhadores brasiguaios na última década do século XX e no início deste século, como foi o caso de Denil, é maior que a migração nessa região do *Departamento de Alto Paraná*. Portanto, o regresso é o resultado da expansão do agronegócio na região, como em todo o *Departamento de Alto Paraná* e até em departamentos vizinhos, como é o caso do *Departamento de Canindeyú*. Entretanto, a falta de políticas agrícolas e agrárias no campo brasileiro são dificuldades ainda maiores que as enfrentadas no Paraguai para esses brasiguaios que regressam, por que, sem alternativa no campo, engrossam os bolsões de miséria nas periferias das cidades da fronteira.

Roberto Freitas, 32 anos, morou os últimos 19 anos na região do Alto Paraná, região leste do Paraguai, onde vivem milhares de famílias de brasileiros que foram, nas décadas de 1970/80, aventurar em terras estrangeiras, no país vizinho. Ele conheceu a esposa, Rosimeri Aparecida Prestes dos Santos, 26 anos, com quem tem cinco filhos. Morando em Cascavel, a família Freitas faz parte de um novo contingente de brasiguaios que está re-migrando. Esses brasiguaios seguem para os acampamentos de sem-terra ou inham as periferias das cidades. Freitas está vivendo há quatro meses entre o bairro Santa Cruz e Aclimação, zona oeste de Cascavel. Ele é o retrato dessa 're-migração' que está acontecendo. A maioria dos brasiguaios está retornando apenas com a roupa do corpo e os poucos pertences pessoais, depois de viverem décadas em território estrangeiro. Desempregado, Freitas vive catando materiais recicláveis nas ruas, para pagar o aluguel de R\$ 180,00 da casa e a alimentação dos filhos. ("Famílias pobres estão retornando ao Brasil depois do insucesso no Paraguai", in *O Paraná*, 20 de julho de 2006, p. 09).

---

<sup>64</sup> LOBO, S. D. Brasiguai que teve de vender sua propriedade na colônia *San Ramón* a um fazendeiro de origem brasileira. Entrevista concedida a Carlos Alberto Ferrari no dia 21/05/2008.

A expulsão da terra de trabalho acabou com o sonho de milhares de camponeses que migraram para o Paraguai em busca de terra, de trabalho e de melhores condições de vida. Para muitos desses camponeses, exceto para uma pequena minoria que conseguiu se estabilizar e se tornar médio produtor, foi uma ilusão acreditar na possibilidade de se conseguir um pedaço de chão para continuar com a lida na roça. No entanto, regressaram, ainda com a esperança de conseguirem o pedaço de chão em algum acampamento de sem-terra do MST, porque é essa a possibilidade que move e encoraja esses trabalhadores nas lutas, uma vez que nasceram e foram criados no campo, mesmo vivendo nas condições descritas acima. Na concepção dos camponeses excluídos, *“a terra não deve ter dono, ela é dos verdadeiros agricultores, dos que nela trabalham”*. (OLIVEIRA, 1996, p. 71).

A iniciativa de migrar, neste caso específico, foi estimulada a partir das dificuldades de sobrevivência das pessoas excluídas de seu meio tradicional e inseridas de alguma forma, em locais diferentes de seu modo de vida, um local estranho. É a luta pelo pedaço de chão e condição econômica adequada a uma existência humana que faz da migração uma opção um tanto quanto desesperadora, mas ao mesmo tempo necessária. Se não é o único motivo, é o mais importante fator de expulsão de milhões de pessoas dos lugares mais diversos do planeta ao longo da existência histórica humana.

A questão camponesa brasiguaiia se tornou um problema complexo, pois envolve uma série de detalhes difíceis de serem apreendidos sem que se faça antes uma observação profunda de tudo aquilo que está ligado a um determinado tipo de sociedade camponesa. Circunstâncias como a vida particular de cada um, sua inserção dentro dos quadros de uma organização maior, sua atuação política, sua cultura híbrida, seu modo de interpretação do mundo social e também sua relação com o mundo natural. O problema das migrações, já que os primeiros brasiguaios tiveram que migrar do sul do Brasil para o oeste paranaense e, mais tarde para o Paraguai, são fatores importantes para a compreensão detalhada do mundo camponês brasiguaiio, principalmente os trabalhadores que permanecem ainda em território guarani sendo explorado, especialmente pelos grandes proprietários de terra do agronegócio excludente.

Destarte, uma enorme legião de brasiguaios sobrevive das aspirações possíveis da luta por uma vida digna, vagando do campo para o campo, do campo para a cidade, perfazendo um frenético vaivém na fronteira, palco de lutas e esperanças por dias melhores. No Paraguai os brasiguaios, no exercício da prática cotidiana acumulam experiências importantes para conviver

com o autóctone, ou melhor, a consciência gerada no processo leva o conhecimento e o reconhecimento das condições de vida, identificando uma dimensão importante no cotidiano desses migrantes, principalmente a do ambiente e do espaço estranho que agora fazem parte.

No entanto, estão sujeitos, como neste caso, a expulsão do país receptor. A primeira grande leva de brasiguaios que retornaram ao Brasil foram as mil famílias que acamparam no município de Mundo Novo, no Sul do Mato Grosso do Sul, em 1985, dando origem à expressão e, em seguida, à identidade brasiguiaia. Entretanto, houve várias levas de brasiguaios que retornaram do campo paraguaio, sendo uma das mais conhecidas, pela violência empregada pelo Estado Sul-matogrossense, o acampamento no município de Ivinhema (MS), quando os regressados ocuparam a gleba Santa Idalina<sup>65</sup> do grupo SOMECO, resultando no assentamento e, mais tarde, no município de Novo Horizonte do Sul.

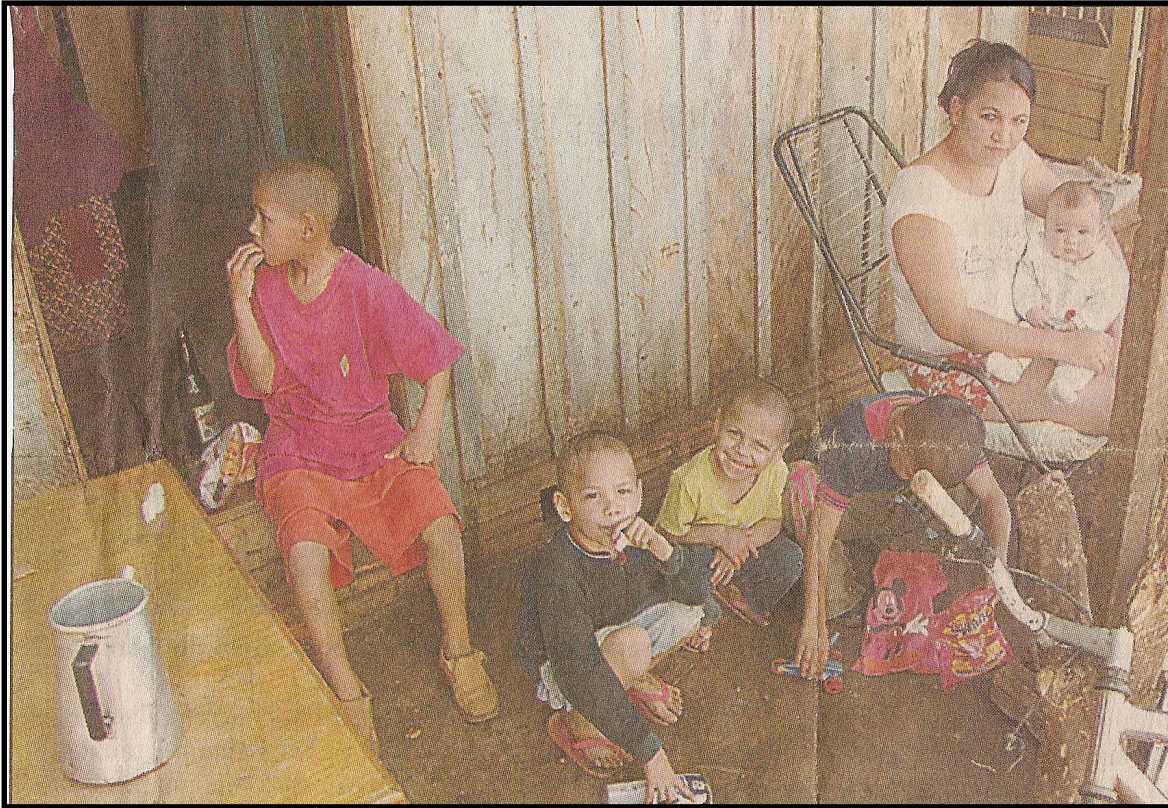
Cabe destacar que, apesar dos sem-terra advindos do Paraguai, portanto, já brasiguaios, não terem conseguido permanecer na área da Fazenda Santa Idalina, pois foram violentamente despejados, só posteriormente é que foram transferidos para um assentamento provisório denominado de “Padroeira do Brasil” no município de Nioaque/MS. Foi a partir destas lutas e, principalmente, desta ocupação que o MST se fortaleceu e se solidificou no Estado, organizando outras ocupações e conquistando, por conseguinte, a implantação de um grande número de assentamentos na década de 1990.

Na figura a seguir, a família Freitas, camponeses brasiguaios expulsos do campo paraguaio pela expansão das grandes e médias propriedades do agronegócio. Esta cena é comum nas periferias das cidades brasileiras marginais, principalmente, Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra. Esta é a verdadeira exclusão da terra e inclusão precária no meio urbano.

---

<sup>65</sup> A ocupação da gleba Santa Idalina em Ivinhema no dia 29 de abril de 1984 não é fato isolado no contexto da problemática brasileira relativa à terra. A medida organizada e adotada por mais de mil trabalhadores apreensivos por um espaço para plantar, produzir para a família e fazer oferta ao mercado consumidor mostrou a transformação de estado passivo em ativo de pessoas que há muito vem sendo expulsas de seu habitat. Do episódio de Santa Idalina ficaram lições que jamais podem ser desprezadas pelos governantes, como a capacidade de organização popular. Os pequenos agricultores, ocupantes de Santa Idalina, pelas notícias que se tem, não foram treinados para sobreviver na mata. Aliás, a única prática que detêm é o trabalho de longos anos no trato com a terra, garantindo o sustento de seus filhos e produzindo para a riqueza dos latifundiários. (CORTÊZ, 1985).

**FIGURA – 09:** Município de Cascavel – PR: brasiguaios na periferia.



**FONTE:** Acervo particular de Lorena Manarin (2007).

Foi possível verificar, também, que, no início, os brasiguaios regressavam em grandes levadas, formando grupos para facilitar a entrada e posterior acampamento numa cidade previamente escolhida na fronteira, principalmente com o Mato Grosso do Sul, devido à fronteira seca, isto é, não necessitariam transpor pontes nem rios. Depois dos episódios do regresso em massa, que perduraram até o final da década de 1980 e início de 1990, milhares de camponeses brasiguaios deixaram a região norte do *Alto Paraná*. No entanto, a partir desta data, o retorno acontecia em grupos menores, em família. Assim, a operação regresso caracteriza-se como uma fuga às atrocidades perpetradas pelos camponeses exógenos aos movimentos sociais e, também, pela polícia paraguaia, que persegue os migrantes pobres. Por conseguinte, esses camponeses brasiguaios sem-terra foram responsáveis pela limpeza das terras onde atualmente se encontram as grandes propriedades da soja e, ironicamente, são expulsos pela expansão dessas mesmas propriedades que ajudaram a amansar.

*A migração e, conseqüentemente a re-migração, aparecem conseqüentemente como estratégia dos camponeses, fugindo da exploração esmagadora dos*

latifundiários. Assim ocorreu quando os brasiguaios começaram a ocupar o Paraguai. É fato que estes trabalhadores produzem benefícios a poucos, principalmente os grandes proprietários de terras, que através da valorização das terras no Paraguai ficaram mais poderosos e também expulsaram os brasiguaios de suas posses. (BATISTA, 1990, p. 88). [grifo nosso].

Entretanto, os brasiguaios ao regressarem para o Brasil, já imaginavam que também teriam problemas em sua terra natal. Por esse motivo, os primeiros regressos foram em grandes grupos. Na verdade o problema da exclusão social, da exclusão da terra, nasce com a sociedade capitalista, entretanto, esse problema se intensificou nas últimas décadas, exatamente porque a inclusão, na maioria das vezes precária, começou a demorar muito: o tempo que o camponês depois que é expulso passa a procurar outro pedaço de terra ou um trabalho, mesmo que não seja na terra, começou a se tornar por demasiado longo e volta e meia o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação.

Essa tentativa de inclusão aparece como alternativa para esses trabalhadores, os quais inventam ou se sujeitam a fazer qualquer coisa para sobreviver. O exemplo mais contundente dessa violência é o caso dos camponeses paraguaios que foram excluídos da terra no Paraguai e atualmente vivem a margem da sociedade, como se pôde observar, eles são contratados para promover ameaças aos pequenos proprietários brasiguaios.

No mundo capitalista, as pessoas são separadas por categorias sociais severas que não oferecem alternativas e, por isso, a população excluída está construindo formas alternativas de inclusão. O desafio da sociedade deveria ser a recusa a esse tipo de exclusão/inclusão precária. As lutas sociais, como as vivenciadas pelos brasiguaios quando do retorno, é um bom exemplo de como os camponeses brasiguaios se organizaram para exigir mudanças fundamentais para atender suas necessidades. O Estado de direito deve, primeiramente, atender as necessidades do homem e não do capital.

Portanto, o sistema capitalista, segundo Martins (1997), provoca o desenraizamento, a brutalização e exclusão. Neste contexto, sobressai o fato de a lógica da exclusão consistir fundamentalmente na inclusão precária, pois *“a sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica”*. (MARTINS, 1997, p. 32).

Apesar de todos os problemas enfrentados pelos brasiguaios que retornam, é cada vez maior o número de camponeses brasiguaios que voltam para o Brasil à procura de trabalho e de

um pedaço de chão. Há os que se instalam nas periferias das cidades da fronteira e os que engrossam os acampamentos dos sem-terra ao longo das rodovias brasileiras, como a BR-163 no Estado do Paraná e Mato Grosso do Sul. Por conseguinte, nos acampamentos, esses regressados enfrentam péssimas condições de acomodação, de higiene e de vida. O acesso à terra é um dos principais problemas relacionados à questão agrária na América Latina como um todo. Essa questão suscitou, ao longo da história, diversas reações dos segmentos oprimidos que lutaram e ainda lutam pela terra. Dessa luta emergiram os movimentos sociais de trabalhadores rurais sem terra no Brasil que adotaram os acampamentos e as ocupações de terra como principal estratégia para a realização da reforma agrária. São esses acampamentos que acolhe o brasiguaiio re-imigrado.

Porém, muito desses camponeses excluídos da terra na fronteira leste paraguaia (leia-se norte do *Departamento de Alto Paraná*), sem condições financeiras para retornar, acabam por ser explorados, tanto nas grandes e médias propriedades como nos serviços ilícitos, como, por exemplo, nas carvoarias no interior, principalmente das grandes propriedades, aumentando deste modo, o trabalho escravo nessa faixa de fronteira. Portanto, para esses camponeses expropriados pelo grande capital no Paraguai, o caminho de volta mostrou-se mais dramático do que sua partida em busca de melhores condições. As prefeituras das cidades brasileiras da fronteira onde as maiorias dos brasiguaios regressados aportam não os reconhecem como cidadãos desses municípios. Ademais, a disponibilidade de atendimento dessas prefeituras, no que compete à saúde, segurança, moradia e empregabilidade, não absorve a demanda causada pelos brasiguaios, e isto se tornou um problema crônico para as prefeituras.

## CAPÍTULO IV

### **4. A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO NORTE DO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ.**

#### **4.1. IMPACTOS PROVOCADOS PELA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO.**

Neste capítulo discutiremos os impactos que o agronegócio vem causando na região norte do *Departamento de Alto Paraná*, principalmente os sociais e, como esses impactos refletem diretamente na vida da população camponesa, principalmente a brasiguiaia que é a razão desta pesquisa. O agronegócio impera no vizinho Paraguai, principalmente na região pesquisada, concentrando as terras, destruindo o meio ambiente e expulsando os camponeses, paraguaios e brasiguaios.

Nessas circunstâncias, o agronegócio passou a controlar grandes extensões de terra, avançou sobre os recursos naturais e impôs a produção apenas para a exportação, principalmente a soja. Mas, isso não trouxe desenvolvimento para a região e nem para o país, somente concentra riqueza nas mãos de alguns e gera ainda mais pobreza e desigualdade social. As conseqüências da expansão do agronegócio são visíveis, imensos territórios esvaziados de suas populações rurais, uma agricultura sem camponeses e totalmente dependente de pacotes tecnológicos com grande dependência de insumos, sementes, herbicidas e tudo mais que a agricultura “moderna” necessita. O êxito do agronegócio se traduz imediatamente na pauperização da classe camponesa, indigência e fome para as populações do campo, além do aumento exponencial do desmatamento e perda de biodiversidade.

O principal cultivo é a soja, por isso essa pesquisa quando aponta a expansão do agronegócio na região, tem a soja como ícone do modelo. Nesse contexto, diversas são as conseqüências dessa expansão, por um lado gera rendas extraordinárias para os grupos dominantes da estrutura de poder tendo os “brasileiros no Paraguai” como principais atores, por outra parte, no marco das políticas públicas complacentes alimenta processos de degradação



social e ambiental. Na realidade a expansão do modelo produtivo em questão, que expressa a profundidade do capitalismo em áreas rurais, provoca mudanças econômicas, políticas, culturais e socioambientais. Logo, a expansão das grandes propriedades da soja despreza outros cultivos e alimenta o crescimento baseado na exportação *in natura*, controlado pela minoria, anulando entre outras coisas, a propriedade camponesa.

O agronegócio gera a concentração da terra transformando a terra de trabalho em terra de negócio e, desta forma, aprofundando as desigualdades sociais e, conseqüentemente relegando a classe camponesa a pobreza e a miséria. Essa expansão das relações capitalistas no campo paraguaio foram conduzidas de forma extremamente excludente, isto é, prejudicial à maioria da população rural, afetando profundamente os camponeses paraguaios, os camponeses brasiguaios de produção familiar e todos os trabalhadores rurais sem terra que eram milhares nessa região do Paraguai.

Escassamente industrializada, a região norte do *Departamento de Alto Paraná* possui uma atividade economicamente preponderante: o agronegócio. Nesse sentido, renegociar as barreiras aos negócios do campo pode ser tão vantajoso, do ponto de vista do capital, quanto a obtenção da justiça no Tratado de Itaipu, alegado recentemente pelo Presidente da República do Paraguai Fernando Lugo.

Para podermos analisar como se deu a colonização dessa região do Paraguai, que acabou por expulsar primeiramente os camponeses paraguaios e dar lugar aos migrantes brasileiros, primeiramente aos grandes proprietários de terra e depois aos camponeses brasileiros (que a partir de meados da década de 1980 também começaram a ser expulsos pelo modelo agronegócio), deve-se compreender o problema agrário que se instalou no Paraguai a partir de meados da década de 1960, quando a migração começou a se intensificar.

Portanto, a tentativa é identificar e compreender os fatores que corroboraram para a expansão do agronegócio e, por conseguinte, para a expulsão dos camponeses brasiguaios e, também, os camponeses paraguaios que apesar de serem a minoria na região, acabam sendo vítimas e tendo o mesmo destino dos camponeses brasiguaios, ou seja, o ingresso nos movimentos sociais no centro do país ou a favelização nas cidades marginais, principalmente *Ciudad Del Este*.

Em vários países latino-americanos e, principalmente, no Paraguai, a área destinada à agricultura tem se expandido consideravelmente nas últimas décadas. A partir de 1970, a área

agrícola paraguaia mais que duplicou, no entanto, esta expansão horizontal da atividade agrícola esteve combinada com medidas de intensificação da monocultura.

As pouquíssimas tentativas de reformas foram conservadoras. Assim, não se pôde evidenciar êxito agrícola nem agrário no país e, embora os poucos programas de intensificação tenham tido efeito considerável no tocante à produção, eles não podem ser tomados como responsáveis absolutos no aumento da produção agrícola. A recente dinâmica que caracteriza o setor se deve ao alto grau de colonização a partir dos anos 1970.

Vários foram os argumentos empregados para não levar adiante uma reforma agrária séria e justa e para assumir somente medidas não radicais. Os programas de reforma agrária nunca foram levados adiante porque, deste modo, afetariam de maneira negativa os interesses dos grandes proprietários fundiários, formados, em sua maioria, por brasileiros.

Entretanto, foi possível verificar que, se uma colonização justa fosse implantada no país, ou seja, se o Presidente Alfredo Stroessner no início da década de 1960 tivesse cumprido com a promessa de assentar os camponeses sem terra na região da fronteira leste e inibir a concentração fundiária, os problemas e conflitos pela terra que se registram principalmente, nos departamentos centrais desde aquela época, poderiam ser bem menos exacerbados. Em se tratando do Paraguai, um país onde a economia é frágil, os efeitos da modernização conservadora a partir de 1970, poderia ter um impacto, digamos, menos cruel para a classe camponesa do país e aí incluindo os brasiguaios.

Isto implicaria se implantado, dentre outras coisas, a possibilidade de se dispor, por exemplo, de insumos agrícolas de baixo custo e de facilidades de crédito, de serviços de extensão adequadamente organizados e da aliança com mercados vantajosos para os produtos agrícolas advindos das pequenas propriedades. No entanto países onde a reforma agrária foi levada a cabo, mas, em uma colonização voltada primeiramente para dentro, não houve muito êxito em criar as condições necessárias para uma maior produção por hectare e um melhoramento da propriedade rural, colaborando com isso, para os inevitáveis resultados negativos, como foi o caso do Peru, que entrou para a história como sendo o primeiro país governado por uma ditadura que realizou em 1968 uma reforma agrária considerável.

No Paraguai, contudo, ocorreu uma colonização maior de áreas vazias, ou seja, uma expansão horizontal, que é mais vantajosa do que a expansão vertical, que seria a intensificação da produção sobre a terra já cultivada. Vale destacar que atualmente, esta colonização de áreas

vazias acontece principalmente no centro do país e na região do chaco paraguaio, já que a área da fronteira leste está praticamente fechada.

Ainda nesta linha de raciocínio, pode-se dizer que a produção agrícola iria se desenvolver de maneira sintética, sem que fossem necessárias mudanças radicais no âmbito das técnicas de produção. Desta forma, o governo investiria menos na investigação agrícola e nos serviços de extensão, nos programas de créditos, na infra-estrutura e também em outras medidas necessárias para uma produção maior na terra em exploração.

Uma colonização consciente das regiões periféricas permitiria que essas áreas fossem ocupadas e integradas na economia e na sociedade nacional, ao mesmo tempo em que impediriam uma ocupação pelos grandes proprietários fundiários ou empresas estrangeiras do agronegócio. Isso possibilitaria ao Estado responsável que reclamasse seus direitos em terras limítrofes de nações vizinhas, como o Brasil, onde os grandes proprietários de terra não respeitam a lei de fronteira, se bem que essa lei encontra-se devidamente engavetada desde 2002.

Outra vantagem, embora de outra natureza, é que essa terra na região de fronteira poderia aliviar a pressão sobre a migração rural/urbana e, com isso, reduzir a pressão política dos movimentos campesinos pela distribuição das terras dos grandes latifundiários, principalmente na faixa leste, onde as grandes propriedades se expandiram consideravelmente nas últimas décadas.

Estes argumentos ainda poderiam alertar não somente o governo, como também a acomodada classe empresarial, apesar de pequena no país, para que fomentassem os processos de colonização, levando em consideração que elas reduziriam as tensões sociais e os riscos numa situação que pode ser radicalmente mudada por meio da expropriação. Ao passo que a abertura das regiões periféricas poderia oferecer aos grupos de camponeses a oportunidade de obter um pedaço de terra para poder continuar sua reprodução enquanto tais.

Uma das estratégias adequadas para a expansão horizontal seria o fortalecimento da economia agrícola e o aumento substancial de sua prosperidade rural, sem, contudo, expulsar pequenos produtores brasiguaios e paraguaios, trazendo de volta, ao mesmo tempo, camponeses anteriormente excluídos do processo produtivo que, hoje, engrossam as periferias das cidades marginais.

No início da década de 1960, a população do Paraguai encontrava-se distribuída com grande desigualdade ao longo do território nacional, permitindo, desta maneira, o povoamento da

fronteira leste com colonos do sul do Brasil. Porém, antes dessa época grandes proprietários de terra brasileiros já haviam adquirido extensas áreas de terras nessa região do Paraguai.

Essa região, atualmente sojifera do *Departamento de Alto Paraná*, começou a destacar-se a partir de 1970, e teve seu auge em meados da década de 1980, até esta data existia um grande número de propriedades camponesas, além dos rendeiros, meeiros, terceiros, etc. brasiguaios e, em pequena quantidade os campesinos paraguaios.

A partir de meados da década de 1980, mais especificamente em 1986, a região ficou em evidência não pelo grande número de pequenas propriedades, mas pela expansão de grandes propriedades monocultoras do agronegócio, ou seja, os negócios ditos de pré-porteira, significando que a indústria e a agricultura estavam intimamente relacionadas, dependendo uma da outra.

Vale ressaltar, no entanto, que a indústria não depende do sucesso do agronegócio. Pelo contrário: antes da implantação desse modelo de produção, até aproximadamente 1985, segundo um funcionário de uma empresa que vende implementos agrícolas em *San Alberto*<sup>66</sup>, eram vendidos mais maquinários agrícolas do que atualmente, ou seja, os defensores do agronegócio neoliberal insistem em misturar agricultura com agroindústria para elevar, assim, a porcentagem do agronegócio, por exemplo, no aumento do PIB (Produto Interno Bruto). Os proprietários de terra devem necessariamente compreender que o bom desempenho do modelo agronegócio não se deve à expansão dos espaços físicos e, por consequência, da área de cultivo, mas sim ao mercado consumidor, ou seja, se houvesse uma distribuição justa de renda e de terra, poderíamos dizer que o agronegócio produz riquezas, e também que essas riquezas seriam distribuídas na sociedade em serviços.

As políticas públicas, tanto agrícolas como agrárias, entretanto, são exclusivamente favoráveis aos médios e, mais ainda, aos grandes produtores, algo que se verifica não somente na região norte do *Departamento de Alto Paraná* como em todo o Paraguai, no Brasil e praticamente em toda a América Latina que, devido à atual crise do sistema que reflete principalmente na

---

<sup>66</sup> Funcionário de uma revendedora de implementos agrícolas no *Distrito de San Alberto* que pediu para que seu nome fosse preservado.

situação econômica, política e social dos países, tornou-se nos últimos tempos, um barril de pólvora.

A exploração das massas populares, e aí estão inseridos o agricultor de produção camponesa e os trabalhadores rurais camponeses sem-terra, que dependem da terra para sobreviver, atingiu níveis intoleráveis, amparada pela conservação de políticas que contribuem, cada vez mais, para a manutenção da concentração fundiária. Nesse sentido, os trabalhadores rurais são vítimas de desmandos políticos em relação à distribuição da riqueza, o que gera conflitos no campo e violência no meio urbano.

As empresas particulares, conhecidas como “silos”, empregam um grande número da mão-de-obra brasiguaiia, especialmente por serem estrangeiros e não terem seus direitos trabalhistas reconhecidos, caracterizando, assim, a exploração da mão-de-obra brasiguaiia no meio urbano, embora grande parte desses silos seja de propriedade de grandes proprietários de terras brasileiros e de empresas transnacionais, portanto, de estrangeiros.

Com a expansão das grandes propriedades monocultoras do agronegócio, principalmente das de soja, os camponeses brasiguaios itinerantes “diaristas” no Paraguai, que dependem diretamente da terra para a sobrevivência, estão sendo expulsos da terra de trabalho e de produção, o que agrava a questão agrária nessa região do Paraguai.

É difícil reconhecer que haja desenvolvimento quando seus benefícios se acumulam longe da massa da população. Como é difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui legiões de seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos da riqueza, mas até mesmo na produção da riqueza. Tudo isso torna difícil, ainda, perceber e compreender intervenções ativas e conseqüentes, como as que vêm ocorrendo [...]. Em especial quando nos deparamos com a monstruosidade de desenraizamentos, desigualdades e pobreza agravadas e acumuladas ao longo de pelo menos meio século de distorções. (MARTINS, 2003, p. 10).

Com a expulsão/exclusão rural, que afeta principalmente os camponeses brasiguaios, essa região do Paraguai está se tornando um imenso *vazio verde*, gerado pela ganância da classe dominante fundiária, criando uma série de problemas e de contradições típicas do sistema capitalista de produção, acentuando as desigualdades sociais e permitindo que os camponeses sejam forçados à venda ou ao abandono de suas propriedades, não restando, portanto, alternativa senão o retorno ao Brasil ou a exploração como empregado no Paraguai.

Os camponeses brasiguaios, uma vez já expulsos de sua terra em seu país de origem, são submetidos a todo o tipo de coerção para venderem suas propriedades. Os que resistem são ameaçados pelos campesinos e, deste modo, abandonam a terra, ou seja, são expulsos novamente. Já os brasiguaios que não possuem a terra, os diaristas, mensalistas, alguns rendeiros, meeiros, agregados e terceiros que, num passado não muito distante, eram milhares nessa região do Paraguai, também foram expulsos do processo produtivo pela expansão do modelo agronegócio, pois o novo paradigma da agricultura paraguaia seleciona os trabalhadores, fazendo com que a grande maioria busque alternativas de trabalho nas cidades.

A complexidade dessas relações capitalistas e as necessidades sociais advindas dos modelos de produção, isto é, de acumulação, ao longo das décadas, levam-nos a pressupor que, num país onde a elite fundiária tem a proteção velada das autoridades constituídas, raras são as possibilidades de se reverter a lógica do sistema.

As mais variadas discussões, que perpassam as ciências sociais, possuem exposições, como as atuais, vividas pelos brasiguaios em território paraguaio, pois os capitalistas fundiários estão cercando a região, isto é, estão fechando a fronteira, não somente aos brasiguaios, como também aos campesinos paraguaios dos movimentos, que há muito mais tempo que os brasiguaios, já deixaram de fazer parte do processo produtivo em seu país.

Nessas circunstâncias, o agronegócio está criando o império da monocultura e, para que isto se efetive, é necessário que os meios de produção saiam, definitivamente, das mãos do trabalhador, do pequeno agricultor de renda tipicamente familiar. Enfim, é necessária a colaboração da rapina da oligarquia política, que não é refreada por quaisquer forças, o que provoca miséria e violência no campo e também na cidade, alargando, portanto, o abismo existente entre a riqueza e a pobreza, típico da acumulação primitiva do sujeito moderno, assim, *“na relação com o camponês, o que o capital faz é tentar separá-lo dos meios de produção, convertê-lo em força de trabalho para o capital”*. (MARTINS, 2003, p. 84).

O agronegócio, portanto, não é favorável ao camponês, principalmente em países com grandes desigualdades sociais, como o Paraguai, ainda que Abramovay (1998) enalteça o modelo empregado na pequena propriedade americana, apesar de ser também excludente faz parte de outro mundo agrário. Neste contexto, verifica-se que as atrocidades que forçam os camponeses brasiguaios de pequena produção ao abandono de suas propriedades não são somente empregadas pelos campesinos exógenos aos movimentos de luta pela terra no país vizinho.

Existe uma pressão muito maior para que tal fato (exclusão dos camponeses da terra) aconteça, um dos fatores e que vai ser discutido ao longo deste capítulo é o uso indiscriminado dos agrotóxicos que afetam as plantações convencionais dos camponeses, prejudicando sua produção, fazendo com que eles acabem por vender ou abandonar sua propriedade. Além disso, os agrotóxicos usados nas lavouras transgênicas<sup>67</sup> nas grandes propriedades desenvolvem doenças nesses camponeses, contribuindo, também, para que o agricultor camponês perca sua propriedade para o grande capital, já que, sem saída, apela a empréstimos junto aos silos para tratamento médico no Brasil, o que o leva, conseqüentemente, ao endividamento junto a essas empresas (silos). Deste modo, a perda da propriedade concretiza-se porque não existe a renegociação das dívidas e, caso a mesma não seja quitada no prazo pré-estabelecido, não existe outra saída para esses agricultores. Os camponeses, em geral, que ajudaram a formar a riqueza dessa região do Paraguai, são submetidos ao submundo da periferia das cidades marginais, tanto de um lado como de outro da fronteira.

Deste modo, o agronegócio vai tomando conta do campo paraguaio. O silo, por sua vez, caso pertença a um grande proprietário, apropria-se da terra e a incorpora à grande propriedade. No entanto, se o silo for de uma empresa como a Cargill, por exemplo, arrenda a terra ao médio produtor ou repassa a terra a grandes proprietários que quitam somente as dívidas deixadas pelos camponeses que, por sinal, são sempre menores que o valor da propriedade.

Isso indica que as grandes empresas do agronegócio não se interessam por terra nem pelo cultivo de lavouras, pois essas são atividades arriscadas, se comparadas à certeza de lucro no negócio da comercialização e financiamento das mesmas aos agricultores. Portanto, as grandes empresas agrícolas no Paraguai, além da compra dos produtos e empréstimos para os camponeses, fazem riqueza também, com as dificuldades destes camponeses. Na figura 10 a seguir, um silo da Cargill fora da área urbana no *distrito de Mbaracayú*.

---

<sup>67</sup> O cultivo da soja transgênica é um exemplo ainda mal divulgado de destruição sistemática de condições de vida presente e futuras. A Argentina foi escolhida, desde 1996, pela norte-americana Monsanto para experimentar massivamente a produção da soja OGM, geneticamente modificada. Devido a fatores diversos, o cultivo se espalhou rapidamente ocupando de seis milhões de hectares a 15,2 atualmente. Os efeitos socioambientais já estão sendo sentidos: a exposição de agricultores ao Roundup, de propriedade da Monsanto, provoca graves danos ao aparelho respiratório. Por outro lado, acelerado desflorestamento, concentração de terras e redução do plantio de outras culturas. (VIOLLAT, 2006).

**FIGURA – 10:** Silo da Cargill na região norte de Alto Paraná.



**FONTE:** Acervo particular de Daniel Rodríguez Rolón (2008).

Dessa forma, quando a safra é fraca, o camponês não tem alternativa senão recorrer aos silos. Se, no ano seguinte, a safra for fraca novamente, esse camponês não terá como pagar a dívida, e acaba perdendo sua propriedade. Com isso, os capitalistas fundiários ficam em alerta, esperando o melhor momento para adquirir as terras dos camponeses endividados por preços muito aquém do valor de mercado e repassar para um grande proprietário, vendendo ou arrendando essa terra. *“Essa é a razão pela qual o grande capital prefere não se tornar proprietário de terra, para poder atuar como agente efetivamente capitalista”*. (MARTINS, 2003, p. 88).

Os camponeses brasiguaios e os trabalhadores braçais nos silos e nas médias e grandes propriedades são sujeitos de uma condição de vida simples. São percebidos como um povo sem pátria, inserido num contexto de desigualdades e falta de oportunidades, tanto no campo, quanto na cidade. Muitos estão perfazendo o caminho de volta para o Brasil em busca de melhores condições de vida.



Por se tratarem de sujeitos subordinados ao capital dominante e por terem uma história de vida sempre relacionada com a terra, esses camponeses, quando se vêem pressionados pelos camponeses exógenos ou pelas autoridades paraguaias, a primeira idéia é voltar para o Brasil, nem sempre isso é possível. O capitalismo exclui esses trabalhadores dos meios de produção e os inclui nas periferias das cidades da fronteira em ambos os países, ou nos acampamentos de sem-terra, também em ambos os países, é manifesto, portanto, que *“a sociedade que exclui é a mesma que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos”*. (MARTINS, 2003, p. 11).

Os sujeitos brasiguaios tiveram seu território negado, e retornam sem a certeza de se fixarem novamente, quer dizer, foram desterritorializados, re-territorializados e, atualmente, procuram mais uma vez se reterritorializar, já que o território negado a eles constitui-se uma condição primordial para sua existência e reprodução como homem do campo.

Atualmente, percebe-se um grande fluxo de brasiguaios na fronteira, não somente na Ponte da Amizade, mas em muitos pontos de travessia desde Foz do Iguaçu até Guaíra, municípios distantes um do outro cerca de 270 quilômetros. São camponeses expulsos do campo e ao mesmo tempo marginalizados nas cidades, a pobreza e a miséria é parte integrante na vida desses trabalhadores desterritorializados, principalmente quando, sem muitas opções, escolhem a cidade para levar a vida. De maneira especial, com a disseminação do agronegócio na fronteira leste paraguaia, o brasiguaiio obriga-se a se submeter à exploração dos grandes e médios proprietários de terra. Eles (os brasiguaios) se tornaram um componente indispensável para a reprodução desse modelo de produção, processo que, à primeira vista, só produz riqueza, pensamento construído com o apoio dos meios de comunicação e atrelado aos interesses das elites fundiárias, mas que também gera miséria, exploração e preconceito.

Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Para o mercado mundial [...], mas o mercado é implacável, ele cada vez mais não se regula pelo nacional. Mundializado ele mundializa o nacional, destrói suas bases e lança o país nas teias da rede capitalista mundial. [...] quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. (OLIVEIRA, 2003, p. 12).

É evidente que o Paraguai possui um dos maiores índices de concentração fundiária da América Latina, já tendo sido, inclusive, cenário de grandes mobilizações e ocupações de latifúndio. Apesar disso, as elites oligárquicas se perpetuam no poder, numa simbiose corrupta com o Estado, sendo o pilar de um sistema político-econômico que evoluiu desde o século passado.

Na região estudada, verifica-se a exploração, tanto a capitalista, que é a mais-valia retirada do trabalho do brasiguai, quanto a não-capitalista, que também está inserida no interior do agronegócio. A exploração não-capitalista é praticada no interior das grandes e médias propriedades para assegurar que o trabalhador permaneça no local, é um fato concreto e inalterável em todo o *Departamento de Alto Paraná* e, especificamente, nos distritos que compõem essa região, atingindo, por conseguinte, todos os trabalhadores brasiguaio do campo.

Nesse sentido, os brasiguaio sofrem com os constantes desmandos e arbitrariedades patrocinados por setores do agronegócio. Apesar do discurso contrário ao neoliberalismo, o governo “democrático” paraguaio fez uma opção clara pelos ricos, deixando, os brasiguaio e a pequena população de campesinos paraguaio, relegados à exploração do agronegócio na região que, por consequência, só se reproduz com as relações não-capitalistas e a super-exploração no interior do sistema.

Sobre esta questão específica, é importante destacar que o agronegócio, para reproduzir, recorre principalmente à super-exploração, ao atraso e às relações não-capitalistas em seu interior. Em visita feita a médios produtores rurais brasileiros em *San Alberto* e região, foi possível constatar que as relações não-capitalistas estão presentes praticamente em todas as grandes e médias propriedades monocultoras.

O agronegócio, em geral, recorre a estas relações para continuar se expandindo e acumulando capital. Deste modo, para que o trabalhador brasiguai permaneça na propriedade, o proprietário lhe oferece um pedaço de terra para o plantio de subsistência e ele, diarista ou mensalista nestas propriedades, ou em propriedades menores, planta milho, abóbora, mandioca, uma horta, um pomar, etc. Essa relação não-capitalista que, apesar de antiga e considerada alheia ao capitalismo, é totalmente endógena ao sistema. Portanto, verifica-se que, sem ela, o sistema não se reproduz, e é justamente por isso que ela faz parte desse modelo de produção capitalista, ou seja, é o pilar de sustentação do agronegócio capitalista.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas cantradições. O próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1996, p. 11 – 29).

Deste modo, a relação não-capitalista que se reproduz no interior do sistema, além de incidir com a alienação em torno de um pedaço de terra, também é verificada em outros setores com que se ocupa a propriedade do agronegócio, como, por exemplo, na produção leiteira.

Logo, o médio e o grande proprietário de terra possuem em suas propriedades algumas cabeças de vaca leiteira e afirmam que estas servem para o consumo interno na propriedade. Na verdade, aí é que residem as manipulações engendradas para a permanência dos trabalhadores brasiguaios.

Neste contexto, estes proprietários fazem um acordo com os trabalhadores oferecendo de 30 a 50% do leite produzido, o que possibilita a produção de derivados como queijos, por exemplo, para serem comercializados na cidade. Existem ainda os queijeiros, comerciantes de queijo que passam uma vez por semana para apanhar o produto, proporcionando, dessa forma, uma renda extra para o trabalhador, contribuindo assim, para a sua permanência na propriedade. É essa relação que prende o trabalhador no interior da grande e média propriedade, e não o seu salário fixo. Isso reflete, porquanto, “*combinação desigual do desenvolvimento do capitalismo que reproduz no grande estabelecimento*” (OLIVEIRA, 1996, p. 96). O camponês brasiguaiio, originalmente sobrevive da forma de produção simples de mercadorias, na qual ele, o produtor direto, individual, detém a propriedade dos meios de produção - terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho - e trabalha com esses meios de produção, sobrevivendo no limite. Por outro lado, o monopólio de classe sobre a terra e o monopólio de classe sobre o capital é imperativo, no capitalismo, para subjugar o trabalho ao capital.

Esse modo de produção se nutre de realidades não-capitalistas; e esse processo desigual não pode ser entendido como incapacidade histórica de superação, ele demonstra as condições criadas pelo próprio desenvolvimento que redefine antigas relações de produção, cria condições contraditórias para a sua reprodução, engendrando relações não-capitalistas de produção igual e contraditoriamente necessárias a essa mesma reprodução. (OLIVEIRA, 1996, p. 139).

Além da relação mais evidente que é a cedência de um pedaço de terra para que o trabalhador rural permaneça na propriedade, existem várias outras formas de relação não-capitalista no interior das propriedades, grandes e médias. O proprietário de terra, por exemplo, permite ao trabalhador criar aves, ou porcos, ou ainda, outros animais. A relação se expressa quando, por exemplo, uma rês é abatida e parte dela é destinada aos trabalhadores rurais que trabalham e moram na propriedade, isso acontece com os ovos, com o pomar, no abate de suínos, enfim, tudo é dividido com o trabalhador gerando com isso, conseqüentemente, uma dívida de gratidão com o proprietário fundiário que passa como homem bom que zela pela qualidade de vida de seu funcionário.

Nas grandes propriedades o número de trabalhadores é muito pequeno, aumentando, atualmente, apenas na época da colheita e do plantio, quando os proprietários adotam o trabalho dos diaristas. Eles são tratoristas e trabalhadores das colheitadeiras que trabalham por dia, entretanto, quando termina o plantio ou a colheita, eles são dispensados. Os trabalhadores fixos, os mensalistas, são poucos nas grandes propriedades do agronegócio. Durante o período de entre safras, eles trabalham na manutenção dos maquinários e nos serviços diários da propriedade. Nas médias propriedades apenas uma família de camponeses desenraizados são contratados como mensalistas e repete as mesmas relações que acontecem nas grandes propriedades.

Os trabalhadores assalariados passaram a ser a imensa maioria dos trabalhadores rurais nesta região do Paraguai, nas grandes e médias propriedades da soja. Esses trabalhadores podem ser moradores que residem na propriedade onde trabalham; os trabalhadores “de fora” que vivem nas cidades, vilas e povoações da região; ou ainda, em menor proporção, os trabalhadores que possuem um pequeno pedaço de terra e, principalmente na colheita, prestam dias de serviço para as grandes e médias propriedades, já que conhecem bem o trabalho com colhedoras e a manutenção das mesmas. Os trabalhadores que residem nas grandes e médias propriedades recebem uma casa para morar e uma parcela de terra para a lavoura de subsistência. A casa é sempre pequena, podendo ser construída de alvenaria ou madeira bruta. De um modo geral, constata-se que os trabalhadores rurais vivem em situação precária, mantendo ainda uma relação de dependência com a elite e os homens do poder.

No entanto, a relação não-capitalista implica a obrigação dos brasiguaios de trabalharem nas propriedades até doze horas por dia, inclusive aos sábados e domingos. Essa relação não

permite que o trabalhador se ausente da propriedade, pois o gado precisa ser tratado, cuidado e ordenhado.

**FIGURA – 11:** Camponesa brasiguaiia na ordenha.



**FONTE:** FERRARI, C. A. (2006).

Logo, para ter parte na produção do leite, por exemplo, não é possível ao trabalhador se ausentar, muito menos tirar férias. Assim, ele vai ficando e o capitalista fundiário acumulando, já que não precisa pagar os direitos trabalhistas ou qualquer tipo de indenização trabalhista a essas pessoas.

Desse modo é que se reproduz a exploração não-capitalista, primitiva. O trabalhador não tem direito a férias, carteira assinada, plano de saúde, etc., mas ele se submete, pois precisa criar seus filhos, sempre na esperança de um dia conseguir o tão sonhado pedacinho de chão, já que isto lhe foi negado em sua pátria. Esta subordinação capitalista de modos de produção não-capitalistas do ser humano continua atual. O avanço da agricultura capitalista, além de criar em suas margens um campesinato, também, entra em contradição com este, pela expropriação direta, que ocorria por via da separação por completo deste de seu meio de produção, a terra, pela

exploração da sua força de trabalho, chegando algumas vezes a super exploração. Neste sentido, a fronteira da moderna agricultura significa o movimento do próprio capital de reprodução e ampliação da acumulação, bem como de apropriação territorial.

O efeito excludente do agronegócio é visível em toda a faixa leste paraguaia, o número de trabalhadores no interior das grandes e médias propriedades com o modelo agronegócio diminuiu drasticamente. Neste sentido, a soja é a principal personagem desse processo que contribuiu para a expansão das áreas de plantio, gerando alta concentração de terras com o subsídio do governo paraguaio, representado pelo IBR (Instituto de Bienestar Rural) e, por conseguinte, na expulsão/exclusão de grande número de famílias de camponeses do campo paraguaio. Estão desaparecendo do campo paraguaio, principalmente na região estudada, os camponeses de renda tipicamente familiar, e os arrendatários, os rendeiros que há poucas décadas atingiam os milhares no campo alto-paranaense. Esses trabalhadores que migraram em busca de melhores condições de vida e de trabalho e fizeram a riqueza dessa faixa de fronteira estão perdendo rapidamente espaço no campo, engolidos pelas grandes propriedades da soja. Ao mesmo tempo, o agronegócio necessita desses trabalhadores para se expandir, por isso a expulsão atinge mais os brasiguaios que sobrevivem, mesmo sob exploração, do trabalho nas grandes e médias propriedades e nos silos na área rural.

Vê-se, portanto, que o ideal produtivista do agronegócio intimamente presente na agricultura da região leste fronteiriça, fundamentou-se na expectativa de ampliar a capacidade produtiva da agricultura, ou seja, em países subdesenvolvidos como o Paraguai isso se consignou através da expansão horizontal, desestruturando o baixo nível técnico, econômico e social da agricultura tradicional campesina. Conseqüentemente, para atingir tal objetivo, o processo de modernização no modelo agronegócio só se efetivou mediante a ação dos agentes hegemônicos da produção do espaço, notadamente o grande capital e o Estado.

Observou-se ainda, que na década presente houve um aumento no número de brasiguaios que venderam sua pequena propriedade, alguns acabaram perdendo para os silos e, alguns ainda foram expulsos. O número de expulsões de camponeses pelos campesinos exógenos, ou seja, pela violência, está diminuindo nesta década porque os agrotóxicos usados nas grandes e médias propriedades se encarregam de fazê-lo. Logo, a re-imigração é uma das opções. Entretanto, alguns desses excluídos da terra de trabalho estão conseguindo emprego na mesma região que anteriormente possuía sua pequena propriedade, quer dizer, o agronegócio faz com

que eles acabem vendendo sua pequena propriedade, ou, perdendo e, nesse sentido, expulsos para depois trabalhar de empregado assalariado onde antes a terra lhes pertencia. Outros ainda, ingressam nos movimentos camponeses, especialmente nos *Departamentos de Concepción e Caaguazú*, são os camponeses brasiguaios que foram expulsos e não tem condições de retornarem para o Brasil e, outros ainda vão servir de mão-de-obra barata nas cidades marginais e, outros ainda, retornam para o Brasil nas condições que já foram mencionadas anteriormente.

**FIGURA – 12:** Silo no meio rural na região de Mbaracayú.



**FONTE:** FERRARI, C. A. (2006).

Assim sendo, com esse modelo de produção do agronegócio, o país ficou totalmente dependente da exportação de soja. A economia do *Departamento* e principalmente do país, depende quase que inteiramente das exportações. A soja aparece nos censos agrícolas do Paraguai, a partir dos anos 1970 (FOGEL Y RIQUELME 2005). Em 2002, o país foi o sexto produtor mundial de soja bruta (FAO, 2003) com uma produção de 3,28 milhões de toneladas M.A.G. E – (*Ministerio de Agricultura y Ganadería, estimaciones*).

Ainda conforme Fogel y Riquelme (2005), ocupando uma área de 1.350.000, ou seja, 50% de toda a área cultivada do país, a soja é atualmente o cultivo dominante, principalmente no *Departamento de Alto Paraná* (530.000 hectares) e, mais forte ainda na porção norte, onde, por conseqüência, estão localizadas as maiores propriedades monocultoras do *Departamento* e do País.

É lícito afirmar, então, que o interessante para o agronegócio não é o ser humano e sim, a produção de mercadorias. Não há nenhuma preocupação legítima com a questão social, pois o agronegócio acha atrativo apenas a acumulação, submetendo, para isso, os trabalhadores - a imensa maioria formada por brasiguaios - à exploração, e provocando, com isso, uma desigualdade assustadora entre classes.

**FIGURA – 13:** Colheita de soja em uma grande propriedade na região de Minga Porã.



**FONTE:** FERRARI, C. A. (2008).

No limiar do século XXI, as conseqüências provocadas pelas desigualdades no campo paraguaio fazem com que os camponeses com pouca terra ou sem nenhuma terra vivam como



nômades, ou seja, eles nunca têm a certeza da permanência na terra ou se conseguirão essa terra, uma vez que, pois, em países como o Paraguai, a reforma agrária está longe de acontecer.

Nesse sentido, percebe-se que um iminente perigo tomou conta do campo alto-paranaense. Com a investida do paradigma agronegócio, aumentou a ameaça da grande lavoura de soja geneticamente modificada para exportação, afetando diretamente os camponeses brasiguaios. Diante dessa ameaça, os camponeses brasiguaios estão, aos poucos, tentando se mobilizar, convocando todos os camponeses a se revoltarem contra a expansão das grandes propriedades da soja que tem levado muita violência, pobreza e miséria às terras guaranis.

Vale ressaltar que a mobilização nessa região do *Alto Paraná* é tímida, e que as autoridades paraguaias dão proteção velada aos grandes proprietários de terra, dificultando consideravelmente qualquer tipo de mobilização. Neste sentido, os defensores dos direitos humanos e entidades sociais de Foz do Iguaçu e de *Ciudad Del Este* lançam campanhas para denunciar à comunidade internacional os problemas enfrentados pelos brasiguaios e outras, contrárias ao modelo agro-exportador e à monocultura de soja, principal responsável pelas situações vividas pelos camponeses brasiguaios. Assim, esses camponeses brasiguaios que atualmente vivem diariamente o clima tenso das expulsões no país vizinho, à época da colonização, no entanto, foram úteis para “amansar” as terras, porém, no momento atual, a grande parte desses camponeses são simplesmente descartados. Este é o legado que está deixando o modelo agronegócio – tão apregoado pela grande imprensa - no campo alto-paranaense.

Muitas famílias estavam vindo para morar em favelas de Foz do Iguaçu, mas temos encaminhado a maioria delas para o MST. Esses brasileiros que cruzaram a fronteira há dez, 15 ou 20 anos, foram atraídos pelo sonho de fazer fortuna no lado paraguaio do Vale do Rio Paraná. Não conseguiram. O governo que os chamava era uma ditadura - a do general Alfredo Stroessner. Com a redemocratização paraguaia, as demandas sociais afloram na nação vizinha. O movimento de camponeses, semelhante ao MST brasileiro, é um indicador da mobilização social em curso naquele país. De volta, os brasiguaios erguem um cinturão de miséria em torno das cidades brasileiras nascidas às margens do Rio Paraná. Exilados da crise paraguaia, eles têm de ser incluídos no quadro social do país que abandonaram havia uma geração.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> GUARNIERI, Z. Coordenadora da Pastoral do Migrante de Foz do Iguaçu. [www.epoca.globo.com/edic/19990913/brasil4.htm](http://www.epoca.globo.com/edic/19990913/brasil4.htm) - 43k. Acessado dia 02 de dezembro de 2008.

Entretanto, a incursão do agronegócio é responsável por mais ou menos 70% da produção de soja no país, mas passou a contribuir, também, para a miséria que se multiplica. Apesar de não fazer parte da discussão aqui desenvolvida, além do agronegócio explorar os trabalhadores deixam uma herança maldita para essas pessoas que pode ser percebida claramente nos centros urbanos, principalmente Foz do Iguaçu e *Ciudad Del Este*, são os *niños de la calle* (meninos de rua), a prostituição infantil, os adolescentes infratores, muitos filhos de camponeses brasiguaios expulsos de suas terras ou sem emprego fixo nas grandes e médias propriedades ou no meio urbano. A alternativa que lhes resta é, muitas vezes, sair de casa em busca de uma vida melhor. Assim, acabam nas ruas das cidades marginais.

La situación social y económica de los obreros y empleados rurales es la más difícil. Son los más carenciados en cada realidad local (colonia, distrito), los más explotados laboralmente, en muchos casos, por sus propios compatriotas. La mayoría de los que trabajan para otros productores agrícolas percibe en jornal de 10.000 guaraníes por día, en el que se incluye, generalmente, el pago de horas extraordinarias trabajadas por encima del límite legalmente permitido (8 horas). Esta situación se refleja en la extrema pobreza y marginalidad en que viven familias pertenecientes a estas categorías sociales, cuyas consecuencias visibles son “el analfabetismo, la enfermedad..., falta de atención en general: pues no tienen educación, no tienen atención sanitaria, prácticamente nada”. (GALEANO y YORE, 1994, p. 47).

Ameaças, repressão, expulsões... Para numerosas famílias de camponeses brasiguaios e paraguaios, estas palavras descrevem a dura realidade quotidiana. No Paraguai, o campo está em crise: apoiada por um potente complexo « agro-político industrial », a soja de exportação devora terras e populações. A soja é o “ouro verde” para os grandes proprietários de terra, já abrange dezenas de milhões de hectares, e a expansão continua. Os direitos humanos são diariamente violados, as populações indígenas e os camponeses são expulsos de suas terras, o êxodo rural aumenta, criando favelas nas periferias das cidades. A lógica do crescimento e da concorrência prevalece em nível mundial, e se nada for feito, só os mais fortes subsistirão. A cada dia, o modelo aumenta a pressão sobre os camponeses, que estão sendo sufocados.

## **4.2. PARA ALÉM DA CERCA: MOBILIDADE, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA OESTE PARANAENSE E LESTE PARAGUAIO – AS VÍTIMAS DO AGRONEGÓCIO.**

Muitas questões que julgamos pertinentes estão presentes, a todo o momento, na mídia brasileira e, de um modo geral, na latino-americana. A fronteira a qual se refere este trabalho é caracterizada por um componente físico definidor, o Rio Paraná. Além disso, no âmbito comercial, é caracterizada por duas cidades: *Ciudad Del Este*, do lado paraguaio, conhecida pela exportação de produtos importados, e Foz do Iguaçu, do lado brasileiro, conhecida por ter sido palco de grandes mobilizações de camponeses expropriados de suas terras num passado recente, isto é, a luta pelas indenizações justas dos atingidos pela formação da Hidrelétrica de Itaipu.

Entretanto, as questões relacionadas aos camponeses brasiguaios e, também aos brasiguaios do meio urbano, estes brasiguaios vivem nas cidades simplesmente porque foram expulsos da terra de trabalho e de produção camponesa tanto no Brasil como no Paraguai. Estes camponeses não aparecerem constantemente na mídia fronteiriça, ou melhor, suas dificuldades não desperta a mesma atenção por parte dos órgãos midiáticos. Assim, os meios de comunicação da fronteira deve resgatar esta questão para que os órgãos competentes reflitam melhor sobre a questão brasiguaiá.

A partir disso, o que mais chama a atenção nessa faixa da fronteira leste, no *Departamento de Alto Paraná*, mais precisamente na região norte, é a questão da terra que, atualmente, tem sido totalmente abarcada pelos grandes proprietários de terra do agronegócio, e essas atrocidades não tem a devida atenção dos meios midiáticos. Diferentemente, desde a posse de Fernando Lugo, os grandes e médios proprietários os “brasileiros no Paraguai” aparecem diariamente na mídia fronteiriça como tendo suas propriedades ameaçadas pelos campesinos paraguaios. Portanto, o conceito de classe aparece nitidamente quando essas questões são tratadas, ou seja, os mais afortunados economicamente merece mais atenção que os pobres, os marginalizados, que a duas décadas vem sofrendo este tipo de ameaça, inclusive com o saldo de milhares de camponeses expulsos de suas terras para dar lugar a monocultura da soja e, o resultado está nas periferias das cidades marginais e ao longo das rodovias que cortam o Paraná e o Mato Grosso do Sul, principalmente.

Nesse contexto, os chamados brasiguaios, que há aproximadamente quatro décadas se transformaram numa importante força produtiva no campo, principalmente na região estudada, são obrigados a retornarem para o Brasil em condições muito piores do que quando foram expulsos da terra em seu país de origem. Nos últimos 15 anos, milhares desses camponeses tiveram que cruzar a fronteira por causa da perseguição promovida pelos camponeses exógenos, como tudo indica, sob a proteção do grande capital fundiário.

Em vários distritos da região norte, as propriedades desses camponeses brasiguaios foram invadidas e depredadas pelos camponeses que, muitas vezes, eram confundidos com camponeses endógenos, ou seja, camponeses estes que fazem parte dos movimentos sociais paraguaios de luta pela terra. Porém, como já foi explicitado anteriormente, os camponeses inseridos nesses movimentos não invadem pequenas propriedades.

Até o momento atual, não há índices precisos de quantos camponeses brasiguaios tiveram que deixar essa região. Ao fugir com a pequena mudança e a família, usavam os mesmos caminhos e caminhos que até pouco tempo serviam para transportar sua pequena produção. O sonho de ter uma terra para plantar e sustentar a família, para muitos desses brasiguaios, chegou ao fim. O agronegócio aqui representado pela grande e média propriedade monocultora da soja tomou conta do campo alto-paranaense, transformando a paisagem da região e, principalmente a vida da população camponesa.

Neste contexto, é manifesto que o Paraguai de hoje, transformado em grande produtor mundial de soja, é resultado de um processo histórico que permitiu ao Partido Colorado 61 anos de poder e distribuição de terras a autoridades do partido que, depois, foram praticamente doadas a grandes latifundiários brasileiros. O que vemos hoje, a expulsão de camponeses e exclusão social, é fruto desse desmando político a que o país foi submetido ao longo dessas décadas. A expansão das grandes propriedades, iniciando ao mesmo tempo, as adversidades da população brasiguaiia na região, teve início ainda na década de 1980 e, seguiu o mesmo modelo da modernização conservadora da agricultura brasileira, já que foram grandes latifundiários brasileiros “pseudocolonizadores” que começaram o processo de desenvolvimento nessa faixa de fronteira.

**FIGURA – 14:** Brasiguaios retornando do Paraguai – região norte de Alto Paraná.



**FONTE:** Acervo particular de João J. Morales (2005).

Não se pretende, neste pesquisa, fazer uma revisão desde os primeiros momentos da modernização conservadora da agricultura paraguaia e nem concluir as discussões sobre as principais alterações que transformaram a sociedade e o mundo rural paraguaio. Entretanto, têm-se o intuito de focar os impactos a partir de meados da década de 1980 com a implantação do modelo agronegócio de produção no país vizinho: um marco na transformação capitalista do Paraguai e, principalmente da região norte do *Departamento de Alto Paraná*.

Apresenta-se aqui, uma breve reflexão dos impactos que esse desenvolvimento causou na vida dos camponeses brasiguaios e campesinos paraguaios, tanto econômica como ambientalmente, já que a devastação da floresta para a monocultura da soja e o uso indiscriminado de agrotóxicos, envolve diretamente a vida dessas populações.

Apesar da economia dos países latino-americanos serem distintas, o efeito nocivo do agronegócio sobre a população camponesa é homogêneo. O agronegócio chegou ao Paraguai num momento de euforia, devido à tão falada globalização. Segundo Fogel y Riquelme (2005), atualmente a economia paraguaia é totalmente dependente da exportação da soja, cuja produção

gira em torno de cinco milhões de toneladas, representando algo em torno de 63% da área agricultável do país, tornando o Paraguai o sexto maior produtor mundial da oleaginosa. No entanto, o Paraguai compra do Brasil e da Argentina 60% dos alimentos que são consumidos internamente, reflexos diretos da redução da produção camponesa.

É notório que o agronegócio trouxe um considerável aumento na produção agrícola paraguaia, acentuando a exportação e contribuindo para um crescimento da economia. Contudo, se apresentou de maneira excludente, favorecendo apenas parte da produção, em especial aquela destinada para exportação, atendendo ao interesse da elite fundiária. Além disso, causou grandes impactos ambientais em prejuízo do uso de produtos tóxicos sem os cuidados necessários, além de favorecer o desemprego no campo e conseqüente êxodo rural.

Em grande parte a constituição do agronegócio, fundamentado na estratégia de inserção na economia mundial, trouxe exclusão social e devastação ambiental sem precedentes na história recente do Paraguai e, em especial na região pesquisada. O atual modelo, baseado no capital financeiro, transforma os alimentos, sementes e todos os recursos naturais em mercadoria para atender os interesses dos grandes capitais estrangeiros. Neste contexto, grandes latifundiários estrangeiros se apropriam da terra, água, biodiversidade, e tudo o quanto poderá satisfazer sua ganância, desmatando e matando as pessoas, os solos e os rios.

Com a monocultura intensiva, aumenta, por conseqüência, a exploração, a precarização, o desrespeito aos direitos humanos, gerando desemprego, miséria e violência entre a classe camponesa. Por conseguinte, aumentam, ao mesmo tempo, a desigualdade social, tanto da paraguaia como da brasiguia migrante.

La pobreza y la degradación ambiental van de la mano. La retroalimentación se da de varias formas y es más visible en áreas rurales, ya que de hecho al mayoríade los asentamientos se establecen en suelos marginales, pero esa no es la única forma que se asocian los fenómenos en cuestión, ya que se observan agresiones ambientales crecientes y más dañinas que en el pasado. En la ponderación de las consecuencias de la constitución de colónias en lugares de suelos frágiles, debe tenerse en cuenta que el suelo con potencial pecuario de la Región Oriental es de 2,4 millones de hectáreas y, sin embargo, la producción pecuaria utiliza más de 8,5 millones de hectáreas a costa de suelos con potencial agrícola; en estos casos, la irracionalidad en la explotación es ambiental y económica, teniendo en cuenta que la renta de la tierra destinada a la agricultura [...]. En la Región del Alto Paraná el uso de tecnologías no sustentables para la producción de la soja se proyecta en la caída de los rendimientos y de la rentabilidad, lo que lleva a los productores a la reconversión de suelos agrícolas para la producción ganadera; esa reconversión que ya fue visible en Canindeyú

en el período intercensal 1981 – 1991 se va acrecentando en los últimos años. (FOGEL, 2002, p. 46-47).

Nessa região (norte do *Alto Paraná*) os “brasileiros no Paraguai”, ou seja, os médios e grandes proprietários de terra dominam a produção de soja. Em distritos como *San Alberto* com aproximadamente 24 mil habitantes, sendo 80% de brasileiros e brasiguaios, a monocultura domina a paisagem e revela a importância da cultura da soja para a região que, até a chegada dos brasileiros, era praticamente desconhecida do povo paraguaio. Anteriormente à modernização e, mais ainda, ao advento do agronegócio, diversificava a produção: algodão, milho, mandioca, menta, tung, etc., já que havia um alto número de pequenas propriedades, posses e arrendamentos. Atualmente, a soja ocupa uma área de dois milhões de hectares, sendo aproximadamente 25% desse total no *Departamento de Alto Paraná*, que se destaca como a principal atividade econômica dos distritos, dos *Departamentos* e do país. Hoje, *San Alberto* integra uma rede de cidades nascidas da imigração brasileira. Além de modificar a economia do país, eles também mudaram a geografia.

O modo de produção da agricultura paraguaia, além de intrinsecamente moldado por um caráter profundo e estrutural de padrão de dominação, nas mãos de empresas internacionais como a Cargill, a ADM, a Agrofertil, Silos Norte Sur, entre outras, é também moldado pelo capital de grandes latifundiários brasileiros que investem no controle do território fundiário, na produção, em insumos e, obviamente, no mercado, gerando riqueza e privilégios para uma minoria à custa da miséria da maioria das populações camponesas, brasiguaias e paraguaias. No agronegócio de produção, não há espaço para a pequena propriedade camponesa.

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a acumulação, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências. Com essa leitura estamos afirmando que o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio. No entanto, como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas, os camponeses estão subalternos à sua hegemonia. (WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. 2007, p. 166).

Logo, o agronegócio totalmente irresponsável, insustentável e antidemocrático, sintetiza a posição de múltiplos setores sociais do país e da América Latina como um todo, manifestando sua oposição à monocultura, considerando que ela responde a um modelo agroindustrial excludente, explorador e concentrador de riquezas.

Outro fator que merece atenção e discussão é a questão dos agrotóxicos usados nas grandes e médias propriedades contaminando, por excelência, os solos, os rios e, principalmente, as pessoas. O uso intensivo desses venenos aumentaram significativamente com a implementação dos transgênicos, deixando um rastro de doenças e morte, principalmente entre as crianças, que sofrem de problemas respiratórios e outras doenças. Com o apoio dos governos neoliberais, a existência e expansão do agronegócio dependem, mormente, do desaparecimento dos agricultores camponeses que, historicamente, resistem no campo paraguaio e, o uso abusivo dos agrotóxicos está colaborando com o sistema nessa empreitada.

No *Departamento de Alto Paraná* e, em especial na região norte, o modelo intensivo é o único modo de produção incentivado atualmente. Ele exige grandes investimentos, elevada mecanização, especialização das regiões e integração com os setores globalizados. Este modelo alia produtores agrícolas e setores industriais em todo o processo e cria poucos empregos locais: um único empregado agrícola trabalha, em média, 200 hectares de soja, e os outros empregos criados nos demais setores do segmento não compensam os empregos agrícolas que desaparecem. O agronegócio implementa, assim, a concentração da riqueza, ele causa numerosas violações dos direitos humanos e imensos estragos no meio ambiente, como desmatamento, perda irreversível da biodiversidade e poluição.

Quanto à degradação ambiental e suas múltiplas dimensões, neste caso específico, devemos compreender as transformações sócio-econômicas e sociais para poderer apontar caminhos que poderão ser trilhados para a conciliação do desenvolvimento econômico, da justiça social e dos recursos naturais. Vale destacar que na pequena propriedade de produção dos brasiguaios e dos poucos camponeses paraguaios, a degradação do meio e tudo que essa degradação implica, principalmente no plano social, é infinitamente menor que nas grandes e médias propriedades. Os problemas que atualmente assolam a população camponesa da região, que não são poucos, foram patrocinados pelo governo ditatorial de Stroessner a partir da década de 1960, tudo começou com o desenvolvimento dessa zona de fronteira.



**FIGURA – 15:** Pulverização de veneno em Minga Porã.



**FONTE:** Acervo particular de Osmar Roesler (2009).

O governo Stroessner promoveu várias ações para o desenvolvimento dessa região fronteiriça que culminaria com a expansão das grandes propriedades monocultoras e, conseqüentemente os problemas sociais e ambientais da região. Uma das facilidades oferecidas pelo governo na época foi a disponibilidade dos recursos naturais a custo zero, como, por exemplo, a madeira, que existia em abundância nessa região do país. Tudo teve início em 1961, quando o governo ditatorial implantou a “Marcha Del Este” com o compromisso de desenvolvimento da faixa leste com campesinos paraguaios. Tal compromisso, contudo, não foi cumprido.

Então, ee quem cobrar a irresponsabilidade social provocada pelos aproximadamente vinte milhões de litros de agrotóxicos que são despejados em solo paraguaio a cada ano? (SILVA, 2007). Pela destruição de córregos, rios, arroios e mananciais? Pelo desflorestamento que atinge quase que totalmente os departamentos fronteiriços? Pela expulsão de milhares de camponeses, todos os anos, do campo paraguaio? Pelas mortes causadas pelos agrotóxicos? Pela extinção das comunidades indígenas?

Las agresiones ambientales que causan pobreza apuntan al uso de tecnologías dañinas que se basan en la destrucción completa de la superficie boscosa, el uso de equipamiento mecanizado y de biocidas; la destrucción de la cobertura florestal y la producción en régimen de monocultivo de enormes extensiones provocan erosión de los suelos y pérdida de su fertilidad, mientras el uso indiscriminado del glyphosato de Round up en fumigaciones aéreas causa serios a la salud de las poblaciones pobres y a sus cultivos. La contaminación química con productos clorados y fosforados altamente tóxicos afecta a los suelos y a los productos agropecuarios y se extiende a cursos superficiales de agua, incluso a acuíferos. La magnitud del problema puede estimarse considerando que la importación de biocidas altamente tóxicos a la salud humana y ambiental es superior a 100 millones de dólares anuales. (FOGEL, 2002, p. 49).

Nas reflexões de Fidel Silva (2007), a soberania paraguaia está sendo desgastada diretamente pelo entreguismo, promovendo o enriquecimento de poucos e relegando a população, principalmente a camponesa, ao submundo da miséria e da marginalidade. No entanto, a maior das entregas é a terra nas mãos de empresas internacionais e latifundiários brasileiros que transformaram, especialmente a faixa leste paraguaia, num imenso **“Vazio Verde”**<sup>69</sup>.

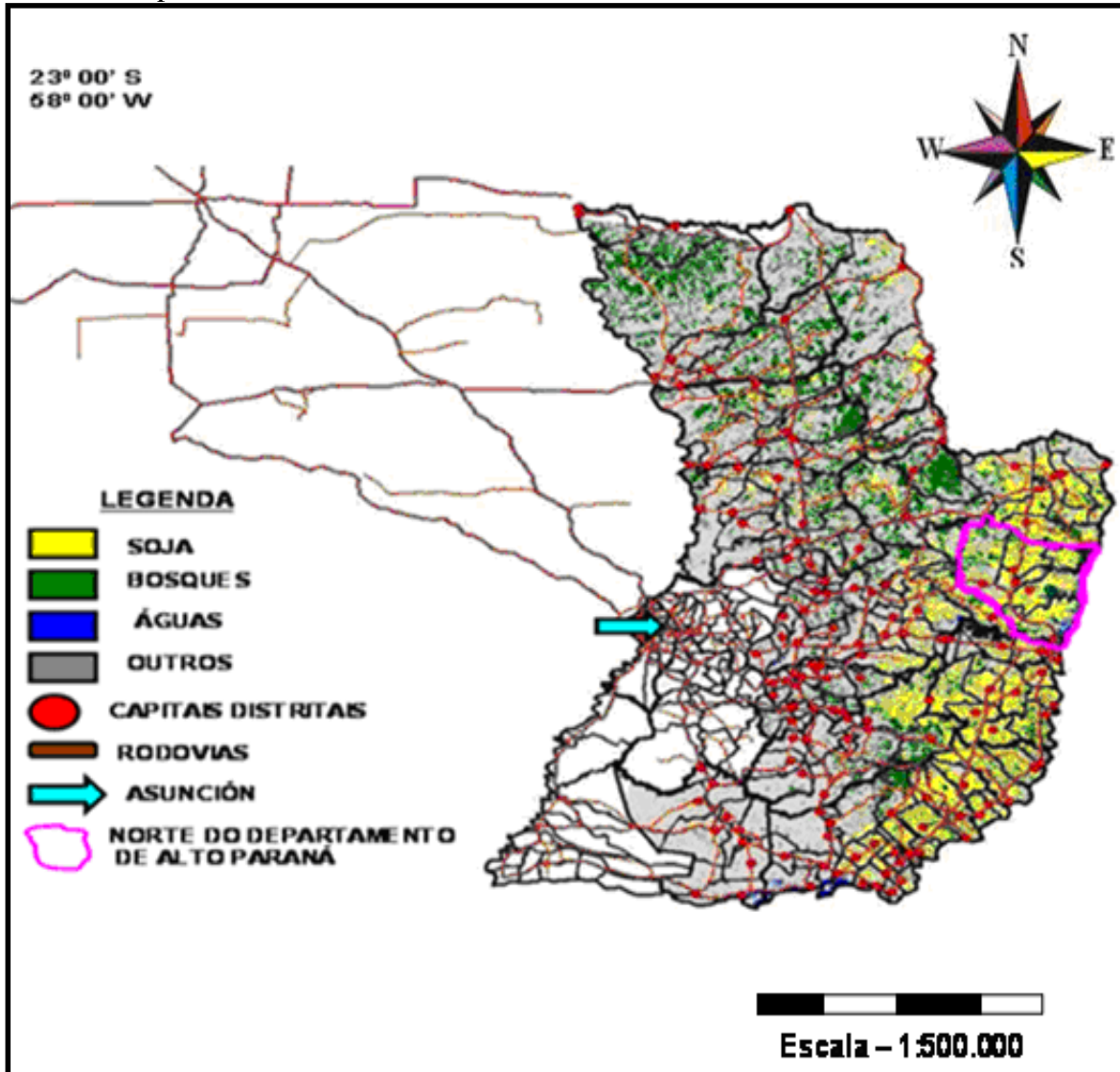
Quando um Estado não encontra razões para frear a concentração fundiária, exercício que só a ele cabe a ninguém mais, resta-lhe apenas transformar seu poder em instrumento de interesses particulares, aqui aos grandes proprietários de terra e as empresas multinacionais do setor agropecuário. Restando-lhe debilitar-se, fragmentar-se, dissolver-se, dar-se em sacrifício às pseudocausas internacionais do momento, sejam esses quais forem.

O agronegócio vem se afirmando como porta-voz da modernidade e do desenvolvimento rural, principalmente a partir de investimentos em *marketing* e nos meios de comunicação. Reportagens sobre as vantagens e a riqueza do agronegócio estão por toda a parte, nos distritos, na região, nos departamentos, no país e até internacionalmente. Da mesma forma, o agronegócio patrocina eventos culturais, religiosos, esportivos, pesquisas científicas, etc., tudo para construir no imaginário social a idéia de que agronegócio é sinônimo de riqueza, desenvolvimento, progresso, responsabilidade social, levando a falsa imagem de que ele é a salvação do campo e da soberania alimentar. No mapa 13 a seguir, uma ilustração da área expressiva do cultivo da soja e, especialmente, da região norte do *Departamento de Alto Paraná*, pode ser observada.

---

<sup>69</sup> FERRARI, C. A. – Brasileiros X Brasiguaios: Preconceito e exclusão no campo de Departamento de Alto Paraná – PY. Artigo apresentado no XXVII Encuentro de GeoHistoris Regional – Facultad de Filosofía – UNA – Asunción – Paraguai – 2007

**MAPA – 13:** Imagem de satélite do cultivo de soja no Paraguai: destaque para a região Norte do Departamento de Alto Paraná.



**FONTE:** COPECO (2004).

**ELABORAÇÃO E CONFECCÃO:** FERRARI, C. A. (2008).

Evidentemente, quando se analisa o rural norte-alto-paranaense, verifica-se que realmente ocorreram enormes transformações, na configuração social, no espaço e também na geografia do país. No entanto, o agronegócio, por trás das magníficas safras-recordes, das cifras de milhões de toneladas em exportações, escamoteia o aumento impiedoso da pobreza, da desigualdade social, do desemprego, da precarização das condições de trabalho, dos conflitos entre camponeses brasiguaios e camponesinos paraguaios, da degradação ambiental, da

desterritorialização da classe camponesa migrante e autóctone, dentre inúmeros outros problemas causados pela implantação desse novo paradigma da agricultura guarani.

As transformações ocorridas com o agronegócio no campo paraguaio e por causa das novas tecnologias impostas pelo mesmo, a cada ano, em decorrência da nova onda de globalização, evidenciam que aumenta cada vez mais o predomínio de grandes grupos econômicos e grandes latifundiários sobre as diversas populações de camponeses no *agrobusiness* internacional. As conseqüências disso não tendem a ser promissoras para a agricultura do Paraguai e da América Latina.

Neste contexto, as organizações camponesas do Paraguai, principalmente no centro do país e, que conta com uma presença significativa de brasiguaios que foram expulsos de suas propriedades, principalmente na fronteira leste, apresentam reações cada vez mais intensas, tendo adotado como bandeira de luta a defesa do território tradicionalmente rural campesino. As críticas à modernização conservadora, destruidora e excludente da agricultura paraguaia geram um clima agressivo entre camponeses brasiguaios de produção familiar, os campesinos endógenos e a polícia paraguaia.

Nessa discussão, o mais importante é considerar o desenvolvimento humano, os direitos humanos, a importância de preservar os valores da agricultura de sobrevivência, ou seja, as comunidades camponesas que estão se extinguindo, os recursos naturais que estão se esvaindo num ritmo acelerado, as doenças causadas pelos agrotóxicos que está matando a população rural, a fauna e a flora. (RIQUELME, 2005).

Tal processo de ocupação, em especial o norte do *Departamento de Alto Paraná*, é realizado mediante programas e políticas governamentais dirigidas por concepções que não levam em conta o meio ambiente, nem as classes subalternas, apesar da modernização agrícola da região ter aumentado significativamente a produção, principalmente de soja, com o intuito de atender ao mercado externo.

O uso intensivo de agrotóxicos e a forte mecanização, preponderantes no agronegócio, provocaram e, ainda vem provocando, a descamponização de trabalhadores rurais brasiguaios e paraguaios contribuindo certamente, com o aumento dos bolsões de miséria nas periferias das cidades marginais em ambos os lados da fronteira e dos acampamentos de sem-terra ao longo das rodovias brasileiras, principalmente do Paraná e do Mato Grosso do Sul. O que existe de fato nessa questão por parte dos camponeses brasiguaios e paraguaios, são contradições de

sentimentos, de lembranças, de avaliações possíveis, de subjetivismos, o que permite pensar que processos estruturais necessariamente não moldam ou formatam relações humanas como se elas fossem meras engrenagens, prontas a serem manipuladas pela mão invisível do poder.

Neste contexto, é preciso elaborar leis sociais e ambientais sérias que levem em consideração o meio natural e, principalmente, as populações que nela vivem, afinal, são as populações, especialmente a camponesa, que mais sofre com a expansão do agronegócio nessa faixa de fronteira.

A imposição de um modelo de produção, ao mesmo tempo em que expulsa os camponeses, necessita desses camponeses para se reproduzir. Isso nos revela que a contradição existente no interior do capitalismo deve ser estudada mais intensamente, para tentarmos compreender porque o sistema necessita desse tipo de relação, principalmente em países sub-periféricos, como diria “Boaventura de Souza Santos”<sup>70</sup>, referindo-se a países como o Paraguai.

Os brasiguaios sofrem, além da exploração nas grandes e médias propriedades e nas empresas de comercialização de grãos, a opressão e a humilhação praticadas por autoridades paraguaias, aliadas dos grandes latifundiários “brasileiros no Paraguai” que, conseqüentemente, são também os proprietários da maioria dos estabelecimentos comerciais no meio urbano.

O grande capital explora os brasiguaios de variadas formas, levando-os a condições que dificilmente tendem a reverter. Os camponeses são obrigados a abandonar suas propriedades sob a ameaça de perder a vida e emprestar sua força de trabalho ao agronegócio. A violência no campo só não atinge os grandes latifundiários e, ainda, os médios agricultores, que recebem proteção de autoridades do governo, principalmente, dos *comissários*.

A pressão sobre os camponese brasiguaios é cada vez maior, já que o agronegócio necessita de espaço físico e do território dos camponeses para se reproduzir. Por outro lado, o avanço desse modelo de produção exige poucos braços na lida do campo. Assim, o conflito entre camponeses brasiguaios e campesinos organizados em movimentos de luta pela terra é sempre possível e iminente, mais ainda depois da eleição do Presidente Fernando Armino Lugo de Méndez pelo PDC (Partido Democrata Cristiano), apesar de que esses camponeses não estarem na mira dos movimentos campesinos, ainda.

---

<sup>70</sup> Professor da Universidade de Lisboa. Retirado do texto: Os processos da globalização, 1999.

Por estas horas se están viviendo momentos de gran tensión en Paraguay debido a las presiones que recibe el Gobierno de Fernando Lugo por parte de las organizaciones campesinas que exigen el inicio de la reforma agraria. Advirtieron al gobierno paraguayo que de no comenzar cuanto antes con esa política en los próximos días, darían inicio a la toma de tierras, según advirtió Marcial Gómez, secretario general adjunto de la Federación Nacional Campesina (FNC) de ese país, que agrupa a más de 30 trabajadores del campo. En los últimos meses, se realizaron reuniones de la Coordinadora Ejecutiva para la Reforma Agraria (CEPRA) con los movimientos campesinos quienes manifestaron una fuerte disconformidad con el gobierno por la lentitud con la que se maneja en este tema. Las organizaciones campesinas amenazaron a Lugo con llevar adelante medidas de presión". Asimismo, Gómez acusó al gobierno de no tener un plan definido y de no avanzar en nada a pesar de que ya se realizaron cuatro reuniones del organismo. El campesinado exige que Lugo comience a tocar a los grandes latifundios para poner en marcha la reforma agraria. De lo contrario, las medidas de fuerza pensadas para los próximos días son varias: ocupación de instituciones públicas, cortes de rutas y toma de los grandes latifundios<sup>71</sup>.

Estes conflitos também podem ocorrer, nessa nova configuração política paraguaia, no meio urbano, pois os brasileiros – não considerados brasiguaios por desfrutarem de melhores condições de vida – já começam a ser apontados como opressores e dominadores imperialistas que tentam se impor no país. Ao longo do trabalho, procurou-se analisar, com maior atenção, as causas que foram determinantes pelo deslocamento de milhares de camponeses brasileiros para a região da faixa leste paraguaia e a re-migração desses camponeses devido à modernização e ao avanço do agronegócio no *Departamento de Alto Paraná*, principalmente na região norte. Assim, foram enfatizadas as relações de trabalho praticadas no interior do agronegócio nessa região, representadas pela grande propriedade de monocultura e pelas empresas agrícolas particulares, conhecidas como silos. Discutiui-se, ainda, como esse modelo de produção se expande à custa da exploração e expulsão de camponeses e trabalhadores de toda a ordem, no campo e, também, na cidade.

Levantamos ainda um conjunto de informações sobre as condições de vida dos brasiguaios, o que auxilia na busca de soluções para os problemas enfrentados por eles, como por

---

<sup>71</sup> ALAI: América Latina em movimento, 12/12/2008 – (MCNOC) Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas. Disponível em: [http://alainet.org/active/show\\_author\\_pt.phtml?](http://alainet.org/active/show_author_pt.phtml?)  
Acessado em 12/01/2009.

exemplo, não terem direito a seu território nem no Brasil e nem no Paraguai. Seria necessário adotar políticas que permitissem aos brasiguaios a territorialização, pois assim eles se constituiriam como sujeitos, e não objetos de exploração e uso do capital, materializado no agronegócio.

Neste contexto a modernização agrícola como expansão capitalista chegou ao campo paraguaio desterritorializando o camponês paraguaio e, principalmente os brasiguaios e o seu modo de produção e subsistência, reorganizando o espaço rural e urbano. À medida que o tempo vai passando, no entanto, a idéia do retorno torna-se cada vez mais provável e, ao mesmo tempo cada vez mais distante para muitos desses camponeses. Além das dificuldades enfrentadas para a própria manutenção, o medo da recepção, inclusive por parte de parentes, de investir todas as parcas economias, de não se adaptar depois de tanto tempo à pátria natal, todas essas questões tornam o retorno ao Brasil um sonho distante para muitos.

As práticas coletivas desenvolvidas pelos camponeses brasiguaios no retorno, visto que grande número de famílias retornou e continua retornando, principalmente para o oeste do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul, são materializadas nas lutas e resistências para entrar na terra e nela permanecer. Estas práticas se manifestam de variadas formas no caso dos brasiguaios, se manifesta pela inserção nos movimentos sociais, no acampamento, a espera do pedaço de chão. Outra frente de luta que pode-ser comparada com o modo de resistência dos brasiguaios re-imigrados é aquela desenvolvida pelos agricultores atingidos pelas barragens do Rio Iguaçu no Paraná. Alguns acumulando experiências de outras lutas, como as dos camponeses expropriados por Itaipu que culminou com a migração de milhares de camponeses sem terra ou com pouca terra para a fronteira leste paraguaia.

As formas de resistência dos camponeses, não somente dos brasiguaios, não são necessariamente locais e ligadas aos seus interesses corporativos e imediatos. São lutas contra a estrutura de dominação engendradas no processo ampliado de acumulação capitalista. As transformações recentes ocorridas no campo paraguaio e brasileiro devem ser entendidas nesse contexto, quando os camponeses vão acrescentando novos conteúdos à questão agrária. No âmbito da fronteira as forças capitalistas, plenamente apoiadas pelas políticas oficiais, tanto de um lado como outro, apontavam para negação dos camponeses brasiguaios e paraguaios e a implantação de atividades ligadas ao agronegócio. Portanto, o processo está aberto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O Paraguai, com 406.742 km<sup>2</sup> e uma população em torno de seis milhões de habitantes, é um dos países latino-americanos onde grande parte da dinâmica sócio-econômica depende intimamente da agricultura. Quanto à sua localização geográfica, o país dista de portos marítimos e possui um mercado muito limitado. Grande parte de sua força produtiva é regulada pelas políticas de desenvolvimento, tanto nacionais como de grandes parceiros do MERCOSUL (Brasil e Argentina).

Na última década, entretanto, o Paraguai registrou uma breve evolução em sua economia, sempre ligada ao setor primário. Desde sua formação como colônia espanhola, a exportação de produtos primários para atender mercados externos foi importante, já que o país não possuía recursos minerais a serem explorados. Depois de sua independência, seguiram-se governos que impediram a expansão do pensamento liberal nascente na metade do século XIX. Depois de alcançar um desenvolvimento até certo ponto cômodo, o país submergiu num processo de "latifundismo" unido a uma extraordinária dependência sócio-econômica internacional.

Em meados do século XX, surgiu a figura predominante e de amplo destaque do General Alfredo Stroessner, produto da conjuntura política nacional e internacional. Stroessner realizou profundas alterações na estrutura política, sócio-econômica e ambiental, estimulando a agricultura como a única salvação da economia, ou seja, o "reator da economia". Investiu maciçamente na construção civil e alcançou níveis de crescimento aceitáveis, mas, pela composição social e política que administrava, não atingiu resultados sustentáveis.

A incorporação, primeiramente de grandes colonizadores brasileiros, os chamados "agricultores modernos", que mais tarde seriam conhecidos como "brasileiros no Paraguai", a partir dos anos 1960, e de uma grande massa de pequenos agricultores camponeses e camponeses sem-terra, posteriormente identificados como "brasiguaios", foi um fator de extrema importância na produção agropecuária do país.

Logo, a expansão de uma frente pioneira, formada por migrantes brasileiros, baseada na agroexportação, na legislação do país vizinho e na agricultura mecanizada e estimulada pela oferta de terras, determinou espaços brasileiros autênticos na região oriental, principalmente nos departamentos limítrofes com o Brasil. O *Departamento de Alto Paraná*, neste contexto, é o mais



agredido por esses migrantes, e altera profundamente as relações fundiárias, sócio-econômicas e, especialmente, a paisagem desta região.

Como a produção do conhecimento é contínua e, embora as abordagens feitas nesta pesquisa possam parecer inconclusas, elas possibilitam a abertura de novos caminhos e novas reflexões para pesquisas futuras sobre a questão dos brasiguaios, não somente sobre as migrações, ou seja, os grandes deslocamentos, principalmente de camponeses à procura de terra de trabalho e de sobrevivência, mas também de toda e qualquer classificação da identidade “brasiguaios” nos mais distintos pontos da fronteira que separa os dois países.

Foi interessante observar que as experiências sociais dos chamados brasiguaios mostraram a constante luta – marcada pelas migrações, exclusão e re-migrações – pelo direito à terra de trabalho, condição primordial para lhes garantir o meio de sobrevivência. Desde que se intensificaram os deslocamentos e as re-migrações, o direito à terra lhes é negado, tanto no Brasil como no Paraguai. Primeiramente, a ameaça foi a modernização conservadora da agricultura brasileira, seguida pela construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu e, no Paraguai, a ameaça foi essa mesma modernização conservadora da agricultura, que culminou nas grandes fazendas monocultoras do agronegócio.

Os sujeitos brasiguaios foram desterritorializados, re-territorializados e, no momento atual, agora, principalmente os médios agricultores, vivem a iminência de uma nova desterritorialização, se confirmada a promessa da campanha do presidente Fernando Lugo, eleito pela coalizão *Alianza Patriótica para el Cambio* (PAC) de centro-esquerda, já que dificilmente as reformas pretendidas pelo governo paraguaio atingirá a elite fundiária do país, ou seja, os grandes fazendeiros da soja.

No entanto, os médios produtores da região norte deste *Departamento de Alto Paraná*, também classificados como “brasileiros no Paraguai”, vivem atualmente o mesmo problema que os brasiguaios sempre viveram: terem suas terras invadidas por campesinos paraguaios, estes sim, exógenos, organizados em movimentos sociais de luta pela terra, e que foram, juntamente com os camponeses brasiguaios com pouca terra ou sem-terra, expulsos do campo norte-alto-paranaense pela expansão do agronegócio da soja em meados da década de 1980. Vale ressaltar que os campesinos paraguaios que hoje fazem parte de movimentos sociais de luta pela terra vêm sendo expulsos de suas terras desde o final da década de 1960 e início da década de 1970. Naquele momento, foram expulsos por colonizadores que adquiriram grandes extensões de terra para fins de colonização com camponeses migrantes, predominantemente, do sul do Brasil.

Para os camponeses migrantes, posteriormente denominados brasiguaios, o Paraguai surgiu como uma opção viável até meados da década de 1980. A distância, muitas vezes, não superava os 200 quilômetros, com terras baratas e grande incentivo do governo paraguaio para que agricultores da região sul do Brasil e do extremo-oeste paranaense fossem para o Paraguai.

É manifesto que as relações entre Brasil e Paraguai, desde o fim da guerra entre eles, exigia cuidados, com momentos de maior ou menor tranquilidade. Certamente, porém, a partir da chegada do Stroessner ao poder (1954), as relações ficaram mais apazíveis, porque ele tinha com o Brasil uma grande contigüidade. Sua ascensão ao poder marca o fim de uma predominância argentina como preferencial da política externa paraguaia. Essa presença de brasiguaios, de certa forma, mitiga as relações num primeiro momento, porque garantiu segurança a esse povo, principalmente por causa de Itaipu. Mas depois, com o fim das ditaduras, tornou-se incômoda e projetou um pouco essas relações entre Brasil e Paraguai, o que se percebe até os dias atuais.

Neste contexto, as migrações e as formas de resistência camponesa têm aparecido como importantes agentes do processo político do campesinato, envolvendo as tradições culturais mantidas na memória camponesa. Essas ações criam condições para se pensar de que modo a concepção de mundo de

setores do campesinato questiona e resiste à noção de progresso imposta pelo capital no modelo agronegócio. Deste prisma, o progresso em seus aspectos qualitativo e quantitativo evidencia certo grau de desenvolvimento das relações entre os homens e a natureza, e dos homens entre si, condição que permite a formulação de projetos mais amplos, como, por exemplo, a questão ambiental, que entra na composição social quando se trata de luta pela terra de trabalho, de morada e de reprodução camponesa. Portanto, a luta pela terra que os brasiguaios têm deflagrado é uma luta pela sua sobrevivência.

Certamente, o Paraguai e, principalmente, a região norte do *Departamento de Alto Paraná*, vêm na soja seu principal aliado para sua inserção nos mercados globais. Salienta-se que os benefícios sócio-econômicos de sua produção deveriam levar em conta tanto uma distribuição social mais adequada, quanto medidas compensatórias para com o meio ambiente, devido à expansão territorial da oleaginosa. Pode ser que, num futuro próximo, a soja venha a ser a “salvação da lavoura” paraguaia, não somente no que tange o agronegócio, mas também no que diz respeito à igualdade social, econômica e ambiental por meio dos benefícios motivados por sua comercialização.

No Brasil, o neoliberalismo iniciado no governo do presidente FHC, trouxe como resultado a diminuição de renda dos trabalhadores, o desemprego, as privatizações com desnacionalização, o aumento da dívida e um crescimento medíocre. A concentração da renda aumentou e hoje disputamos a lanterna dos indicadores sociais. E tudo isso reflete no meio rural, porque os mais prejudicados foram os camponeses de pequena produção, familiar, são os trabalhadores do campo que sentem primeiramente, os efeitos de tudo que foi imposto com a implementação do neoliberalismo.

A mudança que os camponeses e, entre esses os re-imigrados brasiguaios, defendem é diferente de um simples aumento dos índices de crescimento da economia acompanhado de programas sociais compensatórios. O país precisa eliminar a exclusão, que é estrutural, distribuindo terra e renda e produzindo os bens que a população precisa consumir.

Estamos diante da possibilidade de construir novas relações na sociedade em um patamar superior de democracia. A visão deformada de democracia, sem participação ampla da cidadania, constitui a regra na América Latina e nos países subdesenvolvidos. Vivemos impregnados por um autoritarismo que data dos tempos coloniais. A luta pela reforma agrária continua matando sindicalistas e camponeses e o acesso a terra de trabalho continua como prioridade para o povo que, sem demagogia, faz a riqueza do país. Enfim podemos concluir que o Brasil no que toca à luta de classes ainda segue mais atrás do que vários países da América Latina. Mas aqui também aumenta os ataques da UDR contra a classe camponesa e seus direitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Identidade e cidadania na fronteira entre Brasil e Paraguai.** XXIII Congresso Brasileiro de Sociologia – Recife (PE), 29 de maio a 01 de junho de 2007, p. 01 – 15.

ALVES, J. L. **Brasiguaios: destino incerto.** São Paulo, global editora, 1990, 78 p.

ALMEIDA, R. A. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o habitus de classe.** São Paulo-SP. Editora UNESP, 2006, 377 p.

BATISTA, L. C. **Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade.** 1990. 163 p. Dissertação (pós-graduação em geografia) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo – SP.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, 311 p.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** São Paulo – SP: Editora Cultrix, 1998, 447 p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. Memória e Sociedade. Coleção coordenada por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. 1990, 233 p.

CORTÊZ, C. **Brasiguaios: refugiados desconhecidos.** São Paulo – SP. Brasil Agora, 1992, 218p.

\_\_\_\_\_ **A Travessia do Rio dos Pássaros: ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema/MS.** Belo Horizonte: SEGRAC-BH, 1985.

FELIÚ, F. **Canindeyú – Zona Alta: Los Brasiguaios.** Imprenta LEO S.R.L. Yegros. 1999, 140 p.

FERNANDES, B. M. **MST: espacialização e territorialização.** São Paulo – SP: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_ **Agronegócio e Reforma Agrária:** artigo publicado na página do MST (<http://www.mst.org.mst/pagina.plp?cd=501>.) em 09 de agosto de 2004.

FERRARI, C. A. – **Brasileiros X Brasiguaios: Preconceito e exclusão no campo de Departamento de Alto Paraná – Paraguai.** Artigo apresentado no XXVII Encuentro de GeoHistoris Regional – Facultad de Filosofia – UNA – Asunción – Paraguai – 2007

FOGEL, R. y RIQUELME, M. A. **Enclave sojero merma de soberanía y pobreza.** Centro de estudios rurales interdisciplinarios (CERI). 2005, 245 p.

FOGEL, R. **Pobreza y rol del estado en el Paraguay**. Asunción. CERI: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios. 2002, 180 p.

GALEANO, L. A. y YORE, M. **Migrantes brasileños en Paraguay**: principales problemas y demandas. Servicio Pastoral de los migrantes. Equipo nacional de la pastoral social. Conferencia episcopal paraguaya. Obispo Responsable: Mons. Mario M. Medina. Queda hecho registro que marca la ley. 1994, 120 p.

GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água**: o conflito de Itaipu. 2ª edição. Canoas - RS: ULBRA, 2003, 266 p.

GIRON, L. S. **A imigração italiana no RS**: fatores determinantes. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. RS: imigração & colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, 280 p.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo – Editora Cortez, 2ª edição. 1992.  
GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste o Paraná. (1940 – 1970). Cascavel - PR: Edunioeste, 2002.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes: Fase, 1990, p. 90.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “Fim dos Territorios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro – RJ. Editora Bertand, 2004, 395 p.

\_\_\_\_\_**Desterritorialização**: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo C. C. e CORRÊA, Roberto L. (Org). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 165 – 206.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. 11ª edição, DP&A editora. Rio de Janeiro – RJ, 2006, 102 p.

\_\_\_\_\_**Quem precisa de identidade**. In: T. T. Silva (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis – RJ. Editora Vozes, 2000.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2ª edição. São Paulo – SP: Editora Vozes, 2003, 228 p.

MARTINS, J.S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo – SP: Editora Pioneira, 1973, 222 p.

\_\_\_\_\_**Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, SP, USP; São Paulo, SP: Hucitec, 1997, 85p.

\_\_\_\_\_**Os Camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo – SP: Editora Vozes, 1981, 220 p.

\_\_\_\_\_ **Expropriação e Violência:** a questão política no campo. São Paulo – SP: Hucitec, 1980, 181 p.

\_\_\_\_\_ **A Sociabilidade do Homem Simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000, 210 p.

MAZZAROLLO, J. **A Taipa da Injustiça:** esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2ª ed. São Paulo – SP: Edições Loyola, 2003, 201p.

MENEGOTTO, R. **Migrações e fronteiras:** os imigrantes brasileiros no Paraguai e a redefinição de fronteiras. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MENEZES, M. A. **Histórias de Migrantes.** São Paulo – SP: Editora Loyola, 1992, 173 p.

MORAES, C. **Paraguai:** a consolidação da ditadura Stroessner (1954-1963). 1996, 148 f. Dissertação (pós-graduação em história) PUC RS. Porto Alegre – RS.

NETO, G. W. **Estado e Agricultura no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1997, 164 p.

NODARI, E. (org). **História:** Fronteiras. Vol. II. XX Simposio Nacional da ANPUH. Fronteiras étnicas na América Latina: Fronteiras móveis. Eulália Maria Lahmeyer Lobo. Universidade Federal Fluminense, 1999, (pgs. 699-709). Humanitas: FFLCH/USP – Florianópolis – SC, julho de 1999.

\_\_\_\_\_ **Memória e História:** Substratos da identidade. Lucilia de Almeida Neves. Pontífice Universidade Católica de Minas Gerais. 1998, p. 1061-1070.

OLIVEIRA, A. U. **Barbárie e Modernidade:** O agronegócio e as transformações no campo. Texto para discussão na reunião da CPT Nacional – Goiânia – GO – 23/10/2003.

\_\_\_\_\_ **Território e Migração:** uma discussão conceitual na geografia. São Paulo – SP. Dep. De Geografia: USP (mimeo), 1999.

\_\_\_\_\_ **A agricultura camponesa no Brasil.** Coleção Caminhos da Geografia, 2ª edição. São Paulo – SP: Contexto, 1996, 164 p.

OLIVEIRA, T. C. M. (Org.) **Territórios Sem Limites:** Estudos Sobre Fronteiras. Editora UFMS: Campo Grande – MS, 2005, 648 p.

PAULINO, E. T; FABRINI, J. E (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, 495 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo – SP: Editora Ática, 1980, 269 p.

RIQUELME, Q. **Los campesinos sin tierras en Paraguay:** conflictos agrários y movimiento campesino. Buenos Aires: CLACSO, 2003. (Colección Becas de Investigación).

SCHWARCZ, L. M.; NOVAES, F. **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. Companhia Das Letras. 1998, 820 p.

SCHIMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu:** História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação (pós-graduação Strictu Censo em História) UNIOESTE – Centro de Ciências Humanas Educação e Letras. Marechal Cândido Rondon – PR. 2008, 126 p.

SILVA, F. M. **Alto Paraná:** Su historia, ciudades y recuerdos, formaciones de los pueblos del Paraná. Centro de Pioneros de Ciudad Del Este. Ciudad Del Este – Alto Paraná – Paraguay, 2007, 658 p.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa:** Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2ª edição. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1982, 190 p.

SINGER, P. **Migrações internas:** Considerações Teóricas sobre o seu estudo. In: Economia Política da Urbanização. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998. p –29 – 62.

SOUCHAUD, (et all). **Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul:** A fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai. TEORIA & PESQUISA VOL. XVI – nº 01 – JAN/JUN DE 2007.

SONDA. V. J. **A migração brasileira para Naranjal – Alto Paraná – Paraguai, (1973-1995),** um estudo de caso. 2003, 186 f. Dissertação (pós-graduação interinstitucional em História) UFF/UNIOESTE – Centro de Estudos Gerais do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niteroi – Rj.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro – RJ: 2ª edição. Editora Guanabara, 1986, 162 p.

SPERANÇA, A. **Cascavel a História.** Curitiba – PR: Lagarto Editores, 1992.

SPRANDEL, M. A. **Brasiguaios:** conflito e identidade em fronteiras internacionais. (Dissertação de Mestrado) UFRJ. 1992, 294 p.

STORPER, M. **Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado:** o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, L. C. Q. e SANTOS JÚNIOR, O. A. (Org). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização,

TELESCA, I. **Ligas Agrarias Cristianas 1960 – 1980:** Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay. Teko Pyahu, CEPAG (Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch). Asunción, 2004, 257 p.

TELES, A. X. **Estudos Sociais:** Nova perspectiva das Ciências Sociais. 8ª edição. São Paulo – SP: Companhia Editora Nacional, 1975, 301 p.

WAGNER. C. **Brasiguaios:** homens sem pátria. Petrópolis – RJ. Editora Vozes, 1989, 86 p.

WILLEMS, E. **Assimilação e Populações Marginais no Brasil**. São Paulo – SP: Companhia Editora Nacional, 1940, 258 p.

WOORTMANN, K. “**Com Parente Não se Neguceia**”: O Campesinato Como Ordem Moral. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/87. Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro – RJ, 1990, p. 11 – 72.

VIOLLAT, P. L. **Desastroso laboratorio argentino**: Le Monde Diplomatique. Edição brasileira, ano 7, n. 75. Disponível em [www.diplo.com.br](http://www.diplo.com.br). Arquivo acessado em 18/10/2008.

ZAAR, M. H. **Migración y cambio social**. (Scripta Nova) Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. [ISSN 1138-9788]. Barcelona-España, Nº, 94 (88), 01 de agosto de 2001.

#### **SITES:**

[http://alainet.org/active/show\\_author\\_pt.phtml?](http://alainet.org/active/show_author_pt.phtml?). Acessado em 20 de outubro de 2008.

[www.ub.es/geocrit/sn](http://www.ub.es/geocrit/sn). Acessado em 28 de março de 2008.

<http://www.epoca.globo.com/edic/19990913/brasil4.htm-43k>. Acessado em 25 de outubro de 2008.

[www.klickeducacao.com.br](http://www.klickeducacao.com.br). Acessado em 11 de fevereiro de 2009.

[www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso](http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso)

#### **Fontes de Jornais:**

**Gazeta do Iguçu** – Foz do Iguçu, 28 de março de 2008 – caderno de notícias, p. 12.

**Jornal Última Hora** – Asunción, 17 de setiembre de 2003 – caderno rural, p 17.



**ANEXOS**

**ANEXO: 01.**

**Se crea el Distrito de Presidente Stroessner.**

**Ley N° 1.251 – Que crea el Distrito de Presidente Stroessner.**

La Honorable Cámara de Representantes de la Nación Paraguaya, sanciona con fuerza de; **LEY:**  
Artículo 1° Créase el Distrito de Presidente Stroessner dentro de los límites siguientes:

- Al Norte** El Río Acaray, desde su desembocadura en el Río Paraná hasta la confluencia con el Río Yguazú y siguiendo el curso de éste, hasta su confluencia con el Río Paraná.
- Al Sur** El Río Monday, desde Puerto Venecia hasta su desembocadura en el Río Paraná.
- El Este** El Río Paraná, desde la desembocadura del Río Acaray hasta la del Río Monday.
- Al Oeste** Una línea recta con rumbo S-45° E. que va desde la confluencia de los Ríos Monday-mi e Yguazú hasta Punto Venecia, sobre el Río Monday.
- Art. 2°** La parte delimitada por el artículo 1° de esta Ley dejará de pertenecer al Distrito de Hernandarias.
- Art. 3°** El Poder Ejecutivo dispondrá la fijación de los límites jurisdiccionales del nuevo Distrito.
- Art. 4°** Hasta la realización de las elecciones municipales de año 1970 la Comisión de Administración de Puerto Presidente Stroessner, creada por Ley N° 623 del 22 de agosto de 1960, tendrá a su cargo la Administración del nuevo Distrito y conforme al Artículo 6° de dicha Ley, continuará con las facultades propias establecidas para las comunas por Ley N° 222. Orgánica Municipal.
- Art. 5°** Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Dada en la sala de sesiones de la Honorable Cámara de Representantes de la Nación a trece de Julio del año un mil novecientos sesenta y siete.

**Pedro C. Gauto Samudio** – Secretario

**J. Eulogio Estigarribia** – Presidente de la H. C. D.

**Asunción, 17 de Julio de 1967.**

**Téngase por Ley de, la República, publíquese e insértese en el Registro Oficial.**

**Firmando: Gral. Alfredo Stroessner** – Presidente de la República

**Juan Ramón Chávez** – Ministro del Interior

**ANEXO: 02.**

**LEY N° 06/89**

QUE DENONIMA “CIUDADE DEL ESTE” A LA CIUDAD CAPITAL DEL DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ, QUE HASTA HOY LLEVA EL NOMBRE DE “CIUDAD PRESIDENTE STROESSNER”

**EL CONGRESO DE LA NACIÓN PARAGUAYA SANCIONA CON FUERZA DE**

**LEY:**

**Art. 1°** Denominase “Ciudad del Este” a la ciudad departamental de Alto Paraná, que hasta hoy lleva el nombre de “Presidente Stroessner”.

**Art. 2°** Comuníquese al Poder Ejecutivo

Aprobada en la Cámara de Senadores el cuatro de Julio del año un mil novecientos ochenta y nueve y por la Cámara de Diputados, sancionándose la Ley, el 3 de agosto del año un mil novecientos ochenta y nueve.

**Miguel Alberto Nogués** – Presidente C. Senadores

**Miguel Angel Aquino** – Presidente C. de Diputados

**Andrés Rodrigues** – Presidente de la República

**Evelio Fernández Arévalos** – Secretario parlamentario

**Ricardo Lugo Rodríguez** – Secretario parlamentario

**Orlando Machuca Vargas** – Ministro de Interior

Asunción, 11 de agosto de 1.989

**ANEXO: 03.**

**SE CREA LA JUNTA MUNICIPAL DE ITAKYRY**

Fundada el **24 de octubre de 1.962** según **Decreto N° 25.338** integrada de la siguiente forma:

**Año 1962/63:**

Presidente: Ireneo Mercado Brítez.

Miembros: Antonio Melgarejo, Pablo Talavera, Celso Karajallo, Fausto Aguilera y Rogelio Melgarejo.

**Año 1964/65:**

Presidente: Fausto Aguilera.

Miembros: Antonio Melgarejo, Ireneo Mercado, Pablo Talavera y Rogelio Melgarejo.

**Año 1966/70:**

Presidente: Antonio Pérez.

Miembros: Antonio Melgarejo, Fausto Aguilera, Narciso Silva, Pablo Talavera y Florêncio Silva.

**Año 1970/75:**

Presidente: Alfredo Arnaldo Shultz.

Miembros: Cevelión Samudio, Alfredo Almirón, Felipe Roa, Heliodoro Rivas y Osvaldo Vera.

**Año 1974/75:**

Fue interinada la Presidencia por el Sr. Salvador Aguayo.

**Año 1976/80:**

Presidente: Elpidio Karajallo.

Miembros: Luciano Silva, Pedro A. Montiel, Humberto Cañete, Felipe Roa y Wilfredo Pérez.

**Año 1980/85:**

Presidente: Rogelio Melgarejo.

Miembros: Fausto Aguilera, Antonio Melgarejo, Juan Antonio Pérez, Lino Cubas y Santiago Fernández.

**Año 1988:**

Se nombra al **PRIMER INTENDENTE** por **Decreto del Poder Ejecutivo el 02 de Julio de 1988** al **Sr. Rogelio Melgarejo.**

**Junta Municipal:**

Presidente: Antonio Melgarejo.

Miembros: Cleto M. Soilan, Fausto Aguilera, Humberto Cañete, Lino Cubas y Santiago Fernández.

**Marzo 1989:**

Se reemplaza por Decreto al Sr. Rogelio Melgarejo por el Sr. Inocencio Acosta, en el cargo de intendente; quedando la Junta Municipal constituida por los mismos miembros.

**Año 1991/96:**

**Intendente:** Roberto Ciccio G.

**Junta Municipal:**

Presidente: Wenceslao Salen.

Miembros: Miguel A. Soria, Santiago Fernández, Jorge Duarte, Miguel Aguayo, Antonio González, Dionísio Ortiz y Inocencio Acosta.

**Año 1996/2001:**

**Intendente:** Oscar Wilfrido Melgarejo C.

**Junta Municipal:**

Presidente: Arnaldo Maier.

Miembros: Crecencio Cubas, Aristides Cocco, Dilia Cubas, Juan M. Jiménez, Felício Benítez, Jorge A. Duarte, Adolfina Sosa de González y Aurélio Alvarenga.

**Año 2001/2006:**

**Intendente:** Miguel Angel Soria R.

**Junta Municipal:**

Presidente: Prof. Lic. Eusebio Karajallo

Miembros: Prof. Pablo Herrera, Wenceslao Salen, Nidia M. Segovia, Prof. Francisco J. Zacarias, Osvaldo H. Báez, Prof. Angel Mendoza y Prof. Eusebio Karajallo.

**Obs:** Cada un año se cambia la presidencia de la junta, es decir es rotativa.

**Intendente Interino 2006:** Lic. Zoraida Cocco.

## **ANEXO: 04.**

### **LEY QUE CREA EL DISTRITO DE MBARACAYÚ.**

**Artículo 7°** Créase el Distrito de Mbaracayú en el Departamento de Alto Paraná y a este efecto desaféctase su territorio del Distrito de Hernandarias con los siguientes límites:

#### **AL NORTE:**

**Línea 20 – 21:** Con rumbo magnético Norte 53° 03' Este, mide 3,192 metros. Esta línea sigue el camino vecinal denominado quinta línea. El mojón N° 21 se halla ubicado en la intercepción con otro camino vecinal.

**Línea 21 – 22:** Con rumbo magnético Sur 36° 57' Este, mide 120 metros. El mojón N° 22 se halla ubicado en el recodo del citado camino.

**Línea 22 – 23:** Con rumbo magnético Norte 53° 03' Este, mide 8.724,82 metros. Esta línea sigue el camino denominado quinta línea. El mojón N° 23 se halla ubicado sobre la Ruta Mbaracayú.

**Línea 23 – 24:** Con rumbo magnético Norte 82° 56' Este, mide 1.200 metros. Esta línea sigue la Ruta Mbaracayú y se dirige a fracción 4. El mojón N° 24 se halla ubicado en un recodo de la citada ruta.

**Línea 24 – 25:** Con rumbo magnético Norte 33° Este, mide 2.750,65 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 25 se halla ubicado en la intercepción de un antiguo camino.

**Línea 25 – 26:** Con rumbo magnético Norte 33° Este, mide 2.750,65 metros. Esta línea sigue el trayecto del antiguo camino. El mojón N° 26 se halla ubicado en el recodo del camino.

**Línea 26 – 27:** Con rumbo magnético Norte 89° 45' Este, mide 3.900 metros. Esta línea sigue el antiguo camino señalado. El mojón 27 se halla ubicado en la intercepción de un Arroyo intermitente sin nombre.

**Línea 27 – 28:** Con rumbo magnético 57° 15' Este, mide 5.561,02 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 28 se halla ubicado en un camino vecinal que se dirige a San Ramón.

**Línea 28 – 29:** Con rumbo magnético Sur 76° 30' Este, mide 3.250 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 29 se halla ubicado en la naciente del Arroyo Treinta.

**Línea 29 – 30:** Con rumbo magnético Norte 45° 45' Este, mide 9.315,52 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Treinta.

**Línea 30 – 31:** Con rumbo magnético Norte 76° 59' Este, mide 7.553,78 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Treinta.

**Línea 31 – 32:** Con rumbo magnético Sur 62° 45' Este, mide 11.360,02 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Treinta. Los mojones N°s 30 y 31 se hallan ubicados sobre el curso del citado Arroyo y el mojón 32 en la desembocadura del citado Arroyo en el Río Paraná.

Limita con el Distrito de San Alberto.

#### **AL ESTE:**

**Línea 32 – 33:** Con rumbo magnético Sur 01° 15' Oeste, mide 18.450 metros. Esta línea sigue el curso del Río Paraná. El mojón N° 33 se halla ubicado en la desembocadura del Arroyo Itabó Guazú.

Limita con la República Federativa del Brasil.

**AL SUR:**

**Línea 33 – 34:** Con rumbo magnético Norte 84° 30' Oeste, mide 18.975,69 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Itabó Guazú. El mojón N° 34 se halla ubicado en un recodo del mismo.

**Línea 34 – 35:** Con rumbo magnético Sur 32° 55' Oeste, mide 5.447,97 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Itabó Guazú y el Arroyo Chico Cué. El mojón N° 35 se halla ubicado en la confluencia de ambos arroyos.

**Línea 35 – 36:** Con rumbo magnético Sur 12° 57' Oeste, mide 4.613,07 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Aguí Cué 1°. El mojón N° 36 se halla ubicado en un recodo del mismo.

**Línea 36 – 37:** Con rumbo magnético Sur 48° 30' Oeste, mide 7.861,70 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Aguí Cué 1°. El mojón N° 37 se halla ubicado en la naciente del citado Arroyo.

**Línea 37 – 38:** Con rumbo magnético Sur 66° 58' Oeste, mide 4.020,31 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 38 se halla ubicado en un recodo de un Arroyo sin nombre.

**Línea 38 – 39:** Con rumbo magnético Sur 68° 50' Oeste, mide 8.104,44 metros. Esta línea sigue el curso de un Arroyo sin nombre. El mojón N° 39 se halla ubicado en un recodo del mismo.

**Línea 39 – 40:** Con rumbo magnético Norte 81° 15' Oeste, mide 1.150 metros. Esta línea sigue el curso de un Arroyo sin nombre hasta su desembocadura en el Arroyo Acaraymi. El mojón N° 40 se halla ubicado a orillas del citado Arroyo.

Limita con el Distrito de Hernandarias.

**AL OESTE:**

**Línea 40 – 41:** Con rumbo magnético Norte 04° 55' Oeste, mide 10.212,25 metros. Esta línea sigue el curso de los Arroyos Acaraymi y Fortuna. El mojón N° 41 se halla ubicado en la intersección con la Ruta Troncal II – Itaipu.

**Línea 41 – 42:** Con rumbo magnético Sur 57° 56' Oeste, mide 7.636,25 metros. Esta línea sigue el trayecto de la Ruta Troncal II hasta la super carretera. El mojón N° 42 se halla ubicado en la última.

**Línea 42 – 43:** Con rumbo magnético Norte 30° 55' Oeste, mide 5.510,03 metros. Esta línea sigue el trayecto de la super carretera. El mojón N° 43 se halla ubicado en la intersección del Arroyo Susto.

**Línea 43 – 20:** Con rumbo magnético Norte 16° 58' Este, mide 9.130,33 metros. Esta línea sigue el trayecto de la super carretera. El mojón N° 20 se halla ubicado en la intersección con el Arroyo Paso Ita.

Limita con los Distritos de Hernandarias e Itakyry.

**Artículo 8°** - El área delimitada del Distrito de Mbaracayú creado por el artículo anterior de la presente Ley, abarca la superficie 77.644 hectáreas 9.950 metros cuadrados.

**Artículo 9°** - Créase una Municipalidad en el Distrito establecido por el artículo 7° de esta Ley, con asiento en el pueblo Mbaracayú.

**Artículo 10°** - Comuniques al Poder Ejecutivo.

Aprobada por la H. Cámara de Diputados a veinte y dos días del mes de noviembre del año un mil novecientos noventa, y por la H. Cámara de Senadores, sancionándose la Ley, a diez y ocho días del mes de diciembre del año un mil novecientos noventa.

**José A. Moreno Ruffinelli** – Presidente H. Cámara de Diputados.

**Waldino Ramón Lovera** – Presidente H. Cámara de Senadores

**Carlos Caballero Roig** – Secretario Parlamentario  
**Evelio Fernández Arévalos** – Secretario Parlamentario

Asunción, 4 de Enero de 1991.

**Téngase por Ley de la República, publíquese e insértese en le Registro Oficial.**

**Andrés Rodríguez** – El Presidente de la República  
**Orlando Machuca Vargas** – Ministro del Interior



**ANEXO: 05.**

**DECRETO N° 13.681”**

**La Presidencia de la República  
Ministerio del Interior**

**POR LA CUAL SE ELEVA A PRIMERA CATEGORÍA LA  
MUNICIPALIDAD DE HERNANDARIAS**

Asunción, febrero 22 de 1.980

**VISTO**

La nota de fecha 4 de febrero de año en curso, por la que se solicita sea elevada a la primera categoría la Municipalidad de Hernandarias, de acuerdo con las disposiciones pertinentes de la Ley N° 222 orgánica municipal, y

**CONSIDERANDO**

Que, por Decreto Ley N° 210, del 8 de septiembre de 1.959, que modifica los artículos 26 y 27 de la Ley 222 del 25 de octubre de 1.954, se faculta al Poder Ejecutivo a determinar las categorías de los Distritos del Interior.

Que, la Municipalidad de Hernandarias, reúnen las condiciones previstas para hacer viable lo solicitado en razón de que el Distrito cuenta con el número de habitantes, adelantados edificios y posibilidades económicas, requisitos, estos exigidos por las disposiciones legales vigentes.

**EL PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY  
DECRETA:**

**Artículo 1°** Promover a la primera categoría la Municipalidad de Hernandarias, de conformidad a los artículos 26 (apartado 2) y 27 de la Ley N° 222 Orgánica Municipal, modificado por Decreto Ley N° 210 del 8 de septiembre de 1.959.

**Artículo 2°** Comuníquese, publíquese dése al Registro Oficial.

**Firmado:** **Alfredo Stroessner** – Presidente del Paraguay

**Sabino Augusto Montanaro** – Ministro del Interior

## **ANEXO: 06.**

### **LEY N° 116**

#### **QUE CREA EL DISTRITO DE MINGA PORÃ.**

EL CONGRESO DE LA NACIÓN PARAGUAYA SANCIONA CON FUERZA DE

### **LEY**

**Artículo 4°** - Créase el Distrito de Minga Porã en el Departamento de Alto Paraná y a este efecto desaféctase su territorio de los Distritos de Hernandarias e Itakyry con los siguientes límites:

#### **AL NORTE**

**Línea 1 – 2:** Con rumbo magnético Sur 40° 53' Este, mide 11.456,25 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Itambey. El mojón N° 2 se halla ubicado en la intercepción del citado Arroyo y la super carretera.

**Línea 2 – 3:** Con rumbo magnético Sur 62° 44' Este, mide 25.913 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Itambey y del Río del mismo nombre. El mojón N° 3 se halla ubicado en la intercepción del Río Itambey con un camino vecinal que se dirige hasta la Estância Comil.

Limita con o Departamento de Canindeyú.

#### **AL ESTE**

**Línea 3 – 4:** Con rumbo magnético Sur 40° 43' Oeste, mide 8.308,53 metros. Esta línea sigue el camino vecinal que parte desde el Río Itambey hasta la Administración de la Estância Comil. El mojón N° 4 se halla ubicado en la intercepción de citado camino vecinal y la Ruta Troncal III de Itaipu.

**Línea 4 – 5:** Con rumbo magnético Sur 60° 09' Oeste, mide 1.406,56 metros. Esta línea sigue la Ruta Troncal III de Itaipu. El mojón N° 5 se halla ubicado en la intercepción de la citada ruta con un camino que se dirige hacia el establecimiento El Español.

**Línea 5 – 6:** Con rumbo magnético Sur 67° 38' Oeste, mide 8.672,39 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 6 se halla ubicado en la confluencia de un Arroyo sin nombre.

**Línea 6 – 7:** Con rumbo magnético Sur 78° 41' Oeste, mide 2.753,47 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 7 se halla ubicado en la confluencia de outro Arroyo sin nombre.

**Línea 7 – 8:** Con rumbo magnético Norte 87° 27' Oeste, mide 1.651,70 metros. Esta línea sigue el curso del citado Arroyo sin nombre hasta la desembocadura de outro Arroyo.

**Línea 8 – 9:** Con rumbo magnético Sur 32° 20' Oeste, mide 11.653,33 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 9 se halla ubicado en la intercepción de dos caminos vecinales que coincide con la línea divisória del la Colonia Gral. Diaz y la Colonia Minga Porã.

**Línea 9 – 10:** Con rumbo magnético Sur 46° 15' Oeste, mide 3.203,39 metros. Esta línea sigue el camino vecinal ubicado dentro de la Colonia Minga Porã. El mojón N° 10 se halla ubicado en la intercepción con outro camino.

**Línea 10 – 11:** Con rumbo magnético Sur 43° 05' Este, mide 200 metros. El mojón N° 11 se halla ubicado en la intercepción de dos caminos vecinales dentro de la Colonia Minga Porã.

**Línea 11 – 12:** Con rumbo magnético Sur 23° 10' Oeste, mide 2.212,53 metros. Esta línea sigue el camino vecinal a San Alberto. El mojón N° 12 se halla ubicado en la intersección del citado camino vecinal y la línea divisoria entre las Colônias Minga Porã y Eulogio Estigarribia.

Limita con el Distrito de San Alberto.

**AL SUR**

**Línea 12 – 13:** Con rumbo magnético Norte 43° 08' Oeste, mide 19.300 metros. Esta línea sigue la divisoria entre las Colônias Minga Porã y Eulogio Estigarribia. El mojón N° 13 se halla ubicado sobre el antiguo camino que se dirige de Santo Tomás a Laurel.

Limita con el Distrito de San Alberto.

**AL OESTE**

**Línea 13 – 14:** Con rumbo magnético Norte 13° 50' Este, mide 23.259,61 metros. Esta línea sigue el antiguo camino Santo Tomás – Laurel. El mojón N° 14 se halla ubicado en un recodo del citado camino.

**Línea 14 – 15:** Con rumbo magnético Norte 67° 10' Este, mide 2.486,54 metros. Esta línea sigue el camino citado. El mojón N° 15 se halla ubicado en un recodo del mismo.

**Línea 15 – 16:** Con rumbo magnético Norte 21° 40' Este, mide 4.158,54 metros. Esta línea sigue el camino citado. El mojón N° 1 se halla ubicado en la intersección con el Arroyo Itambey. Limita con el Distrito de Itakyry.

**José Moreno Ruffinelli** – Presidente H. Cámara de Diputados

**Waldino Ramón Lovera** – Presidente H. Cámara de Senadores

**Carlos Caballero Roig** – Secretario Parlamentario

**Evelio Fernández Arévalos** – Secretario

Asunción, 4 de Enero de 1991.

**Téngase pro Ley de la República, publíquese e insértese en el Registro Oficial.**

El Presidente da República – **Andrés Rodríguez**  
Ministro del Interior – **Orlando Machuca Vargas**

## **ANEXO: 07.**

### **LEY N° 116**

**QUE CREA EL DISTRITO DE SAN ALBERTO. EL CONGRESO SE LA NACIÓN PARAGUAYA SANCIONA CON FUERZA DE LEY.**

**Artículo 1°** Créase el Distrito de San Alberto en el Departamento de Alto Paraná y a este efecto desaféctase su territorio de los Distritos de Hernandarias e Itakyry, con los siguientes límites:

#### **AL NORTE**

**Línea 3° – 3:** Con rumbo magnético Norte 80° 127' Oeste, mide 27.209 metros. Esta línea sigue el curso del Rio Itambey desde su desembocadura en el Rio Paraná hasta su intercepción en el camino vecinal que se dirige a la Estância Comil.

Limita con el Departamento de Canindeyú y el Distrito de Minga Porã.

#### **AL ESTE**

**Línea 32 – 3°:** Con rumbo magnético Norte 26° 46' Este, mide 25.312,45 metros. Esta línea linda con la ribera del Rio Paraná. El mojón N° 3 se halla ubicado en la desembocadura del Rio Itambay en le Rio Paraná.

Limita con la República Federativa do Brasil.

#### **AL SUR**

**Línea 16 – 17:** Con rumbo magnético Sur 71° 15' Este, mide 6.531,65 metros.

**Línea 17 – 18:** Con rumbo magnético Sur 39° 55' Este, mide 4.841,49 metros.

Estas dos líneas siguen el camino vecinal que de Itakyry se dirige a la super carretera. Los mojones N°s 17 y 18 se hallan ubicados en recodos del citado camino.

**Línea 18 – 19:** Con rumbo magnético Sur 39° 55' Este, mide 1.680 metros. Esta línea sigue un camino vecinal. El mojón N° 19 se halla ubicado en la intercepción con el Arroyo Paso Itá.

**Línea 19 – 20:** Con rumbo magnético Norte 75° 09' Este, mide 1.600 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Paso Ita. El mojón N° 20 se halla ubicado en la intercepción del citado Arroyo con la super carretera.

**Línea 20 – 21:** Con rumbo magnético Norte 53° 03' Este, mide 3.192 metros. Esta línea sigue el camino vecinal denominado quinta línea. El mojón N° 21 se halla ubicado en la intercepción con outro camino vecinal.

**Línea 21 – 22:** Con rumbo magnético Sur 39° 57' Este, mide 120 metros. El mojón N° 22 se halla ubicado en el recodo del citado camino.

**Línea 22 – 23:** Con rumbo magnético Norte 53° 03' Este, mide 8.724,82 metros. Esta línea sigue el camino denominado quinta línea. El mojón N° 23 se halla ubicado sobre la Ruta Mbaracayú.

**Línea 23 – 24:** Con rumbo magnético Norte 82° 56' Este, mide 1.200 metros. Esta línea sigue la Ruta Mbaracayú que se dirige a eselugar. El mojón N° 24 se halla ubicado en un recodo de la citada  
ruta.

**Línea 24 – 25:** Con rumbo magnético Norte 33° Este, mide 2.750,65 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 25 se halla ubicado en la intercepción de un antiguo camino.

**Línea 25 – 26:** Con rumbo magnético Norte 33° 10' Este, mide 3.900 metros. Esta línea imaginaria. El mojón N° 26 se halla ubicado en la intercepción de un antiguo camino.

**Línea 26 – 27:** Con rumbo magnético Norte 89° 45' Este, mide 3.900 metros. Esta línea sigue el antiguo camino señalado. El mojón N° 27 se halla ubicado en el intercepción de un Arroyo intermitente sin nombre.

**Línea 27 – 28:** Con rumbo magnético Norte 57° 15' Este, mide 5.561,02 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 28 se halla ubicado en un camino vecinal que se dirige a San Ramón.

**Línea 28 – 29:** Con rumbo magnético Sur 76° 30' Este, mide 3.250 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 29 se halla ubicado en la naciente del Arroyo Treinta.

**Línea 29 – 30:** Con rumbo magnético Norte 45° 45' Este, mide 9.315,52 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Treinta.

**Línea 30 – 31:** Con rumbo magnético Norte 76° 59' Este, mide 7.553,78 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Treinta.

**Línea 31 – 32:** Con rumbo magnético Sur 62° 45' Este, mide 11.360,02 metros. Esta línea sigue el curso del Arroyo Treinta. Los mojones 30 y 31 se hallan ubicados sobre el curso del citado Arroyo y el mojón 32 en la desembocadura del Arroyo en el Rio Paraná.ç

Limita con el Distrito de Mbaracayú.

#### **AL OESTE**

**Línea 3 – 4:** Con rumbo magnético Sur 40° 43' Oeste, mide 8.308,53 metros. Esta línea sigue el camino vecinal que parte desde el Rio Itambey hasta la Administración de la Estância Comil. El mojón N° 4 se halla ubicado en la intercepción del citado camino vecinal y la Ruta Troncal III de Itaipu.

**Línea 4 – 5:** Con rumbo magnético Sur 60° 09' Oeste, mide 1.406,56 metros. Esta línea sigue por la Ruta Troncal III de Itaipu. El mojón N° 5 se halla ubicado en la intercepción de la citada ruta con un camino vecinal que se dirige hacia el establecimiento El Español.

**Línea 5 – 6:** Con rumbo magnético Sur 67° 38' Oeste, mide 8.672,39 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 6 se halla ubicado en la confluencia de un Arroyo sin nombre.

**Línea 6 – 7:** Con rumbo magnético Sur 78° 41' Oeste, mide 2.753,47 metros. Esta línea imaginaria. El mojón N° 7 se halla ubicado en la confluencia de outro Arroyo sin nombre.

**Línea 7 – 8:** Con rumbo magnético Norte 87° 27' Oeste, mide 1.651,70 metros. Esta línea sigue el curso del citado Arroyo sin nombre hasta la desembocadura de outro Arroyo.

**Línea 8 – 9:** Con rumbo magnético Sur 32° 20' Oeste, mide 11.653,33 metros. Esta línea es imaginaria. El mojón N° 9 se halla ubicado en la intercepción de dos caminos vecinales que coincide con la línea divisoria de la Colonia Gral. Diaz y la Colonia Minga Porã.

**Línea 9 – 10:** Con rumbo magnético Sur 46° 15' Oeste, mide 3.203,39 metros. Esta línea sigue el camino vecinal ubicado dentro de la Colonia Minga Porã. El mojón N° 10 se halla ubicado en la intercepción con outro camino.

**Línea 10 – 11:** Con rumbo magnético Sur 43° 05' Este, mide 200 metros. El mojón N° 11 se halla ubicado en la intercepción de dos caminos vecinales dentro de la Colonia Minga Porã.

**Línea 11 – 12:** Con rumbo magnético Sur 23° 10' Oeste, mide 2.212,53 metros. Esta línea sigue el camino vecinal a San Alberto. El mojón N° 12 se halla ubicado en la intercepción del citado camino vecinal y la línea divisoria entre las Colônias Minga Porã y Eulogio Estigarribia.

**Línea 12 – 13:** Con rumbo magnético Norte 43° 08' Oeste, mide 19.300 metros. Esta línea sigue la divisoria entre las Colônias Minga Porã y Eulogio Estigarribia. El mojón N° 13 se halla ubicado sobre el antiguo camino que se dirige de Santo Tomás a Laurel.

**Línea 13 – 16:** Con rumbo magnético Sur 12° 10' Oeste, mide 19.650,01 metros. Esta línea sigue el antiguo camino Santo Tomaz – Laurel. El mojón N° 16 se halla ubicado en la intercepción del citado camino vecinal y el camino a Itakyry.

Limita con el Distrito de Itakyry.

**Artículo 2°** - El área delimitada del Distrito de San Alberto creado por el artículo anterior de la presente Ley, abarca la superficie de 100.654 hectáreas 4.500 metros cuadrados.

**Artículo 3°** - Créase una Municipalidad en el Distrito de establecido por el artículo 1° de esta Ley, con asiento en el pueblo San Alberto.

**Artículo 10°** - Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Aprobada por la H. Cámara de Diputados a veinte y dos días del mes de noviembre del año un mil novecientos noventa y por H. Cámara de Senadores, sancionándose la Ley, a diez y ocho días del mes de diciembre del año un mil novecientos noventa.

**José A. Moreno Ruffinelli** – Presidente H. Cámara de Diputados

**Carlos Caballero Roig** – Secretario Parlamentario

**Waldino Ramón Lovera** – Presidente H. Cámara de Senadores

**Evelio Fernández Arévalos** – Secretario

Asunción, 4 de Enero de 1991.

**Téngase por Ley de la República, publíquese e insértese en el Registro Oficial.**

El Presidente de la República – **Andrés Rodríguez**

Ministro del Interior – **Orlando Machuca Vargas**

## **ANEXO: 08.**

### **TRATADO DE ITAIPÚ – 26 DE ABRIL DE 1.973.**

#### **PODER LEGISLATIVO**

LEY N° 389 – Que aprueba y ratifica al tratado entre la República del Paraguay y la República Federativa del Brasil para el aprovechamiento hidroeléctrico de los recursos hidráulicos del Rio Paraná, perteneciente en condominio a los dos países desde e inclusive el Salto del Guairá o Salto Gran de Sete Quedas hasta la boca del Rio Yguazú, suscrito, el **26 de abril de 1973**, en Brasilia, con los Anexos “A” Estatuto de la Itaipu, “B” descripción general de las instalaciones destinadas a la producción de energía eléctrica y de las Obras Auxiliares, “C” Bases Financieras y de Prestación de los Servicios de Electricidad de la Itaipu, y las Notas Reversales intercambiadas por los Ministros de Relaciones Exteriores del Paraguay y del Brasil en la misma fecha, y que llevan las características de la cancillería Paraguaya N.R.3; N.R.4; N.R.6; N.R.7; Y N.R.8.

*El Congreso de la Nación Paraguaya sanciona con fuerza de*

#### **Ley:**

Artículo 19 Apruébese y ratificase el Tratado entre la República del Paraguay y la República Federativa del Brasil para el aprovechamiento hidroeléctrico de los recursos hidráulicos, del Rio Paraná, pertenecientes en condominio a, los dos países desde e inclusive el Salto del Guairá o Salto Gran de Sete Quedas hasta la boca del Rio Yguazú, suscrito, el **26 de abril de 1973**, en Brasilia, con los Anexos “A” Estatuto de la Itaipu, “B” descripción general de las instalaciones destinadas a la producción de energía eléctrica y de las Obras Auxiliares, “C” Bases Financieras y de Prestación de los Servicios de Electricidad de la Itaipu, y las Notas Reversales intercambiadas por los Ministros de Relaciones Exteriores del Paraguay y del Brasil en la misma fecha, y que llevan las características de la cancillería Paraguaya N.R.3; N.R.4; N.R.6; N.R.7; Y N.R.8; cuyos textos son los siguientes:

El Presidente de la República del Paraguay General de Ejército Alfredo Stroessner y el Presidente de la República Federativa del Brasil, General de Ejército Emilio Garrastazu Mé dici.

Considerando: el espíritu de cordialidad existente entre los dos países y los lazos de fraternal amistad que los unem:

El interes común de realizar el aprovechamiento hidroeléctrico de los recursos, hidráulicos el Rio Paraná, pertenecientes en condominio a los dos países, desde e inclusive el Salto del Guairá o Salto Grande de Sete Quedas hasta la boca del Rio Yguazú;

Lo dispuesto en Acta Final Firmado en Foz do Yguazú el 22 de junio de 1956, en lo que respecta a la división en partes iguales, entre los dos países, de la energía eléctrica eventualmente producida por los desniveles del Rio Paraná en el estrecho arriba mencionado.

Lo dispuesto en el Artículo VI del Tratado de la Cuenca del Plata; lo establecido en la Declaración. De Asunción sobre aprovechamiento de rios internacionales, del 3 de junio de 1971;

Los estudios de la Comisión Mixta Técnica Paraguayo-Brasileña constituida el 12 de febrero de 1967; La tradicional identidad de posiciones de los dos países en relación a la libre navegación de los rios internacionales de la Cuenca del Plata, Resolvieron celebrar un Tratado y, para esse fin, designaron sus Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República del Paraguay, al señor Ministro de Relaciones Exteriores, Doctor Raúl Sapena Pastor; El Presidente de la República Federativa del Brasil, al señor Ministro de Estado de Relaciones Exteriores, Embajador Mario Gibson Barboza;

Los cuales habiendo intercambiado sus Plenos Poderes, hallados en buena y debida forma, convinieron en lo siguiente:

### **ARTÍCULO I**

Las Altas Partes Contratantes convienen en realizar, en común y de acuerdo a lo previsto en el presente Tratado y sus Anexos el aprovechamiento hidroeléctrico de los recursos hidráulicos del Rio Paraná, pertenecientes en condominio a los dos países desde e inclusive al Salto Guairá o Salto Grande de Sete Quedas hasta la boca del Rio Yguazú.

### **ARTÍCULO II**

Para los efectos del presente Tratado se entenderá por:

El Paraguay, la República del Paraguay

El Brasil, la República Federativa del Brasil

Comisión, la Comisión Mixta Técnica Paraguayo-Brasileña constituida el 12 de febrero del año 1.967; ANDE, la Administración Nacional de Electricidad del Paraguay, o el Ente jurídico que la suceda; ELETROBRAS, la Centrais Elétricas Brasileiras S>A> - ELETROBRAS, del Brasil, o el Ente jurídico que la suceda. ITAIPU, la entidad binacional creada por el presente TRATADO.

### **ARTÍCULO III**

Las Altas, Partes, Contratantes crean, en igualdad de derechos y obligaciones una entidad binacional denominada ITAIPU, con la: finalidad de realizar el aprovechamiento hidroeléctrico a que se refiere el Artículo I.

Parágrafo 1º - La ITAIPU será constituida por la ANDE y la ELETROBRAS, con igual participación en el capital, y se regirá por las normas establecidas en el presente Tratado, en el Estatuto que constituye su anexo "A" y en los demás Anexos.

Parágrafo 2º - El Estatuto y los demás Anexos podrán ser modificados de común acuerdo por los gobiernos.

### **ARTÍCULO IV**

La ITAIPU tendrá sedes en Asunción, Capital de la República del Paraguay, y en Brasilia, Capital de la República Federativa del Brasil.

Parágrafo 1º - La ITAIPU será administrada por un Consejo de Administración y un Directorio Ejecutivo integrados por igual número de nacionales de ambos países.

Parágrafo 2º - Las actas, resoluciones, memorias u otros documentos oficiales de los organismos de administración de la, ITAIPU, serán redactados en los idiomas español y portugués.



## **ARTÍCULO V**

Las Altas Partes Contratantes otorgan autorización a la ITAIPU para realizar, durante la vigencia del presente Tratado, el aprovechamiento hidroeléctrico del trecho del Rio Paraná referido en el artículo I.

## **ARTÍCULO VI**

Forman parte del presente Tratado:

El estudio de la entidad binacional denominada ITAIPU (Anexo A);

La descripción general de las instalaciones destinadas a la producción de energía eléctrica y de las obras auxiliares, con eventuales medicaciones que se hagan necesarias (Anexo B);

Las bases financieras y las de prestación de los servicios de electricidad de la ITAIPU (Anexo C).

## **ARTÍCULO VII**

Las instalaciones destinadas a la producción de energía eléctrica y de las obras auxiliares, no producirán variación alguna en los límites entre los dos países establecidos en los Tratados vigentes.

Parágrafo 1º - Las instalaciones y obras realizadas en cumplimiento del presente Tratado, no conferirán a ninguna de las Altas Partes Contratantes derecho de propiedad ni de jurisdicción sobre cualquier parte del territorio de la otra.

Parágrafo 2º - Las autoridades declaradas respectivamente competentes por la Altas Partes Contratantes, establecerán, cuando fuere el caso y por el procedimiento que juzgaren adecuado, la señalización conveniente, en las obras a ser construídas, para los efectos prácticos del ejercicio de la jurisdicción y control.

## **ARTÍCULO VIII**

Los recursos necesarios para la integración el capital de la ITAIPU serán aportados, a la ANDE y a la ELETROBRAS, respectivamente, por el Tesoro paraguayo y por el brasileño o por los organismos financiadores que los Gobiernos indiquen.

Parágrafo Único – Cualquiera de las. Altas Partes Contratantes podrá, con el consentimiento de la otra, adelantarle los recursos para la integración del capital, en las condiciones establecidas de común acuerdo.

## **ARTÍCULO IX**

Los recursos complementarios en el artículo XIII, necesarios para los estudios, construcción y operación de la Central Eléctrica y de las obras e instalaciones auxiliares, serán aportados por las Altas Partes Contratantes u obtenidos por la ITAIPÚ mediante operaciones de créditos.

## **ARTÍCULO X**

Las Altas Partes Contratantes, conjunta o separadamente, directa o indirectamente, en la forma que acordaren, darán a la ITAIPÚ, a solicitud de ésta, garantías, para operaciones de créditos que realizare. Aseguran de la misma forma, la conversión de câmbios necesarios para el pago de las obligaciones asumidas por la ITAIPÚ.

## **ARTÍCULO XI**

En la medida de lo posible y en condiciones comparables, la mano de obra especializada o no, los equipos y materiales disponibles en los dos países, serán utilizados en forma equitativa.

Parágrafo 1° - Las Altas Partes Contratantes, adoptarán todas las medidas necesarias para que sus nacionales puedan emplearse, indistintamente en trabajos efectuados en el territorio de uno y de otro, relacionado con el objeto del presente Tratado.

Parágrafo 2° - Lo dispuesto en éste artículo, no se aplicará a las condiciones acordada con organismos financiadores, en lo que se refiere a contratación de personal especializados o a la adquisición de equipos o materiales. Tampoco se aplicará éste artículo, si necesidades tecnológicas así lo exigiere.

## **ARTÍCULO XII**

Las Altas Partes Contratantes, adoptarán en lo que respecta a la tributación, las siguientes normas.

- a) No aplicarán impuestos tasas y prestamos compulsorios, de cualquier naturaleza, sobre materiales a la ITAIPÚ y a los servicios de electricidad por Ella prestados.
- b) No aplicarán impuestos tasas y prestamos compulsorios, de cualquier naturaleza, sobre materiales y equipos que la ITAIPÚ adquiriera en cualquiera de los dos países o, importe de un tercer país, para utilizarlos en los trabajos de construcción de la central eléctrica, sus accesorios y obras complementarias, o para incorporarlos en la central eléctrica, sus accesorios y obras complementarias. De la misma forma, no aplicarán impuestos, tasas y prestamos compulsorios de cualquier naturaleza, que inciden sobre las operaciones relativas a esos materiales y equipos, en las cuales la ITAIPÚ sea parte.
- c) No aplicarán impuestos, tasas y prestamos compulsorios, de cualquier naturaleza, sobre los lucros de la ITAIPÚ y sobre los pagos y remesas efectuados por ella a cualquier persona física o jurídica siempre que los pagos de tales impuestos, tasas y prestamos compulsorios Sean de responsabilidad legal de la ITAIPÚ.
- d) No podrán ninguna restricción, y no aplicarán ninguna imposición fiscal al movimiento de fondos de la ITAIPÚ que resultare de la ejecución del presente Tratado.
- e) No aplicarán restricciones de cualquier naturaleza al tránsito o al depósito de los materiales y equipos adquiridos en el ítem b) de este Artículo.
- f) Serán admitidos en los territorios de los dos países los materiales y equipos aludidos en el ítem b) de este Artículo.

## **ARTÍCULO XIII**

La energía producida por el aprovechamiento hidroeléctrico a que se refiere al Artículo 1 será dividida en partes iguales entre los dos países, siendo reconocido a cada uno de ellos el derecho de adquisición, en la forma establecida en el Artículo XIV de la energía que no sea utilizada por el otro país su propio consumo.

Parágrafo Único – Las Altas Partes Contratantes se comprometen a adquirir, conjunta o separadamente en la forma que acordaren el total de la potencia instalada.

#### **ARTÍCULO XIV**

La adquisición de los servicios de electricidad de la ITAIPÚ será realizada por la ANDE y por la ELETROBRAS, las cuales también podrán hacerlo por intermedio de las empresas, o entidades paraguayas o brasileñas que indiquen.

#### **ARTÍCULO XV**

El anexo C contiene las bases financieras y las de prestación de los servicios de electricidad de la ITAIPÚ.

Parágrafo 1º - La ITAIPÚ, llegará a las Altas Partes Contratantes en montos iguales, “royalties” en razón de la utilización del potencial hidráulico.

Parágrafo 2º - La ITAIPÚ incluirá, en su costo de servicio, el monto necesario para el pago de utilidades.

Parágrafo 3º - La ITAIPÚ incluirá, además en su costo de servicio, el monto necesario para compensar a las Altas Partes Contratantes que ceda energía a la otra.

Parágrafo 4º - El valor real de la cantidad de dólares de los Estados Unidos de América destinada al pago de los “royalties”, de las utilidades y de la compensación, establecida en el Anexo C, será mantenido, constante, paga lo cual dicha cantidad acompañará las fluctuaciones del dólar de los Estados Unidos de América, respecto a su patrón de peso y título en oro. Vigente en la, fecha del canje de los instrumentos de Ratificación del presente Tratado.

Parágrafo 5º - Este valor con relación al peso y título en oro del dólar de los Estados Unidos de América, podrá ser substituído, en el caso que dicha moneda dejare de tener referida su paridad oficial respecto al oro.

#### **ARTÍCULO XVI**

Altas Partes Contratantes manifiestan su empeño en establecer todas las condiciones para que la en servicio de la primera unidad generadora ocurra dentro del plazo de ocho años después de la ratificación del presente Tratado.

#### **ARTÍCULO XVII**

Las Altas Partes Contratantes se obligan a declarar de utilidad pública las áreas necesarias para instalación del aprovechamiento hidroeléctrico obras auxiliares y su explotación, así como a practicar, en las áreas de sus respectivas soberanías, todos los actos administrativos o judiciales tendientes a expropiar inmuebles y sus mejoras o a constituir servidumbre sobre los mismos.

Parágrafo 1º - La delimitación de tales áreas estará a cargo de la ITAIPÚ, “ad referendum” de las Altas Partes Contratantes.

Parágrafo 2º - Será de la responsabilidad de la ITAIPÚ el pago de las expropiaciones de las áreas delimitadas.

Parágrafo 3° - En las áreas delimitadas será libre el tránsito de personas que estén prestando servicio a la ITAIPÚ, así como el de bienes destinados a la misma o a personas físicas o jurídicas contratados por ella.

#### **ARTÍCULO XVIII**

Las Altas Partes Contratantes, a través de protocolos adicionales o de actos unilaterales, adoptarán todas las medidas necesarias para el cumplimiento del Tratado, especialmente aquellas que tengan relación con aspectos:

- a) diplomáticos y consulares;
- b) administrativos y financieros;
- c) de trabajo y seguridad social;
- d) fiscales y aduaneros;
- e) de tránsito a través de la frontera internacional;
- f) urbanos y de vivienda;  
de policía y de seguridad;
- g) de control del acceso a las áreas que se limiten de conformidad con el Artículo XVIII.

#### **ARTÍCULO XIX**

La jurisdicción competente para la ITAIPÚ., con relación a las personas físicas o jurídicas domiciliados o con sede en el Paraguay o en el Brasil, será respectivamente, la de Asunción y la de Brasilia. A tal efecto cada Alta Parte Contratante aplicará su propia legislación, teniendo en cuenta las disposiciones del presente Tratado y de sus Anexos.

Parágrafo Único – Tratándose de personas físicas o jurídicas, domiciliadas o con sede fuera del Paraguay o del Brasil, la ITAIPÚ acordará las cláusulas que regirán las relaciones contractuales de obras y suministros.

#### **ARTÍCULO XX**

Las Altas Partes Contratantes adoptarán, por medio de un protocolo adicional que será suscrito dentro de los noventa días contados a partir de la fecha del conje de los Instrumentos de Ratificación del presente Tratado, las normas jurídicas aplicables a las relaciones de trabajo y seguridad social de los trabajadores contratados por la ITAIPÚ.

#### **ARTÍCULO XXI**

La responsabilidad civil y o penal de los Consejeros, Directores Adjuntos y demás empleados paraguayos o brasileños de la ITAIPÚ, por actos lesivos para los intereses de ésta, será investigada y juzgada de conformidad con lo dispuesto en las leyes nacionales respectivas. Parágrafo Único- Para los empleados de tercera nacionalidad se procederá de conformidad con la legislación nacional paraguaya o brasileña, según tengan la sede de sus funciones en el Paraguay o en el Brasil.

## **ARTÍCULO XXII**

En caso de divergencia sobre la interpretación, o la aplicación del presente Tratado y sus Anexos, las Altas Partes Contratantes lo resolverán por los medios diplomáticos usuales, lo que no retardará o interrumpirá la construcción y o la operación del aprovechamiento hidroeléctrico y de sus obras o instalaciones a auxiliares.

## **ARTÍCULO XXIII**

La Comisión Mixta Técnica Paraguayo-Brasileña., creada el 12 de febrero de 1967 con la finalidad de realizar los estudios aludidos en el preámbulo del presente Tratado, se mantendrá constituida hasta entregar a las Altas Partes Contratantes el informe final de la misión que le fue confiada.

## **ARTÍCULO XXIV**

El presente Tratado será ratificado y los respectivos instrumentos serán canjeados, en la brevedad posible, en la ciudad de Asunción.

## **ARTÍCULO XXV**

El presente Tratado entrará a regir en la fecha del canje de los instrumentos de Ratificación y estará en vigencia hasta que las Altas Partes Contratantes, mediante nuevo acuerdo, adopten la decisión que estimen conveniente.

**EN FE DE LO CUAL** los Plenipotenciarios arriba mencionados firman el presente Tratado, en dos ejemplares, en español y en português, ambos textos igualmente auténticos.

**HECHO** en la ciudad de Brasilia, a los veinti y seis del mes de abril del año mil novecientos setenta y tres.

Fdo: Raúl Sapena Pastor

Fdo: Mario Gibson Barboza